

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

PDI | **2022
2026**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

PDI

CICLO DE VIGÊNCIA
2022
2026

Recife- Pernambuco
Junho de 2022

CORPO DE GESTORES EXECUTIVOS INSTITUCIONAIS

REITORIA

José Carlos Sá Junior

Reitor

Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão

Pró-Reitora de Extensão

Assis Leão da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Juliana Souza de Andrade

Pró-Reitora de Integração e
Desenvolvimento Institucional

Mário Antônio Alves Monteiro

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Rosana Maria Teles Gomes

Chefe de Gabinete da Reitoria

Rozendo Amaro de França Neto

Pró-Reitor de Administração

David Lima Vilela

Titular da Unidade de Auditoria Interna

José Severino Bento

Diretor de Educação a Distância

Maria Carolina Bello Cavalcanti da Silva

Chefe do Departamento de Relações
Internacionais

Emmanuel de Freitas Júnior

Diretor de Gestão de Pessoas

**Carlos Augusto Domingos da Silva
Sobrinho**

Chefe do Departamento de Comunicação

Marco Antônio Eugênio Araújo

Diretor de Avaliação e Desenvolvimento
de Tecnologias

Virgínia Lúcia Gouveia e Silva

Diretora de Obras e Projetos

Nathalia da Mata Atroch

Diretora de Assistência ao Estudante

CAMPI

Maria de Fátima Neves Cabral

Campus Abreu e Lima/Direção-Geral

Andrea Ferreira Dacal

Campus Afogados da Ingazeira/Direção-
Geral

Adalberto de Souza Arruda

Campus Barreiros/Direção-Geral

Marcos Antônio Germano do Nascimento

Campus Belo Jardim/Direção-Geral

Daniel Costa Assunção

Campus Cabo de Santo Agostinho/
Direção-Geral

Elaine Cristina da Rocha Silva

Campus Caruaru/Direção-Geral

José Roberto Amaral Nascimento

Campus Garanhuns/Direção-Geral

James Radson da Silva Lima

Campus Igarassu/Direção-Geral

Viviane Lucy Santos de Souza

Campus Ipojuca/Direção-Geral

Janderson Emmanuel de Sousa Santos

Campus Jaboatão dos Guararapes/
Direção-Geral

Luciana dos Santos Tavares

Campus Olinda/Direção-Geral

George Alberto Gaudêncio de Melo

Campus Paulista/Direção-Geral

Diogo Lopes da Silva

Campus Palmares/Direção-Geral

Valdemir Mariano

Campus Pesqueira/Direção-Geral

Marivaldo Rodrigues Rosas

Campus Recife/Direção-Geral

Mauro de Souza Leão França

Campus Vitória de Santo Antão/
Direção-Geral

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Portaria IFPE nº 138, de 18 de fevereiro de 2021

Nome	Unidade de Exercício do Membro/Representação	Função
Juliana Souza de Andrade	Reitoria/Prodin	Presidente
Rosana Maria Teles Gomes	Reitoria/Presidente do Comitê de Integridade	Membro
Assis Leão da Silva	Reitoria/Proden	Membro
Mário Antônio Alves Monteiro	Reitoria/Propesq	Membro
Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão	Reitoria/Proext	Membro
Rozendo Amaro de França Neto	Reitoria/Proad	Membro
Emmanuel de Freitas Júnior	Reitoria/DGPE	Membro
Plínio Guimarães de Sousa	Reitoria/DAE	Membro
Marco Antônio Eugênio Araújo	Reitoria/DADT	Membro
Virginia Lucia Gouveia e Silva	Reitoria/Dope	Membro
José Severino Bento da Silva	Reitoria/DEaD	Membro
Fellipe Luís de Melo Fernandes	Reitoria/DCOM	Membro
Maria Carolina Bello Cavalcanti da Silva	Reitoria/Drin	Membro
Paulo Marcelo Santana Barbosa	Reitoria/Controladoria	Membro
Thamiris Kassia de Barros Queiroz	Reitoria/Cvest	Membro
Carlos Augusto Domingos da Silva Sobrinho	Reitoria/Aspi	Membro
Alexsandro Oliveira Machado	Reitoria/Setor de Eventos	Membro
Natália Tibéria Veloso de Santana	Reitoria/Ouvidora Geral	Membro
Taciana Halliday da Mesquita Pimentel	Reitoria/ SIASS	Membro
Danielle Castro da Silva	Reitoria/SIBI	Membro
Maria de Fátima Neves Cabral	Campus Abreu e Lima/ Direção-Geral	Membro
Andrea Ferreira Dacal	Campus Afogados da Ingazeira/Direção-Geral	Membro
Adalberto de Souza Arruda	Campus Barreiros/ Direção-Geral	Membro
Marcos Antônio Germano do Nascimento	Campus Belo Jardim/ Direção-Geral	Membro
Daniel Costa Assunção	Campus Cabo de Santo Agostinho/Direção-Geral	Membro
Elaine Cristina da Rocha Silva	Campus Caruaru/ Direção-Geral	Membro

José Roberto Amaral Nascimento	Campus Garanhuns/ Direção-Geral	Membro
James Radson da Silva Lima	Campus Igarassu/ Direção-Geral	Membro
Viviane Lucy Santos de Souza	Campus Ipojuca/ Direção-Geral	Membro
Janderson Emmanuel de Sousa Santos	Campus Jaboatão dos Guararapes/Direção-Geral	Membro
Luciana dos Santos Tavares	Campus Olinda/ Direção-Geral	Membro
George Alberto Gaudêncio de Melo	Campus Paulista/ Direção-Geral	Membro
Wilson Vicente de Lima	Campus Palmares/ Direção-Geral	Membro
Valdemir Mariano	Campus Pesqueira/ Direção-Geral	Membro
Marivaldo Rodrigues Rosas	Campus Recife/ Direção-Geral	Membro
Mauro de Souza Leão França	Campus Vitória de Santo Antão/Direção-Geral	Membro
Mariana Eduarda Ferreira Xavier	Representação Estudantil (Consumo)	Membro
Thaís Farias de Brito Lima	Representação CIS/PCCTAE	Membro
Marlon Oliveira Martins Leandro	CPPD Institucional	Membro
Sandra Aparecida da Silva Pereira	CPPD Institucional	Membro
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos	Comissão Própria de Avaliação	Membro

Apoio Técnico

Eduardo Aleixo Pereira Filho
 Everaldo Dantas Duarte
 Fernando Nicácio da Cunha Filho

DELEGADOS REPRESENTANTES DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS E OUTROS REPRESENTANTES QUE PARTICIPARAM DO PLANEJAMENTO

Victor da Costa Wanderley

Campus Ipojuca

Marcello Henrique da Silva

Campus Ipojuca

Marcos Simplício Pereira Junior

Campus Afogados da Ingazeira

Newton Leite de Souza

Campus Afogados da Ingazeira

Nathália Feitosa Guimarães da Silva

Campus Jaboatão dos Guararapes

Rogério Pereira dos Santos

Fórum dos TILS

Andréa Christianne Gomes Barretto

Comitê de Extensão do IFPE

Demetrius Danton Arruda Vieira

Campus Abreu e Lima

Eudes Vieira da Silva

Campus Abreu e Lima

Jacinta de Fátima Pereira Raposo

Campus Jaboatão dos Guararapes

Witalles Martins da Silva

Campus Cabo de Santo Agostinho

Diogo Henrique Fernandes da Paz

Campus Cabo de Santo Agostinho

Ivanildo Alves de Lima Júnior

Campus Vitória de Santo Antão

Jane Miranda Ventura

Neabi

Luciana Maria de Sousa

Campus Cabo de Santo Agostinho

Luís Lucas Dantas da Silva

Campus Vitória de Santo Antão

Gleice Kelly B. de Oliveira Barcelar

Comitê dos Gestores de Assistência
Estudantil

Erivaldo Ferreira de Morais Júnior

Campus Caruaru

Gustavo Jose Rocha Peplau

Campus Caruaru

Sofia Suely Ferreira Brandão Rodrigues

Propesq

Aécio Paulo Pereira de Miranda

Campus Pesqueira

Elaine Maria de Oliveira Borba

Campus Pesqueira

Clemilda Ferreira do Nascimento

Fórum PROIFPE

Elton Rubens Vieira da Silva

Campus Olinda

Ricson José de Santa

GT Educação Física, Esporte e Lazer

José Nildo Alves Cau

DAE/Reitoria

Dinah Melo da Costa

Campus Olinda

Pollyana Ximenes Oliveira Bezerra

Fórum de Gestão de Pessoas

Bárbara Mirela de Holanda Tenório

DAE/Reitoria

Rossana Carla Rameh-de-Albuquerque

DAE/Reitoria

Cintia Valéria Batista Pereira

DAE/Reitoria

Karla Epiphania Lins Gois

Técnica em Assuntos Educacionais

Emílio Vieira de Sousa

Fórum dos Técnicos em Assuntos
Educacionais

Renata Gomes da Silva

Campus Palmares

Alex Carvalho Moreira

Fórum dos Administradores

Sandrelly Lima da Silva

Grupo de Trabalho dos Assistentes de
Aluno

Nathália Feitosa Guimarães da Silva

Campus Jaboatão dos Guararapes

Jacinta de Fátima Pereira Raposo

Campus Jaboatão dos Guararapes

Hugo César Peixoto Coutinho

Grupo de Comunicadores

Jefferson Luís Nunes

Campus Caruaru

Eugênio de Carvalho Saraiva

Membro da CPA

Fabício Leal Novaes

Campus Garanhuns

Eugênio de Carvalho Saraiva

Campus Garanhuns

Alessandra de Lima Jardim

Campus Igarassu

José Tarcísio Pereira Magalhães

Campus Igarassu

Philippe Michel Silva Soares

NAC

Bruno Gomes Moura de Oliveira

Pesquisa e Inovação

Weydson Roberto de Souza

Campus Caruaru

Eduardo Silva

Campus Abreu e Lima

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDE - Base de Dados do Estado

BPEq - Banco de Professor Equivalente

BSC - Balanced Scorecard

CAD - Coordenação de Acesso Discente

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPE - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CIS/PCCTAE - Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

Coden - Colégio de Dirigentes de Ensino

Codir - Colégio de Dirigentes

Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consump - Conselho Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

CREaD - Centro de Referência em Educação a Distância

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação

DAE - Diretoria de Assistência ao

Estudante

DEaD - Diretoria de Educação a Distância

Drin - Departamento de Relações Internacionais

e-Tec - Escola Técnica Aberta do Brasil

EaD - Educação a distância

Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ETFPE - Escola Técnica Federal de Pernambuco

Forpae - Fórum Permanente da Assistência ao Estudante

Forplan - Fórum de Planejamento e Administração

Geplanes - Software de Gestão do Planejamento Estratégico

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IES - Instituições de Ensino Superior

IF - Instituto Federal

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

LAI - Lei de Acesso à Informação

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

NAC - Núcleo de Arte e Cultura

Neabi - Núcleo de Estudos Afro-

Brasileiros e Indígenas

Napne - Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

Neged - Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade

PCCTAE - Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNE - Plano Nacional de Educação

PNP - Plataforma Nilo Peçanha

PPA - Plano Plurianual

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPPI - Projeto Político-Pedagógico Institucional

PQVT - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Proad - Pró-Reitoria de Administração

Proden - Pró-Reitoria de Ensino

Prodin - Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Proext - Pró-Reitoria de Extensão

Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Propesq - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Setec - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Siape - Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIBI - Sistemas de Bibliotecas Integradas

Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sistec - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

TAE - Técnico-Administrativo em Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UEPs - Unidades Educativas de Produção

Uned - Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Linha do Tempo- Surgimento dos campi e expansões

Figura 2 — Composição da governança e gestão

Figura 3 — Cadeia de Valor Público do IFPE atualizada com a Visão e os Valores do Instituto definidos durante as oficinas de planejamento e construção do PDI 2022-2026

Figura 4 — Workflow do planejamento 2022-2026 (a)

Figura 5 — Matriz SWOT

Figura 6 — Resultados do cruzamento da Matriz SWOT

Figura 7 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Orçamento, Finanças e Suprimento de Bens e Serviços

Figura 8 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Tecnologia da Informação

Figura 9 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Infraestrutura, Obras e Projetos de Engenharia e Arquitetura

Figura 10 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Pessoas

Figura 11 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional

Figura 12 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional

Figura 13 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Avaliação, Monitoramento, Controle e Integridade

Figura 14 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Comunicação, Editorial, Imagem Institucional e Eventos

Figura 15 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Internacionalização

Figura 16 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias dos macroprocessos Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Figura 17 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Gestão Executiva, Política, Organizacional e Estratégica

Figura 18 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias dos macroprocessos Extensão, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Figura 19 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Ensino

Figura 20 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Extensão

Figura 21 — Diferença entre o BSC Tradicional e o adaptado ao setor público

Figura 22 — Perspectivas utilizadas do BSC

Figura 23 — Mapa Estratégico do IFPE

Figura 24 — Workflow do planejamento 2022-2026 (b)

Figura 25 — Ciclo PDCA

Figura 26 — Acesso à informação por meio de Transparência Ativa e Transparência Passiva

Figura 27 — A função “ouvir” da Ouvidoria

Figura 28 — A função “reconhecer” da Ouvidoria

Figura 29 — A função “qualificar” da Ouvidoria

Figura 30 — A função “demonstrar” da Ouvidoria

Figura 31 — Fluxograma do plano de atualização e expansão do acervo SIBI/IFPE

Figura 32 — Domínios estratégicos da TI

Figura 33 — Alinhamento do negócio à TI

Figura 34 — Relação dos planejamentos

Figura 35 — Síntese da autoavaliação institucional no IFPE

Figura 36 — Fluxo da avaliação institucional no IFPE

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Compromissos do IFPE com sua responsabilidade social

Quadro 2 — Desafios da política de ensino do IFPE para o PDI 2022-2026

Quadro 3 — Programas de Assistência Estudantil da PAE do IFPE

Quadro 4 — Programas de Assistência Estudantil e suas fontes orçamentárias

Quadro 5 — Ações e objetivos do Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico

Quadro 6 — Cursos do Campus Abreu e Lima

Quadro 7 — Cursos do Campus Afogados da Ingazeira

Quadro 8 — Cursos do Campus Barreiros

Quadro 9 — Cursos do Campus Belo Jardim

Quadro 10 — Cursos do Campus Cabo de Santo Agostinho

Quadro 11 — Cursos do Campus Caruaru

Quadro 12 — Cursos do Campus Garanhuns

Quadro 13 — Cursos do Campus Igarassu

Quadro 14 — Cursos do Campus Ipojuca

Quadro 15 — Cursos do Campus Jaboatão dos Guararapes

Quadro 16 — Cursos do Campus Olinda

Quadro 17 — Cursos do Campus Palmares

Quadro 18 — Cursos do Campus Paulista

Quadro 19 — Cursos do Campus Pesqueira

Quadro 20 — Cursos do Campus Recife

Quadro 21 — Cursos do Campus Vitória de Santo Antão

Quadro 22 — Distribuição dos polos de

EaD do IFPE nos estados de Pernambuco e Alagoas

Quadro 23 — Cursos e tipos de oferta da Diretoria de Educação a Distância

Quadro 24 — Cursos técnicos integrados

Quadro 25 — Cursos técnicos subsequentes

Quadro 26 — Cursos de graduação

Quadro 27 — Cursos de pós-graduação lato sensu

Quadro 28 — Panorama do dimensionamento de pessoal no IFPE

Quadro 29 — Quadro demonstrativo de previsão de aposentadorias

Quadro 30 — Quadro demonstrativo de profissionais da educação movimentados

Quadro 31 — Perfil profissional comum a ser buscado na seleção de pessoas

Quadro 32 — Evolução orçamentária no período 2010-2021

Quadro 33 — Projeção orçamentária IFPE

Quadro 34 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Abreu e Lima

Quadro 35 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Afogados da Ingazeira

Quadro 36 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Barreiros

Quadro 37 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Belo Jardim

Quadro 38 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Cabo de Santo Agostinho

Quadro 39 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Caruaru

Quadro 40 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Garanhuns

Quadro 41 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Igarassu

Quadro 42 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Ipojuca

Quadro 43 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Jaboatão dos Guararapes

Quadro 44 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Olinda

Quadro 45 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Palmares

Quadro 46 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Paulista

Quadro 47 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Pesqueira

Quadro 48 — Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Recife

Quadro 49 — Demandas para a expansão de infraestrutura na Reitoria

Quadro 50 — Subdivisões do setor público das bibliotecas dos campi Caruaru, Garanhuns e Ipojuca

Quadro 51 — Subdivisões do setor administrativo bibliotecas dos campi Caruaru, Garanhuns e Ipojuca

Quadro 52 — Subdivisões do setor

público da biblioteca do Campus Cabo de Santo Agostinho

Quadro 53 — Subdivisões do setor administrativo da biblioteca do Campus Cabo de Santo Agostinho

Quadro 54 — Subdivisões do setor público das bibliotecas dos campi Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares

Quadro 55 — Subdivisões do setor administrativo das bibliotecas dos campi Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares

Quadro 56 — Acessibilidade arquitetônica das bibliotecas que compõem o SIBI

Quadro 57 — Profissionais da educação lotados nas bibliotecas do IFPE

Quadro 58 — Crescimento do acervo do SIBI-IFPE (2022-2025)

Quadro 59 — Detalhamento dos domínios estratégicos

Quadro 60 — Relação entre os eixos/dimensões do Sinaes, os macroprocessos e as políticas institucionais

Quadro 61 — Evolução da participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional interna (autoavaliação) no período 2018-2020

Quadro 62 — Conceitos relativos aos indicadores de qualidade dos cursos superiores do IFPE no período 2009-2019

Quadro 63 — Conceitos dos indicadores de qualidade da IES no período 2013-2019

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Número de cursos por tipo de oferta

Gráfico 2 — Quantidade de cursos por eixo tecnológico

Gráfico 3 — Despesas obrigatórias x Despesas discricionárias (em %)

Gráfico 4 — Percentual de dotação para despesas discricionárias- por ação

Gráfico 5 — Orçamento IFPE- 2010 a 2021

Gráfico 6 — Projeção orçamentária IFPE - 2022 a 2026

SUMÁRIO

Apresentação	11		
1. PERFIL INSTITUCIONAL	13	3. POLÍTICAS ACADÊMICAS	60
1.1 O IFPE	14	3.1 Política de Ensino	61
1.1.1 Os campi da 1ª fase: Barreiros, Belo Jardim, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão	15	3.1.1 Ensino	61
1.1.1.1 Campus Barreiros	15	3.2 Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	61
1.1.1.2 Campus Belo Jardim	16	3.2.1 Diretrizes de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	62
1.1.1.3 Campus Ipojuca	17	3.2.1.1 Pesquisa	62
1.1.1.4 Campus Pesqueira	18	3.2.1.2 Pós-Graduação	63
1.1.1.5 Campus Recife	20	3.2.1.3 Inovação Tecnológica	64
1.1.1.6 Campus Vitória de Santo Antão	21	3.3 Política de Extensão	65
1.1.2 Os campi da 2ª fase: Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns	22	3.3.1 Diretrizes da Extensão no IFPE	66
1.1.2.1 Campus Afogados da Ingazeira	22	3.3.2 Curricularização da Extensão	66
1.1.2.2 Campus Caruaru	22	3.3.3 Programas e Projetos de Extensão	66
1.1.2.3 Campus Garanhuns	24	3.3.4 Empreendedorismo e Serviços Tecnológicos	66
1.1.3 Os campi da 3ª fase: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares e Paulista	25	3.3.5 Arte e Cultura	68
1.1.3.1 Campus Abreu e Lima	25	3.3.6 Estágios	68
1.1.3.2 Campus Cabo de Santo Agostinho	25	3.4 Políticas de Inclusão e Diversidade	69
1.1.3.3 Campus Igarassu	27	3.4.1 Política de Extensão com os Povos do Campo	70
1.1.3.4 Campus Jaboatão dos Guararapes	27	3.5 Política Institucional de Acompanhamento de Egressos	70
1.1.3.5 Campus Olinda	28	3.6 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Dos Profissionais Da Educação	71
1.1.3.6 Campus Palmares	29	3.7 Unidades de Produção	72
1.1.3.7 Campus Paulista	30	3.7.1 Diagnóstico e Desafios para as UEPs no Ciclo Avaliativo do PDI 2022-2026	72
1.1.4 Educação a Distância	31	3.8 Internacionalização	73
1.2 Governança, Gestão e Organização Administrativa	32	3.9 Política de Assistência Estudantil	74
1.3 Órgãos Colegiados e de Assessoramento	35	3.9.1 Planejamento, Organização, Direção e Monitoramento da Gestão Política e Diretrizes da Assistência Estudantil	77
1.3.1 Colegiados de Governança	35	3.9.2 Apoio e Acompanhamento	79
1.3.2 Colegiados de Gestão	36	4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	83
1.3.3 Perspectivas Futuras para Designação de Instâncias de Governança e de Gestão	36	4.1 Plano de Oferta de Cursos e Vagas	84
1.3.3.1 Colegiados de Governança	36	4.1.2 Síntese Geral do Plano de Oferta de Cursos Presenciais no IFPE	85
1.3.3.2 Colegiados de Gestão	37	4.1.3 Articulação entre as Modalidades de Oferta Presencial e a Distância e Incorporação de Recursos Tecnológicos	86
1.4 Responsabilidade Social	37	4.1.4 Campi	86
1.5 Inclusão e Diversidade	39	4.1.4.1 Abreu e Lima	86
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	42	4.1.4.2 Afogados da Ingazeira	86
2.3 Referencial Estratégico- Missão, Misão e Valores	46	4.1.4.3 Barreiros	87
2.4 Objetivos Estratégicos	47	4.1.4.4 Belo Jardim	87
		2.4.1 Balanced Scorecard (BSC)	54
		2.5 Processos de Acompanhamento, Monitoramento dos Riscos e Revisão	56
		2.5.1 Processo de Acompanhamento	56
		2.5.2 Monitoramento	57
		2.5.3 Processo de Revisão do PDI	58

4.1.4.5 Cabo de Santo Agostinho	87	8.3.6 Recursos Humanos	133
4.1.4.6 Caruaru	88	8.3.7 Plano de Atualização do Acervo	134
4.1.4.7 Garanhuns	88	8.3.8 Perspectiva de Expansão de Acervo	134
4.1.4.8 Igarassu	88		
4.1.4.9 Ipojuca	89	9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	137
4.1.4.10 Jaboatão dos Guararapes	89	9.1 Introdução	137
4.1.4.11 Olinda	89	9.2 Metodologia Aplicada para Elaboração	137
4.1.4.12 Palmares	89	9.3 Organização da TI	137
4.1.4.13 Paulista	89	9.4 Referencial Estratégico da TI	138
4.1.4.14 Pesqueira	90	9.5 Domínios Estratégicos da TI	138
4.1.4.15 Recife	90	9.6 Relacionamento Estratégico	138
4.1.4.16 Vitória de Santo Antão	91		
4.2 Projeção de Abertura de Cursos e Aumento de Vagas	92	10. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	141
5. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	95	10.1 Autoavaliação Institucional: Âmbitos Conceituais e Mudanças no Marco Regulatório	141
5.1 Diretrizes de Comunicação do IFPE	96	10.1.1 A Autoavaliação Institucional no Âmbito do IFPE	143
5.1.1 Direitos Humanos e Comunicação Acessível	99	10.1.2 Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão	144
5.2 Canais Institucionais de Relacionamento	101	10.1.3 A Avaliação Institucional Interna no Âmbito da Governança – A Auditoria	144
5.3 Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão	103	10.1.4 A Avaliação Institucional Interna no Âmbito da Governança – A CPA	145
5.4 Carta de Serviço ao Cidadão e Aferição da Satisfação dos Usuários	105	10.1.4.1 Comissão Própria de Avaliação	145
6. POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS	107	10.1.4.2 Caracterização da CPA do IFPE	147
6.5 Orientação de Pessoas	110	10.3 Participação da Comunidade Acadêmica	148
6.6 Desenvolvimento de Pessoas	111	10.4 Análise e Divulgação dos Resultados da Avaliação Institucional Interna (Cpa) e da Avaliação Externa (Inep/Mec)	149
6.7 Valorização de Pessoas e Promoção da Segurança do Trabalho e da Saúde	111	10.4.1 Avaliação institucional Interna (CPA)	149
6.7.1 Ergonomia, Saúde e Segurança do Trabalho	112	10.4.2 Avaliação Externa (Inep/MEC)	149
6.7.2 Nutrição	113	10.5 A Avaliação Interna (Institucional e de Cursos) no âmbito da Gestão	152
6.7.3 Atenção à Saúde do Servidor	114	10.5.1 Proden	152
6.8 Sustentabilidade em Gestão de Pessoas	114	10.5.2 Prodin	152
7. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA	117	10.6 Desafios da CPA para o Ciclo PDI (2022-2026)	153
7.1 Capacidade e Sustentabilidade Financeiro-Orçamentária	119	10.6.1 Dimensão 1: Avaliação	153
7.2 Projeções do PLOA	121	10.6.2 Dimensão 2: Comunicação interna e externa	153
7.3 Impactos e Desafios no Âmbito Orçamentário	122	10.6.3 Dimensão 3: Engajamento	153
8. INFRAESTRUTURA	125	10.6.5 Dimensão 5: Publicidade	154
8.1 Obras e Serviço de Engenharia e Manutenção	125	10.6.6 Dimensão 6: Rotina e Processo	154
8.2 Planejamento das Demandas para a Expansão de Infraestrutura	125	Referências	155
8.3 Biblioteca e sua Infraestrutura	129	Anexo 1- Indicadores do PDI 2022 a 2026	156
8.3.1 Campi Caruaru, Garanhuns e Ipojuca	129		
8.3.2 Campus Cabo de Santo Agostinho	130		
8.3.3 Campi Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares	131		
8.3.4 Parâmetros gerais de projeto	132		
8.3.5 Acessibilidade	132		

Apresentação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) apresenta o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o ciclo 2022-2026, instrumento norteador de gestão que propõe um projeto institucional e uma estratégia comprometidos com a Missão, a Visão e os Valores da instituição e com o fortalecimento das suas atividades de ensino, pesquisa e inovação, extensão e administrativas.

O PDI atende, ainda, a exigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes), para fins de habilitação das Instituições de Ensino Superior (IES) no Ministério da Educação (MEC), e ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, como um dos requisitos essenciais para avaliação de cursos superiores e, também, fundamenta-se em várias outras leis, portarias, decretos, resoluções e outras normas citadas ao longo de todo o documento.

Este trabalho foi elaborado por uma comissão instituída por portaria, de forma livre, participativa e democrática, a partir de ampla discussão com toda a comunidade acadêmica (gestores, estudantes, professores, servidores técnico-administrativos e delegados representantes das instâncias colegiadas), sendo, em seguida, submetido a consulta pública e aprovado pelo Conselho Superior, em junho de 2022.

O PDI do IFPE tem como foco primário a reorganização da instituição e a mudança de cultura visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, acadêmicas e de gestão, atuando prioritariamente para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas e, conseqüentemente, ampliando e diversificando as suas ofertas e elevando a qualidade das entregas para os estudantes e a sociedade.

Este documento tem, ainda, papel fundamental para o alinhamento e atendimento das funções de avaliação, tendo em vista a regulação e a supervisão, realizadas tanto como procedimento de autoavaliação

institucional, em dimensão interna, ou avaliação externa, ofertando a ampla divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Conhecendo o cenário e as tendências deste mundo do trabalho contemporâneo e diverso, o IFPE se apoia no planejamento para reagir a condições complexas, voltando-se para as realizações de interesse público, de assistência, formação e desenvolvimento humano, contando com a participação dos servidores, gestores, parceiros e de toda a comunidade acadêmica para fomentar resultados cada dia mais exitosos, dedicado à busca contínua da vida com dignidade humana, equânime e promissora para estudantes e para a população do entorno das unidades de ensino, das cidades, do estado e do país.

1. PERFIL INSTITUCIONAL



1. Perfil Institucional

Figura 1 — Linha do Tempo - Surgimento dos campi e expansões



1.1 O IFPE

Para historiar o nascimento do IFPE é preciso voltar um pouco no tempo, especificamente a 2005, ano do marco no cenário da educação profissional do país: o início do processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, com a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.

Começava, assim, a 1ª fase do Plano de Expansão da Rede, ainda na institucionalidade dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). No contexto do Cefet Pernambuco, era criada a unidade descentralizada de Ipojuca, representada, atualmente, pelo Campus Ipojuca.

Em 2007 ocorre o lançamento da 2ª fase do Plano de Expansão, por meio do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelecia diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

No mesmo ano foi iniciado o processo de chamada pública para instalação das novas unidades, que contemplou as propostas dos municípios de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns.

O Plano de Expansão fomentou a educação profissional e tecnológica no estado, assumindo valor estratégico para o desenvolvimento regional, e permitiu intensificar e diversificar as atividades de ensino visando atender os mais diferenciados públicos.

Porém, o processo de reorganização das instituições somente aconteceu de fato com a promulgação da Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que traziam em sua estrutura a Reitoria e os campi.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. São autarquias vinculadas ao

Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que, diante de suas particularidades, requerem, para seu melhor funcionamento e geração de valor público, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Assim, surge o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Inicialmente, pela aglutinação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e suas unidades Recife, Pesqueira e Ipojuca e as Escola Agrotécnicas Federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória.

Com a nova institucionalidade, iniciou-se um processo de consulta à comunidade com o propósito compreender qual a nossa razão de ser, resultando na seguinte definição: promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Somente em 2009 tem-se, efetivamente, o início da 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal no IFPE, com a criação dos campi Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, concretizando-se as propostas apresentadas em 2007 pelos respectivos municípios.

Em 2011 se inicia a 3ª fase do Plano de Expansão da Rede, que trazia o propósito de superação das desigualdades regionais e a viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para a melhoria de vida da população. Como resultado, o IFPE recebeu os campi de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Paulista, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Palmares.

A história do IFPE integra a centenária Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada inicialmente para atender às classes desfavorecidas. Hoje, a verticalização da estrutura acadêmica possibilita que os sujeitos dessa política sejam plurais e diversos, representando, pois, uma importante estrutura de melhoria da qualidade da educação pública brasileira, por meio da interiorização e expansão da oferta da educação profissional, científica e tecnológica, com o compromisso do ensino com a oferta de cursos

da mesma área nos diversos níveis de escolarização. Os corpos docente e técnico são compostos, em sua maioria, por mestres, doutores e pós-doutores com cursos no Brasil e no exterior, propiciando ao alunado dos diferentes segmentos e à comunidade acadêmica em geral uma equipe habilitada para desenvolver ensino, pesquisa e extensão.

Diante do direcionamento estabelecido pelos instrumentos de governança, por meio do mecanismo de liderança, inicialmente exercido pelo dirigente máximo da entidade, inicia-se um ciclo de gestão com o propósito da materialização da estratégia de geração do valor público declarado na Missão. O planejamento representa a parcela inicial de um ciclo, que contempla ainda as etapas de execução, acompanhamento e a ação de agir no sentido da retroalimentação.

Sobre o tema, considerando a institucionalidade advinda da Lei nº 11.892, de 2008, o IFPE, em atendimento ao disposto no art. 14 dessa lei, respeitando o processo de participação da comunidade acadêmica, elaborou o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o ciclo 2009-2013.

Ressalta-se que a obrigatoriedade da elaboração de um plano de desenvolvimento advém da Lei nº 10.861, de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tendo em vista que a nova institucionalidade da Rede, por se caracterizar como de educação superior, básica e profissional, exige a observância dos dispositivos da lei do Sinaes.

O ciclo de gestão de 2009 a 2013 trouxe como desafio a nova institucionalidade, que aglutinava autarquias consolidadas no cenário da educação profissional do país, com suas histórias e peculiaridades, e lançou olhares para áreas até então incipientes nas estruturas de Cefets e Escolas Agrotécnicas. A pesquisa, a pós-graduação, a inovação e a extensão passavam a integrar as práticas de ensino, através da indissociabilidade, assim como permitia a verticalização do ensino, uma característica das estruturas da Rede.

Diante do processo contínuo de gestão, o IFPE, após o seu primeiro ciclo, inicia uma nova etapa com a aprovação do PDI do ciclo 2014-2018, que buscou consolidar, de maneira incremental, os desafios postos para a nova realidade institucional.

Destaca-se que o segundo ciclo do PDI teve seu prazo de vigência ampliado pelo órgão máximo de governança do IFPE, através das Resoluções nº 74 de 21 de outubro de 2019 e nº 79 de 5 de novembro de 2019.

Como todo instrumento de planejamento, o PDI também deve apresentar a Missão, a Visão e os Valores da instituição. O IFPE, para o ciclo 2022-2026, observando os direcionamentos de governança apresentados na Missão elaborada pela comunidade diante da nova institucionalidade em 2009 e ratificada pelo Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) do IFPE em 2012, traz para esse ciclo uma Visão atualizada, apresentada na seção 2.3 deste documento.

Após essa introdução histórica, o IFPE tem o orgulho de apresentar os seus campi.

1.1.1 Os campi da 1ª fase: Barreiros, Belo Jardim, Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão

1.1.1.1 Campus Barreiros

O Campus Barreiros, que está localizado no município de mesmo nome, é um dos maiores e mais antigos do IFPE, com mais de 90 anos de história. Segundo a classificação atribuída pela Base de Dados do Estado (BDE) de Pernambuco, esse município está localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana, composta por 43 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento da Mata Sul, composta por 24 municípios, e na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, composta por 21 municípios. O município de Barreiros apresenta uma densidade demográfica de 174 hab/km², expressiva para a região da Mata Sul, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (91,44%). Embora possua extensas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, o município conta com participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Pernambuco da ordem de 0,23%, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, de 0,586, e uma taxa de urbanização de 83,43% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O atual Campus Barreiros começou sua história educacional em 1923, como Patronato Agrícola Dr. João Coimbra, na Vila Tamandaré, município de Rio Formoso. Além de ministrar o ensino elementar e práticas agrícolas, recebia jovens remetidos do juizado de menores para serem reintegrados à sociedade. Em 1941, o aprendizado agrícola foi transferido para a propriedade Sapé, no município de Barreiros, onde está localizado atualmente. Seis anos depois passou a se chamar Escola Agrícola João Coimbra. Além do curso de Iniciação Agrícola, passou a ofertar também Mestria Agrícola. Em 1950, uma nova mudança: a instituição passa a se chamar Escola Agrotécnica João Coimbra, somando aos cursos já oferecidos o de Técnico Agrícola. Mais um decreto modificou pela quinta vez o nome do local: em 1964 passou a se chamar Colégio Agrícola João Coimbra, com os cursos Ginásio Agrícola e Técnico Agrícola. A denominação Escola Agrotécnica Federal de Barreiros (EAFB) foi estabelecida no fim da década de 1970. Em dezembro de 2008, passou a formar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

O Campus Barreiros tem uma área de 432 ha e preserva o modelo de escola-fazenda. Por estar situado numa região com alto número de assentamentos de reforma agrária, busca atender a uma demanda na área de recursos naturais, principalmente em relação à agricultura familiar. De acordo com dados de 2015 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a região da Mata Sul de Pernambuco tem 12.658 estabelecimentos da agricultura familiar, com o envolvimento de 39.085 pessoas nessa atividade.

A história econômica da região está intimamente relacionada à monocultura da cana-de-açúcar, a qual passa hoje por uma séria crise que teve início a partir da década de 1990. A crise provocou o fechamento de várias usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar e, como consequência, gerou um alto nível de desemprego na região. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o setor de atividade que mais contratou no município em 2019 foi o agropecuário e, em seguida, o de comércio e serviços, incluindo funções como vendedor, auxiliar de escritório e operador de caixa. A principal atividade agropecuária e agroindustrial ainda é a cana-de-açúcar e seus derivados, mas outras também merecem destaque, como os cultivos de banana, mandioca, hortaliças, inhame e coco; a bovinocultura; a pesca artesanal; o extrativismo de mariscos e crustáceos;

e o cultivo de outras fruteiras tropicais.

A instituição tem um papel fundamental no desenvolvimento da região, oferecendo a formação técnica e tecnológica necessária para seu desenvolvimento socioeconômico, visto que a Mata Sul Pernambucana apresenta um quadro de baixa produtividade, tecnologias inadequadas, nível de informação insuficiente, baixa capacidade de gestão, condições desvantajosas de comercialização, utilização inadequada de recursos naturais, entre outros pontos relevantes de estrangulamento da agricultura familiar da região (SILVA JÚNIOR et al, [2007]).

A atividade turística também é uma das fontes de economia do município, uma vez que ele se localiza na região litorânea. Por ser uma área turística, devido à proximidade do litoral sul de Pernambuco e do litoral norte de Alagoas, a região também vive uma busca por serviços de hospedagem e de produção alimentícia. Assim, apesar de ser de origem agrícola, o Campus Barreiros oferece, hoje, cursos de diferentes eixos tecnológicos: Recursos Naturais; Produção Alimentícia; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design; Informação e Comunicação e Química e Educação.

Um dos principais objetivos do campus é utilizar a experiência adquirida nos 95 anos de funcionamento em prol do desenvolvimento socioeconômico da microrregião da Mata Sul e formar profissionais, e seres humanos, capazes de impulsionar o crescimento não apenas de Barreiros, mas também dos municípios vizinhos. Diante disso, temos o desafio de pensar na oferta de novos cursos e readequar os planos pedagógicos dos cursos existentes de acordo com as necessidades da comunidade, pensando na formação integral dos estudantes, considerando a dura realidade social em que o campus está inserido e priorizando a necessidade de conservação ambiental.

1.1.1.2 Campus Belo Jardim

O Campus Belo Jardim está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião do Agreste Pernambucano, composta por 71 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento do Agreste Central, composta por 27 municípios, e na Microrregião do Vale do Ipojuca,

composta por 16 municípios. O município de Belo Jardim apresenta uma densidade demográfica de 111,83 hab/km², expressiva para a região do Vale do Ipojuca, concentrando a maior parte de sua economia nos setores industrial (37,42%) e de serviços (53,03%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 1,01%, IDH médio, de 0,629, e uma taxa de urbanização de 80,40% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

A história do Campus Belo Jardim tem início com a celebração de um convênio entre o governo federal e o governo do estado de Pernambuco, em 27 de junho de 1958, que autoriza a instalação de uma escola agrícola no município. Em 1964, dá-se a denominação de Ginásio Agrícola de Belo Jardim, que passa, quatro anos depois, a denominar-se Colégio Agrícola de Belo Jardim, com o início dos cursos em 5 de maio de 1970. Em 1979, o Colégio passa a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim (EAFBJ). A partir da criação do IFPE, em 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim transforma-se no Campus Belo Jardim do IFPE.

O Campus Belo Jardim conta atualmente com cursos técnicos de áreas distintas do conhecimento, nas diversas modalidades e níveis. Os primeiros cursos foram de Agropecuária, a partir de 1970, e Agroindústria, a partir de 1999. Este último surgiu para atender a uma demanda da Microrregião do Vale do Ipojuca, local geográfico em que está inserida a cidade de Belo Jardim, visto que a referida região é um polo econômico voltado para a indústria, o setor alimentício, o comércio, a agricultura de diversas culturas e a criação de gado e aves. Atualmente, ambos os cursos são oferecidos nas formas integrado e subsequente.

O curso de técnico em Enfermagem do IFPE – Campus Belo Jardim foi criado em agosto de 2001. Durante aproximadamente dois anos e meio (1999 a 2001), discutiram-se dentro da instituição procedimentos que pudessem indicar novos cursos que poderiam ser implantados na EAFBJ, bem como considerar os itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, a estrutura sócio-ocupacional e os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos que orientam uma formação educacional bem alicerçada.

O primeiro curso de informática surgiu na modalidade subsequente, em 2002,

com uma primeira turma de 30 alunos. Com o desenvolvimento da indústria regional, a procura pelo curso aumentou de maneira exponencial, e, em 2006, foi criada a primeira turma de técnicos em informática concomitante ao ensino médio. Em 2010, passou a ser denominado Curso Técnico em Informática para a Internet e ofertado na modalidade integrado. A partir da experiência adquirida, surge o curso de bacharelado em Engenharia de Software no Campus Belo Jardim.

Desde o ano de 2011, o campus oferta o curso de licenciatura em Música, que prepara professores para atuar tanto na Educação Básica quanto em escolas especializadas em Música (Conservatórios, Centros de Educação e Escolas de Música), ou em espaços não formais onde o ensino de música ocorra (igrejas, ONGs, projetos culturais etc.). As contribuições dessa formação, pensada a partir da demanda popular da região, tem importância fundamental diante da forte tradição musical da região, caracterizada, sobretudo, pela prática instrumental no campo das orquestras populares e no tradicional movimento de bandas de música.

O IFPE – Campus Belo Jardim tem como perspectiva para o ciclo do PDI 2022-2026 desenvolver várias ações focadas no fortalecimento contínuo do campus na região. Entre elas, uma prioridade é a ampliação da subestação elétrica, que é vital para o desenvolvimento de outros projetos, além da consolidação da nova bovinocultura e do curso bacharelado em Engenharia de Software, com a ampliação de laboratórios de práticas de desenvolvimento de sistemas de informação. Não podemos deixar de considerar também a oferta de novos cursos e o aumento de alunos, observando a verticalização dos cursos técnicos já oferecidos.

1.1.1.3 Campus Ipojuca

O Campus Ipojuca está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Região de Desenvolvimento e na Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e na Microrregião de Suape, composta por 2 municípios (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca). Ipojuca apresenta uma densidade demográfica de 151,39 hab/Km², relevante para a região Metropolitana do Recife, concentrando a maior parte de sua economia nos setores industrial (50,92%)

e de serviços (48,01%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 6,21%, IDH médio, de 0,619, e uma taxa de urbanização de 74,06% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

A presença do campus do IFPE em Ipojuca faz parte de uma história recente de profundas transformações na região. Historicamente marcada pelo cultivo da cana-de-açúcar, nas últimas décadas a cidade recebeu vultosos investimentos para a instalação de um importante polo empresarial e um dos maiores portos do país, no atual Complexo Industrial de Suape. Com a Portaria nº 851, de 3 de setembro de 2007, do Ministério da Educação, o Campus Ipojuca foi o primeiro da expansão da Rede Federal em Pernambuco, ainda como Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) do Cefet-PE. Em 31 de outubro de 2007, ocorreu a aula inaugural dos cursos técnicos subsequentes em Automação Industrial, Química e Segurança do Trabalho. Em maio de 2008, a Uned Ipojuca passou a funcionar em sede própria, às margens da PE-60, ainda com parte das obras em andamento, até tornar-se IFPE – Campus Ipojuca. A inauguração formal ocorreu em 11 de novembro de 2009.

O campus se fez presente nas diversas audiências públicas que fizeram parte do planejamento do Complexo Industrial e Portuário de Suape e, entre 2009 e 2015, integrou o Fórum Suape Global, iniciativa de articulação de provedores de bens e serviços para a indústria de petróleo, gás, construção naval e offshore que debateu soluções e encaminhou projetos para a consolidação do setor na região. Como principal integrante da área de educação do fórum, o Campus Ipojuca foi convidado a integrar a missão de cooperação internacional enviada pelo governo do estado ao Panamá, para promoção e modernização das atividades portuárias naquele país.

Em 2011, o campus implementou mais dois cursos técnicos subsequentes, em Petroquímica e Construção Naval, e seu primeiro curso superior, de licenciatura em Química. Em 2019, o Campus Ipojuca reforçou sua oferta no ensino superior, admitindo a primeira turma do curso de Engenharia Mecânica. No ano seguinte, concretizou mais uma etapa no processo de verticalização do ensino profissional, científico e tecnológico: iniciaram-se os cursos técnicos integrados em Mecânica e Segurança do Trabalho, atendendo à expressiva demanda local pela oferta de ensino médio associado à formação profissional e tecnológica. Através de convênios institucionais com

a Secretaria de Educação de Pernambuco, o campus também vem ofertando cursos na modalidade Proeja, nas áreas de Agente de Observação na Indústria e de Eletricista Instalador Industrial.

Há um esforço constante da comunidade acadêmica para que a oferta e o perfil dos cursos do Campus Ipojuca, assim como as atividades de ensino, pesquisa e extensão, estejam em consonância com as demandas da população e dos arranjos produtivos locais. Por isso, o campus sempre buscou estabelecer e aprofundar as relações institucionais com empresas e instituições públicas e privadas, assim como com as diversas instâncias do poder público atuantes na região. Inúmeras parcerias com as empresas instaladas no Complexo de Suape possibilitaram a oferta de cursos de extensão e de formação continuada, a doação de equipamentos atualizados para os laboratórios do campus, a realização de programas de estágio, entre outros resultados.

Por estar situado em uma região economicamente dinâmica, mas muito desigual, com indicadores sociais muito baixos, o campus tem a preocupação de contribuir objetivamente com a melhora da qualidade de vida da população, em especial das comunidades do entorno. Os projetos de extensão são a principal interface com as comunidades de origem dos estudantes e lideranças populares em geral; os bairros de Vila Califórnia, Camela e Ipojuca Sede, e o Quilombo da Ilha de Mercês, são alguns dos lócus de execução desses programas, que recebem os extensionistas do campus e são por eles convidados para atividades desenvolvidas no espaço do IFPE. Assim, a missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica vem contribuindo para tornar o processo de desenvolvimento dessa região mais inclusivo, atendendo à demanda por capacitação dos trabalhadores locais e desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão direcionados aos interesses da população.

1.1.1.4 Campus Pesqueira

O Campus Pesqueira está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião do Agreste Pernambucano, composta por 71 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento do Agreste

Central, composta por 27 municípios, e na Microrregião do Vale do Ipojuca, composta por 16 municípios. Pesqueira apresenta uma média densidade demográfica de 63,21 hab/km², importante para a região do Vale do Ipojuca, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (86,78%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 0,36%, IDH médio, de 0,610, e uma taxa de urbanização de 71,71% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O Campus Pesqueira do IFPE é o quinto mais antigo da instituição e completa 29 anos de existência em 2022, levando em consideração o período em que foi uma Uned da antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE). A Uned Pesqueira da ETFPE teve sua origem em 1987, dentro do Programa de Expansão do Ensino Técnico, que tinha como objetivo interiorizar essa modalidade de ensino, dando oportunidade aos jovens do interior do país de acesso ao ensino técnico, possibilitando uma qualificação da mão de obra regional.

Entre as 90 cidades selecionadas para fazer parte do programa, Pesqueira foi escolhida como o primeiro município a sediar uma Escola Técnica no Agreste de Pernambuco. Essa unidade de ensino, apesar de autorizada a funcionar em 1992, só iniciou as suas atividades em 1993, com a oferta dos cursos técnicos integrados de Eletrotécnica e Edificações. Atualmente, o Campus Pesqueira tem no seu quadro 101 docentes, 70 servidores técnico-administrativos, 38 servidores terceirizados e cerca de 1692 estudantes matriculados (incluindo ingressantes nos cursos de extensão), de acordo com dados de 2020 da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Diferentes esferas produtivas e de serviços são beneficiadas pelas formações ofertadas pelo Campus Pesqueira, que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Desde a chegada do IFPE à cidade, houve um avanço gradual do IDH do município, que era de 0,370 em 1991, passou para 0,482 no ano 2000 e, em 2010, subiu para 0,610. Na área de saúde, a formação em nível superior de 150 profissionais de Enfermagem, nos últimos cinco anos, contribuiu sobremaneira para a melhoria dos indicadores regionais de saúde e alinha-se à verticalização do ensino, tendo em vista a oferta de cursos técnicos de Enfermagem pelo Campus Belo Jardim, na mesma região.

Nas áreas de desenvolvimento tecnológico e infraestrutura, os cursos técnicos de Edificações e Eletrotécnica, bem como o curso superior de Engenharia Elétrica, são igualmente estratégicos, com a formação de mão de obra especializada para a manutenção e ampliação do polo industrial do agreste, a construção civil, o incentivo à geração de energias renováveis, além do fomento à inovação e ao empreendedorismo. Já a formação de professores pelas licenciaturas em Matemática e Física passou a suprir uma carência histórica de especialistas no ensino de disciplinas fundamentais na educação básica de centenas de jovens. Por fim, os cursos de Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho, na modalidade Proeja, oferecem importante material humano para subsidiar as atividades de apoio a todos os setores produtivos.

O aspecto da responsabilidade social se propaga no Campus Pesqueira em suas diversas instâncias de atuação, como as do ensino supramencionadas, perpassando também pelas ações de pesquisa e de extensão. O Campus Pesqueira realiza ações de pesquisa, inovação e extensão nas áreas de defesa do meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social, além de diversas outras áreas. No campo do desenvolvimento sustentável, destaca-se a implantação do Centro de Referência em Energia Solar Fotovoltaica (CRESF) – que envolve importantes acordos de cooperação técnica e parcerias com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Empresa de Turismo de Pernambuco – Empetur (Usina Solar da Arena Pernambuco) e que incidiu na aprovação de importantes projetos em órgãos de financiamento (FACEPE e CNPq) –, que foca o uso da energia limpa e fortalece o desenvolvimento e a expansão da Usina Solar do campus, implantada em 2015, atualmente com capacidade de geração instalada de 51 kW, o que se unifica a importantes projetos no contexto do meio ambiente.

No que diz respeito às políticas relacionadas aos indígenas e quilombolas, é possível perceber um investimento ao longo do anos em prol de um estreitamento da relação do campus com as comunidades dos povos tradicionais, materializada através da participação institucional efetiva nos eventos da comunidade, como a Pajelança, a Assembleia Anual do Povo Xukuru e os eventos relacionados a agricultura (troca de sementes); visitas in loco nas comunidades quilombolas para a construção de uma relação com as lideranças e a comunidade, objetivando a realização de ações direcionadas;

execução de projetos de extensão que discutem a questão dos povos indígenas e sua transversalidade com os saberes tradicionais; amplo diálogo com as representações estudantis para a realização dos eventos anuais do Abril Indígena. O Campus Pesqueira tem atualmente 64 estudantes indígenas regularmente matriculados em seus diversos cursos.

1.1.1.5 Campus Recife

O Campus Recife está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Região de Desenvolvimento e Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e também pode ser agrupado na Microrregião de Recife, composta por 8 municípios. Recife, por ser a capital do estado, conta com a expressiva densidade demográfica de 7.037,61 hab/km², embora não seja a maior do estado, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (87,28%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 34,33%, IDH alto, de 0,772, e uma taxa de urbanização de 100% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O Campus Recife do IFPE apresenta tradição na formação de cidadãos e profissionais. Um retorno no tempo nos leva a 1909, ano de fundação da então Escola de Aprendizes Artífices, que funcionava no antigo Mercado Delmiro Gouveia. A unidade atendia jovens de classes socialmente desfavorecidas do Recife, com oficinas de mecânica, marcenaria, carpintaria, alfaiataria e desenho, bem como ministrava aulas referentes ao ensino básico.

A instituição passou a funcionar, a partir de 1923, nas instalações do Ginásio Pernambucano, e só em 1933 conquistou sede própria (o atual prédio da Fundação Joaquim Nabuco, no Derby). Na nova fase, chegou a receber a visita do presidente Getúlio Vargas. Alunos concluintes de 1939 foram cedidos pela escola para combater na Segunda Guerra Mundial. Nesse percurso, a instituição recebeu diferentes nomes, a saber: Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco. Na instituição foi criado o primeiro curso de Segurança do Trabalho do país, bem como foi registrada a primeira greve estudantil

do Brasil. Face aos estragos decorrentes da histórica enchente de 1975, a unidade de ensino, instalada às margens do Capibaribe, demandou a construção de uma nova sede: o prédio onde atualmente funciona o IFPE – Campus Recife.

O ano de 1999 marcou mais uma alteração não somente no nome (para Cefet-PE), mas também no perfil da instituição. Somente a partir do final de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892, de 2008, passou-se à atual proposta, voltada à educação profissional e tecnológica.

Concentrando a maior comunidade do IFPE, o Campus Recife totaliza quase mil profissionais da educação (entre docentes, técnico-administrativos e terceirizados) e aproximadamente 6 mil estudantes de cursos nas modalidades técnico integrado, Proeja, subsequente, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação.

Em 110 anos de história, o IFPE – Campus Recife se consagrou por apresentar vocação no ensino profissional e tecnológico de excelência voltado para a formação de cidadãos e de indivíduos qualificados para ingresso no mundo do trabalho. No total, a instituição conta com 18 cursos, distribuídos nas modalidades integrado (ensino médio integrado ao técnico), técnico subsequente, técnico Proeja, superior tecnológico (tecnólogo), bacharelados, licenciatura e pós-graduação (especialização e mestrado).

A sede do Campus Recife também abriga a Reitoria do IFPE, sendo um ponto de convergência dos demais 15 campi da instituição. De vocação industrial desde a sua fundação, a unidade reflete a natureza inovadora da cidade, ao mesmo tempo que impacta no seu desenvolvimento. O alcance de sua atuação extrapola os limites geográficos da capital, sendo a escolha de gerações de estudantes vindos dos mais diversos pontos do estado. Uma das principais características do processo formativo do Campus Recife é a sua verticalidade, o que propicia que muitos estudantes comecem com o ensino técnico integrado ao médio, conheçam a iniciação científica e a extensão e continuem na instituição no ensino superior e na pós-graduação lato e stricto sensu. O tripé de sustentação dessa experiência (ensino, pesquisa e extensão) reflete a forma de interação do campus com a sociedade.

1.1.1.6 Campus Vitória de Santo Antão

O Campus Vitória de Santo Antão está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana, composta por 43 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento da Mata Sul, composta por 24 municípios, e na Microrregião da Vitória de Santo Antão, composta por 5 municípios. Vitória de Santo Antão apresenta uma densidade demográfica de 349,58 hab/km², expressiva para a região da Mata Sul, concentrando a maior parte de sua economia nos setores industrial (29,52%) e de serviços (68,30%). Embora possua extensas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar e de hortaliças, o município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 1,50%, IDH médio, de 0,640, e uma taxa de urbanização de 87,27% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O IFPE – Campus Vitória de Santo Antão foi criado em 2 de junho de 1954, com o nome de Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica. Em 2008, depois de várias denominações, a então Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual faz parte o IFPE, e passou a se chamar Campus Vitória de Santo Antão do Instituto Federal de Pernambuco. O Campus Vitória possui área de 140 hectares e está localizado a cerca de dois quilômetros do centro comercial do município. A ampla estrutura física e pedagógica da instituição inclui laboratórios de pesquisa e de produção, auditório, biblioteca, ginásio poliesportivo, salas de jogos, salas de aula e bloco administrativo, além de refeitório e alojamentos, o que permite a permanência de estudantes na escola em moradia e semimoradia estudantil, possibilidade fundamental para garantir o apoio a estudantes advindos de áreas mais distantes. Atualmente, o IFPE – Campus Vitória conta com cerca de mil estudantes.

A instituição também possui convênios de cooperação técnica e parcerias com diversos órgãos e instituições de ensino, pesquisa, extensão e produção, visando a seu aperfeiçoamento técnico e pedagógico, encaminhando discentes para estágios e alocação de egressos no mercado de trabalho. Hoje, o campus atende não só a população vitoriense, mas cerca de 40 cidades da

região, além de possuir estudantes oriundos de outros estados brasileiros.

O campus encontra-se inserido em região que tem uma importante economia agrícola e agroindustrial, tendo como base a produção de cana-de-açúcar e produtos derivados, como o açúcar, o álcool, o melaço e a aguardente, e de produtos hortifrutigranjeiros, constituindo-se hoje como o “cinturão verde” da Região Metropolitana do Recife. Além da produção agrícola estabelecida, Vitória de Santo Antão e região apresentam uma forte tendência para a diversificação de suas atividades econômicas, com destaque para a fruticultura, a aquicultura, a pecuária, a indústria de transformação, sobretudo alimentícia, o comércio varejista, a prestação de serviços, sobretudo de assistência técnica, e a área da educação (universidades públicas e privadas, faculdades e escolas de nível médio e fundamental públicas e privadas).

A expansão do setor de alimentos, em especial, tem contemplado a cidade, que, fora da Região Metropolitana do Recife, tem integrado o processo de interiorização de empresas multinacionais com parcerias envolvendo os governos estadual e federal. Nesse contexto, registra-se a vinda de empresas como a Kraft Foods, segunda maior empresa de alimentos do mundo; a Sadia, empresa catarinense cuja fábrica em Vitória é a primeira a produzir com zero de emissão de gás carbônico (CO₂); a Pitú, empresa 100% pernambucana, uma das maiores indústrias de bebidas destiladas do país e líder na região Nordeste, comercializando cerca de 2,5 milhões de litros para mais de 60 países.

Desse modo, ao longo dos 66 anos de existência, contando desde a Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica, o IFPE – Campus Vitória de Santo Antão, em alinhamento com o arranjo produtivo local, vem formando técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Agricultura, Zootecnia, Economia Doméstica e Informática; bacharéis em Agronomia; e licenciados em Química, contribuindo para o desenvolvimento intelectual, social, econômico e ambiental de Vitória de Santo Antão e dos municípios vizinhos, como Aliança, Lagoa de Itaenga, Barra de Guabiraba, Sairé, Pombos, Gravatá, São Joaquim do Monte, Primavera, Ribeirão, Glória do Goitá, Feira Nova, Bezerros, Bonito, Passira, Limoeiro e Escada.

1.1.2 Os campi da 2ª fase: Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns

1.1.2.1 Campus Afogados da Ingazeira

O Campus Afogados da Ingazeira está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano, composta por 41 municípios, e também pode ser agrupado na Microrregião de Desenvolvimento do Sertão do Pajeú, composta por 17 municípios. Região com expressiva densidade demográfica 92,90 hab/km² para o semiárido nordestino, concentra a maior parte de sua economia no setor de serviços (90,12%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 0,23%, IDH médio, de 0,657, e uma taxa de urbanização de 78,10% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O Campus Afogados da Ingazeira localiza-se no sertão do estado de Pernambuco e foi inaugurado em agosto de 2010. Em seus primeiros passos, matriculou 236 estudantes nos três cursos técnicos subsequentes com duração de 2 anos – Agroindústria, Saneamento e Eletroeletrônica.

Atualmente com cerca de 1127 estudantes, o campus tem matriz composta pelos cursos médios integrados em Informática e Saneamento; técnicos subsequentes em Agroindústria, Eletroeletrônica e Saneamento; licenciatura em Computação; bacharelado em Engenharia Civil; pós-graduação lato sensu em Educação do Campo; e Cursos de Qualificação Profissional de Jovens e Adultos (Proeja) em Manutenção e Suporte de Computadores e Proeja em Panificação e Confeitaria, ofertados de forma concomitante com o estado. Em pouco tempo de operacionalização, o campus se constituiu como um dos principais centros educacionais da Microrregião do Pajeú.

A estrutura física atual do campus inclui salas de aula, laboratórios específicos para as áreas de produção alimentícia, informática, física aplicada, infraestrutura e controle, e processos industriais, biblioteca, sala de professores e coordenações de cursos, áreas de apoio com equipe multidisciplinar e espaços para os setores administrativos. Em relação aos

recursos humanos, o campus apresenta avanços significativos desde a sua implantação e inauguração, viabilizadas pelo empenho de 07 servidores contratados à época. Atualmente, dispõe de um corpo docente composto por 54 servidores pertencentes ao quadro permanente e dois professores substitutos, além de 37 servidores técnico-administrativos.

O campus encontra-se em fase de instalação de Laboratório Maker, contemplado pelo edital nacional nº 35/2020 da Setec/MEC, que teve como objetivo apoiar a criação de Lab IFMaker nas unidades acadêmicas da Rede Federal, exclusivamente por meio da aquisição de equipamentos, com o objetivo de disseminar os princípios que norteiam o ensino Maker e propiciar o desenvolvimento da cultura learning by doing. Ressalta-se que o campus obteve a 25ª posição, e tal implementação favorecerá a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo a comunidade local, permitindo a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica.

Ainda em relação à infraestrutura, o campus foi contemplado na Chamada Pública de Projetos REE 002/2019, da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), cujo objetivo foi selecionar projetos de eficiência energética no uso final de energia elétrica no âmbito Programa de Eficiência Energética (PEE), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A instalação desse projeto propiciará uma redução no custo da energia elétrica e a utilização de energia de matriz renovável para operacionalizar as atividades do campus.

Para os próximos anos, os desafios são inúmeros, entre a integralização dos dois cursos superiores implantados recentemente, Engenharia Civil e licenciatura em Computação; a elaboração e oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em 3 anos; a viabilização da construção de uma quadra ou ginásio poliesportivo e refeitório para fazer frente às demandas estudantis; a necessidade constante de aprimoramento da matriz de cursos ofertados, visando ao atendimento dos arranjos produtivos e sociais da região.

1.1.2.2 Campus Caruaru

O Campus Caruaru está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião

do Agreste Pernambucano, composta por 71 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento do Agreste Central, composta por 27 municípios, e na Microrregião do Vale do Ipojuca, composta por 16 municípios. Caruaru apresenta uma densidade demográfica de 342 hab/km², expressiva para a Região do Agreste Pernambucano, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (85,5%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 3,84%, IDH médio, de 0,677, e uma taxa de urbanização de 88,78% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

Há 11 anos a população de Caruaru recebia uma sede do IFPE. Foi no dia 27 de agosto de 2010, na 2ª fase do Plano de Expansão da instituição, resultado da interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O campus funcionou por alguns meses na sede provisória, instalada na Escola Álvaro Lins, mas no mesmo ano passou para a sede definitiva, situada no Distrito Industrial, próximo ao Alto do Moura.

Segundo dados do IBGE, Caruaru é uma cidade com área territorial de 923,150 km² e população estimada de 369.343 pessoas em 2021. O IFPE – Campus Caruaru veio ao encontro da vocação do município e da região circunvizinha para empreendimentos nos setores de comércio, serviço e indústria. Cerca de 80% dos estudantes têm renda familiar menor que um salário mínimo, de acordo com a PNP, comprovando o papel do Instituto na redução das desigualdades. Com uma proposta de educação inclusiva, gratuita e cidadã, ao longo dos anos o Instituto construiu uma base sólida e forte que vem contribuindo para o crescimento profissional e fortalecendo a cidade de Caruaru e entorno.

Resultado de consulta pública, inicialmente foram ofertados os cursos técnicos subsequentes em Edificações, Segurança do Trabalho e Mecatrônica. Em 2012, esses cursos também passaram a ser oferecidos na modalidade integrada ao ensino médio. No mesmo ano, foi aberto o curso superior de Engenharia Mecânica, o primeiro no interior de Pernambuco, avaliado com o conceito máximo no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (Enade), em 2018. Recentemente o campus também passou a oferecer as pós-graduações lato sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho (2019) e Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas (2021). A capacidade

total de estudantes que o campus possui é de 1400 discentes, além dos 136 profissionais da educação, entre docentes e técnico-administrativos, efetivos e substitutos.

A partir de dezembro de 2018, a comunidade acadêmica passou a contar com um bloco construído especificamente para o curso de Engenharia Mecânica. Com 1.200 m², a estrutura abriga os laboratórios de Fabricação, Comandos Numéricos Computadorizados (CNC), Informática, Metrologia, Ensaios Mecânicos, Térmica e Elétrica, além dos espaços reservados para a empresa júnior, o Projeto Bajagreste, auditório, coordenação e sala para professores. O contato direto com os equipamentos permite uma maior didática nas disciplinas e a ampliação dos projetos de pesquisa desenvolvidos. Nesse mesmo ano, o campus passou a oferecer alimentação escolar aos estudantes, nos três turnos, através dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os alimentos, como bolos, frutas e pães, são produzidos por agricultores e agricultoras familiares do Assentamento Normandia.

A diversidade de projetos, cursos e atividades tem permitido que o IFPE – Campus Caruaru se destaque com o diferencial na formação de mão de obra qualificada para a região do Agreste Central de Pernambuco. Como resultado de todo o esforço da comunidade acadêmica, o IFPE foi a melhor escola pública de Caruaru no Enem em 2018 e 2019 e está posicionado entre as quatro melhores da cidade, considerando públicas e privadas. Adicionalmente, apenas no ano de 2019, foram 18 medalhas olímpicas e 26 menções honrosas em olimpíadas regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Nos próximos cinco anos o IFPE – Campus Caruaru traz como desafios questões como ampliação da infraestrutura de apoio às atividades de esporte e lazer para os estudantes (atividades de ensino) e profissionais da educação (apoio à realização do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQVT). Quanto à pesquisa, o campus prospecta a oferta de pós-graduação interinstitucional (IFPE/UFPE) na área de inovação e sustentabilidade. Quanto à extensão, verifica-se como primordial a ampliação de parcerias com empresas da região do Agreste em prol de mais oportunidades de profissionalização dos estudantes e técnicos da unidade.

1.1.2.3 Campus Garanhuns

O Campus Garanhuns está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião do Agreste Pernambucano, composta por 71 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento do Agreste Meridional, composta por 26 municípios, e na Microrregião de Garanhuns, composta por 19 municípios. Garanhuns apresenta uma densidade demográfica de 282,21 hab/km², expressiva para a região do Agreste Meridional Pernambucano, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (87,97%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 1,31%, IDH médio, de 0,664, e uma taxa de urbanização de 89,14% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

Embora jamais concluída, a ferrovia Recife and São Francisco Railway Company tinha como objetivo conectar o porto do Recife ao sistema de navegação do Rio São Francisco, nas imediações da cidade de Paulo Afonso, na Bahia. Contudo, em 1887, ao alcançar a cidade de Garanhuns, teve as suas obras paralisadas. Isso, entretanto, criou condições para o surgimento de um polo de comércio e de prestação de serviços, que teve desdobramentos em uma rede urbana consolidada nas décadas seguintes, com o progressivo adensamento populacional. Assim, Garanhuns se consolidou como um polo regional de uma rede urbana que atende a 22 municípios.

No contexto da expansão das instituições federais de ensino, atendendo à necessária interiorização do ensino técnico e superior de alta qualidade, devemos compreender a chegada do campus do IFPE ao município de Garanhuns como uma caixa de ressonância para os impactos do desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. A permanência, na região, de jovens que até pouco tempo atrás eram obrigados a se deslocar para grandes centros urbanos a fim de complementar a formação acadêmica contribui com o desenvolvimento de novos arranjos produtivos e cria um ambiente culturalmente rico, apto à solução dos diversos problemas locais.

O campus oferta, atualmente, cursos nos seguintes eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais; Informação e Comunicação; Ambiente, Saúde e Segurança, por meio dos Cursos Técnicos em Eletroeletrônica, Informática e Meio Ambiente, ofertados nas modalidades integrado e subsequente ao ensino médio e educação de jovens e adultos, o bacharelado em Engenharia Elétrica (2015), o tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2019) e duas pós-graduações lato sensu: Desenvolvimento de Software para Web e Dispositivos Móveis (2016) e Linguagem e Práticas Sociais (2019) .

No que concerne a um dos marcos essenciais, os cursos técnicos do Campus Garanhuns têm respaldo na sociedade local, o que tem possibilitado não apenas inserção em empresas, mas também iniciativas pessoais de empreendedorismo de nossos egressos. De igual modo, é pertinente registrar que muitos desses ex-alunos optam por uma continuidade de nível superior afim ao curso técnico, assim como outros obtêm resultados em processos vestibulares acirrados em cursos disputados, podendo ingressar nas engenharias, no direito, na medicina, entre outros.

O impacto regional do IFPE – Campus Garanhuns repousa no fato de ser a mais qualificada instituição de educação básica da região, bem como por estar também entre as mais relevantes de ensino superior, tanto na rede pública quanto na rede particular. O corpo docente é composto em sua maioria por professores mestres, doutores e pós-doutores com cursos no Brasil e exterior, propiciando ao alunado dos diferentes segmentos uma equipe habilitada para desenvolver ensino, pesquisa e extensão.

A principal meta do Campus Garanhuns é ampliar a gama de atendidos sem perder a qualidade, aumentando as políticas de permanência, credenciando-se em parcerias de caráter público e/ou privado e criando novos cursos nos seus três segmentos de estudos (quer sejam cursos regulares ou de extensão), destacando-se, dessa maneira, na sociedade local e sendo ainda mais visto como porta de acesso que alie carreira acadêmica e mercado de trabalho.

1.1.3 Os campi da 3ª fase: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares e Paulista

1.1.3.1 Campus Abreu e Lima

O Campus Abreu e Lima faz parte do grupo dos sete novos campi da 3ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Localizado no município de Abreu e Lima, que pertence à Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e à Microrregião do Recife, está a uma distância de 19 km da capital e apresenta densidade demográfica de 724,90 hab/km², concentrando maior parte de sua economia no setor industrial (27,18%) e de serviços (72,08%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 0,93%, IDH médio, de 0,679, e uma taxa de urbanização de 91,74% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O setor de serviços é o mais representativo na economia abreu-limense, seguido pelo setor industrial e da agricultura. O município de Abreu e Lima apresenta um variado comércio e um crescente parque industrial que abriga empresas pernambucanas, nacionais e multinacionais. Relatório de pesquisa elaborado em 2012 pela Praxian, empresa contratada para identificar a demanda por empregabilidade técnica e tecnológica, assim como a necessidade de formação e capacitação de profissionais para atuar no desenvolvimento socioeconômico da região, identificou os eixos Segurança e Ambiente e Saúde como aqueles mais importantes, segundo empresas e a comunidade.

As atividades acadêmicas do Campus Abreu e Lima começaram em dezembro de 2014, com dois cursos técnicos, o de Auxiliar Administrativo e o de Recepcionista, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em 2015, iniciaram-se as aulas para Agente de Proteção Social Básica e Preparador de Doces e Conservas, cursos que também faziam parte do Pronatec e do Programa Mulheres Mil. No primeiro semestre de 2016, foram realizadas as inscrições para o primeiro vestibular do Campus Abreu e Lima, registrando-se 849 inscrições para 160 vagas do curso técnico

subsequente em Segurança do Trabalho. A primeira formatura do curso foi realizada no dia 31 de maio de 2019.

O processo seletivo para o curso técnico subsequente em Enfermagem se apresenta como um dos mais concorridos do IFPE desde a sua primeira oferta, em 2017.2. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que o número ideal da existência de profissionais de enfermagem em proporção à população é de um profissional de enfermagem para cada 500 habitantes (1:500). Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Abreu e Lima, no ano de 2016, o município contabilizava um total de 94.429 mil habitantes e 145 técnicos em enfermagem, perfazendo uma proporção de um profissional de enfermagem para cada 652 habitantes, evidenciando a necessidade de contratação de técnicos em enfermagem no município.

Em agosto de 2019, foi realizada a transferência do campus, do Colégio São José para a sua sede definitiva, com a utilização parcial dos blocos. Com a ampliação do número de salas de aula, foi possível o aumento de ofertas de vagas para os cursos do campus. No dia 14 de agosto de 2019, foi realizada a aula inaugural da primeira turma do curso Capacitação Profissional em Cuidador de Idosos (Proeja), uma parceria firmada entre o IFPE e a Secretaria de Educação de Pernambuco. No primeiro semestre de 2020 foi concluída toda a obra do campus e realizada a transferência do setor administrativo para o bloco A.

Abreu e Lima e região têm uma forte tendência de expansão nos próximos anos. A sua rede de saúde, apesar de insuficiente, já conta com uma grande variedade de serviços, e o esperado para os próximos anos é um contínuo desenvolvimento, visando melhor atender a população da região, em meio à crescente demanda dos serviços e da indústria. Nesse contexto, a presença do IFPE – Campus Abreu e Lima permite a ampliação de qualificação profissional, por meio de educação pública, gratuita e de qualidade.

1.1.3.2 Campus Cabo de Santo Agostinho

O Campus Cabo de Santo Agostinho integra a 3ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal, iniciada no 2º semestre de 2011. Nesse sentido, a unidade recebeu autorização para funcionamento por meio da Portaria nº 993, de 7

de outubro de 2013, do Ministério da Educação, iniciando suas atividades em sede provisória, localizada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho (FACHUCA), com cursos integrantes do então Pronatec, os quais foram sendo realizados até 2017 no município e na unidade remota estabelecida na cidade de Camaragibe/PE.

O campus está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está situado na Região de Desenvolvimento e na Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e na Microrregião de Suape, composta por dois municípios. O Cabo de Santo Agostinho apresenta uma densidade demográfica de 414,32 hab/km², expressiva para a região Metropolitana do Recife, concentrando a maior parte de sua economia nos setores industrial (34,6%) e de serviços (64,9%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 5,24%, IDH alto, de 0,812, e uma taxa de urbanização de 90,68% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]). Com população estimada em aproximadamente 210.000 habitantes, de acordo com dados do IBGE, o município do Cabo de Santo Agostinho tem sua economia organizada, principalmente, no setor da indústria (4º lugar em Pernambuco) e no setor de serviços em geral (7º lugar em Pernambuco), com destaque para as atividades comerciais e turísticas. A cidade integra, ainda, o chamado Território Estratégico de Suape.

Com base nos estudos econômicos e sociais da região, o Campus Cabo de Santo Agostinho, em cumprimento aos objetivos previstos na Lei nº 11.892, de 2008, implantou cursos regulares, em observância aos arranjos produtivos da região e na perspectiva da verticalização do ensino, estando, atualmente, com 13 (treze) cursos regulares distribuídos em 4 (quatro) eixos, a seguir relacionados, os quais contam com cerca de 750 (setecentos e cinquenta) estudantes vinculados:

a) Eixo Ambiente e Saúde: técnico subsequente em Meio Ambiente (2014) e bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária (2020);

b) Eixo Gestão e Negócios: qualificação profissional em Almoxarife – Projeja (2015), técnico subsequente em Logística (2014), bacharelado em Administração (2019) e pós-graduação lato sensu em Gestão Estratégica em Logística (2018);

c) Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer: qualificação profissional em Agente de Informações Turísticas (2019), técnico subsequente em Cozinha (2016), técnico subsequente em Hospedagem (2013), superior de tecnologia em Gastronomia (2020) e superior de tecnologia em Hotelaria (2019); e

d) Eixo Desenvolvimento Educacional e Social: qualificação profissional em Espanhol Básico (2018) e qualificação profissional em Inglês Básico (2018).

Atualmente com 80 profissionais da educação efetivos, entre docentes e técnico-administrativos, o Campus Cabo de Santo Agostinho vivencia a conclusão de processo de mudança para a sua sede definitiva, localizada no bairro de Mercês, praticamente equipada, que permitirá a duplicação do número de estudantes atendidos. A partir de celebração de convênios e acordos de cooperação técnica com instituições em geral, ampliando as possibilidades dos nossos estudantes no mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento de projetos e ações de pesquisa, extensão, inovação e empregabilidade, o campus vem fortalecendo sua atuação na região. Podemos citar como exemplo bem-sucedido a parceria com o Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros (Suape) em projeto com os estudantes do curso técnico em Meio Ambiente destinado ao levantamento, mapeamento e diagnóstico das nascentes de rios na área do Complexo Portuário Industrial de Suape.

Com mais de 900 egressos dos cursos regulares e do Pronatec e perto de completar dez anos de existência, o Campus Cabo de Santo Agostinho apresenta como desafios para os próximos anos a efetiva ocupação da sede definitiva e a consolidação da oferta de cursos regulares, à luz da lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos eixos tecnológicos de vocação do campus, com a implantação dos cursos integrados e das pós-graduações lato sensu nas áreas de Ambiente e Saúde e de Turismo, Hospitalidade e Lazer, além do fortalecimento da Wise Consultoria Júnior, a primeira empresa júnior do IFPE, aprovada pelo Conselho Superior da instituição, e do Centro de Empregabilidade e Carreiras, voltado para o efetivo acompanhamento dos egressos.

1.1.3.3 Campus Igarassu

Localizado no município de mesmo nome, o Campus Igarassu encontra-se em uma posição geográfica estratégica e privilegiada: num raio inferior a 30 km estão os municípios de Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Itapissuma, pertencentes à Região Metropolitana Norte do Recife. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião Metropolitana e de Desenvolvimento do Recife, composta por 15 municípios, e também pode ser agrupado na Microrregião de Itamaracá, composta por 4 municípios. Igarassu apresenta uma densidade demográfica de 333,88 hab/km², expressiva para a Região de Itamaracá, concentrando a maior parte de sua economia no setor industrial (38,78%) e de serviços (59,16%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 1,36%, IDH médio, de 0,665, e uma taxa de urbanização de 92,07% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

De acordo com o Sistema de Contas Regionais, Condepe/Fidem, e o IBGE 2010-2016, Igarassu tem o sexto maior PIB entre os municípios da Região Metropolitana do Recife. Ressaltando sua posição estratégica, a inauguração da fábrica da Jeep, no ano de 2012, em Goiana, município vizinho, foi um grande catalisador para as mudanças socioeconômicas ocorridas em Igarassu nos últimos anos. Nesse contexto de desenvolvimento econômico da região, o IFPE possui papel importante na formação e qualificação profissional da mão de obra local, visando à empregabilidade nos postos de trabalho (formal e informal) gerados pela alocação de empreendimentos na área.

O Campus Igarassu iniciou suas atividades acadêmicas em 16 de outubro de 2014, na sede provisória disponibilizada pelo acordo de cooperação técnica com a Prefeitura Municipal de Igarassu, com a oferta de dois cursos técnicos subsequentes: Logística e Informática para Internet. O campus ofertou ainda, naquele primeiro momento, mais de 12 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito da extensão, assim como cursos atrelados ao Pronatec.

Em 2018, para oferecer melhores condições para a expansão das atividades do campus, incluindo a oferta de novos cursos, como o curso superior de tecnologia em Gestão da Qualidade, o Proeja em Almojarife e o Proeja

Ressocialização, mudou-se para mais uma sede provisória. Apenas em fevereiro de 2021 o Campus Igarassu inicia o processo de mudança para sua sede definitiva, localizada às margens da BR-101 Norte, com o prédio na fase final de construção, estimulado pela expansão na oferta de cursos, com a inclusão dos cursos superiores de tecnologia em Sistemas de Informática e bacharelado em Administração.

Além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o campus também tem buscado exercer sua função social, estimulando práticas de sustentabilidade e investindo em acessibilidade e políticas de assistência estudantil, psicológica, pedagógica e tecnológica, objetivando a inclusão social, digital e assistiva da comunidade. Atualmente, além do empenho para a finalização da nova sede, um dos desafios propostos é a implantação do ensino médio integrado dos cursos técnicos em Logística e em Informática para Internet.

1.1.3.4 Campus Jaboatão dos Guararapes

O Campus Jaboatão está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Região de Desenvolvimento e na Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e na Microrregião de Recife, composta por 8 municípios. Jaboatão apresenta uma densidade demográfica de 2.493,06 hab/km², expressiva e relevante para a região Metropolitana do Recife, concentrando a maior parte de sua economia nos setores industrial (19,02%) e de serviços (80,75%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 7,17%, IDH alto, de 0,717, e uma taxa de urbanização de 97,82% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O município de Jaboatão dos Guararapes, parte da Região Metropolitana do Recife, destaca-se por sua indústria, possuindo o terceiro maior PIB industrial de Pernambuco, e está situado numa região estratégica de desenvolvimento econômico, no caminho entre Recife e o Porto de Suape. A expansão da atuação do IFPE, com a implantação de sete novos campi, tornou necessário investigar as demandas de formação, qualificação e capacitação dos profissionais que pretendem atuar na economia regional do município de Jaboatão dos Guararapes, onde foi implantado um dos novos campi. O Campus Jaboatão dos Guararapes integra a 3ª fase do Plano de

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Suas atividades foram iniciadas no primeiro semestre de 2014, com a oferta de cursos nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação e Gestão e Negócios.

Inicialmente as atividades do Campus Jaboatão foram realizadas, provisoriamente, nas instalações do Colégio Atual, em Piedade, e em seguida no prédio do antigo SESI Jaboatão, no centro da cidade. No ano de 2021, o campus iniciou o processo de transição para a sede definitiva, situada às margens da Rodovia PE-007, Gleba 1A, s/nº, Engenho Bulhões. Atualmente está sendo construída em um terreno com 3,75 hectares, cedido pela Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, a partir do desmembramento do terreno pertencente à Usina Bulhões, e tem capacidade para atender 1200 estudantes e estrutura para comportar 16 salas de aula, oito laboratórios, biblioteca, auditório, passarelas, bloco administrativo, área de convivência, guarita e estacionamento.

Os cursos voltados ao eixo tecnológico de Informação e Comunicação abrangem fatores como desenvolvimento, implantação, operação e estruturação de sistemas e tecnologias e processamento de dados e informações. Os cursos da área de tecnologia se integram às necessidades macroeconômicas e microeconômicas da região em que estão inseridos, como, por exemplo, nas potencialidades do município com o crescimento da economia criativa, em especial, com vistas a promover agentes transformadores e facilitadores na busca de inovações para criação de novas tecnologias, estímulo à capacidade criativa e empreendedorismo.

O Campus Jaboatão dos Guararapes procura promover uma interface para o reaquecimento do mercado local com cursos que atendam às demandas presentes e futuras, cooperando na consolidação dos arranjos produtivos locais do município e fazendo seu papel institucional na sobrevivência sadia dessas organizações. Por outro lado, o eixo de Gestão e Negócios também está em consonância com as necessidades regionais, uma vez que se tem ampliado a concentração de serviços voltados às atividades produtivas, tendo em vista que no município há uma quantidade significativa de indústrias nos segmentos de alojamento e alimentação.

1.1.3.5 Campus Olinda

O Campus Olinda está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Região de Desenvolvimento e na Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e na Microrregião de Recife, composta por 8 municípios. Olinda apresenta uma densidade demográfica de 9.068,36 hab/km², expressiva e relevante para a região Metropolitana do Recife, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (86,07%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 2,97%, IDH alto, de 0,735, e uma taxa de urbanização de 98,03% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

Ao abrir um de seus campi na cidade de Olinda, o IFPE deu um passo rumo à consolidação de sua atuação no setor da economia criativa. A unidade recebeu os cursos técnicos em Artes Visuais e Computação Gráfica na forma subsequente, inéditos na instituição, firmando-se como um importante ator de formação para a cadeia produtiva que une criatividade e tecnologia em prol do desenvolvimento econômico, humanista e social. O setor registrou crescimento expressivo na última década e tem como principal gargalo a carência de profissionais qualificados. Em 2021.2 iniciou a oferta do curso de Qualificação profissional de Editor de Maquetes Eletrônicas (Proeja concomitante). Apesar de novo, o Campus Olinda se destaca em proporcionar essa qualificação pela oferta de cursos de extensão e de formação inicial e continuada, além dos cursos regulares, bem como pela produção de pesquisas, execução de projetos de extensão, produção de eventos e por abrigar o mestrado profissional em Educação Profissional.

O anúncio de que a cidade de Olinda receberia um campus ocorreu em agosto de 2011, quando foi divulgada a 3ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que contemplou o IFPE com sete novas unidades, nos municípios de Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão, Palmares e Paulista, além de Olinda. Para definir os cursos oferecidos na nova unidade, o IFPE realizou um trabalho prévio, através de uma consultoria, com o objetivo de levantar as necessidades de mão de obra demandadas pelos arranjos produtivos locais, num horizonte de dez anos. Foi o simbólico Dia do Professor, 15 de

outubro de 2014, que marcou a chegada oficial do IFPE em Olinda, quando foi realizada a aula inaugural dos cursos técnicos subsequentes de Computação Gráfica e Artes Visuais para 144 estudantes.

A necessidade de profissionais qualificados é um dos principais entraves para o franco crescimento da economia criativa em Pernambuco, no Brasil e no mundo. Esse setor, que tem como base o capital intelectual, a criatividade e a cultura para criar, produzir e distribuir bens e serviços, além de ser altamente transformador, em termos de ganhos sociais, é o que tem mais rápida expansão em todo o mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2013). A forte atuação em vários nichos desse setor torna Olinda um centro de produção de economia criativa em Pernambuco. A cidade possui vários títulos relacionados à cultura, à arte e ao patrimônio, entre eles o de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Humanidade, conferido pela UNESCO, recebido em 1989, e o de 1ª Capital Brasileira da Cultura, reconhecimento do extinto Ministério da Cultura conferido em 2006.

O Campus Olinda tem como desafio cumprir a Missão institucional do IFPE fomentando essas diferentes potencialidades da cidade e da região na qual se insere no contexto da economia criativa. Para isso, reafirma o compromisso de somar sua experiência com a pós-graduação, sua vocação para as artes e a tecnologia, seu corpo docente e de servidores técnico-administrativos qualificados e o itinerário formativo dos cursos atualmente ofertados para sedimentar a verticalização no IFPE por meio da oferta de novos cursos. Baseado num estudo de viabilidade desses novos cursos, considerando todas as potencialidades locais e regionais aqui já destacadas, a ideia é oferecer, num prazo de até cinco anos, os cursos de: técnico em Instrumento Musical (técnico subsequente); Computação Gráfica (técnico Integrado); tecnologia em Produção Multimídia (graduação tecnológica); Artes Visuais (graduação bacharelado); especializações (pós-graduação lato sensu) em Design para Educação, em Educação Musical no Ensino Fundamental e em Artes Visuais e Educação Pós-Colonial.

Temos ainda como importante desafio a construção da sede própria. O Campus Olinda é o único da 3ª fase do Plano de Expansão que ainda não possui obras iniciadas. Após a concessão da certidão de inteiro teor pela

Prefeitura de Olinda, em dezembro de 2019, que possibilitou ao campus iniciar a construção, o cenário de contingência de recursos se agravou ainda mais. Nesse sentido, a gestão do IFPE e a gestão local do campus têm envidado esforços para obtenção de orçamento a fim de erguer uma sede definitiva onde sonhos continuem a ser realizados por meio da educação libertadora e emancipatória.

1.1.3.6 Campus Palmares

O Campus Palmares está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana, composta por 43 municípios, e também pode ser agrupado na Região de Desenvolvimento da Mata Sul, composta por 24 municípios, e na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, composta por 21 municípios. Palmares apresenta uma densidade demográfica de 175,44 hab/km², importante para a região da Mata Sul, concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (94,13%), embora possua extensas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar. O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 0,43%, IDH médio, de 0,622, e uma taxa de urbanização de 78,77% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O IFPE – Campus Palmares faz parte da 3ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Fruto de um compromisso firmado entre os governos federal e municipal, foi inaugurado no dia 13 de outubro de 2014, com sede provisória nas instalações da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (Famasul), onde funciona até os dias atuais. No começo de 2015, o IFPE recebeu a doação de dois terrenos para construção da sede definitiva do campus, sendo um da Prefeitura Municipal de Palmares e outro da Superintendência do Patrimônio da União (SPU). Em 5 de julho de 2018 aconteceu a cerimônia de assinatura da ordem de serviço que autorizou a execução da obra, que foi iniciada em agosto do mesmo ano, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2020, prazo prorrogado para 2022, entre outros fatores, em razão da pandemia de Covid-19.

A implantação do campus no município de Palmares foi cercada de grande expectativa por toda a região da Mata Sul de Pernambuco, sobretudo pela possibilidade de oferta de cursos e ações que pudessem colaborar na melhoria dos indicadores econômicos, sociais, educacionais e de trabalho e renda. Nesse sentido, o campus sempre teve uma preocupação muito forte com sua inserção no cotidiano da comunidade da região e, apesar de todas as dificuldades apresentadas, tem conseguido, ano a ano, alcançar esse objetivo. Na oferta dos cursos técnicos, o campus teve, até 2020, mais de 600 estudantes que se formaram.

Com foco em sua responsabilidade social, buscando, cada vez mais, ser um agente de inclusão na região da Mata Sul, o Campus Palmares tem desenvolvido várias ações nas áreas de cultura, meio ambiente e direitos humanos, além de ações desenvolvidas no meio rural, já que a atividade agrícola tem um forte peso na economia da região. Assim, mesmo o campus não tendo cursos no eixo tecnológico de Recursos Naturais, buscou-se articulação com a Pró-Reitoria de Extensão (Proext), outros campi do IFPE e alguns municípios no sentido de tentar atender aos pleitos desse arranjo produtivo local. Desde a sua implantação, o Campus Palmares tem focado bastante ações de extensão comunitária, seja através dos projetos de extensão, com apoio do Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão (Pibex), seja através de parcerias com prefeituras da região, com a oferta de cursos básicos, com a abertura de laboratórios e outras instalações à comunidade ou com o desenvolvimento de tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência, entre outros serviços tecnológicos.

O campus iniciou suas atividades com a oferta de dois cursos técnicos subsequentes: Redes de Computadores e Manutenção e Suporte em Informática. No primeiro período de 2020, o curso técnico em Informática para Internet também foi implantado. Além destes, atualmente é oferecido o curso de Operador de Computador dentro do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), juntamente com a Secretaria de Educação de Pernambuco. As aulas são realizadas na Escola de Referência em Ensino Médio Doutor Pedro de Afonso Medeiros (EREMPAM) e nos laboratórios de informática. O campus apresentou, em 2020, estudos de viabilidade de cursos, visando diversificar sua oferta a partir de 2021. Os cursos planejados são o de

técnico integrado ao ensino médio de Informática para Internet, o de superior de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e o de especialização (pós-graduação lato sensu) em Gestão e Inovação.

Considerando os cursos atualmente ofertados e os futuros, o Campus Palmares tem sua principal vocação na área de TI e está inserido numa região essencialmente agrícola, com predominância da atividade sucroalcooleira, mas que vem se modificando nos últimos anos. Nesse sentido, o campus visa contribuir com a região a partir de formação científica e tecnológica de jovens e adultos, mas também com suporte à inovação e ao empreendedorismo, com a oferta de serviços tecnológicos como o de desenvolvimento de software, o de economia criativa e o de incubação de empresas e negócios. Assim, ao mesmo tempo que se busca colaborar com as mudanças em andamento na região, trazendo novas possibilidades, visa-se também ao alinhamento com as demandas locais e regionais vigentes, como forma de contribuir no momento atual, a partir de um compromisso efetivo com as transformações sociais, políticas e culturais.

1.1.3.7 Campus Paulista

O Campus Paulista está localizado no município de mesmo nome. Segundo a classificação atribuída pela BDE, esse município está localizado na Região de Desenvolvimento e Mesorregião Metropolitana do Recife, composta por 14 municípios, e também pode ser agrupado na Microrregião de Recife, composta por 8 municípios. Paulista apresenta densidade demográfica de 3.086,01 hab/km², concentrando a maior parte de sua economia no setor de serviços (83,43%). O município conta com participação no PIB do estado de Pernambuco da ordem de 2,22%, IDH alto, de 0,732, e uma taxa de urbanização de 100% (BDE, 2000, 2010a, 2010b, [2019]).

O Campus Paulista, assim como os campi Igarassu, Abreu e Lima, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Palmares, faz parte da 3ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Fruto de um compromisso firmado entre os governos federal e municipal em agosto de 2011, o Campus Paulista foi inaugurado no dia 16 de outubro de 2014, com sede provisória nas instalações da Faculdade de Saúde de Paulista (FASUP), onde desenvolveu suas atividades até agosto de 2020,

quando mudou-se para a sede definitiva, ainda em obras, localizada no bairro de Maranguape I.

O campus atua na oferta de cursos relacionados aos eixos tecnológicos Gestão e Negócios e Informação e Comunicação. As atividades pedagógicas tiveram início com dois cursos de nível técnico subsequente (Administração e Manutenção e Suporte em Informática), escolhidos por meio de consulta pública local. Em 2018, foram abertos dois novos cursos na área de qualificação profissional (Assistente Administrativo e Operador de Computador), ambos ofertados de forma concomitante ao ensino médio, em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco. No ano seguinte, foram criados mais dois cursos, agora em nível superior/tecnológico, um em cada eixo de conhecimento do campus: Processos Gerenciais e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Até 2021.2, 566 estudantes foram formados e cerca de 760 estão em processo de formação.

Segundo o IBGE, em 2021, a população do município era estimada em 336.919 pessoas, distribuídas nos 96,932 km² de área e as atividades predominantes estavam ligadas aos setores de serviços, comércio e indústria. O turismo também é responsável por atrair empreendimentos para o município, com a implantação de hotéis, restaurantes, pontos comerciais e marinas. Em Paulista, está localizado também o parque industrial de Paratibe, que abriga empresas de diversos setores, dinamizando a economia da região e gerando emprego para a população.

Outro aspecto a ser ressaltado é a composição setorial da economia da cidade. Analisando-se o valor adicionado bruto, constata-se em sua economia uma forte presença do setor de serviços (51,4%), seguido pelo setor público e seguridade social (32,1%), indústria (16,3%) e agropecuária (0,3%). Quanto aos arranjos produtivos locais, Paulista integra diretamente, segundo o Observatório APL do Ministério da Economia, os polos de Confecções e Pesca Artesanal Extrativista de Pernambuco. No entanto, infere-se que a cidade contribui com o desenvolvimento de diversos outros arranjos produtivos situados na sua e nas demais microrregiões do estado, tais como Construção Civil, Porto Digital, Turismo, entre outros.

Com o crescimento do município e conseqüente aquecimento econômico, pretende-se revisitar a oferta de cursos do campus, buscando permanecer

em sintonia com os arranjos produtivos locais. A vocação da unidade potencializa o desenvolvimento social da região. No que se refere ao eixo Informação e Comunicação, as últimas duas décadas deste século foram marcadas por grandes e significativos avanços e investimentos na área de TI no mundo e também no Brasil. Quanto ao eixo Gestão e Negócios, no campus, o relacionamento do IFPE com pessoas, instituições e empresas é acompanhado pela Coordenação de Relações Empresariais, Estágios e Egressos (CREE). São ofertados regularmente cursos de extensão em diversas áreas do conhecimento, como Oratória e Retórica e Finanças Pessoais.

1.1.4 Educação a Distância

Em 2005, um grupo de docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefet-PE) iniciou pesquisas e projetos na área de Educação a Distância em parceria com outras instituições de ensino no âmbito da Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet). As pesquisas desenvolvidas deram suporte para a criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD) no Cefet-PE, já no ano seguinte (2006). Em 2007 o NTEAD foi transformado em Coordenação de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (CEaD) e, nesse mesmo ano, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores, tiveram início as primeiras turmas dos cursos de licenciatura em Matemática e tecnologia em Gestão Ambiental com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em dezembro do mesmo ano foi extinta a CEaD e criada a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), que passou a ofertar também quatro cursos técnicos: Informática para Internet, Manutenção e Suporte em Informática, Sistemas de Energia Renovável e Manutenção Automotiva Veicular.

Atualmente, a DEaD oferta cursos de graduação e pós-graduação, pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e cursos técnicos subsequentes pela Rede e-Tec Brasil, ligados ao Pronatec, denominado atualmente Programa Novos Caminhos. Os cursos de extensão promovidos pela Proext, por meio de programas como o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (Pibex), o curso de mestrado semipresencial oferecido pelo Campus Olinda e os cursos de formação de profissionais da educação promovidos pela Pró-

Reitoria de Ensino (Proden) e pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE) também recebem apoio da DEaD, que hospeda esses cursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), dando o suporte necessário a docentes e discentes.

No IFPE, a Educação a Distância atua de forma integrada à estrutura da instituição, preocupando-se, em especial, com um modelo pedagógico adequado à realidade do Instituto e dos estudantes por ele atendidos. Assim, emprega modernas tecnologias, produz e adapta materiais didáticos nas mais variadas mídias e trabalha com educadores e profissionais que unem formação acadêmica de alto nível com vasta experiência prática. Sua forma de atuação é semipresencial, em que o processo educacional é feito parte a distância, combinando materiais didáticos impressos e meios de comunicação associados ao computador, e parte presencial ou presencial conectado, em que os encontros são, na maioria das vezes, destinados à apresentação de seminários e a visitas técnicas e à realização dos exames avaliativos da aprendizagem.

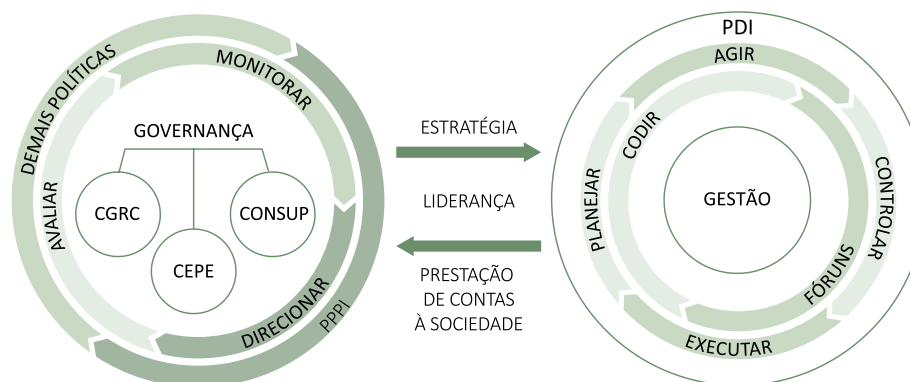
Com o objetivo de promover a educação profissional, científica e tecnológica com excelência, nos diferentes níveis, na modalidade a distância, tendo por princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão com o uso de modernas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), a DEaD possui 1300 alunos distribuídos em 11 polos de apoio presencial, sendo dez em municípios de Pernambuco e um no estado de Alagoas. Para os próximos cinco anos, caberá à DEaD a institucionalização da Educação a Distância no IFPE e a consolidação do Centro de Referência em Educação a Distância (CREaD), aprovado pela Resolução nº 28 de 2 de maio de 2019, do Conselho Superior, que tem entre seus objetivos gerenciar e avaliar projetos de EaD desenvolvidos nos campi do IFPE e criar a escola virtual do IFPE. Assim, o desafio que se apresenta é a construção das políticas para atender à oferta de 20% a 40% de EaD nos cursos presenciais (ensino híbrido), bem como consolidar a oferta de cursos na modalidade EaD com polos nos campi e a regulamentação de uma única plataforma Moodle institucional.

1.2 Governança, Gestão e Organização Administrativa

Os temas governança e gestão são discutidos com frequência na Administração Pública como sinônimos, mas são instâncias diferentes e com funções específicas. A governança pública corresponde a um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à geração de valor público por meio da condução de políticas públicas e da prestação de serviços de interesse da sociedade. A gestão, por sua vez, é o processo de administração da instituição.

No IFPE, o Conselho Superior (Consup) é a principal instância de governança. Sua composição representativa garante o controle popular sobre a gestão, além de garantir a manutenção de uma democracia participativa, deliberativa e representativa. Assim, a governança do IFPE constitui-se por aspectos direcionadores, e a gestão, pela sua função de materialização do valor público.

Figura 2 - Composição da governança e gestão



O IFPE atua na geração de valor público, conforme finalidades e objetivos expostos na sua lei de criação e representado na sua Cadeia de Valor Público. Assim, perante esses balizadores legais, cabe ao Consup, órgão máximo de governança da entidade, no exercício dos mecanismos de estratégia e liderança,

aprovar as normas estruturantes da instituição, as políticas internas e os projetos e planos institucionais com o propósito de direcionar a gestão do IFPE.

No mesmo sentido, ao referido colegiado superior, agora no exercício do mecanismo do controle, compete zelar pela execução de sua política educacional e apreciar, com o auxílio da Unidade de Auditoria Interna, as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros, para avaliar e monitorar a gestão.

Considerando a complexidade e as peculiaridades do IFPE no que concerne à aplicação do exercício dos mecanismos da governança, algumas políticas internas aprovadas pelo Consup estabelecem instâncias colegiadas que desenvolvem ações, de forma delegada, para que se possa colocar em prática o processo contínuo de avaliação, direcionamento e monitoramento dos atos de gestão.

A partir dessa premissa, as políticas internas (institucionais ou temáticas), além de estabelecerem as relações com os documentos externos, as necessidades, a agenda pública, as soluções, os aspectos decisórios, as formas de execução e os direcionamentos de implementação a serem aplicadas pela gestão, definem, também, por delegação, as práticas de monitoramento e/ou a avaliação da gestão, as quais serão realizadas por outros organismos de governança criados pelo próprio Consup para auxiliá-lo no exercício de suas funções.

Essas estruturas, criadas tanto por políticas internas quanto por documentos estruturantes do IFPE, caracterizam-se como comitês ou fóruns de governança para auxiliar o próprio órgão máximo no exercício das suas funções de avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

A Resolução nº 19 de 22 de outubro de 2019, do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFPE, traz em seu bojo as políticas institucionais permanentes e temáticas que regem a instituição, e algumas delas definem essas instâncias.

No item que versa sobre órgãos colegiados e de assessoramento, apresentamos as estruturas de governança do IFPE que atuam por meio das

práticas de liderança, estratégia e controle no sentido de avaliar, direcionar e monitorar o ciclo da gestão, bem como as estruturas de gestão.

Os atos normativos, os relatórios, os pareceres, as recomendações e os outros expedientes oficiais expedidos pelo Consup ou demais organismos auxiliares de governança constituem-se como instrumentos práticos relacionados com os mecanismos de controle e/ou estratégia, cabendo aos membros dos organismos de governança, em especial ao reitor, presidente do Consup, o exercício do mecanismo da liderança, para que se possa colocar em práticas as ações de avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão.

Assim, a liderança é o mecanismo natural da integração entre governança e gestão, e o seu exercício depende das ações de fortalecimento das práticas democráticas e da aplicação da equidade na escolha dos membros dos respectivos colegiados. As práticas firmadas pelo IFPE através das ações de fortalecimento da governança não se baseiam exclusivamente nos aspectos formais, mas também em espaços de diálogo com a comunidade, observando as práticas e os comportamentos da boa governança pública relacionados com a integridade, a competência, a responsabilidade e a motivação.

Perante o exercício dos mecanismos da governança se inicia o ciclo de gestão, que, por meio da sua organização administrativa, passa a planejar, executar, acompanhar e agir no sentido da geração de valor público pelo IFPE.

A estrutura institucional do IFPE é regulamentada pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da instituição. Ambos se constituem num conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do Instituto.

Quanto à consecução dos objetivos, em nível estratégico, o Regimento Geral estabelece que compete à Reitoria planejar as estratégias de desenvolvimento da entidade, sendo dirigida pelo reitor, que estabelece as diretrizes sistêmicas que são seguidas por todos os campi, polos e pró-reitorias, por meio de seus atos normativos e das resoluções e deliberações dos fóruns colegiados.

O Regimento Geral especifica que os órgãos executivos da Reitoria, distribuídos pelos níveis de sua estrutura, são o Gabinete, a Auditoria

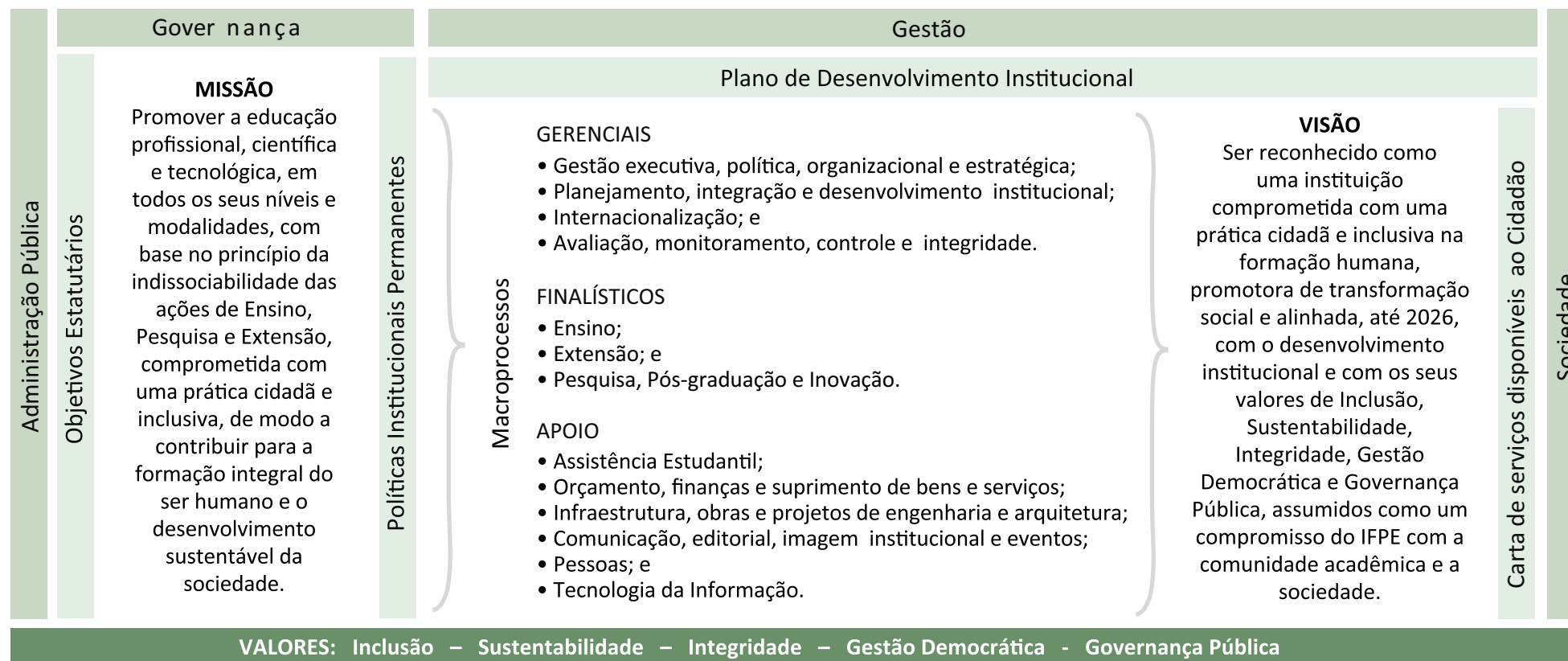
Interna, a Procuradoria Federal, a Ouvidoria Geral, as pró-reitorias, as diretorias sistêmicas, o Departamento de Obras e Projetos de Engenharia, as assessorias e as direções-gerais dos campi. Cabe aos regimentos internos dos campi e dos órgãos da Reitoria atuar em complementação das disposições estatutárias e do Regimento Geral.

As atuais estruturas organizacionais da Reitoria e dos campi/DEaD estão em processo de revisão para adequação à Resolução nº 06 de 22 de julho de 2019, do Comitê de Governança, Riscos e Controles, que define a Cadeia de Valor Público do IFPE, atualizada recentemente conforme a Figura 3, a seguir.

A premissa da Cadeia de Valor Público preconiza que a credibilidade da instituição é influenciada pela percepção da qualidade dos serviços oferecidos e pela decorrente satisfação dos cidadãos, resultantes do engajamento dos servidores com o seu trabalho.

Assim, o IFPE iniciou um trabalho de revisão e reestruturação de suas estruturas administrativas com vistas a entregar à sociedade os termos definidos em sua Missão institucional.

Figura 3 - Cadeia de Valor Público do IFPE atualizada com a Visão e os Valores do Instituto definidos durante as oficinas de planejamento e construção do PDI 2022-2026



A Cadeia de Valor Público do IFPE apresenta os 13 macroprocessos que, juntos, permitem que a instituição gere valor à sociedade. A gestão central desses macroprocessos permanecerá na estrutura dos órgãos executivos da Reitoria, com a participação das direções-gerais dos campi na Gestão Executiva, Política, Organizacional e Estratégica, bem como estará refletida em nível setorial e seccional em cada estrutura organizacional dos campi/DEaD.

A premissa da Cadeia de Valor Público preconiza que a credibilidade da instituição é influenciada pela percepção da qualidade dos serviços oferecidos e pela decorrente satisfação dos cidadãos, resultantes do engajamento dos servidores com o seu trabalho.

Assim, o IFPE iniciou um trabalho de revisão e reestruturação de suas estruturas administrativas com vistas a entregar à sociedade os termos definidos em sua Missão institucional.

A Cadeia de Valor Público do IFPE apresenta os 13 macroprocessos que, juntos, permitem que a instituição gere valor à sociedade. A gestão central desses macroprocessos permanecerá na estrutura dos órgãos executivos da Reitoria, com a participação das direções-gerais dos campi na Gestão Executiva, Política, Organizacional e Estratégica, bem como estará refletida em nível setorial e seccional em cada estrutura organizacional dos campi/DEaD.

1.3 Órgãos Colegiados e de Assessoramento

São as instâncias em que há representações diversas e as decisões são tomadas de forma colegiada. O termo colegiado diz respeito à forma de gestão na qual a direção é compartilhada por um conjunto de pessoas com igual autoridade que, reunidas, decidem. São eles: conselhos, comitês, câmaras, colégios, comissões, grupos de trabalho, fóruns e núcleos.

As instâncias colegiadas do IFPE são canais de diálogo, debate e proposição de ações e políticas, assim como de fiscalização. Tratando de assuntos específicos, elas desenvolvem mecanismos, critérios, estratégias e diretrizes

para ações relacionadas a todos os temas de interesse da instituição.

Entre os órgãos colegiados que contam com maior participação da comunidade, temos o Conselho Superior, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o Colégio de Dirigentes (Codir), a Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE), a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

É importante destacar que há distinção em relação ao nível de atuação das instâncias colegiadas, pois estas podem ser de governança ou de gestão. A seguir, apresentamos uma relação não exaustiva das principais instâncias e seu âmbito de atuação, conforme definição de governança e gestão trazida na seção 1.2.

1.3.1 Colegiados de Governança

Como mencionado anteriormente, o Conselho Superior (Consup) é o órgão máximo do IFPE e tem caráter consultivo e deliberativo. O colegiado, presidido pelo reitor, é composto por representantes dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo, egresso e aposentado — todos eleitos por seus pares —, da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos diretores-gerais dos campi. Esse órgão tem como função aprovar as diretrizes de atuação institucional e deliberar a respeito da política educacional, dos programas de ensino, inovação, pesquisa e extensão e dos projetos institucionais, além dos assuntos administrativos e econômicos do IFPE.

Algumas práticas de monitoramento e/ou a avaliação da gestão podem ser realizadas pelas seguintes instâncias de governança, criadas pelo próprio Consup para auxiliá-lo no exercício de suas funções:

a) Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE)- com fundamentação legal na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, tem como finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito do IFPE, além de propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento;

b) Comissão Permanente de Pessoal Docente- com fundamentação legal na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, tem o objetivo é assessorar o colegiado competente ou o dirigente máximo da instituição de ensino no que diz respeito a dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas, contratação e admissão de professores efetivos e substitutos, alteração do regime de trabalho docente, avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional, solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado e liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não;

c) Comissão Própria de Avaliação do IFPE- com fundamentação legal na Lei nº 10.861, de 2004, no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e na Portaria nº 2051, de 9 de julho de 2004, do MEC, é responsável por conduzir a avaliação interna da instituição de acordo com os critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e manter contato com as comissões de avaliação externas;

d) Comitê de Governança Riscos e Controles- fundamentado no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e instituído pela Resolução nº 57 de 30 de novembro de 2018, do Conselho Superior do IFPE; e

e) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)- fundamentado na Portaria SLTI/MPOG nº 11, de 30 de dezembro de 2008, e instituído pela Resolução nº 42 de 5 de julho de 2019, do Conselho Superior do IFPE.

1.3.2 Colegiados de Gestão

Em nível de gestão, o principal colegiado do IFPE é o Colégio de Dirigentes, instituído pela Lei nº 11.892, de 2008, sendo um órgão de caráter consultivo responsável por apoiar a Reitoria em seus processos. É formado pelo reitor, como presidente, pelos pró-reitores e pelos diretores-gerais dos campi/ DEaD.

1.3.3 Perspectivas Futuras para Designação de Instâncias de Governança e de Gestão

1.3.3.1 Colegiados de Governança

São colegiados de governança:

a) conselho- colegiado máximo de governança da instituição, composto por representantes da comunidade interna, com participação da sociedade civil, cujo propósito é direcionar, monitorar e/ou avaliar os macroprocessos/ processos do ciclo da gestão, deliberar ou solucionar um assunto tendo como campo de atuação o cumprimento da finalidade, dos objetivos e da Missão da entidade, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

b) câmara- colegiado formado por um conjunto de membros de uma instância colegiada superior com poderes propositivos, deliberativos e/ou executivos, com ou sem poder de decisão em nome dos demais, no sentido de direcionar, monitorar e/ou avaliar os macroprocessos/processos do ciclo da gestão tendo como campo de atuação as diretrizes, as finalidades, os objetivos e as atribuições definidos no ato regimental da instância superior, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

c) comitê- colegiado formado por grupo de pessoas destacadas de um grupo maior, com poderes deliberativos ou executivos, com força para tomar decisões em nome dos demais, no sentido de direcionar, monitorar e/ou avaliar os macroprocessos/processos do ciclo da gestão tendo como campo de atuação as diretrizes, as finalidades, os objetivos e as atribuições definidos em política institucional ou temática, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

d) fórum de governança- colegiado formado por assembleia ou reunião cujo propósito é desenvolver métodos, técnicas e ações de monitoramento, avaliação e/ou direcionamento da gestão tendo como campo de atuação as diretrizes, as finalidades e os objetivos de uma política, sendo utilizado o

processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo; e

e) comissão de governança- colegiado de pessoas designado por uma autoridade ou escolhido por uma assembleia para desenvolver atividade específica compreendida como processo de trabalho contínuo relacionado com o direcionamento, monitoramento e/ou avaliação dos macroprocessos/processos do ciclo de gestão, não caracterizado como projeto, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo.

1.3.3.2 Colegiados de Gestão

São colegiados de gestão:

a) colégio- colegiado máximo de gestão da instituição, composto pelos gestores estratégicos da Reitoria e dos campi/DEaD, cujo propósito é planejar, organizar e acompanhar o ciclo da gestão, tendo como campo de atuação a visão e os objetivos dos macroprocessos/processos, em seus diversos níveis de gestão, assessorando e dando apoio ao processo decisório, deliberando, recomendando ou solucionando temas da administração da instituição, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

b) câmara- colegiado formado por um conjunto de membros de uma instância colegiada superior com poderes propositivos, deliberativos e/ou executivos, com ou sem poder de decisão em nome dos demais, no que diz respeito a ações do ciclo de gestão de planejamento, organização, execução ou acompanhamento, tendo como campo de atuação as diretrizes, as finalidades, os objetivos e as atribuições definidos no ato regimental da instância superior, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

c) fórum de gestão- colegiado caracterizado como assembleia ou reunião cujo propósito é assessorar os macroprocessos/processos do ciclo de gestão por meio de métodos e técnicas de trabalho correlatas ao seu campo de atuação, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

d) comissão de gestão- colegiado de pessoas designado por uma autoridade ou escolhido por uma assembleia para desenvolver atividade específica compreendida como processo de trabalho contínuo que esteja relacionado com o desenvolvimento de ações do ciclo de gestão de planejamento, organização, execução ou acompanhamento, não caracterizado como projeto, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

e) comitê de gestão- colegiado formado por grupo de pessoas destacadas de um grupo maior, com poderes deliberativos ou executivos, com força para tomar decisões em nome dos demais, no sentido de planejar, organizar, executar ou acompanhar os macroprocessos/processos do ciclo da gestão tendo como campo de atuação as diretrizes, as finalidades, os objetivos e as atribuições definidas em ato administrativo interno ou externo à instituição, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo;

f) núcleo- colegiado composto por profissionais da educação de diversas áreas ou de áreas específicas, com atuação vertical e/ou transversal, com a finalidade de executar ações com o propósito de garantir o cumprimento de um tema específico de uma política institucional ou temática, sendo utilizado o processo decisório por meio de processo democrático estabelecido no ato constitutivo; e

e) grupo de trabalho específico- conjunto de pessoas designado por uma autoridade ou escolhido por uma assembleia para desenvolver atividade específica caracterizada como projeto, no sentido de estudar, elaborar minutas de documentos, desenvolver métodos, propor soluções formais sobre assuntos correlatos ou desenvolver ações do ciclo de gestão relacionadas com o planejamento, a organização, a execução ou o acompanhamento da entidade, caracterizadas como transitórias, não sendo utilizado o processo decisório por meio de colegiado.

1.4 Responsabilidade Social

O IFPE tem como função social o desenvolvimento do ensino tecnológico em todos os seus níveis e modalidades, conforme preceitua o § 2º do art.

1º da Lei nº 11.892, de 2008: “No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais”. Sendo assim, o IFPE colabora com a formação de profissionais qualificados para atuar, com competência humanística, técnica e científica, no mundo do trabalho, respeitando as peculiaridades e demandas locais e regionais.

A consequência direta da atuação do IFPE nos diversos territórios do estado de Pernambuco e sua estreita relação com os arranjos produtivos locais é o compromisso da instituição em tornar-se parte constitutiva do desenvolvimento social e econômico das regiões onde está inserida. As ações de responsabilidade social, portanto, extrapolam o currículo acadêmico, uma vez que partem do princípio de que os diversos atores sociais nelas envolvidos discutem e analisam os cenários a fim de encontrar as melhores propostas sobre trabalho, emprego, renda, mobilidade social, produção artística e cultural e defesa do meio ambiente, permeando a formação dos estudantes. Isso os motiva a refletir e implementar práticas que contribuam para a construção de uma ética de convivência mais solidária.

A participação do Instituto nas diversas regiões onde atua expandiu a oferta de vagas de nível técnico e superior em zonas interioranas, com poucas opções de formação, implicando, a longo prazo, a elevação do nível de escolaridade da população e, conseqüentemente, refletindo no IDH da localidade.

Essa atuação pluricurricular, sistêmica e conectada às demandas do mercado e da sociedade que o IFPE desenvolve tem um papel estratégico nas cidades onde os campi estão instalados e no cenário socioeconômico de Pernambuco. Nesse sentido, no litoral sul, o Instituto atua fortemente na qualificação da mão de obra que atende ao porto de Suape e suas empresas. No norte, contribui para o abastecimento das indústrias automobilística e farmacológica com a mão de obra local, permitindo que os moradores da região aproveitem a oportunidade gerada pela chegada desses empreendimentos aos seus municípios. No Agreste, no Sertão e na Zona da Mata, é mantido o olhar especial à agricultura e à pecuária, sempre pautado pela sustentabilidade. A isso soma-se um novo foco voltado aos novos arranjos produtivos e às transformações sociais vivenciadas por essas localidades. Já os campi da Região Metropolitana (Abreu e Lima, Cabo de

Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista), além de Palmares, na Mata Sul, formam uma rede de suporte à região com o maior PIB do estado.

A expansão do IFPE oportunizou formação de qualidade a estudantes de baixa renda, diminuindo ou evitando gastos com locomoção e de manutenção em outras localidades, principalmente para a capital ou cidades maiores do interior. Acrescentam-se a isso as ações afirmativas, uma garantia de vagas para alunos de escola pública e de baixa renda, negros, quilombolas e indígenas. Aliado a essas iniciativas, o IFPE mantém um robusto programa de assistência estudantil que visa prover condições para que o discente possa permanecer no curso escolhido.

Na perspectiva de afirmar a responsabilidade social, o IFPE expandirá as ações, os programas e os projetos com essa finalidade, tanto nos macroprocessos finalísticos quanto nos demais macroprocessos. A prestação de serviços educacionais de qualidade garantirá às comunidades atendidas pelo IFPE desenvolvimento social e econômico, que se dará através da produção e da socialização do conhecimento aliadas ao desenvolvimento de tecnologia e inovação, à criatividade e à responsabilidade em várias áreas de interesse dessas comunidades.

Os principais compromissos do IFPE com sua responsabilidade social estão relacionados a temas centrais da responsabilidade social.

Quadro 1 — Compromissos do IFPE com sua responsabilidade social

TEMAS CENTRAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES
Desenvolvimento Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de parcerias com o setor produtivo (Grupo Cavalcanti Petribu; Suape; Porto Digital; Parqtel; Vila Galé Resort; Sebrae; FIEPE; Huawei; Celpe; ABSOLAR) Fomento à inovação tecnológica (parcerias com a FADE-UFPE e a Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Facto, salvaguardadas pela Resolução nº 20/2017, do Conselho Superior do IFPE) Criação de empresas juniores (Wise Consultoria Júnior • Resolução nº 38 de 18 de agosto de 2020, do Conselho Superior do IFPE Empresa Júnior de Automação, Controle e Eletrotécnica – ACETEC; Fusão Consultoria Júnior)

Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento de cotas de ações afirmativas (Neabis, Negeds, Napnes, NTEs) Incremento da oferta de cursos de nivelamento para cotista via PROIFPE Ampliação das ações de Formação Continuada (via Assessoria de Formação Continuada) para os egressos.
Defesa do Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Expansão do conteúdo sobre meio ambiente nos cursos (via revisão dos projetos pedagógicos de curso – PPCs) e do número de cursos da instituição relacionados ao tema Elaborar/Implantar política sistêmica de coleta seletiva de lixo e de destino dos resíduos sólidos Incentivo a projetos de extensão de práticas de gestão ambiental
Defesa do Patrimônio e Memória Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Realização de atividades de extensão (projetos, eventos e cooperações técnicas) voltadas ao tema
Defesa da Produção Artística	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração da política institucional de apoio à produção artística e cultural Incremento da realização de eventos culturais Estímulo a projetos de extensão de fomento das artes
Defesa da Produção Esportiva e Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Incremento da infraestrutura para esporte e saúde Designação de profissionais especializados para a prática desportiva e para a saúde

1.5 Inclusão e Diversidade

O IFPE entende a educação inclusiva e respeita a diversidade concebendo uma educação que garante a todos o direito ao acesso e à permanência em uma sala comum no ensino regular, independentemente de suas características pessoais. As questões de raça, gênero, orientação sexual, religião, condição física e geração ganham centralidade em um debate sobre a perspectiva da educação inclusiva e para a diversidade. São, pois, sujeitos da inclusão aqueles que historicamente tiveram o acesso à educação atravessado por barreiras e impedimentos objetivos e subjetivos.

No Brasil, a educação inclusiva e para a diversidade está regulamentada pelos arts. 205, 206 e 208 da Constituição Federal, instrumentos normatizadores da educação como direito de todos e dever do Estado e da família, recomendações que são reforçadas pela Lei nº 9394, de 1996 e pelo Plano Nacional de Educação elaborado para o decênio 2014/2024.

Ter a inclusão e a diversidade como princípios fundamentais que norteiam as

ações e metas institucionais significa empreender o combate às desigualdades sociais geradas pela falta de acesso de grupos sociais a direitos básicos, entre eles o direito a uma educação pública, gratuita, socialmente referenciada, humanizada, laica e de qualidade.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que no ano de 2019 Recife foi a capital brasileira com maior índice de desigualdade, e Pernambuco apareceu como o terceiro estado com maior concentração de renda do Brasil. Para além da análise do marcador de classe social trazido por esses indicadores, há que se considerar que recortes de raça, gênero e diversidades sexuais e geracionais também estão relacionados a esse contexto de opressão. As minorias sociais adensam essas estatísticas e têm, historicamente, o acesso a políticas sociais negado pelo Estado brasileiro.

Contribuir para a reversão dessa realidade tão desigual em nosso estado é também dever do IFPE, enquanto instituição que materializa a política pública de educação profissional e tecnológica. Visualiza-se na educação, como política de caráter formativo e, portanto, aproximada da realidade da classe trabalhadora, a sua capacidade de formular ações que estimulem a autonomia de sujeitos que, dotados de capacidade crítica e criativa, questionem a realidade atual, consolidem uma nova hegemonia e busquem, através da ação política, a construção cotidiana de uma sociedade menos desigual.

Dessa forma, a educação inclusiva no IFPE objetiva criar um espaço educacional cada vez mais atento às questões de inclusão e diversidade, ao implementar ações afirmativas de acesso e permanência de minorias sociais, de acompanhamento aos estudantes com deficiência e de fortalecimento das pautas de gênero, de sexualidade, de envelhecimento humano e de raça/etnia. As ações são realizadas em parceria com os Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência (Napnes), regulamentados pela Resolução nº 82/2014, do Conselho Superior do IFPE; com o Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA), regulamentado pela Resolução nº 36 de 1º de junho de 2018, do Conselho Superior do IFPE; com os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis), regulamentados pela Resolução nº 45/2015, do Conselho Superior do IFPE; e com os Núcleos de Estudos de Gênero e

Diversidade (Negeds) dos 16 campi e dos polos da Educação a Distância (EaD), regulamentados pela Resolução nº 65 de 20 de janeiro de 2021, do Conselho Superior do IFPE. Também está em andamento a implementação do Núcleo 60+, que tratará de estudos, ações e projetos sobre o envelhecimento humano, conforme regulamento aprovado por meio da Resolução nº 112, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Superior do IFPE.

É sabido que os diversos macroprocessos institucionais, finalísticos ou gerenciais desenvolvem trabalhos vinculados à educação em direitos humanos. A necessidade de implementação dessas políticas nos diferentes setores que compõem a instituição revela, portanto, o caráter transversal delas. Fazer do IFPE uma instituição ainda mais comprometida com a prática cidadã e inclusiva requer uma ampliação dos diálogos e institucionalização das estratégias voltadas a essa questão.

Educar para a inclusão e convivência com a diversidade exige que as temáticas abordadas pela educação em direitos humanos perpassem de modo transversal e intersetorial pelas políticas de acesso e permanência estudantil, os PPCs, a política de contratação de pessoal, os modelos de gestão e as relações cotidianas dos diferentes sujeitos que dão vida ao IFPE.

Sendo assim, vislumbra-se o desafio de sistematizar as ações hoje existentes que tratam da inclusão e da diversidade em uma política institucional que implemente, monitore e avalie tais iniciativas. Ademais, pretende-se também fortalecer ainda mais as relações do IFPE com a sociedade civil, no intuito de absorver no interior dessa política pública as reais demandas reivindicadas pelos sujeitos a quem se destinam nossas ações.

2.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



2. Planejamento Estratégico

A efetivação do planejamento estratégico ocorre a partir da adoção de ferramentas de planejamento segundo um processo de estruturação e concepção cooperativa com levantamento de dados, pesquisas, avaliações e interações integradas dos campi e da Reitoria, com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade.

A proposta do PDI, especialmente desta seção, é promover um olhar de gestão e acadêmico global, crítico e realista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), assim como do ambiente em que o Instituto está inserido, objetivando maior assertividade no estabelecimento de uma estratégia que o impulse para um desempenho institucional crescente e sustentável.

Dedicar e explorar os diversos encontros e momentos de debates críticos, como ainda as oportunidades de natureza construtiva do planejamento 2022 a 2026, foi fundamental para o desdobramento deste trabalho, pois estes proporcionaram uma radiografia geral da instituição, a avaliação de possíveis direcionamentos e a organização dos elementos fundamentais que envolvem a materialização dos objetivos institucionais estabelecidos, trazendo uma reflexão contemporânea de melhoria contínua da oferta excepcional dos serviços públicos e da proteção ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, desenvolvida de forma participativa, ordenada, sistêmica e analítica, a construção do planejamento tornou-se mais enriquecedora, e sua execução será beneficiada pela aprendizagem durante esse processo, pelas competências e habilidades dos servidores participantes, pelo ambiente administrativo receptivo às mudanças, pelos espaços acadêmicos democráticos e favoráveis às discussões de processos de melhorias e pela disponibilidade de líderes interessados em aperfeiçoar as práticas de gestão acadêmica. Diante disso, foi possível ampliar a compreensão e a internalização sobre a importância entre um adequado planejamento estratégico, uma dinâmica de execução, um contínuo acompanhamento dos resultados e a qualidade desejada do desempenho institucional.

Nesse sentido, o desenvolvimento do PDI contou com a liderança e participação direta da alta gestão, diversas rodadas de reuniões, formações e workshops com média de 80 a 90 participantes cada, totalizando pelo menos 20 encontros, somando-se mais de 100 horas de trabalho em grupo, com amplas discussões, num esforço construtivo e envolvimento coletivo, explorando e compartilhando os conhecimentos e as informações e captando as vivências, críticas e contribuições de todos os níveis da instituição e da sociedade, até a conclusão do trabalho.

2.1 Processo de Desenvolvimento do Planejamento Estratégico

A partir da aprovação, pela Comissão Central do PDI, do workflow para o Planejamento 2022-2026, apresentado na 1ª reunião de trabalho com as definições metodológicas, foi realizada, na sequência, cada etapa deste trabalho, conforme apresentado na figura 4.

2.2 Diagnóstico Estratégico

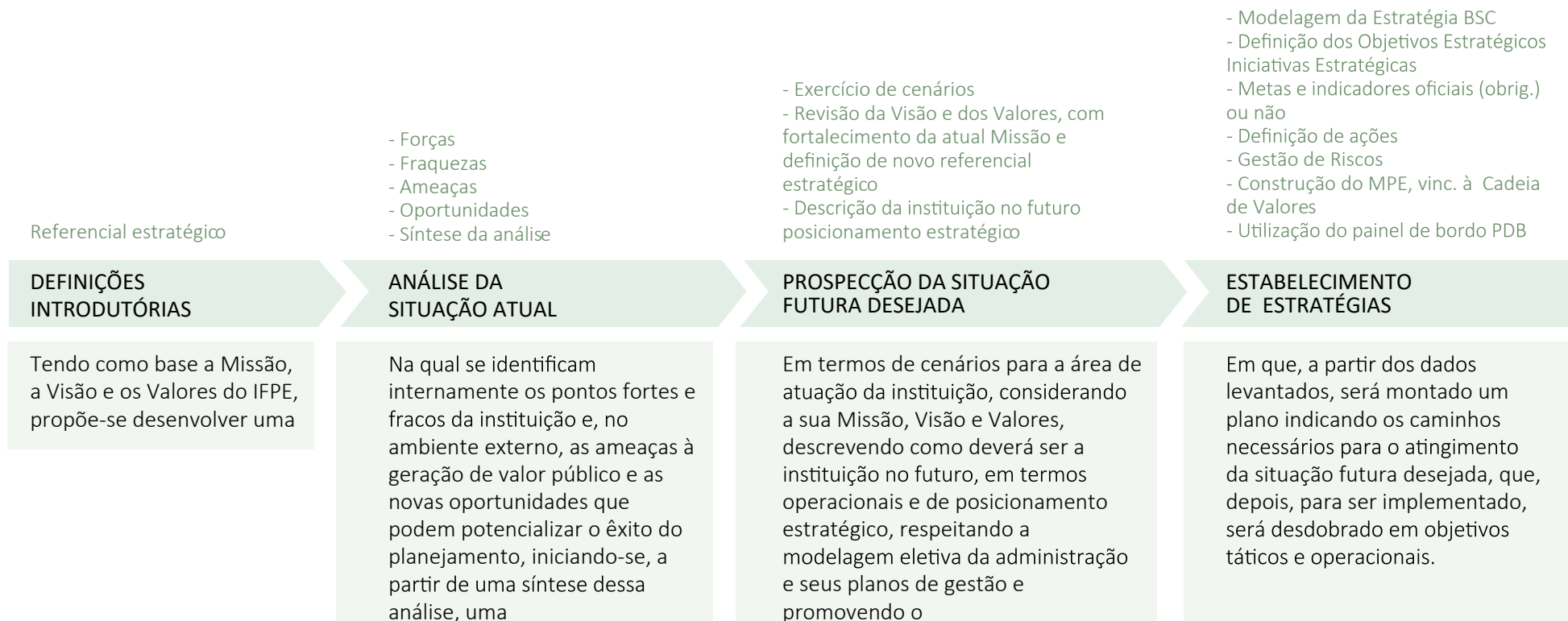
Para a realização do Diagnóstico Estratégico do IFPE, aplicou-se a ferramenta conhecida com o acrônimo SWOT, que no inglês significa Strengths (Pontos Fortes), Weaknesses (Pontos Fracos), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).

O emprego dessa ferramenta gerencial permitiu uma análise aprofundada do ambiente interno da instituição (pontos fortes e fracos) e do ambiente externo (ameaças e oportunidades), que revelaram um diagnóstico amplo e fundamentado dos aspectos mais relevantes para a gestão se organizar, antever, prevenir ou mitigar situações indesejáveis que se apresentem ou para explorar e potencializar as positivas, além de firmar diretrizes que permitam que o Instituto possa se diferenciar e atender ao seu melhor propósito.

Pôde-se, portanto, analisar os cenários e fundamentar as tomadas de decisões, por meio desse diagnóstico completo, considerando aspectos

Figura 4 — Workflow do planejamento 2022-2026 (a)

WORKFLOW PARA O PLANEJAMENTO 2022-2026



da própria instituição e dos ambientes que estão no seu entorno, de maneira que o IFPE possa correr menos riscos e aproveitar melhor suas oportunidades.

Esse diagnóstico foi realizado sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional (Prodin), com a participação da Comissão Central do PDI, de gestores, de representações dos estudantes, de diversos fóruns, de comissões e de comitês

representativos da comunidade acadêmica, oportunizando ao grupo identificar e discutir detidamente os mais diversos aspectos considerados relacionados aos pontos fortes e fracos e às oportunidades e ameaças, culminando na síntese daqueles mais relevantes, conforme a matriz a seguir.

Figura 5 — Matriz SWOT

Oportunidades e Ameaças- Aspectos relacionados ao ambiente externo: políticos, econômicos, ambientais, legais, sociais, tecnológicos etc.

Com que intensidade o Ponto Forte X ajuda a organização a capturar a Oportunidade Y?

Com que intensidade a Ponto Forte X ajuda a organização a se resguardar da Ameaça Y?

Com que intensidade o Ponto Fraco X dificulta a organização em aproveitar a Oportunidade Y?

Com que intensidade o Ponto Fraco X acentua o risco da Ameaça Y?

Análise da influência/intensidade: considerando a escala de 0 a 3, sendo que 0 é Nenhuma, 1 é Pouca e 3 é Forte	Aspectos Considerados	OPORTUNIDADES										AMEAÇAS		Somatório Total
		Reconhecimento, pelo ambiente externo, da capacidade técnica do IFPE em gerar resultados	Empresas, instâncias governamentais e entidades civis abertas e receptivas a novas parcerias propiciando o cumprimento da Missão institucional.	Acesso aos avanços das tecnologias da informação e comunicação disponibilizadas pelo mercado e pelo Governo Federal	Disponibilidade de métodos, mecanismos e evolução do marco regulatório em benefício do aprimoramentos das estruturas e práticas de governança	Valorização e promoção da saúde, da segurança e da qualidade de vida	Imposições para adesões a sistemas de gestão pelo Instituto	Desconhecimento da marca IFPE pela sociedade	Diretrizes externas de governança e cenário político instáveis	Limitações orçamentárias e incertezas econômicas	Consequências do cenário pandêmico			
Pontos Forte e Pontos Fracos - Aspectos relacionadas ao ambiente interno: pessoal, sistemas, gestão, orçamento, infraestrutura, comunicação, RH etc.	PONTOS FORTES	Governança do Instituto em evolução	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	3	28
	Alta capacidade técnica dos servidores	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	20
	Elevada capacidade de articulação externa	3	3	3	1	3	0	3	1	1	1	1	19	
	Adoção de sistemas de gestão	3	3	3	3	1	3	1	1	1	1	1	20	
	Ampliação da oferta de ensino	3	3	1	1	1	0	3	1	1	1	1	15	
	Dificuldade na articulação interna nas diversas instâncias da instituição	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	
	PONTOS FRACOS	Insuficiência de servidores qualificados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1	1	26
	Fragilidade no processo de comunicação com a comunidade acadêmica	3	3	3	3	3	1	3	1	1	1	3	24	
	Organização administrativa deficiente	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30	
	Quadro de servidores insuficiente ou mal dimensionado	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	3	22	
Somatório Total	0	0	-2	-4	-6	-4	-2	-4	-4	-4				

Na Matriz SWOT, as acepções apresentadas na listagem dos aspectos considerados quanto aos ambientes interno ou externo foram realizadas segundo uma análise ampla e considerando a influência dos pontos fortes e fracos associados às ameaças e oportunidades, compreendendo que cada um representa-se o conjunto de situações análogas apontadas. Sabendo-se que no ambiente interno a instituição tem possibilidade de intervir e adotar ações diretas, enquanto no ambiente externo os fatores existentes estão fora dos limites da organização (e, portanto, não existe controle sobre ele), todo o contexto foi analisado, a fim de permitir à instituição organizar-se e adaptar-se para poder tirar melhor proveito das oportunidades e/ou sofrer menor impacto e danos decorrentes das ameaças.

Dessa forma, analisou-se com que intensidade o Ponto Forte “X” ajuda a organização a capturar a Oportunidade “Y”, com que intensidade o Ponto Forte “X” ajuda a organização a se resguardar da Ameaça “Y”, com que intensidade o Ponto Fraco “X” dificulta a organização em aproveitar a Oportunidade “Y” e com que intensidade o Ponto Fraco “X” acentua o risco de a Ameaça “Y” dificultar a organização a se resguardar da Ameaça.

Foram utilizadas as seguintes classificações, para as respectivas influências, de uma escala de 0 a 3, em que 0 é “Nenhuma”, 1 é “Pouca” e 3 é “Forte”.

Com a consolidação das informações, as análises e as priorizações, realizou-se a tabulação dos cruzamentos das variáveis que geraram os totais para cada quadrante da matriz. As variáveis: os Pontos Fortes x Oportunidades – abrangem o que podemos explorar para ampliar as vantagens da instituição; os Pontos Fortes x Ameaças – relacionam-se às questões que podem ser mais bem aproveitadas no ambiente da instituição a seu favor; os Pontos Fracos x Oportunidades – considera-se o que podemos mitigar ou desenvolver para aproveitar melhor as oportunidades; e os Pontos Fracos x Ameaças – compreendem o cenário de garantia de sobrevivência da instituição. Dessa forma, foi fundamental conhecer a realidade institucional e os fatores críticos para o delineamento de um planejamento mais apropriado, considerando as estratégias ofensiva, confronto, reforço e/ou defesa.

Figura 6 — Resultados do cruzamento da Matriz SWOT

Fatores do Macroambiente Interno	Pontos Fortes de maior relevância	28	Governança do Instituto em evolução
		20	Alta capacidade técnica dos servidores
		20	Adoção de sistemas de gestão
	Pontos Fracos mais impactantes:	30	Dificuldade na articulação interna nas diversas instâncias da instituição
		30	Organização administrativa deficiente
		26	Insuficiência de servidores qualificados
Fatores do Macroambiente Externo	Oportunidades de maior relevância:	0	Reconhecimento, pelo ambiente externo, da capacidade técnica do IFPE em gerar resultados
		0	Empresas, instâncias governamentais e entidades civis abertas e receptivas a novas parcerias propiciando o cumprimento da Missão institucional.
	Ameaças mais impactantes:	-2	Acesso aos avanços das tecnologias da informação e comunicação disponibilizadas pelo mercado e pelo Governo Federal
		-4	Consequências do cenário pandêmico
		-4	Limitações orçamentárias e incertezas econômicas
		-4	Diretrizes externas de governança e cenário político instáveis
		-4	Imposições para adesões a sistemas de gestão pelo Instituto

Na sequência do trabalho, a partir desses entendimentos mais reflexivos e críticos, foi possível realizar uma avaliação mais assertiva, inclusive sobre diversas perspectivas e cenários. A leitura apropriada sobre as necessidades e potencialidades do IFPE apresentadas na análise SWOT, os documentos norteadores e as estratégias da gestão consideraram a influência que as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças exercem entre elas, proporcionando uma melhor percepção sobre o momento atual da instituição e o ambiente em que ela está inserida.

Diante dessa análise, foram iniciadas discussões em torno dos importantes desafios que se encontram postos para a instituição, ampliando-se, portanto, a compreensão da relevância de se implementar uma boa estratégia para assegurar o cumprimento da Missão e alcançar a Visão desejada para o IFPE em 2026.

Todo o trabalho guardou harmonia com a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei nº 11.892, de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, e a Instrução Normativa nº 24, de 18 março de 2020, do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Ressalta-se que, julgadas fundamentais as análises das avaliações institucionais, especialmente quanto às demandas por melhorias em infraestrutura nos campi e, ainda, as dificuldades relacionadas à tecnologia da informação, reputadas pelo grupo como fraquezas muito impactantes para a consecução das estratégias, entendeu-se que, mesmo após a finalização da matriz SWOT, com a pré-conclusão do diagnóstico estratégico, tais fraquezas seriam acolhidas a parte da matriz, mantendo integralmente o resultado do diagnóstico geral, mas, reiterou-se, recepcionando esses pontos para serem trabalhados fortemente na instituição, segundo os objetivos e as iniciativas estratégicas, os indicadores e as metas definidas para o período 2022-2026, apresentados neste documento.

O diagnóstico geral conclusivo demonstrou que esse ciclo de PDI será alicerçado em uma estratégia predominantemente de defesa, guardando-se, no entanto, inserções nos posicionamentos ofensivo, de confronto e de reforço no que se mostrou pertinente. Mediante esse entendimento, percebeu-se a necessidade de aprimoramento das práticas administrativas e acadêmicas, reavaliações de processos organizacionais e métodos, alinhamento de colaboradores, integração institucional, requalificação e ampliação de tecnologias e infraestrutura, avanços no desempenho da formação acadêmica/cidadã, mensuração de resultados, aplicações de mecanismos de monitoramento e controles de riscos, entre outros.

Com isso, observaram-se os grandes desafios e a imperiosa necessidade de mais efetividade das entregas internas, da concretização dos efeitos em torno

do êxito e da excelência primordial à atuação pública e ao cumprimento da Missão do IFPE, na sua função precípua de ofertar seus serviços visando à satisfação das necessidades coletivas.

2.3 Referencial Estratégico - Missão, Visão e Valores

A arquitetura do planejamento refletiu uma realidade própria, considerando variáveis internas e externas, mas, especialmente, atenta à força de trabalho, aos recursos disponíveis, aos processos internos e aos sistemas existentes no IFPE, a fim de oferecer à sociedade, mesmo diante das eventuais limitações estruturantes e externas, resultados mais eficazes. Destaca-se que todas as conexões foram pensadas e projetadas para direcionar o Instituto às melhores práticas de gestão e acadêmica, sempre a favor das necessidades da vida humana individual e coletiva.

No transcorrer do planejamento, consideraram-se também a legislação, o PDI do ciclo anterior, o Plano Plurianual (PPA), o PNE e o PPPI, como também as próprias incumbências do Instituto, os sonhos e desejos que nos inspiram nos campi, educando, ensinando e capacitando as pessoas, gerando e transferindo conhecimento e entregando o capital de conhecimento ao cidadão, sempre alinhados a Cadeia de Valor Público do IFPE.

Nessa perspectiva, desenvolver o referencial estratégico de maneira eficiente foi essencial, e o foco consistiu em construir declarações que pudessem direcionar os esforços da instituição para garantir à sociedade qualidade dos serviços, inserção cidadã e um portfólio de cursos diversificados e contemporâneos, além de formações de excelência, disponibilidade de vagas em números adequados, tecnologia, infraestrutura apropriada, ambiente acolhedor e resultados crescentes em seus processos finalísticos de ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, o referencial estratégico da instituição foi discutido nos workshops até sua concepção final. A declaração de Missão foi mantida, representando plenamente o senso comum da gestão e de todos os envolvidos, os

pensamentos norteadores e a sua aderência à proposta do novo ciclo do PDI.

A **Missão do IFPE**, considerando o motivo pelo qual a instituição foi criada, o propósito de existir, seu papel basilar e os benefícios que pretende proporcionar a sociedade, manteve-se a seguinte:

Promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Já as declarações de Visão e Valores, alinhadas à Missão, foram reformuladas com base em debates nos workshops, primando-se por um desejo de aprimoramento capaz de ampliar a qualidade e as entregas e gerar alto nível de valor público, tanto para os estudantes como para a sociedade, por meio da educação profissional, científica e tecnológica acessível, em todos os seus níveis e modalidades, contando com o engajamento dos gestores, do quadro técnico e docente.

A **Visão do IFPE**, considerando onde a instituição deseja estar até 2026, como quer ser vista e qual seu objetivo principal a ser alcançado a longo prazo, foi assim estabelecida:

Ser reconhecido como uma instituição comprometida com uma prática cidadã e inclusiva na formação humana, promotora de transformação social e alinhada, até 2026, com o desenvolvimento institucional e com os seus valores de Inclusão, Sustentabilidade, Integridade, Gestão Democrática e Governança Pública, assumidos como um compromisso do IFPE com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Os **Valores do IFPE**, considerados o conjunto de princípios sociais e culturais que permeiam a instituição e representam o que é importante, servem como parâmetros comportamentais e promovem a conduta ética e a construção de um trabalho compatível entre as áreas da organização, inclusive com os interessados e a sociedade. Assim, para o IFPE, as bases das relações intra e interinstitucionais e como a sociedade interage estão pautadas em cinco principais Valores, os quais foram materializados por meio da:

Inclusão: é a prática do respeito à diversidade, à pluralidade e às diferenças. Representa o que é diverso e múltiplo;

Sustentabilidade: é o desenvolvimento que atende ao presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações, primando, em suas três dimensões, pela integração econômica, social e ambiental, por meios de programas e políticas centrados nas questões sociais e, particularmente, nos sistemas de proteção e justiça social;

Integridade: é o comprometimento e o apoio da alta administração e de todos os servidores para que se possa garantir que a instituição preste serviços de forma eficiente, eficaz e de qualidade à sociedade, permitindo o adequado gerenciamento das estratégias de monitoramento para prevenir, detectar e punir atos de corrupção e desvios de conduta;

Gestão democrática: é a forma de gerir a instituição de maneira que possibilite a participação, a transparência, a democracia, o respeito às pessoas, a pluralidade, a inclusão e a diversidade, permanentemente alinhados à Constituição Federal de 1988, que aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira; e

Governança Pública: significa um compromisso com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas institucionais direcionadas à prestação de serviços de interesse da sociedade e à geração de valor público.

O conjunto das declarações de Missão, Visão e Valores foi considerado no referencial estratégico como relevante para o êxito da instituição.

2.4 Objetivos Estratégicos

A Cadeia de Valor do IFPE representa peça relevante de como a instituição se organiza, a partir do seu conjunto de processos, observando as responsabilidades das áreas sistêmicas e como cada uma delas contribui para a geração de valor público, delineados para atendimento dos dispositivos da lei de criação dos IFs e seu principais objetivos.

A partir da observância da Cadeia de Valor Público, do resultado do diagnóstico da instituição apresentado por meio da análise SWOT, das avaliações institucionais e do referencial estratégico, foram definidos 14 objetivos estratégicos, acompanhados das iniciativas primárias, para o ciclo do PDI 2022-2026.

Figura 7 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Orçamento, Finanças e Suprimento de Bens e Serviços

PERSPECTIVA: ORÇAMENTO (OR)	
Macroprocesso: Orçamento, Finanças e Suprimento de Bens e Serviços	
Objetivo Estratégico (OE- OR1): Estruturar e integrar os orçamentos anuais ordinário e extraordinário priorizando a execução do planejamento estratégico.	
Descrição do Objetivo Estratégico: Organizar e integrar, a partir da aprovação orçamentária anual e da captação extraordinária de recursos, uma estrutura orçamentária que se alinhe ao atendimento das estratégias da instituição.	
	Área responsável
Iniciativa 1: Integrar o orçamento anual aprovado para investimento ao planejamento estratégico da instituição.	Proad
Iniciativa 2: Viabilizar a descentralização dos recursos orçamentários da vida vegetativa da instituição segundo apontamentos específicos que denotem a sua vinculação à estratégia, conforme o planejamento.	Proad
Iniciativa 3: Acompanhar, documentar e ratificar se a aplicação dos recursos anuais pela Reitoria e pelos campi está vinculada às estratégias.	Proad
Iniciativa 4: Aprimorar métodos e estratégias e captar recursos externos em órgãos e entidades de fomento público e privado para aplicação de recursos em apoio aos projetos alinhados à estratégia da instituição.	GESTEXE
Iniciativa 5: Elaboração de proposta e alocação de recursos conforme diagnóstico das ameaças e/ou pontos fracos da SWOT e/ou avaliações institucionais.	Proad
Iniciativa 6: Ampliação da participação da comunidade na construção do planejamento estratégico, tático e operacional, com explicação sobre a vinculação do orçamento aos principais planos da instituição, como PDO, PDTI, PDP, PGC, PCOM, PDIR e PMA.	Proad
Iniciativa 7: Organizar-se sistemicamente a fim de buscar e apoiar o alcance das metas dos indicadores da PNP, conforme metas estabelecidas pelo próprio IFPE.	Proad

Figura 8 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Tecnologia da Informação

PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	
Macroprocesso: Tecnologia da Informação	
Objetivo Estratégico (OE-AC-1): Disponibilizar recursos de tecnologia da informação para suportar as atividades pedagógicas e institucionais, em alinhamento com a transformação digital e a evolução tecnológica.	
Descrição do Objetivo Estratégico: Tornar acessíveis à comunidade institucional recursos de tecnologia da informação pertinentes à infraestrutura, softwares/sistemas e equipamentos, com o propósito de suportar as atividades finalísticas, gerenciais e de apoio, através das definições, normatizações e padronizações dos serviços, desenvolvimentos e atendimentos, acompanhando a transformação digital e as novas tecnologias.	
	Área responsável
Iniciativa 1: Efetuar levantamento de todas as necessidades de equipamentos e softwares que devem ser atendidas pela área de TI, realizar qualificação tecnológica e promover, por ordem de prioridade de obsolescência, as substituições e modernizações.	DADT
Iniciativa 2: Contemplar as áreas dos campi e da Reitoria com melhorias de sistemas e implantações de novos, com foco na excelência educacional e na gestão.	DADT
Iniciativa 3: Estabelecer arquitetura de suporte aos serviços disponibilizados pela área de TI, com a finalidade de garantir a resposta a todas as demandas.	DADT
Iniciativa 4: Reorganizar a estrutura organizacional da área de TI e obter apoio sistêmico formal das áreas de TI dos campi, objetivando celeridade e qualidade das entregas.	DADT
Iniciativa 5: Realizar inventário de serviços de tecnologia da informação.	DADT
Iniciativa 6: Implementar melhorias na rede de dados do Instituto a fim de garantir melhoria de performance dos sistemas e das comunicações.	DADT
Iniciativa 7: Desenvolver e implementar sistemática para atendimento prioritário às necessidades pedagógicas, de assistência estudantil e administrativas do IFPE.	DADT
Iniciativa 8: Desenvolver e implementar planos para realização de projetos de TI (PDTI, PDA, PTD).	DADT
Iniciativa 9: Promover integração dos serviços digitais próprios e externos.	DADT

Figura 9 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Infraestrutura, Obras e Projetos de Engenharia e Arquitetura

PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
Macroprocesso: Infraestrutura, Obras e Projetos de Engenharia e Arquitetura		
Objetivo Estratégico (OE-AC-2): Expandir, adequar e manter a infraestrutura física de maneira alinhada à estratégia da instituição.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Planejar e executar obras e serviços de engenharia, conforme priorização definida a partir das carências mapeadas na instituição, a fim de atender às necessidades administrativas, de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como adequar a infraestrutura física à respectiva legislação vigente.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Realizar compatibilidade das avaliações dos PPCs institucionais com as prioridades de obras e serviços de engenharia e manutenção (PPCs, Relatórios de Avaliação Institucional e de Avaliação de Cursos).	Dope
Iniciativa 2:	Priorizar a adequação da infraestrutura atual à legislação vigente antes de promover expansões, sem deixar de aproveitar os recursos direcionados à expansão.	Dope
Iniciativa 3:	Promover ações de proteção física da área patrimonial dos campi.	Dope
Iniciativa 4:	Adotar práticas sustentáveis no desenvolvimento de projetos, na execução de obras e serviços e na operação das instalações.	Dope
Iniciativa 5:	Desenvolver e apoiar a implementação de projetos de energia limpa e renovável no âmbito do IFPE.	Dope
Iniciativa 6:	Desenvolver e implementar planos para uma realização coordenada da expansão, adequação e manutenção da infraestrutura física, a saber: Plano de Avaliação de Bens Imóveis (PABI); Plano Diretor de Infraestrutura Física (PDIF); Plano de Gestão e Conservação de Energia Elétrica (PGCE); Plano de Manutenção (PMAN); Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC); Plano de Ocupação do Espaço Físico (POEF); e Plano de Paisagismo (PP).	Dope
Iniciativa 7:	Organizar a estrutura organizacional da área de Obras e Projetos e obter apoio sistêmico formal das áreas correlatas dos campi (manutenção), objetivando celeridade e resultados de qualidade.	Dope

Figura 10 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Pessoas

PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
Macroprocesso: Pessoas		
Objetivo Estratégico (OE-AC-3): Estruturar o dimensionamento de servidores e o desenvolvimento de suas competências.		

PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
Macroprocesso: Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional		
Objetivo Estratégico (OE-AC-4): Promover integração, articulação e sinergia no âmbito do IFPE.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Realizar o dimensionamento de pessoal no IFPE, à luz da Portaria nº 246 e suas futuras alterações, associado à estrutura organizacional, bem como envolver esforços para o desenvolvimento de competências dos servidores, observando a Cadeia de Valor Público.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Promover o gradual redimensionamento do quadro de pessoal de cada campus e da Reitoria.	DGPE
Iniciativa 2:	Promover mapeamento dos gaps de competências dos servidores e apresentar programa de formação inicial continuada alinhado à estratégia.	DGPE
Iniciativa 3:	Estabelecer procedimentos de movimentação interna para atender às dinâmicas de rotação e colaboração de trabalho.	DGPE
Iniciativa 4:	Apoiar e assistir o servidor e a gestão na promoção sistêmica da saúde e segurança do trabalho.	DGPE
Iniciativa 5:	Adequar a carga horária de aulas docentes ao disposto na legislação vigente, por campus.	DGPE
Iniciativa 6:	Efetuar diagnóstico das necessidades de recursos humanos no IFPE, objetivando a viabilidade das ações dos macroprocessos finalístico, gerencial e de apoio.	DGPE
Iniciativa 7:	Com base no mapeamento das competências dos servidores, intentar a readequação de lotações, harmonizando necessidades institucionais e o interesse do servidor.	DGPE

Figura 11 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional

PERSPECTIVA: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
Macroprocesso: Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional		
Objetivo Estratégico (OE-AC-4): Promover integração, articulação e sinergia no âmbito do IFPE.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Estabelecer processos e/ou atividades eficientes de articulação interna entre servidores, unidades administrativas (campi/Reitoria) e comunidade acadêmica.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Fortalecer campanhas institucionais para os servidores, a fim de possibilitar que estes mantenham a compreensão das respectivas competências e responsabilidades das áreas sistêmicas do IFPE.	DCOM
Iniciativa 2:	Promover, em coordenação com os gestores sistêmicos, a elaboração de apresentações dos macroprocessos que permitam aos servidores ingressantes compreender as áreas de atuação do IFPE.	Prodin

Iniciativa 3:	Desenvolver projetos para promover encontros institucionais para atividades práticas em grupo, de caráter formacional e interativo, com o objetivo de aprimorar a gestão, a integração e os laços entre os membros de equipe e o engajamento para os resultados.	Prodin
Iniciativa 4:	Criar projetos para estímulo à integração e/ou reflexão da cultura Institucional com incentivos à inovação, à gestão e/ou ao desenvolvimento artístico.	Prodin
Iniciativa 5:	Realizar mapeamento de necessidades e promover visitas técnicas para os servidores, entre os campi e a Reitoria, objetivando integração, troca de conhecimento, experiências e parcerias.	Prodin

Figura 12 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS		
Macroprocesso: Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional		
Objetivo Estratégico (OE- PI 1): Incrementar a reorganização administrativa sistêmica com foco na efetividade das atividades organizacionais e pedagógicas.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Promover a implementação de melhorias organizacionais e de boas práticas das rotinas administrativas para metodização e aprimoramento da gestão.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Implementar a gestão por processos.	Prodin
Iniciativa 2:	Aprovação dos regulamentos, normas e manuais de procedimentos elaborados e/ou atualização em todos as áreas e níveis do Instituto.	Integridade
Iniciativa 3:	Desenvolver e aplicar medições sistêmicas de desempenho.	DGPE
Iniciativa 4:	Consolidar o SEI como ferramenta de gestão dos processos institucionais.	Prodin
Iniciativa 5:	Modernizar os processos de trabalho e gestão a partir do planejamento institucional.	Prodin
Iniciativa 6:	Implantar a gestão por competência.	DGPE
Iniciativa 7:	Aprimorar e aprovar metodologia de desenvolvimento do planejamento/PDI.	Prodin
Iniciativa 8:	Instituir o Acervo Acadêmico Digital.	Proden

Figura 13 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Avaliação, Monitoramento, Controle e Integridade

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS		
Macroprocesso: Avaliação, Monitoramento, Controle e Integridade		
Objetivo Estratégico (OE-PI 2): Implementar, aperfeiçoar e consolidar a gestão de riscos e controles internos, por meio das camadas do planejamento, e integrá-la com os diversos níveis do processo decisório.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Promover a gestão de riscos a partir de processos de conscientização, de implementação e de aperfeiçoamento, executando medidas que permitam o monitoramento e maior segurança do processo decisório, para o alcance dos objetivos em seus diversos níveis.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Participar e analisar, desde a aprovação do PDI, da concepção de estratégias que se alinham à proposta de trabalho de monitoramento da gestão de riscos à execução do plano pelos gestores.	Integridade
Iniciativa 2:	Organizar o ambiente institucional e a estrutura departamental e capacitar os servidores de forma apropriada para gerenciar riscos.	DGPE
Iniciativa 3:	Mapear as potenciais vulnerabilidades ao cumprimento dos objetivos.	Integridade
Iniciativa 4:	Avaliar os riscos e determinar possíveis impactos e probabilidades.	Integridade
Iniciativa 5:	Desenvolver um plano de disseminação das informações sobre os riscos que alcance todos os níveis institucionais.	Integridade
Iniciativa 6:	Estabelecer junto ao CGRC agendas periódicas para apresentação dos trabalhos de monitoramento do planejamento estratégico e sua evolução.	Integridade
Iniciativa 7:	Promover ações de capacitação, conscientização e aperfeiçoamento sobre a gestão de riscos e o processo decisório.	DGPE
Iniciativa 8:	Integrar o planejamento a gestão dos riscos e o processo decisório.	Integridade
Iniciativa 9:	Instituir os comitês de governança, riscos e controles dos campi.	Integridade
Iniciativa 10:	Fortalecer a gestão de riscos como forma de analisar, identificar e aplicar as práticas de controle, objetivando evitar a materialização dos riscos em todos os níveis de planejamento.	Integridade

Figura 14 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Comunicação, Editorial, Imagem Institucional e Eventos

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Macroprocesso: Comunicação, Editorial, Imagem Institucional e Eventos	
Objetivo Estratégico (OE-PI 3): Assegurar o atendimento às demandas de comunicação, fortalecendo as relações internas e entre a instituição e as comunidades em que ela está inserida.	
Descrição do Objetivo Estratégico: Garantir o atendimento às demandas e fortalecer a imagem da instituição na comunidade interna, nos municípios sede dos campi e nas redes profissionais, tecnológicas e acadêmicas locais, promovendo uma comunicação inclusiva e efetiva através do diálogo constante.	
	Área responsável
Iniciativa 1: Divulgar e consolidar as políticas institucionais já aprovadas e incentivar a participação nas que ainda não estão concluídas.	DCOM
Iniciativa 2: Promover ações de integração que possibilitem o conhecimento dos processos institucionais.	DCOM
Iniciativa 3: Adaptar todo o site às tecnologias mais recentes de comunicação inclusiva.	
Iniciativa 4: Promover campanhas de visibilização da transparência ativa.	Integridade DCOM
Iniciativa 5: Elaborar e divulgar um manual de comunicação popular e inclusiva, incentivando o uso da linguagem simples nas comunicações institucionais.	DCOM
Iniciativa 6: Atualizar a estrutura tecnológica de comunicação da instituição para melhor atender às demandas recebidas no setor.	DCOM
Iniciativa 7: Reestruturar o fluxo de trabalho da área de comunicação.	DCOM
Iniciativa 8: Produzir, atualizar e manter banco para reposição de imagens, trilhas sonoras e peças diversas de identidade visual	DCOM
Iniciativa 9: Estabelecer rotina de captação de notícias e informações com potencial de divulgação pela imprensa de todas as ações positivas no âmbito do IFPE.	DCOM

Figura 15 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Internacionalização

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Macroprocesso: Internacionalização	
Objetivo Estratégico (OE-PI 04): Intensificar as ações de internacionalização do IFPE, de forma a reforçar seu caráter de transversalidade perante as ações de ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão.	

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Macroprocesso: Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão	
Objetivo Estratégico (OE-PI 05): Promover melhorias dos processos internos, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão, com a finalidade de contribuir com as principais demandas sociais, educacionais, tecnológicas, científicas e culturais de nosso tempo.	
Descrição do Objetivo Estratégico: Incrementar ações conjuntas e permanentes de organização, pedagógicas e metodológicas, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão, com a finalidade de contribuir exitosamente com as entregas a estudantes e sociedade.	
	Área responsável
Iniciativa 1: Oferta de componentes curriculares em língua estrangeira nas modalidades presencial e EaD.	Drin
Iniciativa 2: Criação de programa de mobilidade permanente com instituições do exterior.	DGPE
Iniciativa 3: Ampliação da formação de docentes e técnico-administrativos em línguas estrangeiras.	Drin
Iniciativa 4: Preparação linguística dos estudantes de pós-graduação (por meio do ensino das línguas inglesa e espanhola) para atuar em projetos internacionais de pesquisa e em ambientes acadêmicos.	Drin e Propesq receberão no plano tático Propesq
Iniciativa 5: Promoção da divulgação das pesquisas Internacionais (produtos, grupos, projetos, infraestrutura) e do ecossistema de inovação do IFPE.	DCOM receberá no plano tático Drin
Iniciativa 6: Formação de parcerias com embaixadas e outras instituições de cooperação internacional para a difusão da cultura, com ênfase à América Latina e ao Caribe.	Proext
Iniciativa 7: Elaboração de instrumentos normativos que viabilizem programa de estágio internacional.	Drin receberá no plano tático
Iniciativa 8: Fomentar o compartilhamento de ações de extensão com instituições parceiras.	Drin

Figura 16 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias dos macroprocessos Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
Macroprocesso: Ensino, Pesquisa, Inovação, Pós-Graduação e Extensão	
Objetivo Estratégico (OE-PI 05): Promover melhorias dos processos internos, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão, com a finalidade de contribuir com as principais demandas sociais, educacionais, tecnológicas, científicas e culturais de nosso tempo.	
Descrição do Objetivo Estratégico: Incrementar ações conjuntas e permanentes de organização, pedagógicas e metodológicas, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão, com a finalidade de contribuir exitosamente com as entregas a estudantes e sociedade.	
	Área responsável
Iniciativa 1: Ampliação do número docentes DE envolvidos em programas ou projetos de ensino, pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão.	Proden, Proext e Propesq

Iniciativa 2:	Implementar cursos de formação continuada para servidores.	Proden, Proext e Propesq
Iniciativa 3:	Ampliar as linhas de ação da Editora IFPE, visando à sua consolidação na RFEPCT.	Propesq
Iniciativa 4:	Prospecção de parcerias para assinatura de novos ACTs.	Proden, Proext e Propesq
Iniciativa 5:	Ampliar a cultura de ambientes de inovação, compartilhamento de laboratório e prestação de serviços tecnológico no IFPE, conforme as Resoluções n. 51/2020 e n. 79/2021, do Consup.	Propesq e Proext
Iniciativa 6:	Ampliar o desenvolvimento de spin-offs e do empreendedorismo, conforme estabelecido na Política de Inovação do IFPE.	Proext
Iniciativa 7:	Incentivar a verticalização no IFPE.	Proden e Propesq

Figura 17 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Gestão Executiva, Política, Organizacional e Estratégica

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS		
Macroprocesso: Gestão executiva, política, organizacional e estratégica		
Objetivo Estratégico (OE-PI 06): Fortalecer a governança institucional.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Incrementar medidas de melhorias organizacionais baseadas em desenvolvimento de políticas, regimentos e melhores práticas de governança pública.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Desenvolver e aprovar as políticas das áreas do IFPE que ainda não estão concluídas.	GESTEXE, Drin, Prodin, Integridade, Proden, Proext, Proad, DGPE, Dope
Iniciativa 2:	Elaboração/aprovação do Estatuto do FPE e homologação dos regimentos internos da Reitoria e dos campi.	Prodin
Iniciativa 3:	Internalizar a gestão estratégica.	GESTEXE
Iniciativa 4:	Estabelecer acompanhamento e ações sistêmicas para elevar o Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG).	GESTEXE, Prodin
Iniciativa 5:	Estabelecer acompanhamento e ações sistêmicas junto às áreas competentes para elevar o Índice de Governança Pública (iGovPub).	Integridade
Iniciativa 6:	Adotar medidas de gestão de orçamento, finanças, patrimônio, produção e suprimento de bens e serviços para elevar o Índice de Capacidade em Gestão de Contratações (iGestContrat).	Proad

Iniciativa 7:	Estabelecer medidas sistêmicas para elevar o Índice de Governança e Gestão de TI (iGovTI).	DADT
Iniciativa 8:	Adotar medidas de aprimoramento na gestão de pessoas para elevar o Índice de Capacidade em Gestão em Pessoas (iGestPessoas).	DGPE
Iniciativa 9:	Implementar melhorias internas que permitam garantir a divulgação ativa de dados e informações do IFPE relativas à Lei de Acesso à Informação, mantendo-as atualizadas no site.	GESTEXE, Integridade
Iniciativa 10:	Implementar instrumentos da Política de Segurança e Saúde do Trabalho (PSST) do IFPE.	DGPE
Iniciativa 11:	Elaborar estratégia de transparência das ações de internacionalização do IFPE.	Drin
Iniciativa 12:	Promover trabalhos no âmbito do IFPE focando o atendimento dos requisitos da avaliação institucional apresentados nos relatórios da CPA e da avaliação externa.	Prodin
Iniciativa 13:	Desenvolver projetos destinados à implementação de melhorias ambientais na administração pública alinhadas à Política Ambiental do IFPE.	GESTEXE
Iniciativa 14:	Elaborar ou atualizar (aprovar) os regimentos e o Estatuto do IFPE.	GESTEXE
Iniciativa 15:	Assegurar a execução das iniciativas/ações do PDI 2022-2026 de forma que sejam promovidos o êxito, a qualidade e as entregas do Instituto para os estudantes e a sociedade, perseguindo a melhoria do desempenho institucional.	GESTEXE

Figura 18 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias dos macroprocessos Extensão, Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

PERSPECTIVA: ESTUDANTES E SOCIEDADE		
Macroprocesso: Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.		
Objetivo Estratégico (OE- ES 01): Promover a construção de conhecimentos e competências por meio de projetos e ações de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação, garantindo uma formação ampla, qualificada e cidadã.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Atender às necessidades dos estudantes e da sociedade, gerando conhecimentos e competências, por meio de projetos e ações de extensão, cultura, pesquisa, inovação, pós-graduação e empreendedorismo, garantindo uma formação ampla, qualificada e cidadã.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Desenvolver os parâmetros de classificação do estudante como pesquisador ou extensionista.	Propesq e Proext

Iniciativa 2:	Incentivar o uso de laboratórios para apoiar a geração de empreendimentos inovadores.	Propesq e Proext
Iniciativa 3:	Desenvolver medidas e mecanismos que possibilitem contribuir para o assessoramento e formação para egressos.	Proext
Iniciativa 4:	Incentivar a atuação de egressos como alunos, professores e/ou mentores em programas e ações voltados ao empreendedorismo inovador.	Proext
Iniciativa 5:	Incentivar Trabalhos de Conclusão de Curso para desenvolvimento de empreendimentos.	Proext
Iniciativa 6:	Promover ações culturais institucionais com atuação conjunta dos campi e da Reitoria.	Proext
Iniciativa 7:	Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação no IFPE.	Propesq
Iniciativa 8:	Promover a participação de estudantes em projetos e programas de pesquisa e extensão, na condição de bolsistas ou voluntários.	Proext e Propesq

Figura 19 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Ensino

PERSPECTIVA: ESTUDANTES E SOCIEDADE		
Macroprocesso: Ensino		
Objetivo Estratégico (OE- ES 02): Proporcionar melhor acesso à educação humana integral, politécnica e multidimensional, elevando a qualidade da aprendizagem e do ensino, considerando a complexidade das diferenças, contribuindo com a formação geral do estudante e a transformação social.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Formar cidadãos e cidadãs para o exercício da cidadania e para a vida, focando o trabalho como princípio educativo, na superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e culturais dos processos educativos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Incrementar medidas de coordenação e melhorias internas com a finalidade de elevar a qualidade da aprendizagem com foco na formação integral do cidadão, promovendo o desenvolvimento social.	Proden
Iniciativa 2:	Implementar ações que contribuam para o desenvolvimento da trajetória acadêmica do estudante no que se refere à permanência e ao êxito, atuando no desenvolvimento de estratégias interventivas que visem à prevenção e à minimização de retenção e evasão.	DAE E Proden
Iniciativa 3:	Promover a capacitação dos servidores na perspectiva da formação integral.	Proden
Iniciativa 4:	Difundir os princípios que regem a educação profissional à luz do PPPI no IFPE	Proden

Iniciativa 5:	Fortalecer as parcerias com a rede estadual de ensino a fim de ampliar a oferta de Proeja.	Proden
Iniciativa 6:	Promover medidas organizacionais com a finalidade de cumprir os requisitos de equilíbrio quanto às matrículas de cursos técnicos, formação de professores e EJA, conforme a lei/decreto.	Proden
Iniciativa 7:	Promover junto aos campi entendimentos e ações que permitam a ampliação dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPE.	Proden
Iniciativa 8:	Institucionalizar a EaD no IFPE, ampliando o número de vagas, polos, cursos e portfólio dos cursos.	Proden DEaD recepcionará no plano operacional
Iniciativa 9:	Desenvolver medidas institucionais para reduzir a evasão e retenção na EaD.	DAE DEaD recepcionará no plano operacional
Iniciativa 10:	Promover junto aos campi da 3a fase de expansão entendimentos e ações que permitam a implantação dos cursos de técnicos integrados ao ensino médio.	Proden
Iniciativa 11:	Desenvolver medidas institucionais na perspectiva de ampliação da quantidade de candidatos inscritos por vagas ofertadas nos processos de ingresso.	Proden

Figura 20 — Objetivo Estratégico e iniciativas primárias do macroprocesso Extensão

PERSPECTIVA: ESTUDANTES E SOCIEDADE		
Macroprocesso: Extensão		
Objetivo Estratégico (OE- ES 03): Ampliar a cultura institucional de respeito às diferenças e de acolhimento, implementando medidas de inclusão e diversidade com vistas a uma equiparação de oportunidades na sociedade.		
Descrição do Objetivo Estratégico: Contribuir para o fortalecimento da inclusão e da diversidade no âmbito do IFPE, assegurando o acesso, a permanência e o êxito de todos, sem distinção de classe, gênero, raça/etnia, idade, composição física, sensorial e/ou intelectual, religiosidade ou demais marcadores sociais, com vistas a uma equiparação de oportunidades na sociedade.		
		Área responsável
Iniciativa 1:	Desenvolver e implementar medidas para eliminar as barreiras arquitetônicas e ampliar a livre circulação, com segurança e autonomia, das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Dope
Iniciativa 2:	Prospectar conhecimentos e capacitar os servidores e interessados para comunicação em Libras e demais temáticas relacionadas à inclusão e à diversidade.	DGPE

Iniciativa 3:	Desenvolver e implementar medidas para eliminar barreiras tecnológicas no sentido de garantir à comunidade acadêmica o acesso aos sistemas e às tecnologias.	Proext
Iniciativa 4:	Desenvolver e implementar medidas para eliminar barreiras de comunicação interna e viabilizar o acesso à informação e a conhecimentos da comunidade acadêmica.	DCOM
Iniciativa 5:	Implementar medidas voltadas ao desenvolvimento de uma comunicação atenta às questões de diversidade.	Proext
Iniciativa 6:	Implementar busca ativa entre a população trans, pessoas com deficiência e comunidades quilombolas e tradicionais.	Proext
Iniciativa 7:	Acompanhar a permanência da população trans e comunidades quilombolas e tradicionais.	DAE Proden receptorá no plano tático
Iniciativa 8:	Implementar medidas de ampliação do público-alvo em projetos de ensino, pesquisa, inovação e extensão.	Proden, Proespq e Proext
Iniciativa 9:	Acompanhar o percentual de vagas destinadas a cotistas nos processos seletivos.	Proden
Iniciativa 10:	Promover junto aos campi ações que visem ao preenchimento das vagas destinadas a estudantes com renda per capita de até 1,5 SM.	Proden

Os objetivos foram definidos durante os workshops de planejamento e reconhecidos como desafiadores, coerentes, mensuráveis e alcançáveis, atendendo plenamente à capacidade de fornecer orientações globais para a gestão, bem como para todo o IFPE, determinando o que realmente é mais importante para cumprir a Missão institucional e alcançar a Visão desejada para o IFPE.

2.4.1 Balanced Scorecard (BSC)

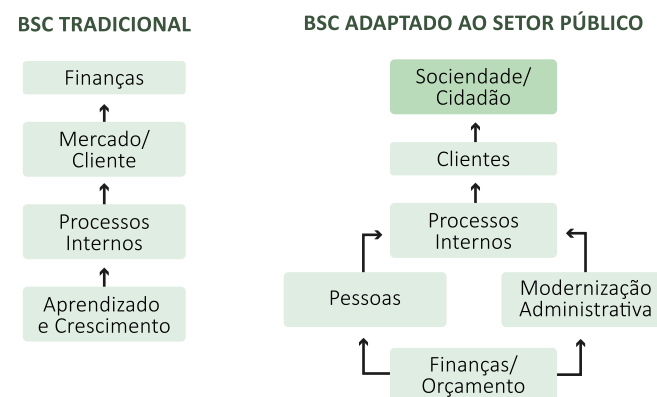
A metodologia BSC foi inicialmente divulgada no ano de 1992, por Robert S. Kaplan, professor da Harvard Business School, e David P. Norton, presidente da Renaissance Solutions, em um artigo no qual definiram parâmetros para avaliação e melhoramento do desempenho das empresas.

Implementado a partir de uma estratégia que é traduzida em objetivos distribuídos em quatro perspectivas (financeira, mercado, processos internos e aprendizagem crescimento), o método consiste em determinar de modo

balanceado as ligações de causa/efeito entre os objetivos que são suportados por indicadores, metas e iniciativas.

Conforme apresentado na Figura 21, Ghelman e Costa (2006) desenvolveram uma adaptação do BSC tradicional para o setor público, em que a perspectiva financeira confere lugar a Clientes- Sociedade/Cidadão, sendo a perspectiva-base considerada Finanças/Orçamento.

Figura 21 — Diferença entre o BSC Tradicional e o adaptado ao setor público



Fonte: Ghelman e Costa (2006)

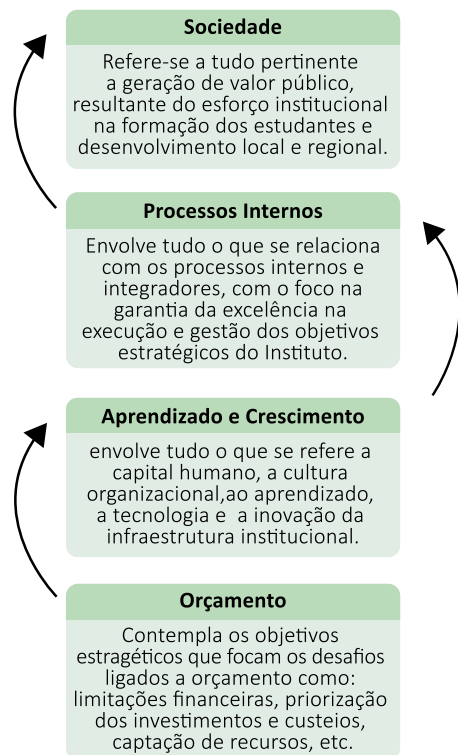
Como se observa, a adaptação desse método ampliou a oportunidade de essa ferramenta ser utilizada pelos setores públicos, sendo uma de suas principais finalidades possibilitar que os gestores e as equipes trabalhem pensando no futuro e atuando conscientemente para direcionar os esforços para o alcance dos resultados aspirados de forma mais assertiva. Atualmente, o BSC é uma das metodologias de planejamento mais recomendadas às instituições públicas, pois possibilita, ainda, que a administração possa entender claramente a formulação dos seus objetivos estratégicos sobre as diferentes perspectivas e, assim, definir os meios necessários para os processos de monitoramento e avaliação.

Nesse sentido, o BSC auxilia na potencialização dos resultados desejados ao descrever, alinhar e comunicar de maneira compreensível a estratégia, de forma a nortear as bases das ações subsequentes, ajudando a organização

a manter o foco nos pontos mais relevantes, melhorar o engajamento e mobilizar as pessoas para formas de atuações novas.

Com o desenvolvimento dos objetivos estratégicos e em adaptabilidade ao BSC, originalmente concebido para a iniciativa privada, a Comissão Central do PDI definiu como perspectivas, considerando a realidade do IFPE como Instituto Federal: Orçamento, Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Estudantes e Sociedade.

Figura 22 — Perspectivas utilizadas do BSC



Todo o trabalho e o esforço empreendidos viabilizaram a concepção do Mapa Estratégico do IFPE, que contempla os 14 objetivos estratégicos, por perspectiva, a Missão, a Visão e os Valores da instituição, conforme apresentado a seguir:

Figura 23 — Mapa Estratégico do IFPE

MISSÃO

Promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

VISÃO

Ser reconhecido como uma instituição comprometida com uma prática cidadã e inclusiva na formação humana, promotora de transformação social e alinhada, até 2026, com o desenvolvimento institucional e com os seus valores de Inclusão, Sustentabilidade, Integridade, Gestão Democrática e Governança Pública, assumidos como um compromisso do IFPE com a comunidade acadêmica e a sociedade.

ESTUDANTES E SOCIEDADE

- Promover a construção de conhecimentos e competências por meio de projetos e ações de pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão, garantindo uma formação ampla, qualificada e cidadã. ES-1
- Proporcionar melhor acesso à educação humana integral, politécnica e multidimensional, elevando a qualidade da aprendizagem e do ensino, considerando a complexidade das diferenças, contribuindo com a formação geral do estudante e a transformação social. ES-2
- Ampliar a cultura institucional de respeito às diferenças e de acolhimento, implementando medidas de inclusão e diversidade com vistas a uma equiparação de oportunidades na sociedade. ES-3

PROCESSOS INTERNOS

- Incrementar a reorganização administrativa sistêmica com foco na efetividade das atividades organizacionais e pedagógicas. PI-1
- Assegurar o atendimento às demandas de comunicação, fortalecendo as relações internas e entre a instituição e as comunidades em que ela está inserida. PI-3
- Promover melhorias dos processos internos, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, com a finalidade de contribuir com as principais demandas sociais, educacionais, tecnológicas, científicas e culturais do nosso tempo. PI-5
- Implementar, aperfeiçoar e consolidar a gestão de riscos e controles internos, por meio das camadas do planejamento, e integrá-la com os diversos níveis do processo decisório. PI-2
- Intensificar as ações de internacionalização do IFPE, de forma a reforçar seu caráter de transversalidade perante as ações de ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão. PI-4
- Fortalecer a governança institucional. PI-6

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

- Promover integração e sinergia no âmbito do IFPE. AC-4
- Expandir, adequar e manter a infraestrutura física de maneira alinhada à estratégia da instituição. AC-2
- Disponibilizar recursos de tecnologia da informação para suportar as atividades pedagógicas e institucionais, em alinhamento com a transformação digital e a evolução tecnológica. AC-1
- Estruturar o dimensionamento de servidores e o desenvolvimento de suas competências. AC-3

ORÇAMENTO

- Estruturar e integrar os orçamentos anuais ordinário e extraordinário priorizando a execução do planejamento estratégico. OR-1

INCLUSÃO | SUSTENTABILIDADE | INTEGRIDADE | GESTÃO DEMOCRÁTICA | GOVERNANÇA PÚBLICA

Além das iniciativas apresentadas na seção 2.4, que estão associadas a cada objetivo estratégico, encontra-se anexo a este documento o fichário com os respectivos indicadores e as metas vinculadas a estes, tendo como parte dos indicadores fixados os estabelecidos pela PNP, os de governança do Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros desenvolvidos pela própria gestão. Ressalta-se que alguns indicadores apenas terão suas metas estabelecidas quando da avaliação de resultados apurados, considerando as particularidades da mensuração de cada um deles.

A partir desse conjunto de objetivos, iniciativas, indicadores e metas definidas para o ciclo do PDI 2022-2026, tem-se edificada a oportunidade de colocar a estratégia em movimento e determinar os planos de ação correspondentes às áreas responsáveis por cada indicador/iniciativa, conforme os macroprocessos da Cadeia de Valor Público do IFPE.

Para ampliar a margem de assertividade e êxito da execução do planejamento estratégico, enfatiza-se que no planejamento de nível tático e operacional os respectivos planos de ação, respeitando-se as especificidades institucionais, deverão estar alinhados com os planos de gestão da Reitoria e das direções-gerais dos campi, a fim de garantir o caráter democrático do IFPE e as boas práticas de gestão.

2.5 Processos de Acompanhamento, Monitoramento dos Riscos e Revisão

O processo de acompanhar, controlar e revisar o PDI tem como finalidade garantir o seu progresso e o melhor desempenho institucional para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão. Portanto, esses processos auxiliam para que as eventuais oportunidades de melhorias, as necessidades e os ajustes fundamentais para o alcance das metas e dos objetivos sejam identificados e implementados, sem prescindir dos esforços habituais dos gestores para essa finalidade.

Diante dessa necessidade fundamental de comprometimento com o planejamento, os gestores, detentores dos macroprocessos, devem

acompanhar, permanentemente, a execução dos planos de ação, as iniciativas, os indicadores e as metas sob sua responsabilidade, a fim de avaliar sistematicamente o progresso dos trabalhos. Dessa forma, compreende-se que, assim, poderão garantir que as atividades das equipes tenham o direcionamento e o foco para o que é realmente importante à luz da estratégia delineada para instituição e, quando necessário, possam implementar novas medidas orientadas para o alcance dos resultados desejados segundo o PDI.

2.5.1 Processo de Acompanhamento

A execução do planejamento ocorre apoiada por diversos aspectos, mas especialmente pelo acompanhamento sistêmico das iniciativas, ações, indicadores e metas pertinentes a cada objetivo estratégico. Essa assistência é fundamental para avaliar o desempenho, porque sem isso não há medição, sem medição não há controle e sem controle não há gerenciamento. Nesse sentido, o acompanhamento dos resultados permite confirmar se os esforços despendidos no processo de melhoria estão sendo efetivos, conhecer e medir o desempenho, comparar resultados, identificar pontos de melhoria e empreender ações de transformação, gerando um ciclo de melhoria contínua.

Nessa perspectiva, não obstante o acompanhamento permanente do planejamento diretamente pelos gestores, a Prodin atuará interagindo com eles a qualquer tempo e os apoiará para que apresentem, mensalmente, a respectiva execução dos planos de ação e as tendências de cumprimento das metas vinculadas a cada macroprocesso, a fim de que seja realizada uma avaliação conjunta pela alta gestão.

Reuniões sistemáticas deverão ser agendadas pela gestão executiva e coordenadas pela própria Prodin, a qual atuará sempre numa linha de assessoria contínua à gestão, promovendo as discussões necessárias ao bom resultado dos trabalhos e para a materialização do planejamento.

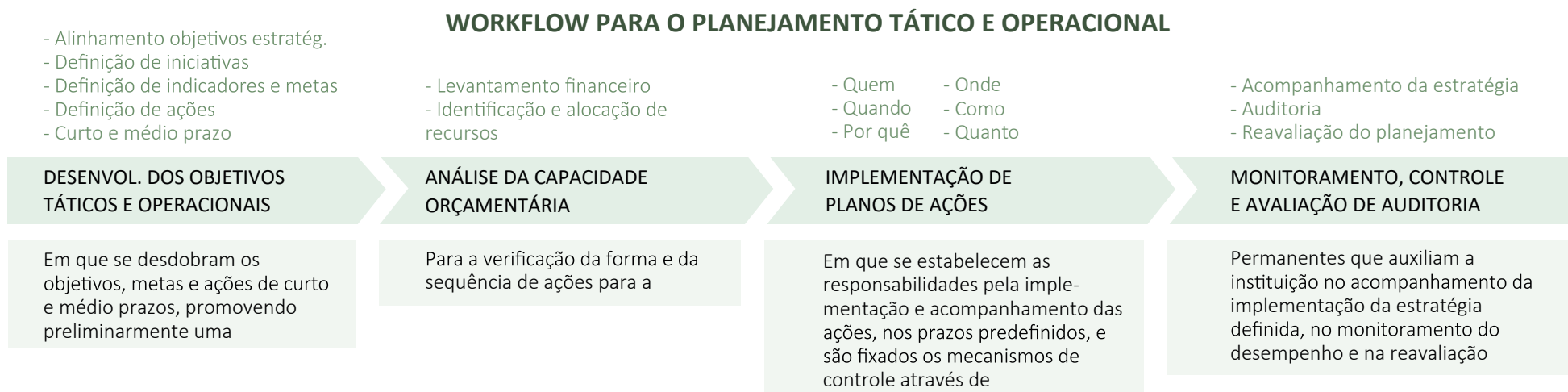
A Prodin deverá, ainda, socializar as informações mais relevantes, e cada gestor deverá discorrer sobre as tendências e os resultados alcançados, as necessidades identificadas, as melhorias implementadas e, quando for o caso, as medidas adicionais adotadas para garantir os resultados planejados.

As medidas implementadas que busquem reduzir a probabilidade de consequências negativas associadas ao PDI devem ser compartilhadas, como experiências positivas, e documentadas pela Prodin para evitar futuras situações análogas.

O sistema utilizado como ferramenta de acompanhamento, monitoramento e apoio à revisão do planejamento é o Geplanes (versão gratuita), mas eventualmente, se necessário, será utilizado outro sistema de planejamento ou até planilhas.

Conforme consignado durante o desenvolvimento dos workshops em desdobramento ao planejamento estratégico institucional, os planos de ações estratégicas devem ser elaborados em suporte às iniciativas e aos indicadores de desempenho e atentando para as respectivas metas. Ainda, seguindo o alinhamento e o suporte às estratégias institucionais, os planejamentos táticos e operacionais devem, igualmente, manter essa conexão, guardando total aderência ao estratégico em todos os seus níveis, conforme proposta do workflow a seguir.

Figura 24 — Workflow do planejamento 2022-2026 (b)

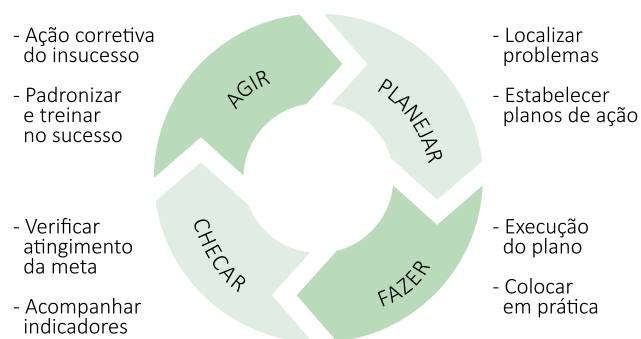


O planejamento tático deve primar por uma propositura de alto nível organizacional sistêmico em suas iniciativas, sob os aspectos das necessidades e realizações de médio prazo, contemplando os deveres de articulação para a conjunção entre os planejamentos estratégicos, táticos e operacionais.

No IFPE, o planejamento operacional encontra-se na Reitoria, apoiando os planos táticos; nos campi e EaD, são concebidos por meio dos planos de ação alinhados aos objetivos e iniciativas estratégicas e aos indicadores e suas respectivas metas institucionais, respeitando-se, como já mencionado, a autonomia e os planos de gestão das direções-gerais.

2.5.2 Monitoramento

A etapa realizada pela Controladoria do IFPE consiste na identificação dos fatores que afetam negativamente o alcance dos objetivos e no estabelecimento dos controles para sua mitigação e correção. O monitoramento dos objetivos deve observar um ciclo PDCA próprio, conforme a metodologia aprovada pela Resolução nº 01 de 15 de outubro de 2020, do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFPE, disposta na Figura 25, em processos contínuos ao longo da duração do PDI, conforme o seguinte fluxo:

Figura 25 — Ciclo PDCA

Os riscos e as respectivas fontes inerentes aos objetivos idealizados no PDI são identificados no processo de monitoramento realizado pela Controladoria, e o relatório contendo as informações de fonte, causas e consequências é enviado trimestralmente ao Comitê de Governança Riscos e Controles do IFPE (CGRC), onde, por meio da reunião com a participação de todos os gestores estratégicos da entidade, são estabelecidas as medidas de controle necessárias para o enfrentamento dos riscos ao cumprimento dos objetivos.

Após a identificação dos riscos, inicia-se um novo ciclo de monitoramento do PDI, no qual as ameaças identificadas e que já foram comunicadas ao CGRC são caracterizadas como riscos residuais, visto permanecerem afetando negativamente os objetivos do planejamento mesmo após a formal comunicação aos gestores estratégicos.

A cada ciclo de monitoramento os riscos inerentes e os residuais são comparados no sentido de identificar se as medidas saneadoras estão sendo eficazes para corrigir ou mitigar as ameaças ao PDI.

2.5.3 Processo de Revisão do PDI

A revisão do PDI, conforme definido pela instituição, deve ocorrer a cada dois anos. O processo de revisão ocorre sob a coordenação da Prodin, que deverá demandar aos setores competentes a revisão dos capítulos e do

planejamento. Além das iniciativas diretas de cada um dos setores, estes serão instados a participar de debates e promover, quando necessário, as suas propostas revisionais e a validação do trabalho junto à comunidade acadêmica, com posterior submissão à aprovação dos órgãos competentes.

Na proposta de revisão, cada alteração de capítulo, modificação, inclusão e exclusão de iniciativas, indicadores e metas deve ser acompanhada de fundamentação que a motive e, quando for o caso, da realidade impeditiva de materialização do que se planejava, alheia a sua capacidade de gestão. Nessa oportunidade, serão analisadas as demandas de alterações e as propostas de repactuação de metas em conformidade com a justificativa apresentada e a capacidade institucional, assegurando que:

- iniciativas, indicadores, metas e ações sejam mantidas dentro dos parâmetros de coerência com os objetivos estratégicos definidos no PDI;
- as propostas sejam consistentes e compatíveis com a Visão, a Missão e os Valores da instituição; e
- as informações coletadas guardem coerência e demonstrem benefício organizacional e público da instituição para garantir as entregas para os estudantes e a sociedade.

Os pró-reitores e os diretores sistêmicos serão responsáveis por articular a revisão do conjunto de iniciativas, indicadores e metas relativas às respectivas pró-reitorias/diretorias, atentando para a legislação vigente. Será de competência da Prodin a sistematização das alterações ou inclusões propostas.

Os objetivos estratégicos poderão ser alterados em decorrência de fatos supervenientes, com aprovação da gestão executiva e do Consup.

A Prodin deverá acompanhar a implantação das alterações aprovadas para o planejamento, devendo propor e implementar medidas que julgue essenciais à consecução das estratégias institucionais, e documentar todas as melhorias evidenciadas nesse processo, que servirão como lições de aprendizado e auxiliarão no desempenho da instituição e no aperfeiçoamento do próximo ciclo do PDI.

A alta gestão do IFPE e a Prodin deverão manter atenção permanente às mudanças internas e externas que possam exigir ajustes na estratégia da organização ou afetar a capacidade de a instituição atingir seus objetivos, podendo, ainda, atuar no campo da excepcionalidade, para promover revisão extraordinária do planejamento, a fim de assegurar e potencializar os resultados institucionais sob a ótica do interesse público.

Tendo presente que a principal finalidade do planejamento institucional é garantir o cumprimento da Missão do IFPE e o alcance dos objetivos estratégicos, suportados por iniciativas, indicadores e atingimento das metas de longo prazo, os planos de ação dos níveis estratégico, tático e operacional podem ser alterados para redirecionar os esforços da força de trabalho para o alcance das metas. No entanto, qualquer propositura nesse sentido deve ser precedida de formalização de justificativa da área demandante para a Prodin e a Controladoria, com inequívoca demonstração da necessidade, pertinência, conveniência e oportunidade, as quais deverão, quando for o caso, ser submetidas à aprovação formal em reunião dos gestores.

Registra-se, por fim, que este PDI encontra-se alinhado ao Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que determina que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e autárquica devem considerar, em seus planejamentos e suas ações, os cenários macroeconômicos, as diretrizes, os desafios, as orientações, os índices-chave e as metas-alvo estabelecidas pelo governo federal.

3. POLÍTICAS ACADÊMICAS



3. Políticas Acadêmicas

3.1 Política de Ensino

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) possui um conjunto de diretrizes institucionais voltadas para a gestão acadêmica do ensino. Esse conjunto, além de observar fundamentos basilares da legislação educacional vigente, constitui o marco normativo da política de ensino. A política de ensino na instituição materializa-se, entre outros aspectos, por meio de ações acadêmico-administrativas fundamentadas a partir de diretrizes norteadoras das políticas acadêmicas da instituição (ensino, pesquisa e extensão).

3.1.1 Ensino

No último ciclo do PDI, o IFPE desenvolveu e articulou, através da ação conjunta da Proden e das diretorias de ensino dos campi (DENSs/DDEs), a política de ensino, na qual destacam-se as temáticas gestão curricular, mobilidade acadêmica, desenvolvimento de coleções e Sistema de Bibliotecas (SIBI). Cabe ressaltar que essas temáticas se materializam a partir de ações e programas sistêmicos articulados com a gestão dos campi, de modo participativo e democrático. A seguir, apresentam-se os desafios para o desenvolvimento da política de ensino no IFPE para o novo ciclo do PDI:

Quadro 2 — Desafios da política de ensino do IFPE para o PDI 2022-2026

Temáticas	Desafios
Gestão curricular	Promoção do aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico Institucional no tocante à revisão aos documentos orientadores voltados aos níveis e modalidades de cursos na instituição, articulados ao modus operandi do plano estratégico de oferta de vagas (consoante organização didática dos Institutos Federais).
Mobilidade acadêmica	Desenvolvimento de ações com a finalidade de apropriar a organização didático-pedagógica, a gestão acadêmica e a gestão curricular, conforme a legislação vigente, e consoante os objetivos estratégicos delineados no ciclo do PDI referentes à internacionalização da instituição.

Desenvolvimento de coleções	Fomento ao desenvolvimento de coleções, considerando a diversidade informacional e a expansão do IFPE, a ampliação e consolidação do acervo de modo consistente, qualificando a tomada de decisões e articulando a biblioteca como espaço educativo dos projetos pedagógicos dos cursos.
Sistema de bibliotecas	Incentivo, em articulação com o desenvolvimento de coleções, à padronização das atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais da instituição voltadas à coleta, ao armazenamento, à recuperação e à disseminação de informações; ampliação do acesso à produção acadêmica (técnica, tecnológica, científica, de inovação e cultural); preservação da memória institucional; e apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.
Ações acadêmico-administrativas	Desenvolvimento e ampliação do conjunto de programas, a saber: Programa de Acesso, Permanência e Êxito (PROIFPE); Programa de Monitoria; Programa de Avaliação de Cursos Técnicos de Nível Médio; Programa de Formação Continuada voltado à atuação no ensino em articulação com a pesquisa, a inovação e a extensão.

Fonte: Proden (2021)

3.2 Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

De acordo com o que preconiza a Lei nº 11.892, de 2008, a pesquisa se apresenta no IFPE como um dos pilares da formação integral. Parte-se do princípio de que ela se dá em sintonia com as demandas do desenvolvimento local, regional e nacional, de modo a atender aos interesses da sociedade e contribuir para uma formação humana e cidadã dos brasileiros, assegurando-lhes uma permanente atualização ante os avanços e desafios sociais e tecnológicos.

Especificamente sobre a pesquisa e a inovação tecnológica, com fulcro na lei mencionada, nos Institutos Federais serão estimuladas a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica, o empreendedorismo e o cooperativismo, a fim de apoiar processos educativos que contribuam para o êxito do discente no mundo do trabalho, em sintonia com os arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais locais. No IFPE, cabe à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq) o gerenciamento das ações nessas áreas. Esse processo de gestão é realizado em nível sistêmico por meio de regulamentos, programas e ações, em sintonia com as diretrizes da Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da instituição, aprovada pela Resolução nº 47/2015, do Conselho Superior.

Nesse contexto, esses três eixos de atuação no IFPE são compreendidos como parte integrante da educação profissional, tecnológica e científica, numa concepção de que ela não é apenas instrumentalizadora de pessoas para o mercado de trabalho, mas um locus de produção do conhecimento e seu aporte à sociedade na direção da democratização do saber e das tecnologias dele decorrentes como fator da soberania nacional, de maneira a possibilitar uma formação integradora, crítica e humana. Para isso, torna-se também fundamental uma atuação desses eixos em total sintonia com a tríade ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se em um processo de formação com base na indissociabilidade e na integralidade do conhecimento.

O IFPE estabeleceu, por meio do seu Estatuto, as competências da Propesq, as quais foram definidas para fomentar políticas, planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de pesquisa, de inovação e de pós-graduação, em sintonia com as políticas afins da Rede Federal e com as estratégias regionais e nacionais para a ciência, tecnologia e inovação. No desenvolvimento de tais competências, a Propesq trabalha colaborativamente com os gestores de pesquisa, pós-graduação e inovação dos campi, com as Coordenações Institucionais de Programas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Incentivo Acadêmico. Conta, ainda, com o apoio do Comitê Científico de Pesquisa (CCP), do Comitê de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (Compitt), do Comitê de Pós-Graduação (CPG), do Conselho Editorial da Revista de Ciências, Humanidades e Tecnologias (CIENTEC), do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Comissão de Ética em Pesquisa com Animais e demais coordenações e comissões de assessoramento.

3.2.1 Diretrizes de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

3.2.1.1 Pesquisa

Com o estímulo ao desenvolvimento de pesquisas, o IFPE busca auxiliar na construção do conhecimento na perspectiva da democratização da sociedade, do desenvolvimento humano em suas diversas nuances e, principalmente, da inclusão social, que se impõe como um dos grandes desafios do nosso

país, já que, por razões históricas, acumulou-se um enorme conjunto de desigualdades no tocante à distribuição da riqueza, da terra, do acesso aos bens materiais e culturais e da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Para a condução e a promoção das atividades de pesquisa no IFPE, procurar-se-á, sempre que possível, o alinhamento com os arranjos produtivos, sociais e culturais regionais, com vistas às diversas formas de acesso ao conhecimento, de governança e de visibilização da pesquisa.

Nesse sentido, buscar-se-á:

- a) fomentar a pesquisa aplicada e pura, através de programas de bolsas de pesquisa e inovação ao docente pesquisador e apoio aos projetos de pesquisa; apoio à publicação científica e participação em eventos acadêmicos e científicos; concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica;
- b) fortalecer os programas de iniciação científica e tecnológica e de incentivo acadêmico, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - níveis superior e técnico (PIBIC e PIBIC Técnico); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação- níveis superior e técnico (PIBITI e PIBITI Técnico); o Programa de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC AF); e Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA).
- c) visitar e revisar sistematicamente os documentos norteadores da pesquisa institucional;
- d) ampliar as parcerias com agências de fomento, órgãos governamentais, empresas e/ou organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse mútuo e de impacto social, ou com outros Institutos Federais, universidades e instituições de pesquisa públicas e/ou privadas, proporcionando a captação de recursos, integração e troca de experiências entre grupos de pesquisa visando ao desenvolvimento de processos, produtos e meios;
- e) socializar o conhecimento produzido através do fortalecimento da Editora IFPE e da Revista Cientec, bem como pelo estímulo à promoção de eventos

científicos, tecnológicos e/ou de inovação que divulguem a produção científica dos pesquisadores do IFPE;

f) ampliar a disponibilidade de diversas ferramentas úteis para a pesquisa, como o acesso a periódicos e sítios eletrônicos especializados em pesquisa, ferramentas de normatização de trabalhos de científicos, melhorias qualitativas e quantitativas do acervo bibliográfico relativo à pesquisa em todos os campi do IFPE; orientação para discentes e profissionais da educação do IFPE no processo de buscas e consultas a bancos e bases de dados nacionais e internacionais de pesquisa;

g) incentivar a aquisição e/ou o desenvolvimento de soluções que permitam o acompanhamento e apoio à gestão sistêmica da produção de ciência e tecnologia e de projetos de pesquisa realizados no âmbito do IFPE, bem como que promovam a visibilidade das políticas, dos programas, das ações, dos mecanismos e da infraestrutura de pesquisa disponíveis e executados no IFPE;

h) ampliar as ações de formação em pesquisa e em inovação voltadas para profissionais da educação e estudantes do IFPE; e

i) incentivar a infraestrutura de pesquisa e inovação, bem como ampliá-la, e otimizar os recursos na perspectiva de colaboração mútua dos campi do IFPE.

3.2.1.2 Pós-Graduação

A pós-graduação no IFPE tem por objetivo formar profissionais especializados nas diferentes áreas do saber a partir da qualificação em nível superior, com vistas ao processo de geração do conhecimento e inovação tecnológica, promovendo educação de excelência articulada com a necessidade de formação específica de recursos humanos altamente qualificados para atuação na docência, na pesquisa e nas tendências do mundo do trabalho e do cenário da educação tecnológica local, regional, nacional e internacional. Nesse sentido, a oferta institucional de cursos e programas de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, organiza-se em consonância com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Seguindo a Missão institucional, reforçada pelo valor público do IFPE, a pós-graduação reúne as seguintes ações: organizar atividades de efetivo impacto e contribuição às necessidades ou demandas do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos, buscando contemplar os arranjos produtivos, sociais e culturais; harmonizar os currículos dos cursos de pós-graduação com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeados das questões ambientais e de diversidade cultural e artística, considerando a ética da responsabilidade e do cuidado; priorizar a interiorização na implantação e ampliação de programas e cursos de pós-graduação no IFPE; promover a internacionalização institucional por meio da pós-graduação.

Sobretudo, consonante com a função social da instituição referenciada no respeito à diversidade e à inclusão social, fomentando o pensamento crítico-reflexivo que define as trajetórias da política institucional de pós-graduação, propõem-se as seguintes diretrizes:

a) oferecer formação científica e acadêmica, com vistas ao desenvolvimento regional e nacional, consubstanciando produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

b) promover a articulação entre os cursos de graduação e outras ofertas de formação profissional, respaldando-se nos princípios institucionais da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e comprometendo-se com a formação humana integral, por meio da educação profissional e tecnológica, vinculando trabalho, ciência, cultura e tecnologia;

c) incentivar a participação de pesquisadores em projetos de pesquisa científica e tecnológica, elevando a produtividade intelectual e consolidando o estímulo à interação entre os diversos núcleos de pesquisa por meio da adoção de ações interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, nas diversas ofertas da instituição;

d) firmar convênios e parcerias interinstitucionais (regionais, nacionais e internacionais) de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

e) implantar ações propostas pela Capes para aceleração da internacionalização institucional através da pós-graduação;

- f) integrar atividades de internacionalização institucionais visando à construção e ao reforço de competências centrais da instituição através da pós-graduação;
- g) incentivar a mobilidade acadêmica nacional e internacional;
- h) consolidar e implantar novos cursos de pós-graduação lato sensu e programas e cursos de pós-graduação stricto sensu, considerando o itinerário formativo proposto para formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade;
- i) otimizar a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão quando da criação de novos cursos e programas, bem como da consolidação e do fortalecimento dos já existentes;
- j) ofertar bolsas de pós-graduação para os programas stricto sensu, seja junto às agências financiadoras, seja por meio de programas próprios, seja por projetos via recursos descentralizados;
- k) incentivar os eventos e ações similares da pós-graduação, por meio de editais próprios para essa finalidade, e as produções técnico-científicas dos acadêmicos e docentes dos cursos de pós-graduação; e
- l) atualizar e produzir regulamentação relativa à pós-graduação, estabelecendo instrumentos, estrutura e mecanismos de acompanhamento dos cursos e programas no âmbito do IFPE.

Os cursos de pós-graduação lato sensu, por sua vez, denominados cursos de especialização, são oferecidos de forma presencial, a distância ou de forma semipresencial, e são identificados pela área do conhecimento, tomando-se como base as informações procedentes da Capes. Esses cursos apresentam os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar e incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor. Nesse sentido, prevê-se a criação e a oferta de novos cursos de especialização em distintas áreas do conhecimento comprometidos com a promoção do diálogo entre os diversos tipos de saberes.

No que diz respeito aos programas de pós-graduação stricto sensu, o Instituto compreende como o conjunto de atividades acadêmicas e científicas vinculadas a uma ou mais áreas de conhecimento, recomendados pela Capes, constituindo-se atualmente de cursos regulares de mestrado profissional, sistematicamente organizados e que visam desenvolver e aprofundar a formação adquirida para uma atuação na pesquisa e desenvolvimento da sociedade. Nesta perspectiva, apresenta-se previsão de criação de novos cursos e programas de pós-graduação stricto sensu no âmbito do IFPE.

Contemplando a perspectiva de atuação da Pós-Graduação do IFPE, os marcos normativos e reguladores dessa área são o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE, o Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFPE, o Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFPE, as Diretrizes para a Emissão e Registro de Diplomas dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFPE, a Política Institucional de Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação do IFPE, e a Instrução Normativa para composição do Comitê Institucional de Pós-Graduação Stricto Sensu do IFPE.

3.2.1.3 Inovação Tecnológica

A Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, incorporando a inovação ao texto constitucional e elevando-a ao patamar de política de estado. Tal ação culminou na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, chamada de Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), que alterou nove outras leis para melhorar o arcabouço legal e facilitar as ações de inovação no Brasil. Uma das obrigações trazidas por esse marco é a necessidade de as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) instituírem sua política de inovação, conforme disposto no art. 15-A da lei mencionada:

Art. 15-A A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional.

Parágrafo único. A política a que se refere o caput deverá estabelecer diretrizes e objetivos:

I- estratégicos de atuação institucional no ambiente produtivo local, regional ou nacional;

II- de empreendedorismo, de gestão de incubadoras e de participação no capital social de empresas;

III- para extensão tecnológica e prestação de serviços técnicos;

IV- para compartilhamento e permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual;

V- de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;

VI- para institucionalização e gestão do Núcleo de Inovação Tecnológica;

VII- para orientação das ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual;

VIII- para estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras entidades.

A Política de Inovação do IFPE foi institucionalizada por meio da Resolução nº 79 de 1º de abril de 2021, do Conselho Superior, substituindo a antiga Política de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação (Resolução nº 31/2015). Com base nessa resolução e na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFPE pretende consolidar o processo de formação e depósito de propriedade industrial. Além de desenvolver ações que impulsionem a transferência de tecnologia e a cultura de inovação e empreendedorismo, por meio de projetos e produtos tecnológicos protegidos que proporcionem o desenvolvimento social, econômico e ambiental local, regional e nacional.

Para tanto, propõem-se as seguintes diretrizes para este PDI:

a) promover a simplificação e divulgação dos procedimentos de transferências de tecnologia, de proteção de propriedade industrial e intelectual e de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e de serviços tecnológicos realizados com parceiros públicos e privados;

b) articular, criar e fortalecer uma rede de informações, parceria e colaboração para desenvolvimento, difusão, pré-incubação, incubação e aceleração de projetos de base tecnológica, inclusive tecnologias sociais ou relacionados à inovação, visando melhor atender as demandas atuais e futuras da sociedade;

c) visitar e revisar os documentos norteadores da inovação do IFPE;

d) apoiar e consolidar ambientes promotores e especializados em inovação;

e) promover as ações institucionais de formação e de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo e gestão da inovação, dando ênfase aos projetos de pesquisa cadastrados na Propesq, grupos de pesquisas certificado pelo CNPq, programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos *lato sensu*;

f) estabelecer parcerias para compartilhamento de espaço físico, laboratórios, equipamentos, materiais e capital intelectual entre o IFPE e parceiros externos;

g) estabelecer e fortalecer a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão de forma a impulsionar a inovação no IFPE;

h) promover ações conjuntas com a Proext nas áreas de extensão tecnológica, empreendedorismo, incubadoras, parques tecnológicos, empresas juniores, serviços tecnológicos, *spin-offs* e startups, e em consonância com as normas institucionais relativas a esses temas; e

i) fortalecer a criação e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras voltadas para tecnologias sociais, tecnologias assistivas e tecnologias verdes ou outras relacionadas à inovação.

3.3 Política de Extensão

O Plano Nacional da Extensão Universitária conceitua a extensão como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, sendo uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práticas de um conhecimento acadêmico.

A Proext, juntamente com os campi e a DEaD, objetiva para o quinquênio 2022-2026 ampliar e fortalecer as ações da extensão, sobretudo no tocante às ações de fortalecimento junto ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação e à inovação. Dessa forma, busca-se construir uma rede de colaboradores, internos e externos, vislumbrando ampliar as possibilidades de ações para os extensionistas e de oportunidades para a comunidade interna, mas, sobretudo, para a externa, aproximando a escola/academia do governo e das empresas e realizando ações de parceria, de forma sustentável e tecnológica, a partir de um olhar inclusivo e cidadão.

3.3.1 Diretrizes da Extensão no IFPE

As atividades de extensão do IFPE devem ser orientadas a partir dos seguintes eixos: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social.

Com a finalidade de estimular o desenvolvimento da extensão no âmbito do IFPE, de fomentar práticas extensionistas que dialoguem com as comunidades e com os arranjos produtivos locais, visando ao desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, as atividades de extensão do IFPE devem ser orientadas pelas diretrizes abaixo.

3.3.2 Curricularização da Extensão

A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Essas diretrizes regulamentam as atividades de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previsto nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos PPCs e nos demais documentos normativos próprios. E a Resolução nº 105, de 28 de outubro de 2021, do Conselho Superior, por sua

vez, aprova o Regulamento da Política de Curricularização da Extensão no IFPE.

3.3.3 Programas e Projetos de Extensão

O IFPE busca, através dos programas e projetos de extensão, promover intercâmbios e parcerias com diversos setores da sociedade. O objetivo é atender às demandas sociais em diferentes áreas, contribuindo não só para a formação cidadã dos profissionais da educação e estudantes envolvidos, mas de toda a comunidade atingida pelas iniciativas.

A fim de estimular o surgimento de cada vez mais programas e projetos extensionistas, o IFPE oferece apoio àqueles que desejam capitanear essas ações. Atualmente, há dois caminhos para propor um projeto ou programa de extensão: pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) e pelo Regulamento Geral de Apoio a Programa e Projetos de Extensão.

Nesse âmbito, objetiva-se ampliar o envolvimento dos profissionais da educação e estudantes no PIBEX do IFPE, aumentar o número de cadastros de projetos no edital de fluxo contínuo e, sobretudo, incentivar e apoiar a captação de recursos junto aos órgãos de fomento, com a finalidade de fortalecer as ações realizadas por meio de projetos e programas, ampliando a rede de colaboradores e aumentando esse número de modo a ampliar as possibilidades de se materializar a curricularização da extensão.

3.3.4 Empreendedorismo e Serviços Tecnológicos

A difusão da cultura do empreendedorismo requer a implementação de um conjunto de estratégias e ações que motivem e orientem os empreendedores ao longo do processo de desenvolvimento de um novo negócio inovador, pretendendo-se, no quinquênio 2022-2026:

- a) criar um núcleo indutor da cultura do empreendedorismo no IFPE;
- b) desenvolver programa de criação de startups por meio de projetos

- integradores vinculados aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs);
- c) promover formação inicial e continuada de profissionais da educação, através de instituições parceiras, para difundir a educação empreendedora;
 - d) incentivar a criação de espaços que possibilitem a experimentação, a cocriação e o networking (espaços maker e coworking);
 - e) incentivar o uso de laboratórios para apoiar a geração de empreendimentos;
 - f) incentivar a atuação de egressos, estudantes, profissionais da educação e/ou mentores em programas e ações voltados ao empreendedorismo;
 - g) incentivar o desenvolvimento de produções acadêmicas e científicas voltadas para a temática do empreendedorismo;
 - h) promover a interação com os ambientes de inovação;
 - i) participar de forma sistemática em fóruns de discussão e proposição de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo;
 - j) ampliar ações que promovam a empregabilidade e o empreendedorismo;
 - k) criar e fortalecer redes de empreendedores e parceiros institucionais;
 - l) estimular a promoção de práticas educacionais voltadas para a geração de empreendimentos e que valorizem o protagonismo estudantil e o empreendedorismo;
 - m) estimular a participação de profissionais da educação, estudantes e egressos, em eventos de empreendedorismo;
 - n) realizar projetos integrados com foco em empreendedorismo e cursos de formação empreendedora;
 - o) ampliar a oferta de componentes curriculares de empreendedorismo nos cursos do IFPE;
 - p) participar de fóruns de discussão e proposição de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo;

- q) apoiar a criação e a consolidação de empreendimentos estudantis, como empresas juniores, empresas simuladas, laboratórios de empreendedorismo e núcleos de incubação de empreendimentos tecnológicos industriais, sociais e da economia criativa, em parceria com outros órgãos públicos e com entidades privadas;
- r) captar recursos para a pesquisa e a extensão através da apresentação do portfólio do IFPE às iniciativas pública e privada, fruto do mapeamento das competências de CT&I e das estruturas para prestações de serviços tecnológicos e atividades de extensão;
- s) qualificar, com o apoio de instituições parceiras, profissionais da educação para mentoria em eventos do ecossistema de empreendedorismo;
- t) expandir programas de residência tecnológica com instituições parceiras; e
- u) participar de editais das áreas de empreendedorismo e serviços tecnológicos.

As resoluções abaixo, do Conselho Superior do IFPE, promovem o ecossistema empreendedor inovador na instituição:

- a) Resolução nº 6 de 5 de fevereiro de 2019, que aprova o Regulamento do Programa de Incubação de Empresas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e dispõe sobre o seu funcionamento;
- b) Resolução nº 20 de 5 de abril de 2019, que aprova o Regulamento de Empresas Juniores do IFPE;
- c) Resolução nº 43 de 15 de setembro de 2020, que aprova a proposta de implantação da Incubadora de Negócios Criativos no Campus Olinda;
- d) Resolução nº 51 de 16 de outubro de 2020, que aprova o Regulamento de Prestação de Serviços Tecnológicos do IFPE; e
- e) Resolução nº 79 de 1º de abril de 2021, que aprova a Política de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e revoga a Resolução nº 31/2015.

3.3.5 Arte e Cultura

A diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade, sendo o produto da própria história do homem, construída coletivamente entre os povos, por meio de seus imaginários, práticas, formas de comunicação, línguas, tecnologias e criações, interligados a modelos dinâmicos de formas de vida nas diversas sociedades e territórios.

Essa diversidade cultural contribui para uma “existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória” (UNESCO, 2002), e constitui um dos elementos essenciais de transformação da realidade urbana e social.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, no inciso IV do art. 3º, estabelece como um dos princípios da educação profissional e tecnológica a centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.

Importante observar os segmentos culturais, bem como as cadeias produtivas ligadas a eles, destacando as potencialidades de tais segmentos para os ganhos econômicos e sociais.

Destaca-se que a cultura, vista enquanto ramo da economia criativa, é considerada um setor estratégico e dinâmico, tanto do ponto de vista econômico quanto do social, pois suas atividades geram trabalho, emprego, renda e inclusão social.

Nesse sentido, pretende-se, no quinquênio 2022-2026, no âmbito da arte e da cultura:

- a) construir e implantar a Política de Arte e Cultura do IFPE, fortalecendo a rede colaborativa de parceiros;
- b) implantar políticas que protejam todas as expressões culturais, entre elas as populares e tradicionais, no sentido de garantir os direitos daqueles que detêm os conhecimentos e produzem as expressões dessas culturas;
- c) atuar na preservação do patrimônio cultural, estabelecendo diálogo e

articulação entre as várias esferas de governos;

- d) ampliar e fortalecer os Núcleos de Arte e Cultura (NACs) do IFPE;
- e) realizar um trabalho integrado com a coordenação de programas e projetos no sentido de ampliar o número de cadastros, viabilizando a curricularização da extensão nesse eixo;
- f) desenvolver o trabalho articulado com os demais núcleos de inclusão (Napnes, Neabis, Negeds, NTA e Núcleo 60+);
- g) realizar o trabalho integrado ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação e à inovação tecnológica, ampliando a captação de recursos junto aos órgãos de fomento; e
- h) participar de fóruns de discussão e proposição de políticas públicas voltadas à arte e à cultura, nos âmbitos interno e externo.

3.3.6 Estágios

Conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Destaca-se que o estágio, como parte fundamental para a formação do estudante, com o olhar no mundo do trabalho, seja supervisionado obrigatório, seja não obrigatório, realizado de modo remoto ou presencial, deverá manter o acompanhamento pela supervisão e orientação dos estágios, utilizando-se as ferramentas adequadas e procedendo-se aos devidos registros comprobatórios.

Nesse sentido, pretende-se, no quinquênio 2022-2026:

- a) ampliar a rede de parceiros, aumentando os campos para estágio;
- b) fortalecer a integração entre os parceiros internos (coordenador de estágio, coordenador de curso, supervisor de estágio e estagiário), objetivando uma maior efetividade no processo de supervisão, trabalho que deve ser conjunto da Proden e da Proext, no âmbito sistêmico, e dos diretores de ensino, dos gestores de extensão e dos coordenadores de estágio, no âmbito local;
- c) fortalecer a integração com os parceiros externos, no sentido de alinhar os procedimentos junto às instituições/empresas concedentes;
- d) ofertar momentos de qualificação/capacitação para os gestores de estágio, no intuito de alinhar as bases legais para essa prática e os procedimentos internos adotados;
- e) implantar o Programa Jovem Aprendiz, visando diminuir o índice de desemprego dos jovens no país, ofertando formação técnico-profissional e estimulando o primeiro emprego;
- f) implantar o observatório do mundo do trabalho (OMT), com a finalidade de oferecer um espaço estruturado que articula, integra e realiza estudos sobre o mundo do trabalho e a educação profissional, científica e tecnológica, estabelecendo um elo entre a instituição e o território em que ela está situada; e
- g) estabelecer parcerias com plataformas digitais para estágio e emprego, com o objetivo de aproximar o estudante do mundo do trabalho.

3.4 Políticas de Inclusão e Diversidade

O IFPE, por meio da Coordenação de Políticas Inclusivas (Copi), atua para cumprir a sua Missão institucional, enquanto instituição inclusiva e cidadã, de forma alinhada com o conjunto de dispositivos legais internacionais e nacionais que garantem os direitos do atendimento e da participação ativa de grupos historicamente segregados das políticas educacionais.

Com o objetivo de difundir os princípios democráticos de cidadania, justiça

social, solidariedade e respeito à diversidade nos 16 campi e na DEaD, a implementação de ações se dá em parceria com os Napnes (Resolução nº 82/2014, do Conselho Superior); com o NTA (Resolução nº 36 de 1º de junho de 2018, do Conselho Superior); com os Negeds (Resolução nº 65 de 20 de janeiro de 2021, do Conselho Superior) e com os Neabis (Resolução nº 45/2015, do Conselho Superior).

Juntas, essas instâncias são responsáveis, entre outras atribuições por:

- a) implementar as políticas institucionais relativas à educação em direitos humanos;
- b) sistematizar e difundir a legislação referente às políticas de educação em direitos humanos, adequando periodicamente os documentos norteadores referentes aos núcleos de inclusão e diversidade;
- c) promover ações e cursos de extensão que aproximem o IFPE das pessoas pertencentes a grupos historicamente discriminados e em vulnerabilidade social;
- d) articular a instituição com os diversos órgãos e instituições governamentais e não governamentais que têm como público-alvo pessoas em vulnerabilidade social e que sofrem diretamente com os impactos das violações dos direitos humanos; e
- e) fomentar discussões sobre os problemas sociais emergentes nos diferentes espaços em que o IFPE tem representação.

Para o quinquênio 2022-2026, pretende-se:

- a) fortalecer as ações dos núcleos de inclusão e diversidade já existentes nos campi e na DEaD;
- b) implementar os núcleos nos campi que ainda não dispõem de equipe;
- c) efetivar as ações do Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA);
- d) divulgar e instalar o Núcleo 60+, núcleo de estudos destinados à questão do envelhecimento humano nas unidades organizacionais;
- e) formular, implantar e avaliar a política institucional de educação em direitos humanos.

A cada dia mais grupos sociais demandam reconhecimento de suas existências, de suas identidades e de seus direitos pelo Estado, e a política pública de educação profissional e tecnológica deve estar preparada para responder satisfatoriamente às demandas de todos. Sendo assim, há que se ressaltar o desafio de manter uma articulação constante com as organizações da sociedade civil, no sentido de construir junto com os sujeitos um IFPE inclusivo e acolhedor das diversidades. Os frutos desses diálogos com os diferentes sujeitos devem ser materializados na proposição de ações no sentido de alargar a democratização a uma educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e laica.

3.4.1 Política de Extensão com os Povos do Campo

A extensão com os povos do campo no IFPE imprime um permanente diálogo com as comunidades camponesas, compreendendo que os saberes tradicionais devem ser respeitados e tendo a clareza de que as práticas extensionistas do Instituto não substituem as tarefas das instituições governamentais criadas especificamente para esse fim.

A gestão da extensão com os povos do campo no IFPE é de responsabilidade da Proext, através da Coordenação de Extensão com os Povos do Campo, que deve realizar o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução das tarefas relativas a essa área e atuar com os campi e os povos, de forma articulada. Em âmbito local, os setores de extensão dos campi e os Grupos de Extensão com os Povos do Campo serão responsáveis pela execução das atividades a partir das diretrizes sistêmicas.

Conforme o art. 16 da Política de Extensão com os Povos do Campo, são estratégicos para as ações de extensão com os povos do campo os seguintes segmentos populacionais: assentados de reforma agrária, ocupantes de terras, ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores, quilombolas, povos originários, posseiros, trabalhadores rurais, ciganos, extrativistas, artesãos, marisqueiras, trabalhadoras de facção, vaqueiros, bordadeiras de jeans e remanescentes de senzalas.

As ações estratégicas da extensão com os povos do campo do IFPE, de acordo com a Resolução nº 83 de 28 de abril de 2021, do Conselho Superior, em consonância com o art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, e com a Seção IV-A da Lei nº 9.394, de 1996, devem permear esforços para:

- a) promover projetos e programas de extensão relacionados às populações camponesas que tenham sido submetidos à Proext e realizados em diferentes campi e territórios;
- b) realizar visitas técnicas a territórios camponeses e entidades representativas dos povos do campo;
- c) participar de Caravanas de Extensão promovidas pela Proext, em atividades direcionadas aos povos do campo;
- d) realizar busca ativa de estudantes do campo para ingresso no IFPE, em conjunto com a Coordenação de Processos Seletivos (CAD) e a Proden;
- e) realizar o Seminário de Agroecologia e Educação do Campo, de forma anual, em evento único e organizado pela Coordenação de Extensão com os Povos do Campo;
- f) realizar programas de intercâmbio nacionais e internacionais, em conjunto com a Reitoria e o Departamento de Relações Internacionais (Drin);
- g) promover debates, rodas de diálogo e similares nos campi e nos territórios; e
- h) promover estágios obrigatórios e não obrigatórios em territórios do campo (comunidades remanescentes de quilombos e/ou senzalas, terras e/ou comunidades indígenas, assentamentos, ocupações, áreas de agricultura familiar, áreas de ciganos e centros de formação camponesa).

3.5 Política Institucional de Acompanhamento de Egressos

O IFPE, em sua política institucional para os egressos, deve atuar por meio do Regulamento de Acompanhamento de Egressos, aprovado pela Resolução

nº 54/2015, do Conselho Superior, que estabelece que egresso é o discente que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no PPC e está apto a receber ou já recebeu o diploma.

O acompanhamento de egressos é um instrumento de apoio à gestão que visa à interação, à formação e à reflexão sobre as inter-relações entre a formação profissional e as realidades vivenciadas pelos egressos.

Nesse sentido, propõe-se a implementação do Núcleo Gestor de Acompanhamento de Egressos (NGAE), cuja função seria atuar nesse monitoramento por meio da realização de diagnósticos, pesquisas e eventos.

Quanto aos egressos dos cursos e programas de pós-graduação do IFPE, tal acompanhamento estará em sintonia com as políticas e regras definidas pela Capes, sob a tutela das coordenações dos programas, nos casos das pós-graduações stricto sensu, e das coordenações dos cursos, nos casos dos cursos lato sensu, em ambos os casos sob a supervisão da Propesq.

Constituem-se diretrizes para implementação do acompanhamento de egressos:

- a) instituir a Comissão Central de Acompanhamento de Egressos;
- b) instituir unidade organizacional específica denominada Núcleo Gestor de Acompanhamento de Egressos (NGAE) nos campi do IFPE;
- c) criar um sistema institucional para acompanhamento de egressos;
- d) estabelecer, no mínimo, uma parceria por campus para intermediação de oportunidades de trabalho a partir de empresas conveniadas e para novos convênios;
- e) criar ou estabelecer parceria para utilização de plataforma já existente para intermediação de oportunidades de trabalho a partir de empresas conveniadas e para novos convênios;
- f) captar permanentemente informações a respeito das tendências do processo produtivo e das necessidades de qualificação e requalificação profissional de egressos empregados ou desempregados;

g) promover a integração entre egressos através de ferramentas de busca, divulgação e redes sociais;

h) possibilitar a interação entre egressos e o IFPE, com o apoio dos campi/DeaD, por meio de eventos e divulgação nas mídias sociais;

i) realizar atividades de orientação profissional nos campi/DEaD destinadas à formação continuada de egressos por meio da realização anual do Workshop de Estágio, Emprego e Egresso; e

j) realização de pesquisa institucional periódica com egressos dos diversos cursos por meio dos NGAEs.

3.6 Políticas Institucionais e Ações e Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Dos Profissionais Da Educação

Ao se estabelecer uma política de difusão das produções acadêmicas, institucionalizam-se os meios de divulgação de conhecimentos construídos no ambiente acadêmico, nas ações e nos projetos de extensão e de investigação científica. Além disso, faz-se chegar os resultados desses conhecimentos à sociedade, a fim de que se tornem soluções para os problemas do cotidiano – uma das funções sociais da instituição.

O IFPE considera em suas premissas a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, e, para tanto, a produção acadêmica dos seus profissionais da educação tem papel fundamental no desenvolvimento institucional e social, influenciando diretamente a formação do discente de modo a despertar a curiosidade e o desejo de compreender e intervir na realidade que o cerca.

O Instituto considera, ainda, que as ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas dos seus profissionais da educação são executadas pela Proden, pela Propesq e pela Proext, a partir da implementação de políticas, programas e ações com essa finalidade.

Nesse sentido, apresentamos as ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica, a fim de fortalecer as práticas investigativas, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais e propagando o saber por meio do ensino, de publicações e dos diversos canais de comunicação.

Visando ao estímulo e à difusão do conhecimento, o IFPE possui as seguintes políticas, ações e programas institucionais:

- a) Congresso de Iniciação Científica (Conic) e Jornada de Iniciação Científica (JIC);
- b) Revistas Cientec e Caravana;
- c) Orientação Normativa para Solicitação de Auxílio Financeiro para Participação de Servidores em Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação;
- d) Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão do IFPE (PAPIEX/IFPE);
- e) Encontro de Extensão (Enext), Mostra de Extensão, Seminário de Agroecologia e de Educação do Campo;
- f) Política de Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação;
- g) Centro de História, Memória e Documentação (CHMD) do IFPE; e
- h) Repositório do IFPE.

3.7 Unidades de Produção

O IFPE possui três campi agrícolas, localizados na Zona da Mata e no Agreste Pernambucano. Na Zona da Mata Sul, encontra-se o Campus Barreiros; na Zona da Mata Centro, o Campus Vitória de Santo Antão; e no Agreste, o Campus Belo Jardim. Esses campi possuem em suas instalações Unidades Educativas de Produção (UEPs).

As UEPs foram criadas quando os atuais campi agrícolas do IFPE ainda eram Escolas Agrotécnicas e, após mais de dez anos como Institutos

Federais, carecem de um alinhamento entre o planejamento pedagógico e a programação de produção. O alinhamento em questão não se resume apenas à programação de produção, mas também alcança a necessidade de adequação à organização didático-pedagógica da instituição e dos próprios campi agrícolas.

Nesse sentido, pretende-se, no quinquênio 2022-2026, fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica realizadas nas UEPs, ratificando o papel social do IFPE junto às comunidades do campo e demais segmentos da sociedade.

3.7.1 Diagnóstico e Desafios para as UEPs no Ciclo Avaliativo do PDI 2022-2026

Com base no Relatório da Auditoria nº 007/2016 e em escutas da comunidade (fóruns acompanhados pela Proden; reuniões com gestores de ensino, pesquisa e extensão; reuniões de grupo de trabalho com a finalidade de revisar a estrutura das UEPs), foi identificado o seguinte diagnóstico:

- a) ausência de documentos norteadores que alinhem o planejamento pedagógico à programação de produção referente ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação;
- b) fragilidade na integração entre as diretorias de ensino e as coordenações de pesquisa e extensão com as UEPs, impactando a programação de produção e, conseqüentemente, a vivência das atividades práticas; e
- c) aspectos contextuais do ensino que impactam a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e aspectos que fazem parte da cultura organizacional, como problemas licitatórios, prazo das entregas de aquisições, informalidade e brevidade das solicitações.

Diante desse diagnóstico, propõe-se o seguinte para as UEPs no ciclo do PDI 2022-2026:

- a) criação de documentos norteadores que alinhem o planejamento pedagógico à programação de produção referente ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação;

- b) promoção de ações de integração entre as diretorias de ensino e as coordenações de pesquisa e extensão com as UEPs; e
- c) consolidação da integração das UEPs com os setores de ensino, pesquisa e extensão dos campi agrícolas por meio da criação de fórum que atue no acompanhamento de políticas específicas para esses campi, com a participação das pró-reitorias finalísticas e de apoio.

3.8 Internacionalização

Pensar a internacionalização como tema estratégico da instituição implica reconhecer que se trata de um processo dinâmico – e não um conjunto de ações ou atividades isoladas – cujo protagonismo é coexercido por diversos atores: equipe acadêmica, equipe administrativa, agências de fomento, organismos internacionais, governos nacionais e estrangeiros, instituições de educação, organismo de investigação e desenvolvimento. Por se tratar de um processo transversal aos processos finalísticos da instituição, os cursos, programas e ações devem contemplá-la, e sua concretização nas práticas acadêmicas e administrativas deve ser objetivo de toda a comunidade.

O crescente número de conflitos nacionais, regionais, internacionais e culturais está fazendo com que o corpo docente auxilie os alunos a discutir questões globais e a entender as novas relações internacionais e interculturais. A mobilidade do mercado de trabalho e a crescente diversidade cultural das comunidades exigem que estudantes e professores tenham uma melhor compreensão e habilidades evidentes para trabalhar e viver em ambientes diferentes e culturalmente diversificados (KNIGHT, 2004, p. 26).

O objetivo da internacionalização, portanto, não se baseia em um currículo mais internacionalizado nem num aumento da mobilidade acadêmica por si mesma, mas na garantia de que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar em um mundo mais plural, multicultural, com práticas sustentáveis e interconectado. O compromisso da instituição com a aproximação de culturas e com a cooperação em prol do progresso científico, cultural, econômico e tecnológico igualitário entre os povos promove o diálogo entre coletivos, permite a compreensão das diferenças e a troca de

conhecimentos e estimula a solidariedade e o cultivo de uma cultura da paz.

O Instituto Federal de Pernambuco tem contemplado a internacionalização de diversas maneiras: através da promoção de ensino de línguas, da realização de editais de mobilidade internacional para estudantes, da oferta também de intercâmbio na modalidade virtual com instituições parceiras; com orientação a estudantes e profissionais da educação sobre processos de internacionalização; com a aplicação de testes de proficiência; e com a interação com outras instituições a fim de desenvolver ações com tal finalidade.

Enumeram-se, a seguir, os desafios para a internacionalização do IFPE para o ciclo do PDI 2022-2026, norteadores dos planos de gestão da Reitoria e dos campi do Instituto:

- a) elaborar e aprovar a política de internacionalização institucional;
- b) elaborar o Plano Estratégico de Internacionalização do IFPE;
- c) destinar dotação orçamentária para atender às demandas internas do Departamento de Relações Internacionais (Drin);
- d) desenvolver uma política de atração e integração institucional de estudantes e professores visitantes estrangeiros para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;
- e) criar iniciativas de promoção da Internacionalização em Casa a fim de expor a comunidade acadêmica a pessoas, culturas e questões internacionais;
- f) aumentar o caráter multilinguístico das ações do IFPE, ampliando, através do Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (Celle), o acesso às línguas estrangeiras para os estudantes dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, bem como à língua portuguesa para estrangeiros em mobilidade no IFPE;
- g) oferecer disciplinas em inglês e espanhol na graduação e na pós-graduação;
- h) promover o Collaborative Online International Learning (COIL), experiência de mobilidade que consiste no desenvolvimento de docência compartilhada on-line com parceiros internacionais;
- i) aumentar a mobilidade de docentes, discentes e servidores técnico-

administrativos, com amplitude regional, nacional e internacional, ampliando missões de curta duração; e

j) incentivar e apoiar iniciativas de internacionalização no âmbito da pós-graduação do IFPE.

3.9 Política de Assistência Estudantil

O diálogo sobre ações de assistência estudantil deve ser, antes de tudo, situado no contexto das políticas sociais. Há de se considerar, para tanto, que tais iniciativas são respostas estatais direcionadas à efetivação de um direito social, que se refere à promoção da igualdade de oportunidades à estudantes dos ensinos técnico e superior públicos (VASCONCELOS, 2010).

Nesse sentido, essas ações no IFPE primam pelo compromisso institucional com a formação cidadã, que estimula o estudante a intervir de maneira crítica e criativa, consciente de seu papel e respeitando as diversidades culturais e as diferenças individuais e coletivas pulsantes na sociedade. A Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) da Reitoria atua na execução de programas e ações na perspectiva de ampliar as condições de permanência e êxito discente em seu percurso formativo. No entanto, é mister destacar que um dos principais eixos de atuação dessa diretoria sistêmica, representada pela equipe multiprofissional lotada na Reitoria e pelas demais equipes de assistência estudantil em atuação nos campi, está direcionado ao desenvolvimento de atividades, ações e programas com foco prioritário no atendimento de estudantes em condição de vulnerabilidade social.

Faz-se necessário, antes de nos debruçarmos sobre a natureza desses programas e ações, caracterizar minimamente esse público de atenção e o conceito de vulnerabilidade social. A condição de vulnerabilidade social impõe às pessoas um processo de exclusão, discriminação e enfraquecimento de vínculos sociais, conforme apresentado na Política Nacional de Assistência Social- (PNAS) em 2004, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social e territorial

(discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiência, dentre outros) e/ou em risco social decorrente de violações de direitos.

Estudantes em condição de vulnerabilidade social, de acordo com a PNAS, caracterizam-se como:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Na perspectiva de superar as problemáticas resultantes da questão social, no ano de 1988 o Brasil reconhece, a partir da Constituição de 1988 em vigência, os direitos sociais como sendo o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à alimentação, à proteção, à assistência aos desamparados, à maternidade e à infância, compreendendo o direito social enquanto o que busca garantir às pessoas condições materiais primordiais para o acesso a outros direitos, bens e serviços.

Nesse sentido, no decorrer dos anos foram aprovados instrumentos legais que versam acerca da permanência e êxito dos estudantes de baixa renda nas instituições públicas de ensino. Tais marcos legais compõem as ações da Política de Assistência Estudantil (PAE) no Brasil, conforme apresentado em outros trechos deste documento. De acordo com Barbosa (2009, p. 39), a assistência estudantil pode ser compreendida da seguinte forma:

[...] o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

É necessário destacar o pressuposto da assistência estudantil que afirma que fatores sociais e econômicos reverberam na trajetória acadêmica/escolar estudantil nas instituições de ensino no Brasil, repercutindo em altos índices de reprovação e, até mesmo, abandono escolar. Desta feita, é importante ressaltar como a PAE, oriunda da luta e mobilização de diversos grupos e movimentos sociais, coloca-se como uma ferramenta estratégica na diminuição das desigualdades presentes nos espaços de ensino.

Nesse sentido, evidenciam-se as ações da DAE e dos setores correspondentes dos 16 campi do IFPE, representados por suas equipes multiprofissionais, direcionadas, sobretudo, ao público oriundo da pobreza e em desvantagem social, os quais apresentam uma diversidade de desafios à concretização de uma trajetória acadêmica e/ou escolar exitosa.

Considerando as demandas relativas às questões de caráter socioeconômico, a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE, no Eixo de Ação 1, possui programas que visam ao atendimento prioritário desse grupo, bem como dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Os referidos programas têm por premissa prover condições objetivas mínimas para que o público-alvo desse eixo alcance equidade nas experiências educacionais, com vistas a garantir a continuidade no processo formativo, assegurando os aspectos de permanência e êxito.

A participação nesses programas obedece às normas preestabelecidas em editais e/ou regulamentos construídos coletivamente a partir da articulação da DAE com as categorias que compõem as equipes multiprofissionais nos campi, como também através da designação de comissões ou grupos de trabalho específicos. Os critérios de ingresso são observados à luz desses documentos, e a análise do perfil socioeconômico e a designação de valores são de responsabilidade do Serviço Social do IFPE no âmbito dos campi.

A PAE do IFPE ainda conta com os programas do Eixo de Ação 2, que buscam contribuir para a formação intelectual, acadêmica, artístico-cultural, esportiva e profissional discente.

Esses eixos de ação compreendem os seguintes programas:

Quadro 3 — Programas de Assistência Estudantil da PAE do IFPE

PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PAE DO IFPE	
Programas do Eixo de Ação 1	Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica
	Programa de Apoio Financeiro Eventual
	Programa de Aquisição de Material de Apoio
	Programa de Apoio à Inclusão Digital
	Programa de Assistência ao Estudante do Proeja
	Programa de Moradia Estudantil
	Programa de Alimentação Escolar
Programas do Eixo de Ação 2	Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico
	Programa de Incentivo às Políticas Inclusivas
	Programa de Tutoria de Pares
	Programa de Incentivo a Arte e Cultura
	Programa de Incentivo a Esporte e Lazer
	Programa de Apoio à Participação em Eventos
	Programa de Apoio a Visitas Técnicas
	Programa de Monitoria
	Programa Institucional para Concessão de Bolsas para a Inovação Educativa (PIE)
	Programas de Iniciação Científica, de Incentivo Acadêmico e de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC, BIA, PIBITI)
Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão (PIBEX)	

Ainda no âmbito da assistência estudantil, ao situarmos a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos IFs como instrumentos basilares da democratização do acesso a uma educação de qualidade, buscamos assinalar a Missão do IFPE e o papel social da PAE para permanência e êxito na escolarização da comunidade discente.

Assim, o IFPE configura-se enquanto uma instituição voltada para a formação e garantia de uma educação de qualidade, pública e gratuita que vem conformar um verdadeiro exercício da cidadania, através da ampliação do acesso às práticas inovadoras e socializadoras, bem como da apropriação de novos conhecimentos por meio do esporte, do lazer e da cultura. Destacamos,

nesse contexto, o Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer, consolidado pela Coordenação de Educação Física, Esporte e Lazer (Ceel) vinculada à DAE.

A materialização das ações de educação física, esporte e lazer visa à ampliação do acesso às diferentes práticas esportivas e culturais que permitam criar as condições necessárias para uma sociabilidade mais humanizada. Nesse sentido, em 2011, foram instituídos o GT e o Núcleo de Educação Física, Esporte e Lazer para planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de educação física, esporte e lazer do IFPE, que geraram documentos de base teórica para justificar a gestão das ações junto à DAE.

Esses documentos foram objeto de apreciação da comunidade em dois eventos importantes organizados pela Ceel: o I e o II Fórum de Educação Física do IFPE, realizados nos anos de 2018 e 2019, respectivamente, espaços esses que vêm sendo fortalecidos e apoiados enquanto instâncias fomentadoras na elaboração das novas demandas da educação física, do esporte e do lazer. Para tanto, as ações ganham forma e caráter sistêmico através da Coordenação de Educação Física, Esporte e Lazer, que visa promover e sistematizar as ações inerentes aos eixos de ensino, esporte e lazer dos discentes e profissionais da educação, através do acompanhamento, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de forma articulada e integrada aos campi.

Nesse sentido, a DAE, por meio da Ceel, busca fomentar a prática do esporte educacional e de participação assentada no fortalecimento da identidade cultural esportiva através de ações integradas envolvendo toda a comunidade escolar do IFPE, como na formalização do calendário dos Jogos dos Institutos Federais (JIFs), em etapas que vão desde os jogos interclasse dos campi, passando pelos Jogos InterCampi e e-Games (jogos eletrônicos), para constituir a representação do IFPE nos JIFs, em suas etapas Regional e Nacional (presenciais e on-line – e-JIF).

Destaca-se ainda a promoção de novas possibilidades de eventos de esporte e lazer para discentes e docentes de todos os campi, como por exemplo os festivais e as oficinas esportivas e culturais de ginástica, lutas, dança, natação e jogos eletrônicos, enquanto produtos de interesse da nossa comunidade escolar, oportunizando o desenvolvimento da criatividade de forma sistemática e assistemática.

O fomento às ações de esporte e cultura de forma integrada aos Núcleos de Arte e Cultura (NACs) proporciona a valorização da cultura local e o exercício da cidadania. A busca pelo fortalecimento dos eventos esportivos e culturais já consolidados, entre os quais destaca-se a Corrida do IFPE, visa estimular iniciativas de programas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, tendo como centro o estímulo à adoção de um estilo de vida saudável e o bem-estar do ser humano, sobretudo da comunidade discente.

Além disso, ainda se pontua o apoio à formação continuada dos profissionais da educação das áreas afins, sendo o Encontro de Educação Física, Esporte e Lazer um espaço de formação, trocas de experiências e avaliação. Na oferta de práticas didático-pedagógicas em educação física/esporte (formal e não formal) para o desenvolvimento do conhecimento no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, o projeto Academia & Futebol envolve ações de intervenção, pesquisa e extensão, bem como de construção e sistematização da proposta norteadora da prática pedagógica do componente curricular da Educação Física Escolar.

No sentido do incentivo ao esporte, ao lazer e à cultura, urge consolidar a integração com a Proext para oportunizar a participação dos discentes atletas, artistas e novos talentos em editais do Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura. Tal consolidação atua no fortalecimento da arte e da cultura, estimulando a promoção de espaços de socialização esportivos e culturais que agreguem valores e estimulem a descoberta de novos talentos no IFPE.

As dimensões da formação integral são fundamentadas nos princípios da ética, pluralidade cultural e sustentabilidade e promovem inter-relações entre trabalho, ciência, cultura e meio ambiente, objetivando o exercício de uma cidadania ativa, numa concepção de educação que visa ao desenvolvimento social e humano. As iniciativas desenvolvidas pelo IFPE no campo da arte e cultura representam o exercício de importante papel na dinamização de processos sociais de melhoria das condições de vida em comunidades socioeconomicamente vulneráveis, bem como na promoção e valorização do patrimônio artístico e cultural da região.

Dessa forma, percebe-se que a assistência ao estudante se configura como o alicerce institucional para a permanência da comunidade discente na instituição, perpassando por toda a estrutura administrativa e organizacional

do IFPE, bem como do contexto socioeconômico e cultural dos estudantes. Assim, as ações de apoio e acompanhamento, pensadas e implementadas pelas equipes multiprofissionais nos campi, e o envolvimento de toda a comunidade acadêmica devem nortear todos os processos da assistência estudantil, como forma de contribuir para a formação e o atendimento às necessidades biopsicossociais e pedagógicas dos estudantes.

3.9.1 Planejamento, Organização, Direção e Monitoramento da Gestão Política e Diretrizes da Assistência Estudantil

A Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) do IFPE é concebida como um macroprocesso de apoio para as ações finalísticas de ensino, de pesquisa e de extensão, enquanto política institucional permanente, visando consolidar a permanência com êxito da comunidade discente em todos os 16 campi, tal como preconizam o art. 58 do Regimento Geral do IFPE e a Cadeia de Valor Público institucional.

A DAE tem como compromisso o contínuo aprimoramento dos fluxos processuais dos programas que constituem a Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE, tendo sua reformulação sido aprovada pelo Consup, em prol de uma educação inclusiva e do compromisso social que corroborem a formação ética e integral do ser humano. Esse compromisso se materializa quando se observa a abrangência dos programas no atendimento aos diversos perfis discentes, levando em consideração os aspectos do contexto social em que estão inseridos.

A PAE do IFPE é um documento que se concretiza como uma diretriz para as ações de assistência estudantil na instituição. Nesse sentido, apresenta-se como um instrumento que visa contribuir para o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência da comunidade discente e contribuam para o seu êxito acadêmico. A PAE tem como finalidade, também, prover recursos para que estudantes superem entraves do seu desempenho educacional, sendo, ainda, um instrumento de fortalecimento de uma formação voltada para o exercício da cidadania.

Os programas executados pela DAE, em consonância com os setores de assistência estudantil dos campi, através da PAE, buscam cumprir fielmente a consolidação das ações de permanência e êxito dos discentes, conforme previsto no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que, ao dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), busca minimizar as desigualdades sociais e reduzir as taxas de evasão e retenção no ensino.

A PAE do IFPE, conforme já pontuado, compreende o desenvolvimento de programas que contemplam questões de vulnerabilidade social, desenvolvimento de habilidades nas áreas de esporte, lazer, arte e cultura, prevenção e promoção da saúde, bem como as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão. O documento estrutura-se em dois eixos de ação: o Eixo de Ação 1, cujos programas são destinados a serviços e/ou auxílio financeiro, prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e àqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, com vistas a assegurar a permanência e o êxito nos cursos; o Eixo de Ação 2, cujos programas contribuem para a formação intelectual, acadêmica, artístico-cultural, esportiva e profissional dos discentes, além de atenderem a necessidades biopsicossociais e pedagógicas.

A partir da Política de Assistência Estudantil, apontamos os princípios, as diretrizes e os objetivos da assistência estudantil no IFPE, sendo os princípios baseados na concepção de uma educação democrática vislumbrando a inclusão social através dos aspectos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos da educação. Já as diretrizes estão alicerçadas por uma orientação que prima pela qualidade e pela excelência do ensino público e gratuito, valorizando a ideia de democracia participativa e concebendo como patrimônio e responsabilidade de toda a comunidade acadêmica as diretrizes referentes ao atendimento a necessidades socioeconômicas, culturais, psicopedagógicas e de saúde dos estudantes. Além disso, a PAE visa estimular a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica do IFPE, no que diz respeito às questões relativas à assistência estudantil, nos espaços deliberativos do Instituto, e tem como objetivo, sobretudo, viabilizar condições de permanência e êxito dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais.

Em função da condição de diretoria sistêmica, a DAE elabora, publica e acompanha os editais dos programas da assistência estudantil com base nas informações advindas dos campi. Também faz parte das demandas dessa diretoria revisar os editais, divulgá-los (quando necessário) e solicitar parecer jurídico, além de auxiliar e acompanhar o processo de desenvolvimento dos editais nos campi. Quando pertinente, os programas e as ações da assistência estudantil são articulados com o Neabi, o Neged e o NAC de cada campus. Diante de ocasiões que envolvam estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o Napne também analisa e acompanha.

Para consolidação das ações voltadas para permanência e êxito, a DAE conduz a Comissão Central de Acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE, que é responsável, entre outros aspectos, por apoiar as comissões dos campi no desenvolvimento de mecanismos de intervenção que visem à prevenção e à superação dos índices de evasão e retenção; e por avaliar e construir coletivamente encaminhamentos sistêmicos, com vistas ao sucesso acadêmico estudantil. O Plano Institucional Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE foi elaborado em 2016, sendo a Proden responsável por conduzir os trabalhos das comissões central e locais até 2020. É fruto das atividades dessas comissões a diminuição das taxas de evasão de retenção nos últimos anos, enfatizando o compromisso institucional de garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. Com vistas a dar continuidade aos trabalhos a partir das diretrizes e metas estabelecidas no plano supracitado, a DAE reúne gestores de assistência estudantil, profissionais da educação que compõem as equipes multiprofissionais e as diretorias de ensino dos campi, para composição da comissão e consolidação das ações para a permanência e êxito da comunidade discente, tendo como base os programas de assistência estudantil elencados na PAE. A partir dos aspectos relacionados ao planejamento, à organização e ao monitoramento das diretrizes da assistência estudantil, a DAE visa, sobretudo, garantir a permanência e êxito dos estudantes.

Para a efetivação dos diversos programas da assistência estudantil, é importante ressaltar a consolidação dos grupos de trabalho (GTs) e a formação permanente da equipe multiprofissional, dando continuidade aos GTs de

Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Educação Física, Esporte e Lazer e Assistentes de Aluno, além da realização de formações demandadas pelos GTs, estabelecendo parceria com a Proden em prol da formação continuada dos servidores que atuam na assistência estudantil. Os GTs são lócus dos diversos trabalhos em equipe oriundos das demandas trazidas pelos campi, bem como da organização de processos de trabalho que a DAE deseje sistematicamente implementar. Assim, os GTs se caracterizam como espaços de desenvolvimento de habilidades e competências sociais e educacionais.

Além dos vários programas relativos à PAE, a DAE ainda monitora o Programa Bolsa Permanência do MEC voltado para estudantes indígenas e quilombolas, estabelecendo uma agenda de acompanhamento com os campi que executam o programa, promovendo diálogos com os gestores de assistência estudantil e o acompanhamento dos estudantes indígenas e quilombolas.

Sobre o orçamento, a DAE monitora e auxilia os campi na execução da ação orçamentária da assistência ao estudante da educação profissional e tecnológica (Ação 2994) e no cumprimento da meta física estipulada anualmente, acompanhando a efetivação dos programas e gerenciando aportes financeiros das ações sistêmicas para o devido atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Para o repasse de recurso financeiro ao estudante advindo da Ação 2994, é preciso que o perfil do contemplado atenda aos critérios do Decreto nº 7.234, de 2010, tais como ser estudante de curso presencial, ser oriundo de escola pública ou possuir renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Outros critérios poderão ser acrescidos em regulamentos próprios de cada programa aprovados pelo Conselho Superior (Consup) do IFPE ou em instruções normativas da DAE/Reitoria.

A interface entre o orçamento da assistência estudantil e a execução dos programas constantes na PAE do IFPE se apresenta de modo que os programas do Eixo de Ação 1 são planejados e executados considerando o orçamento da Matriz CONIF destinado à assistência estudantil, tendo em vista a análise sobre a vulnerabilidade social dos estudantes e atendendo aos critérios do Decreto nº 7.234, de 2010.

Já os programas do Eixo de Ação 2 podem ser administrados considerando a Ação 2994 desde que sejam considerados os critérios de vulnerabilidade

social supracitados. De outra forma, esses programas devem ser executados tendo em vista outra fonte de ação orçamentária.

Quadro 4 — Programas de Assistência Estudantil e suas fontes orçamentárias

Programas	Fonte Orçamentária
Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica	Ação 2994- Assistência Estudantil
Programa de Apoio Financeiro Eventual	Ação 2994- Assistência Estudantil
Programa de Aquisição de Material de Apoio	Ação 2994- Assistência Estudantil
Programa de Apoio à Inclusão Digital	Ação 2994- Assistência Estudantil
Programa de Assistência ao Estudante do Proeja	Ação 2994- Assistência Estudantil
Programa de Tutoria de Pares	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa de Incentivo a Arte e Cultura	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa de Incentivo a Esporte e Lazer	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa de Apoio à Participação em Eventos	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa de Apoio a Visitas Técnicas	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa de Monitoria	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa Institucional para Concessão de Bolsas para a Inovação Educativa (PIE)	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programas de Iniciação Científica, de Incentivo Acadêmico e de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC, BIA, PIBITI)	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária
Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Extensão (PIBEX)	Ação 2994- Assistência Estudantil (Critérios do Decreto nº 7.234/2010) Outra fonte orçamentária

A DAE conta com um órgão colegiado consultivo e de caráter permanente, o Comitê dos Gestores da Assistência ao Estudante (Coe), cujos membros são todos os gestores da assistência estudantil dos campi e cujos objetivos são a discussão, análise e avaliação das diretrizes e políticas de assistência ao

estudante que respaldam as ações sistêmicas no âmbito do IFPE. O Coe se consolida por suas ações de planejamento, execução e avaliação colaborativa com os planos, programas e projetos vinculados à assistência ao estudante, além de desenvolver, coletiva e organicamente, estratégias de melhoria dos indicadores de permanência e êxito, considerando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Fórum Permanente da Assistência ao Estudante (Forpae), órgão colegiado de caráter permanente, consultivo e propositivo com finalidade de discutir, planejar e propor assuntos da Assistência ao Estudante, tem como sede a DAE. O Forpae tem o objetivo discutir práticas norteadoras e políticas complementares e propor, quando necessário, a reformulação da Política de Assistência ao Estudante do IFPE. O fórum é composto por membros dos grupos de trabalho ligados à DAE e profissionais da educação das pró-reitorias finalísticas, além de contar com a representação discente.

Essas instâncias colaboram para que, de fato, a assistência ao estudante se concretize de forma efetiva no IFPE, de modo que, a partir da execução dos programas propostos na PAE, a comunidade discente tenha na assistência estudantil o alicerce para permanecer em seus cursos e alcançar êxito no sentido de que a formação profissional contribua para uma vida digna e cidadã.

3.9.2 Apoio e Acompanhamento

O apoio e o acompanhamento oferecidos pela DAE através dos programas de assistência estudantil visam auxiliar o desempenho acadêmico discente e, assim como todos os outros serviços já citados, garantir sua permanência e êxito na instituição. A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFPE possui em seu bojo diversas ações/programas de prevenção e promoção da saúde, bem como de incentivo à arte, cultura, esporte e lazer, apoio às aprendizagens e às áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão.

O Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico, que também compõe o Eixo de Ação 2 da PAE, tem o objetivo de apoiar a comunidade estudantil, contribuindo para a manutenção de sua saúde física e mental e para a superação de possíveis entraves em seu desempenho acadêmico,

além de compreender ações de orientação e acompanhamento psicológico, pedagógico e/ou social, nas áreas de educação física, educação alimentar e nutricional e de outros profissionais da saúde. Através da DAE e do Departamento de Comunicação (DCOM), o IFPE tem o compromisso de elaborar e fornecer materiais atualizados sobre questões de saúde (cartilhas/folders educativos). Compete ainda à DAE realizar palestras e ações itinerantes disseminando informações de educação em saúde.

Reuniões sistemáticas com gestores da assistência estudantil dos campi são realizadas mensalmente, e reuniões com representações estudantis e representantes de turma também acontecem, para que essas instâncias estejam envolvidas na proposição de palestras, oficinas e outras ações. Essa prática incentiva a cooperação e a interatividade no ambiente estudantil, contribuindo para um clima organizacional positivo, e funciona também como uma forma de troca de conhecimentos, colaborando para o relacionamento entre a instituição e o movimento estudantil.

É imprescindível que a comunidade estudantil se sinta valorizada e pertencente à instituição, e a comunicação interna propicia esse sentimento de diversas maneiras, como a participação da comunidade discente em discussões referentes ao desempenho de suas funções e ao seu processo de formação. Com essa troca, o estudante se sente parte do processo e indispensável para o sucesso institucional. No momento em que o discente percebe que suas sugestões e reclamações são ouvidas pelos gestores, ele passa a se sentir reconhecido e valorizado pela instituição, fator que estimula o aprimoramento de sua performance no que se refere à aprendizagem e ao dever político enquanto cidadão.

A DAE também se articula para apoiar os campi através da realização de ações que visam a essa integração dos estudantes à instituição, criando e mantendo espaços de diálogo ligados ao atendimento biopsicossocial e pedagógico, como o “Canal Fale com a DAE”, o Projeto (In) Formação DAE, as redes sociais do IFPE (Instagram, Facebook) e as esferas organizativas estudantis: grêmios, diretórios acadêmicos, Diretório Central de Estudantes. Essas ações são um conjunto de articulações e estratégias planejadas e realizadas com o intuito de estabelecer canais entre os profissionais que integram a DAE e o corpo discente do IFPE. O principal objetivo é tornar a interação ágil, transparente e, sobretudo,

eficaz. Afinal, ela deve ser a ponte que liga estudantes e gestores. Também é o elemento capaz de assegurar a motivação e o engajamento, garantindo que o processo de aprendizagem da comunidade discente seja mais assertivo.

Para reforço das ações que necessitem de apoio das esferas estadual e municipal, a DAE mantém atualizado o mapeamento das unidades de atendimento biopsicossocial e pedagógico, visando a articulações com essas unidades para possíveis encaminhamentos de estudantes.

Assim, o Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico se desenvolve a partir das seguintes ações:

Quadro 5 — Ações e objetivos do Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico

Política de Assistência Estudantil do IFPE - Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico	
Ações	Objetivos
Educação Permanente em Saúde	Implantar e/ou fortalecer projetos de prevenção e promoção da saúde a partir de temas transversais
Educação para o combate às desigualdades referentes a raça/etnia, gênero e sexualidade	Implantar e/ou fortalecer projetos educacionais que promovam o respeito à vida humana em suas múltiplas possibilidades de ser e existir
Orientação Profissional e Planejamento e Desenvolvimento de Carreira	Promover ações e intervenções no campo da orientação profissional, com vistas ao planejamento e ao desenvolvimento de carreira
Integração da Família ao Processo Educativo	Incentivar a participação familiar na educação escolar dos discentes
Acompanhamento e Monitoramento do Desempenho Acadêmico Estudantil	Realizar atividades que contribuam para o desenvolvimento da trajetória acadêmica do estudante no que se refere à permanência e ao êxito no âmbito do IFPE
Promoção em Saúde Mental e Qualidade de Vida dos Estudantes	Realizar atendimento e/ou acolhimento junto aos estudantes, individualmente ou em grupos, visando à promoção em saúde mental e à qualidade de vida destes
Apoio e Incentivo às Aprendizagens	Incentivar a ampliação dos espaços de aprendizagem com vistas à melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes
Promoção de Qualidade de Vida com Ênfase nos Aspectos Nutricionais	Definir ações de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar

As ações desenvolvidas pela DAE, tratando-se do apoio a discentes, também convergem para o exercício da cidadania e da política. Essas ações se materializam a partir do acompanhamento e do auxílio aos estudantes conselheiros no que concerne à participação ativa nas reuniões do Consup e à participação em eventos sistêmicos, além do incentivo aos estudantes participantes de movimentos estudantis na realização do encontro anual e na participação em eventos externos próprios das entidades estudantis.

O apoio da DAE também está alicerçado no estabelecimento de parcerias com as pró-reitorias com vistas a colaborar para a permanência e êxito estudantil, bem como para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa parceria se concretiza inclusive com a Proext, no que tange à realização do mapeamento da produção agrícola nas regiões onde estão inseridos os campi visando à consolidação da execução do PNAE a partir da aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Diante do exposto, podemos identificar que a DAE colabora com a formação de indivíduos autônomos, capazes de elaborar e realizar seus projetos de vida de forma ética e cidadã. Cientes de que o espaço da educação deve ampliar diversos debates, atuamos incentivando a autonomia do corpo discente, em comunhão a uma educação pública, gratuita e de qualidade que respeite a heterogeneidade da comunidade estudantil, de forma democrática.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA



4. Organização Didático-Pedagógica

A organização didático-pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) observa o que estabelecem o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 1996 (LDB) e materializa-se pelo seu plano de oferta de cursos e vagas e pela projeção de abertura de cursos e o aumento de vagas.

O art. 4º do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamentou o § 2º do art. 36 e o art. 41 da LDB, estabelecendo que a educação profissional técnica de nível médio deverá ser organizada de modo articulado com o ensino médio, desde que observados três aspectos, a saber:

- a) os objetivos contidos nas diretrizes curriculares delineadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);
- b) as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- c) as exigências de cada instituição de ensino, referenciadas pelos seus projetos pedagógicos.

Estabeleceu, ainda, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio por meio das ofertas integrado, concomitante e subsequente, sendo:

- a) o integrado voltado aos concluintes do ensino fundamental, de modo a conduzir os alunos à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino;
- b) o concomitante voltado aos concluintes do ensino fundamental ou que estejam cursando o ensino médio, pressupondo a existência de distintas matrículas para cada curso, ocorrendo na mesma instituição de ensino, em instituições de ensino distintas ou em instituições de ensino distintas mediadas por convênios de intercomplementaridade por meio de projetos pedagógicos unificados; e
- c) o subsequente voltado aos concluintes do ensino médio.

O Decreto nº 5.154, de 2004, também regulamentou, no art. 1º, o art. 39 da Lei nº 9.394, de 1996, quando estabeleceu que a educação profissional deve ser desenvolvida por meio de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. O Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014, por sua vez, trouxe nova redação ao § 1º do art. 1º do Decreto nº 5.154, de 2004, destacando a qualificação profissional no processo de formação inicial e continuada de trabalhadores.

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, alterou os arts. nº 39 e nº 41 da Lei nº 9.394, de 1996, ao redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, os arts. nº 37, nº 39 e nº 41 e nº 42 da Lei nº 9.394, de 1996, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.
[...]

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.
[...]

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de oferta de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I- de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II- de educação profissional técnica de nível médio;

III- de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

O Decreto nº 5.154, de 2004, e a Lei nº 11.741, de 2008, além de regulamentar e alterar a Lei nº 9.394, de 1996 no tocante à organização didático-pedagógica da educação profissional e desta com a educação de jovens e adultos, marcaram a Lei nº 11.892, de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, notadamente nos seguintes artigos:

- a) no art. 6º, quando destaca, no inciso I, a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades de ofertas, e, no inciso III, a promoção da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior;
- b) no art. 7º, quando destaca que os Institutos Federais ministrarão, educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (inciso I), cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (inciso II) e, em nível de educação superior, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelado e engenharia (inciso VI); e
- c) no art. 8º, a garantia de no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas voltadas à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, e 20% (vinte por cento) das vagas voltadas às licenciaturas, programas de formação pedagógica, com ênfase nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional.

Essas características da organização didático-pedagógica dos Institutos Federais e da educação profissional são reafirmadas na Resolução CNE/CP nº 1, de 2021, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e tem como uma de suas finalidades articular princípios e critérios a serem observados na organização, no planejamento e desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

Em seu art. 2º, a resolução citada define a educação profissional e tecnológica como:

[...] modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

Ademais, aborda, nos seus arts. 4º a 7º, aspectos da organização e funcionamento da educação profissional e tecnológica, entre os quais o desenvolvimento de tipos de cursos e programas, a organização dos itinerários formativos e os eixos tecnológicos.

4.1 Plano de Oferta de Cursos e Vagas

O plano de oferta de cursos e vagas no IFPE está fundamentado nos marcos normativos abordados na seção 4 deste documento.

4.1.1 Especificação dos Tipos de Oferta

Com base na Lei nº 9.394, de 1996, no Decreto nº 5.154, de 2004, na Lei nº 11.741, de 2008, na Lei nº 11.892, de 2008, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 2021, o IFPE entende que em sua organização didático-pedagógica, nas modalidades de oferta presencial ou a distância, a instituição poderá:

- a) ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na

forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

b) ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; e

c) ministrar, em nível de educação superior:

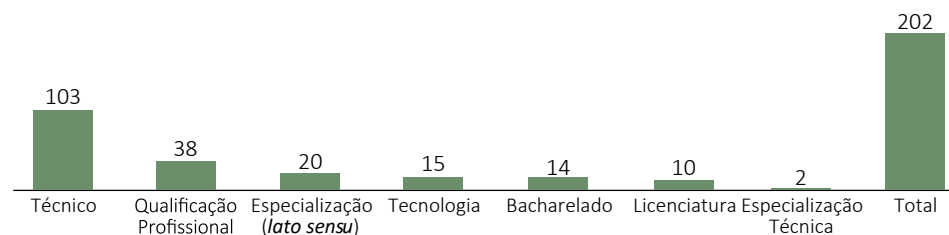
- cursos superiores de tecnologia;
- cursos de licenciatura e programas de formação pedagógica;
- cursos de bacharelado e engenharias;
- cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização; e
- cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.

O IFPE, em sua organização didático-pedagógica, também entende que a Educação a Distância se caracteriza como modalidade de oferta educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos, e organiza-se com metodologia, gestão e avaliação peculiares, as quais deverão estar previstas, obrigatoriamente, em momentos presenciais.

4.1.2 Síntese Geral do Plano de Oferta de Cursos Presenciais no IFPE

Considerando todos os níveis, tipos e modalidades de oferta do ensino, o IFPE apresenta em 2022, em sua organização didático-pedagógica, a oferta de 103 cursos técnicos, 38 de qualificação profissional, 20 especializações (pós-graduação lato sensu), 15 cursos superiores tecnológicos, 14 cursos superiores de bacharelado, dez cursos superiores de licenciatura e duas especializações técnicas, conforme o Gráfico 1:

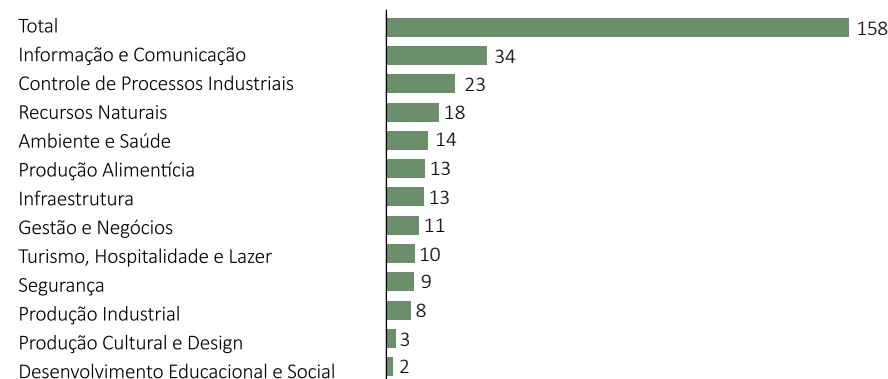
Gráfico 1 — Número de cursos por tipo de oferta



Fonte: Proden (2021)

No Gráfico 2, a organização didática descrita caracteriza a classificação dos cursos ofertados por eixo tecnológico, conforme enquadramento do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Nesse caso, pode-se encontrar o seguinte desenho de oferta de cursos: 34 cursos no eixo tecnológico Informação e Comunicação, 23 no eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, 18 no eixo tecnológico Recursos Naturais, 14 no eixo tecnológico Ambiente e Saúde, 13 no eixo tecnológico Produção Alimentícia, 13 no eixo tecnológico Infraestrutura, 11 no eixo tecnológico Gestão e Negócios, dez no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, nove no eixo tecnológico Segurança, oito no eixo tecnológico Produção Industrial, três no eixo tecnológico Produção Cultural e Design e dois no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social. De todos os eixos do CNCT, a instituição não oferece cursos apenas no eixo Militar.

Gráfico 2 — Quantidade de cursos por eixo tecnológico



Fonte: Proden (2021)

No Gráfico 1, observa-se que a ênfase do plano de oferta de cursos da instituição concentra-se no tipo de oferta de cursos técnicos no nível da educação básica. Amplia-se a oferta pelo processo de verticalização para outros níveis e tipos de oferta. Já no Gráfico 2, percebe-se que, do ponto de vista do conjunto de cursos técnicos que compõem a oferta do IFPE em sua organização didática, a ênfase por eixo tecnológico repousa em três eixos: Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais e Recursos Naturais.

4.1.3 Articulação entre as Modalidades de Oferta Presencial e a Distância e Incorporação de Recursos Tecnológicos

A articulação entre as modalidades de oferta presencial e a distância e a incorporação dos recursos tecnológicos no IFPE estão fundamentadas no art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 1, de 2 de fevereiro 2016, que preconiza que as instituições educacionais que ofereçam cursos de ensino médio, de educação profissional técnica de nível médio e de educação de jovens e adultos, presencial ou a distância, devem prever nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) a garantia de processos de aproveitamento de estudos que permitam aos seus estudantes o trânsito de uma para outra modalidade, para fins de continuidade e de conclusão de estudos.

A Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, do MEC, dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de ensino a distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por IES pertencentes ao sistema federal de ensino.

O art. 2º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, preconiza que a educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância, desde que observadas as condições de acessibilidade, assegurados os espaços e os meios necessários a serem utilizados. Essa modalidade também está prevista na Organização Acadêmica Institucional do IFPE, na Orientação Normativa nº 07, de 05 de outubro de 2020, da Proden/IFPE, na Resolução CNE/CP nº 1, de 2021.

4.1.4 Campi

4.1.4.1 Abreu e Lima

Segundo a classificação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), atualmente, o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Segurança; Ambiente e Saúde.

Quadro 6 — Cursos do Campus Abreu e Lima

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Segurança do trabalho	Técnico	Subsequente
Enfermagem	Técnico	Subsequente
Cuidador de Idoso	Qualificação	Proeja
Enfermagem	Técnico	Especialização Técnica

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.2 Afogados da Ingazeira

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação; Infraestrutura; Controle e Processos Industriais; Produção Alimentícia. Oferta, ainda, cursos superiores de licenciatura e bacharelado.

Quadro 7 — Cursos do Campus Afogados da Ingazeira

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Informática	Técnico	Integrados
Saneamento	Técnico	Integrados
Agroindústria	Técnico	Subsequente
Eletroeletrônica	Técnico	Subsequente
Saneamento	Técnico	Subsequente
Computação	Graduação	Licenciatura
Engenharia Civil	Graduação	Bacharelado

Suporte e Manutenção em Computadores	Qualificação	Proeja
Panificação e Confeitaria	Qualificação	Proeja
Educação do Campo	Pós-Graduação	Lato Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.3 Barreiros

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Turismo, Hospitalidade e Lazer; e Produção Cultural e Design. Oferta, ainda, cursos superiores de licenciatura e tecnologia.

Quadro 8 — Cursos do Campus Barreiros

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Alimentos	Técnico	Integrado
Agropecuária	Técnico	Integrado
Hospedagem	Técnico	Subsequente
Instrumento Musical	Técnico	Subsequente
Agroecologia	Graduação	Tecnologia
Química	Graduação	Licenciatura
Auxiliar Técnico em Agropecuária	Qualificação	Proeja
Agricultor Familiar	Qualificação	Proeja
Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças	Qualificação	Proeja
Operador de Computador	Qualificação	Proeja

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.4 Belo Jardim

Segundo a classificação do CNCT, atualmente, o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia; Ambiente e Saúde; Recursos Naturais; Informação e Comunicação. Oferta, ainda, cursos superiores de licenciatura e tecnologia.

Quadro 9 — Cursos do Campus Belo Jardim

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Enfermagem do Trabalho	Técnico	Especialização Técnica
Agroindústria	Técnico	Subsequente
Agropecuária	Técnico	Subsequente
Enfermagem	Técnico	Subsequente
Informática para Internet	Técnico	Subsequente
Agroindústria	Técnico	Integrado
Agropecuária	Técnico	Integrado
Informática para Internet	Técnico	Integrado
Cuidador de idosos	Qualificação	Concomitante
Cuidador de crianças	Qualificação	Concomitante
Música	Graduação	Licenciatura
Engenharia de Software	Graduação	Bacharelado

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.5 Cabo de Santo Agostinho

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Oferta ainda, cursos superiores de bacharelado, tecnologia e lato sensu.

Quadro 10 — Cursos do Campus Cabo de Santo Agostinho

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Agente de Informações Turísticas	Qualificação	Proeja Concomitante
Almoxarife	Qualificação	Proeja Concomitante
Espanhol Básico	Qualificação	FIC
Inglês Básico	Qualificação	FIC
Cozinha	Técnico	Subsequente
Hospedagem	Técnico	Subsequente
Logística	Técnico	Subsequente
Meio Ambiente	Técnico	Subsequente

Administração	Graduação	Bacharelado
Engenharia Ambiental e Sanitária	Graduação	Bacharelado
Hotelaria	Graduação	Tecnologia
Gastronomia	Graduação	Tecnologia
Gestão Estratégica em Logística	Pós-Graduação	Lato Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.6 Caruaru

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais e Segurança. Oferta, ainda, cursos superiores de bacharelado e lato sensu.

Quadro 11 — Cursos do Campus Caruaru

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Almoxarife de Obras	Qualificação	Proeja Concomitante
Operador de Computador	Qualificação	Proeja Concomitante
Edificações	Técnico	Integrado
Mecatrônica	Técnico	Integrado
Segurança do Trabalho	Técnico	Integrado
Edificações	Técnico	Subsequente
Mecatrônica	Técnico	Subsequente
Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente
Engenharia Mecânica	Graduação	Bacharelado
Engenharia de Segurança do Trabalho	Pós-Graduação	Lato Sensu
Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas	Pós-Graduação	Lato Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.7 Garanhuns

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Meio Ambiente e Saúde; Comunicação e Informação; Controle e Processos Industriais. Oferta, ainda, cursos superiores de bacharelado, tecnologia e lato sensu.

Quadro 12 — Cursos do Campus Garanhuns

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Eletroeletrônica	Técnico	Integrado
Informática	Técnico	Integrado
Meio Ambiente	Técnico	Integrado
Auxiliar de Fiscalização Ambiental	Qualificação	Proeja Concomitante
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	Qualificação	Proeja Concomitante
Operador de Computador	Qualificação	Proeja Concomitante
Eletroeletrônica	Técnico	Subsequente
Meio Ambiente	Técnico	Subsequente
Engenharia Elétrica	Graduação	Bacharelado
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Tecnologia
Inovação e Desenvolvimento de Software para Web e Dispositivos Móveis	Pós-Graduação	Lato Sensu
Linguagem e Práticas Sociais	Pós-Graduação	Lato Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.8 Igarassu

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Comunicação e Informação; Gestão e Negócios. Oferta, ainda, cursos superiores de bacharelado e tecnologia.

Quadro 13 — Cursos do Campus Igarassu

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Almoxarife	Qualificação	Proeja Concomitante
Operador de Computador	Qualificação	Proeja Concomitante
Informática para Internet	Técnico	Subsequente
Logística	Técnico	Subsequente
Administração	Graduação	Bacharelado
Gestão da Qualidade	Graduação	Tecnologia
Tecnologia em Sistemas para Internet	Graduação	Tecnologia

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.9 Ipojuca

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Controle e Processos Industriais; Produção Industrial; Segurança. Oferta, ainda, cursos superiores de licenciatura e bacharelado.

Quadro 14 — Cursos do Campus Ipojuca

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Automação Industrial	Técnico	Subsequente
Construção Naval	Técnico	Subsequente
Petroquímica	Técnico	Subsequente
Química	Técnico	Subsequente
Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente
Mecânica	Técnico	Médio Integrado
Segurança do Trabalho	Técnico	Médio Integrado
Química	Graduação	Licenciatura
Engenharia Mecânica	Graduação	Bacharelado

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.10 Jaboatão dos Guararapes

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Informação e Comunicação; Gestão e Negócios. Oferta, ainda, cursos superiores de tecnologia e lato sensu.

Quadro 15 — Cursos do Campus Jaboatão dos Guararapes

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Informática para Internet	Técnico	Subsequente
Qualidade	Técnico	Subsequente
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Tecnologia
Gestão e Qualidade em Tecnologia da Informação e Comunicação	Pós-Graduação	Lato Sensu
Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes	Pós-Graduação	Lato Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.11 Olinda

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Informação e Comunicação; Produção Cultural e Design. Oferta, ainda, curso superior stricto sensu.

Quadro 16 — Cursos do Campus Olinda

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Artes Visuais	Técnico	Subsequente
Computação Gráfica	Técnico	Subsequente
Editor de Maquetes Eletrônicas	Proeja	Concomitante
Educação Profissional e Tecnológica	Pós-Graduação	Stricto Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.12 Palmares

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos no eixo tecnológico Informação e Comunicação.

Quadro 17 — Cursos do Campus Palmares

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Subsequente
Redes de Computadores	Técnico	Subsequente
Informática para Internet	Técnico	Subsequente

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.13 Paulista

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Informação e Comunicação; Gestão e Negócios. Oferta, ainda, cursos superiores de tecnologia.

Quadro 18 — Cursos do Campus Paulista

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Subsequente
Administração	Técnico	Subsequente
Assistente Administrativo	Qualificação	Proeja Concomitante
Operador de Computador	Qualificação	Proeja Concomitante
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Tecnologia
Processos Gerenciais	Graduação	Tecnologia

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.14 Pesqueira

Segundo a classificação do CNCT, atualmente o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais; Infraestrutura. Oferta, ainda, cursos superiores de licenciatura, bacharelado e lato sensu.

Quadro 19 — Cursos do Campus Pesqueira

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Edificações	Técnico	Integrado
Eletrotécnica	Técnico	Integrado
Eletrotécnica	Técnico	Proeja Integrado
Edificações	Técnico	Subsequente
Eletrotécnica	Técnico	Subsequente
Auxiliar Administrativo	Qualificação	Proeja Concomitante
Física	Graduação	Licenciatura
Matemática	Graduação	Licenciatura
Enfermagem	Graduação	Bacharelado
Engenharia Elétrica	Graduação	Bacharelado
Curso de Gestão em saúde, Meio Ambiente e Segurança	Qualificação	Proeja Concomitante

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.15 Recife

Segundo a classificação do CNCT, atualmente, o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos Infraestrutura; Controle e Processos Industriais; Produção Industrial; Segurança; Informação e Comunicação. Oferta, ainda, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado, lato sensu e stricto sensu.

Quadro 20 — Cursos do Campus Recife

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Edificações	Técnico	Integrado
Eletrotécnica	Técnico	Integrado
Eletrônica	Técnico	Integrado
Mecânica	Técnico	Integrado
Química	Técnico	Integrado
Saneamento	Técnico	Integrado
Segurança do Trabalho	Técnico	Integrado
Edificações	Técnico	Subsequente
Eletrônica	Técnico	Subsequente
Eletrotécnica	Técnico	Subsequente
Mecânica	Técnico	Subsequente
Química	Técnico	Subsequente
Refrigeração e Climatização	Técnico	Subsequente
Saneamento	Técnico	Subsequente
Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente
Telecomunicações	Técnico	Subsequente
Refrigeração e Climatização	Qualificação	Proeja
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Tecnologia
Design Gráfico	Graduação	Tecnologia
Gestão Ambiental	Graduação	Tecnologia
Gestão de Turismo	Graduação	Tecnologia
Radiologia	Graduação	Tecnologia
Geografia	Graduação	Licenciatura
Engenharia Civil	Graduação	Bacharelado
Engenharia Mecânica	Graduação	Bacharelado

Práticas Interpretativas em Música Popular com ênfase em Frevo	Pós-Graduação	Lato Sensu
Educação Ambiental e Cultural	Pós-Graduação	Lato Sensu
Sustentabilidade Urbana	Pós-Graduação	Lato Sensu
Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira	Pós-Graduação	Lato Sensu
Gestão Ambiental	Pós-Graduação	Stricto Sensu

Fonte: Proden (2021)

4.1.4.16 Vitória de Santo Antão

Segundo a classificação do CNCT, atualmente, o campus oferta cursos nos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Informação e Comunicação. Oferta, ainda, cursos superiores de licenciatura e bacharelado.

Quadro 21 — Cursos do Campus Vitória de Santo Antão

Curso	Tipo	Tipo de Oferta
Agroindústria	Técnico	Integrado
Agropecuária	Técnico	Integrado
Agricultura	Técnico	Subsequente
Agroindústria	Técnico	Subsequente
Zootecnia	Técnico	Subsequente
Agricultura	Técnico	Proeja Integrado
Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Proeja Integrado
Manutenção e Suporte em Informática	Qualificação	Proeja Concomitante
Química	Graduação	Licenciatura
Agronomia	Graduação	Bacharelado

Fonte: Proden (2021)

4.1.5 Diretoria de Educação a Distância (DEaD)

A DEaD está localizada no anexo do Edifício da antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na praça Ministro João Gonçalves, S/N, no bairro do Engenho do Meio, em Recife/PE. A Diretoria oferta cursos

técnicos, superiores e de pós-graduação lato sensu em 11 municípios, sendo dez em Pernambuco e um em Alagoas (Quadro 22). Atualmente a DEaD possui 1.300 alunos matriculados e se caracteriza, em números de matrícula, como o segundo maior do IFPE, atrás apenas para o Campus Recife.

Quadro 22 — Distribuição dos polos de EaD do IFPE nos estados de Pernambuco e Alagoas

Cidades-polo	Mesorregião	Microrregião
Sertânia (PE)	Sertão Pernambucano	Sertão do Moxotó
Águas Belas (PE)		Vale do Ipanemaenergia
Gravatá (PE)		Vale do Ipojuca
Pesqueira (PE)	Agreste	
Santa Cruz do Capibaribe (PE)		Alto Capibaribe
Surubim (PE)		Médio Capibaribe
Limoeiro (PE)		Mata Setentrional
Carpina (PE)	Mata Pernambucana	Mata Meridional
Palmares (PE)		
Recife (PE)	RMR	Recife
Santana do Ipanema (AL)	Sertão Alagoano	Vale do Ipanema

Fonte: DEaD (2021)

O Quadro 23, abaixo, apresenta o plano de oferta de cursos EaD do IFPE.

Quadro 23 — Cursos e tipos de oferta da Diretoria de Educação a Distância

Cursos	Técnico	Graduação	Pós-Graduação
Informática para Internet (IPI)	x		
Manutenção e Suporte em Informática (MSI)	x		
Sistemas de Energia Renovável (SER)	x		
Manutenção Automotiva (MAV)	x		
Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA)		x	
Licenciatura em Matemática (LMAT)		x	
Licenciatura em Geografia (LGEO)		x	

Especialização em Ensino de Ciências (EEC)	x
Especialização em Gestão Pública (EGP)	x
Especialização em Ensino de Matemática (EEM)	x
Especialização em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	x
Especialização em Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT)	x

Fonte: DEaD (2021)

4.2 Projeção de Abertura de Cursos e Aumento de Vagas

De modo inédito no IFPE, para este ciclo avaliativo, a Prodin, a Proden e a Propesq tornam públicos por meio de edital os prazos para apresentação de propostas de candidatura dos campi para oferta de novos cursos apenas para o ciclo 2022-2026 do PDI.

A cada ciclo do PDI, os cursos técnicos poderão/deverão passar por processo de avaliação interna, e os cursos superiores pelo ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), para identificar a necessidade de ajustes ou alterações, atendendo à legislação vigente, à demanda dos docentes e discentes e ao mundo do trabalho. Os cursos de pós-graduação lato sensu passam por processo de avaliação próprio, e os de pós-graduação stricto sensu, pelo sistema de avaliação da Capes.

Os campi do IFPE deverão, a partir de edital norteador, solicitar a candidatura ao processo de oferta e a criação de novos cursos médios integrados, técnicos subsequentes, de graduação e de pós-graduação lato sensu (especializações) regulares para 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026.

Não estão enquadrados nessa estratégia de projeção de estimativa de oferta de vagas: cursos FIC; cursos Proeja; cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrados e doutorados); cursos de pós-graduação lato sensu criados em atendimento a uma demanda específica; cursos ofertados pela DEaD em

chamadas externas de fomento; chamada interna independentemente de acordo com o calendário de APCNs (novos cursos) da Capes; cursos de pós-graduação stricto sensu Minter e Dinter, por não dependerem de APCN da Capes.

A seguir, destacam-se as propostas de projeção aprovadas em edital específico para criação de novos cursos no IFPE no ciclo do PDI 2022-2026:

Quadro 24 — Cursos técnicos integrados

Campus	Forma	Curso	Modalidade
Olinda	Médio Integrado	Computação Gráfica	Presencial
Ipojuca	Médio Integrado	Química	Presencial
Igarassu	Médio Integrado	Logística	Presencial
Igarassu	Médio Integrado	Informática	Presencial
Pesqueira	Médio Integrado	Meio Ambiente	Presencial
Barreiros	Médio Integrado	Desenvolvimento de Sistemas	Presencial
Paulista	Médio Integrado	Desenvolvimento de Sistemas	Presencial
Paulista	Médio Integrado	Administração	Presencial
Palmares	Médio Integrado	Informática para Internet	Presencial
Jaboatão	Médio Integrado	Desenvolvimento de Sistemas	Presencial
Cabo	Médio Integrado	Meio Ambiente	Presencial
Cabo	Médio Integrado	Hospedagem	Presencial
Vitória de Santo Antão	Médio Integrado	Química	Presencial
Abreu e Lima	Médio Integrado	Segurança do Trabalho	Presencial

Quadro 25 — Cursos técnicos subsequentes

Campus	Forma	Curso	Modalidade
Jaboatão	Subsequente	Administração	Presencial
Jaboatão	Subsequente	Comércio e Gestão de Negócio	Presencial
Vitória de Santo Antão	Subsequente	Alimentos	Presencial

Vitória de Santo Antão	Subsequente	Aquicultura	Presencial
Vitória de Santo Antão	Subsequente	Agroecologia	Presencial
Vitória de Santo Antão	Subsequente	Informática	Presencial
Recife	Subsequente Proeja	Processos Gerenciais	Presencial
Olinda	Subsequente	Instrumento Musical	Presencial

Quadro 26 — Cursos de graduação

Campus	Forma	Curso	Modalidade
Olinda	Bacharelado	Artes Visuais	Presencial
Olinda	Tecnólogo	Produção Multimídia	Presencial
Belo Jardim	Licenciatura	Educação do Campo	Presencial
Belo Jardim	Licenciatura	Química	Presencial
Belo Jardim	Bacharelado	Engenharia de Alimentos	Presencial
Pesqueira	Licenciatura	Pedagogia	Presencial
Pesqueira	Licenciatura	Educação Física	Presencial
Paulista	Bacharelado	Administração	Presencial
Palmares	Tecnólogo	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial
Abreu e Lima	Tecnólogo	Tecnologia em Gestão Hospitalar	Presencial
Recife	Bacharelado	Engenharia Elétrica	Presencial
Recife	Tecnólogo	Tecnologias em Processos Gerenciais	Presencial

Quadro 27 — Cursos de pós-graduação lato sensu

Campus	Curso	Modalidade	Vagas
Abreu e Lima	Saúde e Segurança Ocupacional	Presencial	30
Belo Jardim	Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade	Presencial	30

Belo Jardim	Educação Musical no Ensino Fundamental	Presencial	20
Garanhuns	Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista	Presencial	30
Ipojuca	Ensino de Ciências da Natureza	Presencial	30
Ipojuca	Mecatrônica	Presencial	36
Olinda	Design para Educação	Presencial	20
Olinda	Educação Musical no Ensino Fundamental	Presencial	30
Olinda	Artes Visuais e Educação Pós-Colonial	Presencial	20
Paulista	Gestão Pública	Semipresencial	40
Paulista	MBA em Gestão Empresarial	Semipresencial	40
Palmares	Gestão e Inovação	Semipresencial	25
Recife	Engenharia de Segurança do Trabalho	EaD	30
Recife	Indústria 4.0	Presencial	20
Recife	Lógica Pura e Aplicada	Semipresencial	40
Recife	Tecnologias Assistivas	Presencial	20
Vitória de Santo Antão	Ensino de Ciências e Matemática	Presencial	40
Vitória de Santo Antão	Ciências Humanas, Filosofia e Educação	Presencial	30
Vitória de Santo Antão	Tecnologias Sustentáveis nas Ciências Agrárias	Presencial	20

5. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE



5. Comunicação com a Sociedade

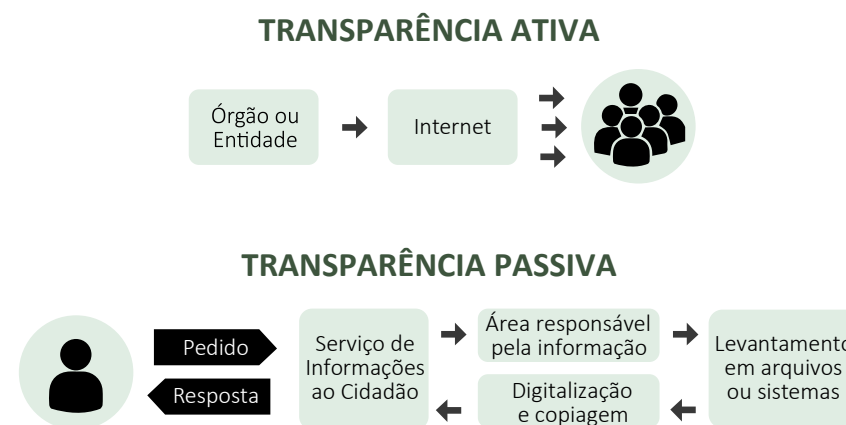
O relacionamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) com a sociedade se dá por meio de diferentes canais. No que se refere à comunicação social, o Instituto mantém contato com as comunidades externa e interna por meio do site institucional (www.ifpe.edu.br), o principal meio de comunicação, no qual são publicadas notícias de interesse público, editais de processos seletivos e concursos, informações sobre cursos e ações de ensino, pesquisa e extensão, além de informações gerais sobre a instituição, como seus setores, formas de acesso e contatos. A fim de tornar públicos todos os eventos pertinentes às atividades finalísticas da instituição, como também as de apoio, uma das estruturas administrativas do IFPE é o Departamento de Comunicação (DCOM), responsável pelo gerenciamento e execução da maior parte dos processos comunicacionais do Instituto, como por exemplo o estabelecimento de diálogo com a imprensa regional e nacional, tanto pelo atendimento diário a repórteres e editores que buscam esse setor quanto pela oferta de matérias a serem levadas a conhecimento público, por meio do envio semanal de releases, de coletivas de imprensa, entre outras ações.

Também integram a estrutura do IFPE a Ouvidoria Geral e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cujo principal canal de relacionamento com a sociedade é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à informação (Plataforma Fala.Br), na qual são registradas as manifestações advindas da sociedade direcionadas a todos os órgãos e entidades da administração pública federal. Essas instâncias servem como canal para que o cidadão participe como colaborador no desenvolvimento da gestão das políticas públicas.

Tendo em vista a complexidade das estruturas político-sociais do país, o controle sob a gestão pública não deve se restringir apenas ao controle institucional, feito pelas instâncias institucionais oficiais. É fundamental, para toda coletividade, que ocorra a participação dos cidadãos e da sociedade civil organizada no controle dos gastos públicos e na efetividade das políticas públicas, monitorando, permanentemente, as ações e o uso adequado dos

recursos públicos, o que se denomina controle social. O controle social é a única instância de controle que não possui limite de atuação, podendo atuar sobre todas as esferas de poder, inclusive sobre as próprias instâncias internas de controle institucional. Tal mecanismo é direito essencial dos cidadãos. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que tem a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, ressalta a necessidade de uma postura proativa por parte da administração pública, a qual deve divulgar informações de interesse público independentemente da ocorrência de solicitações, além de constituir-se como um símbolo de ruptura com a cultura do sigilo. A LAI promove o acesso à informação, seja por requisição (transparência passiva), seja por divulgação (transparência ativa), conforme compara a Figura 26:

Figura 26 — Acesso à informação por meio de Transparência Ativa e Transparência Passiva



Fonte: site da Ouvidoria-Geral da União.

No que diz respeito às ouvidorias públicas, em 2017 foi aprovado o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017), fruto do processo de democratização do Estado brasileiro, que materializa no texto constitucional a participação social como um dos elementos-chave para a garantia de direitos humanos e para a gestão das políticas públicas. Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19, explicita que “todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião

e de expressão” e de “receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Além disso, encontra-se no artigo 21 do mesmo documento que “todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”, sendo “a vontade do povo a base da autoridade do governo”.

A Constituição Federal de 1988 prevê o direito ao acesso à informação como essencial para que a participação social possa ser realizada. Isso porque a confiança da sociedade nas decisões dos agentes públicos é decorrente da transparência que é dada aos processos que levaram à tomada de decisão. Sendo assim, a sociedade não somente passa a ter confiança, como também participa de modo direto dos processos de gestão da coisa pública, despertando, assim, um sentimento de pertencimento. Entretanto, destaca-se que a transparência não se resume à publicidade das informações, pois, para que a transparência seja efetiva, é necessário que a informação seja compreensível e apresente formato que possibilite o seu manuseio.

Nesse sentido, a ouvidoria se insere no âmbito educacional como mais um instrumento de participação social, fortalecendo a gestão democrática, diante da complexidade das relações existentes nas instituições educacionais públicas. Foram os instrumentos de avaliação institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que trouxeram a obrigatoriedade da implantação da ouvidoria nas IES, sendo a ouvidoria entendida como referência na avaliação da qualidade das IES. Desse modo, as ouvidorias auxiliam na implementação de uma nova forma de relacionamento entre o público interno e externo com a instituição, cooperando para uma gestão participativa e pautada no diálogo. Considerando que o ambiente acadêmico é plural e que suas atividades e serviços englobam também a comunidade externa, a ouvidoria constitui-se numa instância estratégica para auxiliar a gestão, ao aproximar discentes, servidores e sociedade, indicando o que precisa ser feito e apoiando as melhorias já implementadas.

5.1 Diretrizes de Comunicação do IFPE

Em 2019, através da Resolução nº 24 de 11 de abril de 2019, do Conselho Superior, foi estabelecida a Política de Comunicação do IFPE, fruto de um

processo de construção colaborativa envolvendo profissionais da área lotados nos campi e na Reitoria. Em observância à legislação existente e atenta às necessidades específicas da instituição, a equipe de comunicação desenvolveu um documento capaz de estabelecer diretrizes para orientar e normatizar o relacionamento do Instituto com seus diversos públicos estratégicos nos processos de comunicação.

O IFPE assumiu, através de tal documento, o compromisso de guiar suas ações de comunicação prezando pela transparência no trato das questões públicas e da oferta de informações; pela promoção do acesso a essas informações, buscando garantir que todos os segmentos sejam atendidos, de acordo com suas especificidades; e pela interação simétrica e equilibrada com todos os seus públicos, por meio da criação e do fortalecimento de fluxos multilaterais de comunicação que estimulem a participação, a compreensão e a cooperação entre todos os atores.

A gestão da comunicação no IFPE é de responsabilidade do Departamento de Comunicação (DCOM) da Reitoria, que deve realizar o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução das tarefas relativas à área e atuar junto aos campi, de forma articulada, quando identificada a necessidade. Em âmbito local, as assessorias de comunicação dos campi se responsabilizam pela execução das atividades a partir das diretrizes sistêmicas. Todo processo deverá ser orientado, necessariamente, pelo disposto na Política de Comunicação e pelos objetivos estratégicos constantes no PDI e nos planos de comunicação a serem formulados.

A atuação dos profissionais de comunicação deve ser dedicada ao relacionamento com a imprensa, à gestão dos canais de comunicação oficiais da instituição, à interação com os públicos estratégicos, à concepção de campanhas e ações de comunicação e ao planejamento referente à área. Suas atribuições devem obedecer às especificações do Código Brasileiro de Ocupação de cada profissão, com base nas determinações do edital do concurso prestado pelo servidor.

Nos campi, os profissionais de comunicação devem ser o canal prioritário de diálogo com o setor de comunicação sistêmica, de modo que as necessidades emanadas localmente sejam tratadas e intermediadas, na medida do possível,

visando à otimização dos fluxos de trabalho. As competências do DCOM — setor ligado diretamente ao Gabinete da Reitoria e até maio de 2021 denominado Assessoria de Comunicação (Ascom) —, dispostas no art. 67 do Regimento Geral do IFPE, são as seguintes:

- a) assessorar a Reitoria e os campi do IFPE nos assuntos relativos às políticas de comunicação social do IFPE;
- b) desenvolver políticas de comunicação que visem ao pleno desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- c) desenvolver uma política editorial do IFPE que estabeleça a padronização visual e linguística das peças de comunicação;
- d) gerenciar a imagem institucional na grande imprensa e entre os setores que se relacionam com a instituição;
- e) coordenar as ações de comunicação nos campi do IFPE;
- f) desenvolver uma comunicação integrada e estratégica, que trabalhe para o pleno desenvolvimento da missão do IFPE;
- g) desenvolver trabalhos jornalísticos nas áreas de assessoria de imprensa, sendo eles: redação e distribuição de releases, acompanhamento de matérias, montagem e atualização de mailing e montagem e avaliação de clipagem;
- h) desenvolver trabalhos jornalísticos nas áreas de redação para meios de internet, sendo eles atualização do conteúdo informativo do site, qualificação de dados sobre acesso às informações do site, avaliação sobre acessibilidade e qualidade de informação do site, redação, envio e avaliação de feedback de newsletters e monitoramento de mídias sociais;
- i) desenvolver trabalhos jornalísticos nas áreas de redação para comunicação interna, sendo eles desenvolvimento de uma linha editorial para os veículos de comunicação interna e planejamento, redação e avaliação do jornal institucional entre seus diversos públicos;
- j) consolidar, através de peças de comunicação visual, as ações, os projetos e os eventos do IFPE;

- k) desenvolver trabalhos em mídia eletrônica e registro de audiovisual; e
- l) executar outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

Os processos comunicacionais do IFPE, bem como a formulação do documento que os norteia, pressupõem a observação tanto dos preceitos constitucionais que regem o direito à comunicação no Brasil quanto do conceito de comunicação pública. Sem que a noção sobre esses dois pontos seja observada e aplicada, a efetividade do trabalho tende a ser comprometida.

Nesse sentido, os incisos IV, V, IX, X, XIV, XXXIII e XXXIV do art. 5º da Constituição Federal garantem, por exemplo, desde a livre manifestação do pensamento e direito de resposta até o acesso à informação, inclusive de órgãos públicos. Complementarmente, o § 1º do art. 37 orienta que “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

Pode-se observar, portanto, que, depois de longo tempo submetida a um regime autoritário, a comunicação é entendida na Constituição Federal de 1988 como um direito. A comunicação pública pressupõe assumir uma perspectiva cidadã, envolvendo temas de interesse público. Nesses preceitos têm sido pautadas as ações dos profissionais que compõem a equipe de comunicação do IFPE.

Nesse sentido, os públicos estratégicos dos processos comunicacionais têm fundamental importância para a construção de nossas ações. Podem ser considerados como tais todos os cidadãos que, direta ou indiretamente, têm interesses em relação ao IFPE e que, pelas suas ações e reações, impactam o Instituto ou são por ele afetados. Os públicos estratégicos devem ter relevância nas atividades de comunicação do Instituto, tendo em vista a importância deles para o desenvolvimento das atividades do IFPE.

Cada público deve ser atendido conforme suas necessidades e especificidades, utilizando-se os canais, formatos e linguagens considerados pertinentes. Eles agrupam-se em categorias específicas, em função do grau de

influência e essencialidade que mantêm com a instituição. Assim, definem-se como públicos estratégicos, segundo a Política de Comunicação:

a) públicos internos ou comunidade interna: aqueles que mantêm vínculo direto ou indireto com o IFPE e contribuem, em maior ou menor grau, para o cumprimento da missão, dos valores e dos objetivos institucionais:

— estudantes e entidades estudantis: estudantes regulares (o perfil desse público não é homogêneo, variando de acordo com idade, etnia, crenças, valores e modalidades e níveis de ensino); estudantes dos cursos de extensão e de Formação Inicial e Continuada (FIC), bolsistas/voluntários, intercambistas, grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretórios e outros;

— vínculo de trabalho ou funcional: servidores efetivos (docentes e técnico-administrativos), servidores temporários (professores substitutos, servidores em cooperação técnica e cargos comissionados), bolsistas (colaboradores da Educação a Distância ou vinculados a projetos governamentais), servidores aposentados, servidores anistiados, funcionários terceirizados, estagiários e profissionais intercambistas; e

— instâncias de gestão ou decisão: membros do Conselho Superior e outros conselhos, membros do Colégio de Dirigentes, Comissões Permanentes (Comissão Permanente de Pessoal Docente, Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, Comissão Própria de Avaliação, Comissão de Ética etc.); e

b) públicos externos ou comunidade externa: aqueles que se situam fora do Instituto, mas que mantêm relacionamentos estreitos com a instituição, atuando como instâncias de pressão, vigilância, de avaliação ou de relacionamento:

— potenciais estudantes, potenciais servidores e ex-estudantes: estudantes egressos, estudantes evadidos, potenciais estudantes e potenciais servidores;

— familiares: familiares de estudantes e familiares de servidores;

— formadores de opinião: jornalistas, colunistas e comunicadores, blogueiros, pessoas com influência nas redes sociais e lideranças comunitárias;

— poder público: órgãos e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas federal, estadual e municipal;

— sindicatos, entidades e conselhos de classe: sindicatos e associações que representam os servidores, sindicatos e associações que representam categorias profissionais das áreas de atuação e de formação profissional do Instituto, órgãos e representantes da comunidade acadêmico-científica, agências de fomento (CNPq, Finep, FACEPE etc.), órgãos e instâncias de avaliação educacional e científica (MEC, secretarias estadual e municipais de Educação, Capes etc.); e

— parceiros: representantes da comunidade (associações de bairro, movimentos sociais e coletivos, comunidades indígenas, quilombolas e rurais ou assentamentos), instituições de ensino (privadas ou públicas), empresas/ setor produtivo; organizações do terceiro setor (ONGs, fundações etc.), fornecedores, docentes, extensionistas, pesquisadores e profissionais de outras instituições.

A comunicação do IFPE buscará, sempre que possível, garantir um tratamento equânime a todos os públicos, mas reafirma seu compromisso prioritário junto ao público estudantil e o atendimento às suas necessidades, não só por sua prevalência numérica, mas por ser ele o foco principal da atividade finalística da instituição.

Convém ressaltar que as ações de comunicação no âmbito institucional ocorrem, conforme as suas competências, de forma sistêmica, na Reitoria, e de forma descentralizada, nas assessorias dos campi, subordinadas às respectivas direções-gerais. Essa estrutura, entretanto, ainda não está implantada em algumas unidades da instituição, de modo que nesses casos as ações de comunicação ocorrem sob a orientação do DCOM.

Convém destacar que o Regimento Geral do IFPE não estabelece as atribuições dos setores de comunicação dos campi, nem mesmo os prevê. Conforme o inciso XVI do art. 77 do referido documento, compete aos diretores-gerais “coordenar a política de comunicação social e informação do campus, em consonância com a política de comunicação social do Instituto”. Dessa forma, devido às especificidades dos campi que compõem o Instituto, não há padronização na estrutura organizacional referente à área de comunicação, mas alguns campi, em seus regimentos internos, estabelecem o setor de comunicação.

Em outros, as competências permanecem no âmbito do Gabinete das

direções-gerais ou são delegadas a setores diversos, estabelecidos para objetivos institucionais específicos. Destaque-se que as equipes de programação visual e audiovisual da Reitoria dão suporte a quase todos os campi da instituição, uma vez que o Campus Recife é a única unidade do IFPE que dispõe de profissionais com formação nessa área.

O relacionamento com os veículos de comunicação consiste em uma das formas de interação com os diversos públicos externos da instituição, possibilitando a divulgação de informações em larga escala e, ao mesmo tempo, contribuindo para a construção e consolidação da identidade institucional para além das fronteiras do Instituto. O IFPE, enquanto instituição de educação, ciência e tecnologia, compreende o caráter formativo dos espaços midiáticos e deve procurar meios de ocupá-los, levando ao conhecimento público informações disponibilizadas por atores institucionais e informações sobre projetos, ações etc. Como instituição pública, o IFPE atua na prestação de serviços à sociedade e deve considerar os veículos de comunicação como canais capazes de possibilitar e potencializar o desempenho dessa função.

O relacionamento com a mídia também deve ser pautado por uma dimensão pedagógica. A relação com os diversos veículos deve ser sempre pautada pela ética e pela transparência, mesmo em situações desfavoráveis. O IFPE deve prezar pela construção de uma relação de confiança e credibilidade com a imprensa, primando pelo repasse de informações de qualidade e respeitando os prazos e dinâmicas dos veículos de comunicação.

Considerando a pluralidade dos veículos de comunicação, em termos de estrutura, alcance, audiência e posicionamento, o IFPE se compromete a tratar todos com equidade, buscando, na medida do possível, facilitar o acesso dos profissionais de comunicação às informações institucionais e respeitar seus prazos e processos específicos.

Uma boa relação com a grande mídia, no entanto, não é suficiente para garantir a eficiência da comunicação externa com o grande público, dada a diversidade deste. Por ser uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi com grande capilaridade em Pernambuco, o IFPE tem a necessidade e o desafio permanentes de se comunicar com os públicos que residem longe das áreas urbanas, como, por

exemplo, moradores de comunidades rurais de diversos municípios, que estão entre os públicos estratégicos do Instituto.

Essas características do IFPE, em consonância com sua Missão e seus Valores, exigem de seus profissionais uma comunicação dialógica e horizontal que atente para as diferenças e peculiaridades das comunidades rurais. A comunicação rural é definida como o conjunto dos fluxos de informação, diálogo e influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores sociais afetados pelas dinâmicas rurais. O que se busca com essa perspectiva de comunicação é o diálogo participativo e problematizador entre todos os grupos, pessoas e instituições que compõem o setor rural.

Nesse sentido, as parcerias estabelecidas pela Coordenação de Extensão com os Povos do Campo da Proext são fundamentais para o sucesso dos processos comunicacionais direcionados a essas comunidades. Destaca-se também o protagonismo das assessorias de comunicação dos campi agrícolas, sempre imersas nessa realidade. O público rural inclui os povos tradicionais do campo, agricultores familiares, filhos de agricultores, pequenos e médios produtores, criadores, fabricantes de produtos agropecuários, empresários, distribuidores e comerciantes, ou seja, pessoas de diferentes faixas de idade e de renda, níveis de instrução e objetivos.

Compreender as particularidades desse público é primordial para se estabelecer o diálogo e a participação efetiva das pessoas e dos grupos das comunidades rurais nas decisões e atividades institucionais.

5.1.1 Direitos Humanos e Comunicação Acessível

Nos seus processos comunicacionais, o IFPE se compromete a garantir o tratamento adequado e promover os direitos humanos de todos os grupos, especialmente dos que compõem as minorias sociais (mulheres, população LGBT, pessoas com deficiência, a população negra, a população idosa, indígenas, trabalhadores do sexo, moradores de localidades em situação de vulnerabilidade social, obesos, indivíduos portadores de doenças crônicas e/ou degenerativas, moradores de rua e ex-presidiários). Fundados sobre

valores como respeito e dignidade, os direitos humanos são universais e avessos à discriminação, bem como inalienáveis, indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes.

Dessa maneira, para a comunicação do IFPE, os direitos humanos serão considerados em dois âmbitos: no campo produtivo, ou seja, na maneira como os processos e produtos comunicacionais são realizados, respeitando as necessidades detectadas para tornar a comunicação acessível aos públicos da instituição; e no campo discursivo, ou seja, na perspectiva adotada politicamente e demonstrada no discurso empregado, respeitando os direitos humanos propriamente ditos.

Entende-se que, para o exercício da comunicação comprometida com o respeito e a promoção dos direitos humanos, a comunicação deve, segundo a sua política:

- a) tratar adequadamente, em toda a sua produção jornalística, textual, visual e audiovisual, as chamadas minorias sociais e garantir a representatividade desses grupos nas peças e ações de comunicação;
- b) promover campanhas que fomentem o respeito às diferenças e à diversidade;
- c) buscar o correto uso de termos designativos ou técnicos, quando estes se fizerem necessários para melhor compreensão pelo público;
- d) não utilizar termos, ícones, expressões, imagens ou qualquer elemento que desvalorize, deprecie ou ridicularize qualquer grupo social;
- e) não empregar estratégias que façam apologia, promovam ou incitem a xenofobia, a pedofilia, a misoginia, o racismo ou qualquer tipo de preconceito, violência física ou simbólica;
- f) estabelecer, sistemicamente, um calendário de pautas jornalísticas e/ou promocionais a fim de contemplar temas que dialoguem, direta ou indiretamente, com os direitos humanos, considerando prioritariamente os grupos e circunstâncias já citados; e
- g) observar orientações constantes em documentos e/ou marcos legais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal, convenções e afins.

Para o aprofundamento das diretrizes de direitos humanos previstas na Política de Comunicação, ao fim de 2020 e início de 2021, uma formação realizada em parceria com a Coordenação de Políticas Inclusivas (Copi) da Proext possibilitou a capacitação de todos os profissionais de comunicação em temas relacionados ao combate ao racismo, machismo e homofobia nos processos comunicacionais, além do acesso da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades à informação.

A partir desse ciclo de palestras, estreitou-se ainda mais a parceria entre os setores, possibilitando a viabilização de uma formação em descrição de imagem para que os comunicadores possam ser capazes de elaborar legendas descritivas não apenas nos perfis institucionais nas mídias sociais, mas também no próprio site. A tradução em Libras e as legendas nos vídeos produzidos pelo IFPE já se tornaram uma prática recorrente, possível apenas graças às colaborações dos tradutores e intérpretes de Libras do Instituto. Nesse sentido, destaca-se o trabalho consistente de acessibilidade nas campanhas de comunicação dos processos de ingresso, com divulgação de peças específicas para a comunidade não ouvinte que se comunica em Libras.

Por comunicação acessível entende-se a comunicação baseada na produção de material para o adequado acesso de toda e qualquer pessoa às informações transmitidas. Para isso, devem ser realizadas adaptações tanto na forma quanto no conteúdo das mensagens, de modo que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tenham a possibilidade de pleno acesso e compreensão de todo o conteúdo da mensagem.

A prática da comunicação acessível pelo IFPE considera a inclusão dos públicos com os quais a instituição dialoga. A fim de melhor atendê-los, os setores de Comunicação (seja da Reitoria, seja dos campi) atuam em constante diálogo com os setores voltados à promoção de políticas inclusivas, buscando detectar quais são as ações necessárias para efetivação da acessibilidade em seus produtos comunicacionais.

A Política de Comunicação prevê como responsabilidades do setor:

- a) produzir materiais de comunicação tão acessíveis quanto possível, conforme as particularidades da mídia (uso de linguagem clara, frases curtas, legendas, audiodescrição etc.);

b) estabelecer padrões normativos de produção de material comunicacional acessível, conforme as particularidades da mídia;

c) estabelecer parceria com setor ou profissional que domine as técnicas necessárias para tornar a produção o mais acessível possível; e

d) buscar conhecimentos que permitam aprimorar a implementação da acessibilidade na comunicação.

5.2 Canais Institucionais de Relacionamento

A gestão dos canais de comunicação do IFPE é de responsabilidade do setor de comunicação da Reitoria, quando sua abrangência for sistêmica, e dos setores de comunicação dos campi, quando sua abrangência for local. Em ambos os casos, os canais estão sujeitos ao disposto na Política e nos manuais dela oriundos. A orientação técnica cabe ao setor de comunicação sistêmica, devendo os correspondentes locais se respaldar nela.

O setor de comunicação deve atuar de forma integrada às áreas de tecnologia da informação como forma de garantir que os processos comunicacionais do IFPE, em todas as suas dimensões, acompanhem o ritmo das evoluções tecnológicas, em suas múltiplas plataformas. Os setores devem se articular de forma conjunta para o desenvolvimento contínuo de soluções técnicas e operacionais que possam otimizar e aperfeiçoar a comunicação do IFPE com seus públicos, sempre com base na Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSic).

Entende-se por canal de relacionamento toda plataforma de comunicação criada pelo IFPE para dialogar com os públicos estratégicos da instituição. Cada canal possui sua função editorial definida, e todos devem seguir as orientações estabelecidas pelos manuais específicos, ainda em criação pelos profissionais de comunicação do Instituto. Esses ambientes são gerenciados pela equipe de comunicação, e neles são veiculadas informações que envolvem o IFPE direcionadas para um público específico.

Os canais devem observar, ainda: o Decreto-Lei 5.296, de 2 de dezembro

de 2004, que aborda regras de acessibilidade também para a comunicação; o Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais, da Secretaria de Comunicação Social do Poder Executivo Federal; e, por fim, a Lei nº 12.527, de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso à informação pública.

Os canais de relacionamento são classificados de acordo com sua forma de veiculação e público-alvo. Quanto à veiculação, existem as categorias impressa e eletrônica. Em relação à audiência, os canais podem ser divididos em internos e externos. A periodicidade desses canais pode variar de acordo com a demanda dos públicos ou a necessidade da instituição. Dessa forma, podem ser classificados como:

a) impressos: revistas institucionais, materiais de campanha institucional, livros, publicações científicas, entre outros;

b) eletrônicos: portal institucional, boletins informativos (internos e externos), e-mail marketing, clipping eletrônico, hotspots, mídias sociais digitais, entre outros;

c) internos: canais direcionados à comunidade interna; e

d) externos: conteúdo produzido para instituições/organizações, potenciais estudantes, comunidade interessada em determinada ação.

Para que um canal de relacionamento cumpra sua função e atinja os resultados desejados, sua criação deve ser precedida de um plano de comunicação, previsto e definido pela Política de Comunicação do IFPE. Os canais podem ter um perfil sistêmico, abrangendo todo o Instituto e seus respectivos públicos, ou local, envolvendo um dos campi ou um dos polos da EaD.

A criação de canais institucionais (revistas, informativos, páginas em mídias sociais ou sites etc.) é de competência exclusiva do setor de comunicação. Propostas podem ser submetidas à avaliação do setor, considerando os tópicos expostos e os documentos indicados. Após análise, o chefe do setor pode aprovar, indeferir ou indicar alterações na proposta. A depender da plataforma, a criação de canais também deve ser avaliada conjuntamente com o setor de tecnologia da informação para análise das questões técnicas e

operacionais, como forma de se examinar a viabilidade e assegurar o melhor aproveitamento do canal.

Todos os canais de relacionamento do IFPE devem seguir a identidade visual estabelecida no Manual de Aplicação da Marca IF, aprovado pela Portaria nº 31, de 15 de setembro de 2015, da Setec/MEC, possibilitando, dessa forma, que o público assimile facilmente determinado canal como sendo oficial da instituição. É recomendável que todos os canais tenham links diretos para o portal institucional. O uso da marca, para fins de divulgação, deve ser submetido a uma consulta prévia da equipe de comunicação da Reitoria ou do campus em questão, seja para aprovação do uso, seja para solicitação da marca nas dimensões corretas.

Para reforçar a natureza sistêmica da comunicação do IFPE, os canais devem trabalhar de forma articulada. O mesmo discurso e o mesmo posicionamento sobre questões predeterminadas ou eventuais situações de crise devem ser adotados por todos os canais de relacionamento.

Em situações de crise, a instituição deve buscar adotar os procedimentos previstos na Política de Comunicação. Alguns deles foram essenciais para a condução do IFPE durante a pandemia do coronavírus, por exemplo. Destaca-se, nesse sentido, a participação permanente do setor de comunicação nos comitês de crise e nas estruturas organizacionais de emergência que vierem a ser implantadas. Outra ação importante é a indicação de fontes oficiais, por parte do comitê de crise, evitando que pessoas não autorizadas se pronunciem em nome da instituição e dirimindo a circulação de versões não oficiais.

As fontes devem estar preparadas para se posicionar sobre o fato perante a mídia e os canais de relacionamento. Eventuais entrevistas devem ser sempre acompanhadas pelo setor de comunicação, não sendo autorizados pronunciamentos sem o prévio conhecimento e anuência do setor e do comitê de crise. É fundamental a adoção de postura que privilegie o diálogo e a transparência, em detrimento do embate, com públicos estratégicos e a imprensa, bem como o uso articulado e estratégico dos canais de relacionamento institucionais, sob a coordenação do setor de comunicação, com atenção especial às mídias sociais. Em paralelo a tudo isso, deve ser construída uma estratégia voltada a municiar os públicos internos com

informações consistentes, para que possam atuar na propagação da versão institucional sobre o caso e desmentir eventuais notícias falsas.

Atualmente, os principais canais de relacionamento utilizados pelo IFPE para a comunicação social são principalmente os eletrônicos, destacando-se o portal (portal.ifpe.edu.br), os e-mails, a newsletter eletrônica semanal E-Acontece (retomada em 2020) e os perfis oficiais nas mídias sociais, especificamente Instagram e Facebook, além da plataforma de vídeos YouTube. Desde o isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, o WhatsApp tem se firmado também como um importante veículo de difusão de informações institucionais, ainda que não seja oficializado como tal, muitas vezes propagando as publicações realizadas em outras mídias.

Em fase de elaboração, o Manual de Mídias Sociais do IFPE exercerá papel tático e estratégico na aplicação das diretrizes da Política de Comunicação em seu meio de maior reverberação. Grande parte da comunicação com os públicos estratégicos se dá através desses canais de relacionamento, tanto pelas publicações quanto pelos serviços de mensagens diretas, em que os interessados podem informar-se de maneira particular e personalizada diretamente com algum profissional de comunicação. Esse tipo de interação reforça ainda mais a necessidade de o Instituto profissionais especializados gerenciando tais canais para que a imagem institucional seja construída a partir dos princípios estabelecidos.

As mídias sociais digitais são consideradas espaços de interação entre os usuários dentro da internet. Esses canais são vias de formação para redes sociais nas quais o IFPE também está inserido. As mídias são caracterizadas pelo compartilhamento de informações e pela possibilidade de diálogo entre esses usuários, sendo, portanto, ambientes comunicacionais que exigem a atenção permanente dos setores de comunicação.

Por se constituírem em plataformas oficiais de comunicação institucional, as mídias sociais requerem gerenciamento profissional especializado para alcançar e manter o desempenho esperado. Antes de a instituição ingressar em determinada mídia social, a equipe ou o profissional responsável precisa avaliar a necessidade da presença institucional nesse espaço. É necessário estudar a finalidade da plataforma pretendida, se o público a utiliza e com

que frequência, além de traçar uma estratégia para conectar instituição e público nesse espaço. Também é fundamental avaliar se outro canal já usado pela instituição pode suprir essa demanda e se existe estrutura (de pessoal) suficiente para gerar conteúdo direcionado a essa nova mídia.

Para fortalecer a comunicação sistêmica, cabe aos profissionais de comunicação a função de gerenciar as mídias sociais, tanto na Reitoria quanto no âmbito dos campi. O setor de comunicação sistêmica deve ter acesso a todos os perfis, de modo a assegurar a preservação da identidade institucional. Tal postura é adotada para preservar a identidade institucional, garantir a exposição correta da marca, fortalecer os espaços de diálogo com públicos estratégicos e evitar possíveis situações de crise e leituras equivocadas do conteúdo exposto.

O IFPE não aprova a criação de contas institucionais nas mídias sociais sem consulta prévia ao setor de comunicação, podendo solicitar a qualquer tempo a exclusão de páginas ou perfis irregulares. As mídias sociais refletem um espaço de oportunidades de criação e/ou fortalecimento de relacionamento entre a instituição e seus públicos (interno e externo). Desse modo, devem ser objeto de planejamento, reflexão e elaboração de estratégias por parte dos setores de comunicação do IFPE, que deverão considerar o propósito pretendido e o resultado esperado conforme a plataforma. Dessa maneira, o formato, a linguagem e a periodicidade de atualização e produção de conteúdo para mídias sociais deverão ser atribuição exclusiva dos setores de comunicação.

5.3 Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão

A Ouvidoria Geral do IFPE, instância vinculada ao Gabinete da Reitoria, atua em conformidade com as atribuições definidas em seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 33/2015, do Conselho Superior, no qual consta que a Ouvidoria Geral do IFPE é um canal de interlocução com as comunidades interna e externa e que esse diálogo acontece por meio de pedidos de informação ou providências, reclamações, sugestões, denúncias, críticas ou elogios acerca das atividades desenvolvidas pelos profissionais da

educação e os serviços prestados pela instituição. O atendimento é realizado tanto pela Ouvidoria Geral (Reitoria), que, entre outras coisas, trata das demandas relativas a questões sistêmicas, quanto pelas ouvidorias dos campi, que tratam das questões internas do campus.

Cabe ressaltar que, com a promulgação do Decreto nº 9.492, de 5 de setembro 2018, a Ouvidoria Geral do IFPE passou a compor o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (SisOuv) e utilizar a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da administração pública federal, como principal canal para o recebimento das manifestações dos cidadãos, entretanto a adesão à Plataforma Fala.Br se deu apenas pela Ouvidoria Geral (Reitoria), uma vez que a referida plataforma permite o cadastro de apenas uma unidade de ouvidoria por instituição. Por esse motivo, as Ouvidorias dos 16 campi do IFPE continuaram utilizando canais próprios para o recebimento das manifestações, sendo o principal deles o e-mail institucional.

Nesse mesmo ano, a Ouvidoria Geral (Reitoria) passou a integrar o Comitê de Integridade do IFPE, cuja primeira incumbência foi elaborar o Plano de Integridade da instituição. No âmbito do comitê, o documento elaborado relativo à Ouvidoria foi o Fluxo Interno para o Tratamento de Denúncias, instituído pela Portaria IFPE/GR nº 1258 de 30 de agosto de 2018, que definiu a Ouvidoria Geral (Reitoria) como canal único para o recebimento de manifestações do tipo “Denúncias”.

É importante destacar que a Lei nº 13.460, de 2017, representou um importante reforço no trabalho da Ouvidoria, pois estabeleceu regras e procedimentos exigíveis a toda a administração pública. Diante desses novos desafios, será necessário adotar medidas institucionais para atualizar os objetivos da Ouvidoria e atender a essas novas exigências legais. Em conformidade com o que define a Ouvidoria-Geral da União, órgão central de supervisão técnica, a missão da Ouvidoria é promover a realização da democracia e a efetividade dos direitos humanos, por meio da mediação de conflitos e do reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Na prática, para realizar sua missão, a Ouvidoria deve desempenhar algumas funções, conforme mostram as Figuras 27 a 30.

Figura 27 — A função “ouvir” da Ouvidoria



OUVIR E COMPREENDER AS DIFERENTES FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DOS CIDADÃOS.

Figura 28 — A função “reconhecer” da Ouvidoria



RECONHECER OS CIDADÃOS, SEM QUALQUER DISTINÇÃO, COMO SUJEITOS DE DIREITOS.

Figura 29 — A função “qualificar” da Ouvidoria



QUALIFICAR AS EXPECTATIVAS DE FORMA ADEQUADA, CARACTERIZANDO SITUAÇÕES E IDENTIFICANDO OS SEUS CONTEXTOS, PARA QUE O ESTADO POSSA DECODIFICÁ-LAS COMO OPORTUNIDADES DE MELHORIA.

Figura 30 — A função “demonstrar” da Ouvidoria



DEMONSTRAR OS RESULTADOS PRODUZIDOS, AVALIANDO A EFETIVIDADE DAS RESPOSTAS OFERECIDAS, GERANDO DADOS E ELABORANDO INFORMAÇÕES CAPAZES DE SUBSIDIAR A GESTÃO PÚBLICA.

Fonte: Material didático do Programa de Formação Continuada em Ouvidoria (Enap/CGU, 2020)

Nesse contexto de transparência e participação social, o Serviço de Informação (SIC) do IFPE atua conjuntamente com a Ouvidoria Geral e está vinculado administrativamente à Diretoria de Controladoria do IFPE. O SIC é responsável por orientar, receber e dar tratamento aos pedidos de acesso à informação destinados ao IFPE, em conformidade com a legislação vigente, como a Lei nº 13.460, de 2017, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. O SIC no IFPE recebe e registra os pedidos de acesso à informação, prioritariamente, através do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) que agora integra a Plataforma Fala.BR, do governo federal. Nos casos em que o cidadão não possua acesso à internet, o setor disponibiliza formulários físicos e orientação através de atendimento presencial.

O SIC do IFPE, ao contrário da Ouvidoria Geral, que trabalha com seis tipologias diferentes, atende somente aos pedidos de acesso à informação, e a intenção é de que as informações mais demandadas em transparência passiva sejam divulgadas em transparência ativa na página institucional do IFPE, em conformidade com o Guia de Transparência Ativa (CGU). Além disso, em atenção ao que estabelece o Decreto nº 8.777, de 2016, que institui a Política de Dados Abertos, o IFPE já designou comissão específica para elaboração do seu Plano de Dados Abertos, que tem como objetivo central promover a abertura dos dados em formato acessível à sociedade. A priorização dos bancos de dados a serem abertos se dará por meio de consulta pública.

5.4 Carta de Serviço ao Cidadão e Aferição da Satisfação dos Usuários

A Carta de Serviços ao Cidadão, estabelecida pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 (revogado), foi substituída pela Carta de Serviços ao Usuário, Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos e institui a Carta de Serviços. O objetivo é que todos os serviços prestados pela instituição sejam publicados no Portal de Serviços do Governo Federal, a fim de que qualquer cidadão possa ter acesso a eles por meio virtual.

Diante disso, o IFPE pretende publicar sua Carta de Serviços ao Usuário, atualizada, atendendo aos requisitos estabelecidos em lei. Para tanto, será necessário o envolvimento das áreas sistêmicas e o compromisso da alta administração do IFPE. Somente após essa etapa será possível realizar a avaliação da satisfação dos usuários em relação à qualidade dos serviços públicos prestados, por meio do Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, instituído pela Lei nº 13.460, de 2017.

6. POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS



6. Políticas de Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas, como área estratégica de qualquer organização, vive atualmente mais um processo evolutivo: a transformação digital. E as pessoas estão sendo conduzidas a assumir o protagonismo desse processo.

A transformação digital na atuação estatal visa oferecer um serviço público de qualidade, com menos gasto de tempo e dinheiro por parte do usuário, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Tal realidade impõe ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) a necessidade de conduzir sua gestão de pessoas ao encontro de boas práticas acadêmicas e administrativas que fortaleçam o pleno exercício da sua Missão institucional em um mundo cada vez mais digital.

Esse desafio não deve ser desassociado da humanização dos processos de trabalho, pois as pessoas são e continuam sendo as responsáveis por construir uma educação pública, gratuita e de qualidade. Isso emerge da necessidade de construir experiências laborais mais humanas, motivadoras e engajadoras.

Diante do exposto, é imperativo o IFPE construir a sua Política Institucional de Pessoas (PIP) como documento orientador da discricionariedade administrativa e fomentador de experiências humanas, motivadoras e engajadoras, na perspectiva de nortear a Gestão de Pessoas do IFPE ao cumprimento de suas finalidades institucionais sob as mudanças impostas pela transformação digital.

6.1 Princípios e Diretrizes Norteadores da Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas atua no desenvolvimento institucional do IFPE sob os seguintes princípios:

- a) apreço à tolerância, à urbanidade, à diversidade e à inclusão social e escolar;
- b) clima organizacional como indicador motivacional e de engajamento;
- c) compromisso ético;
- d) comunicação interna objetiva, transparente e contínua;
- e) fomento a práticas ambientalmente mais limpas com foco no desenvolvimento sustentável;
- f) gestão do conhecimento como prática organizacional;
- g) gestão por competências;
- h) humanização no ambiente, nos processos e nas relações de trabalho;
- i) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de forma equivalente;
- j) integração de todos os setores e estímulo à cooperação;
- k) democracia do ensino público;
- l) observância ao Projeto Político-Pedagógico Institucional;
- m) prioridade no diálogo e mediação na resolução de conflitos;
- n) promoção da saúde e segurança do trabalho e de condições adequadas de trabalho;
- o) respeito aos princípios constitucionais da Administração Pública, à legislação de pessoal e ao entendimento do SIPEC;
- p) transparência e gestão democrática; e
- q) valorização do profissional da educação.

6.2 Organização da Gestão de Pessoas

Conduzir a Gestão de Pessoas a um patamar de atuação estratégica exige repensar o atual modelo organizacional adotado pelo IFPE. A força de trabalho da Gestão de Pessoas, atualmente, encontra-se esgotada de tanta operação manual, o que compromete a formulação, o acompanhamento e a execução de ações estratégicas.

A reforma do modelo deve necessariamente conduzir à transformação digital e perpassa pela implementação de um sistema estruturante e integrado que esteja vinculado a duas bases de dados fundamentais — profissionais da educação e estudantes — e oferte módulos de gerenciamento à gestão, ao próprio servidor e ao estudante.

Além do desenvolvimento do sistema integrado estruturante, é necessário revisar o modelo organizacional sob as seguintes bases:

- otimizar e centralizar os processos relativos às obrigações trabalhistas e descentralizar e instrumentalizar a gestão de experiências;
- segmentar a comunicação institucional, de forma a criar instrumentos de comunicação interna voltados exclusivamente aos profissionais da educação;
- posicionar a Gestão de Pessoas como macroprocesso gerencial estratégico para o IFPE, e não como apoio.

6.3 Dimensionamento e Movimentação

A consolidação de todos os campi e da Reitoria do IFPE perpassa pelo necessário dimensionamento do quadro de pessoal, haja vista as políticas governamentais de extinção de cargos, o desafiante cenário fiscal do país no pós-pandemia e a transformação digital em andamento.

O modelo de dimensionamento adotado pela Rede Federal é o estabelecido pela Portaria nº 713, de 8 setembro de 2021, do MEC, que limita o IFPE a atingir um quadro total de 1.510 docentes e 1.165 servidores técnico-administrativos de nível C, D e E. Entretanto, os instrumentos autorizativos vigentes de provimento, quais sejam, o Banco de Professor Equivalente (BPEq) e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (QRS-TAE), estabelecem o limite de 1.309 docentes e 1.100 técnico-administrativos. O IFPE almeja alcançar 100% do quadro dimensionado nos próximos quatro anos, desde que mantida a política de consolidação da Rede Federal. A tabela abaixo apresenta o panorama de alcance desse dimensionamento:

Quadro 28 — Panorama do dimensionamento de pessoal no IFPE

SEDE DE LOTAÇÃO	QUADRO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (QRS-TAE)****												QUADRO DE DOCENTES					QUADRO TOTAL			
	C			D			E			TOTAL TAEs			Dim*	Ocup**		Perc.***	Dim•	Ocup*			
	Dim•	Ocup**	Perc.***	Dim•	Ocup**	Perc.***	Dim•	Ocup**	Perc.***	Dim•	Ocup**	Perc.***		20 h	40 h				O.E.	Total	
CAMPUS ABREU E LIMA	8	5	62,50%	22	14	63,64%	15	11	73,33%	45	30	66,67%	70	1	o	31	32	45,71%	115	62	53,91%
CAMPUS AFOGAOOS DA INGAZEIRA	8	6	75,00%	22	20	90,91%	15	10	66,67%	45	36	80,00%	70	o	1	52	53	75,71%	115	89	77,39%
CAMPUS BARREIROS	14	9	64,29%	46	39	84,78%	30	15	50,00%	90	63	70,00%	120	2	1	84	87	72,50%	210	150	71,43%
CAMPUS BELO JARDIM	12	4	33,33%	30	31	103,33%	28	14	50,00%	70	49	70,00%	90	1	6	85	92	102,22%	160	141	88,13%
CAMPUS CABO OE SANTO AGOSTINHO	8	5	62,50%	22	21	95,45%	15	13	86,67%	45	39	86,67%	70	5	1	36	42	60,00%	115	81	70,43%
CAMPUS CARUARU	8	11	137,50%	22	28	127,27%	15	17	113,33%	45	56	124,44%	70	2	2	69	73	104,29%	115	129	112,17%
CAMPUS GARANHUNS	8	7	87,50%	22	19	86,36%	15	14	93,33%	45	40	88,89%	70	o	o	65	65	92,86%	115	105	91,30%
CAMPUS IGARASSU	8	5	62,50%	22	16	72,73%	15	10	66,67%	45	31	68,89%	70	2	o	26	28	40,00%	115	59	51,30%
CAMPUS IPOJUCA	8	6	75,00%	22	25	113,64%	15	16	106,67%	45	47	104,44%	70	4	1	61	66	94,29%	115	113	98,26%
CAMPUS JABOATÃO DOS GUARARAPES	8	4	50,00%	22	12	54,55%	15	11	73,33%	45	27	60,00%	70	1	o	28	29	41,43%	115	56	48,70%
CAMPUS OLINDA	8	4	50,00%	22	16	72,73%	15	9	60,00%	45	29	64,44%	70	2	o	23	25	35,71%	115	54	46,96%
CAMPUS PALMARES	8	3	37,50%	22	13	59,09%	15	8	53,33%	45	24	53,33%	70	1	o	21	22	31,43%	115	46	40,00%
CAMPUS PAULISTA	8	5	62,50%	22	14	63,64%	15	10	66,67%	45	29	64,44%	70	3	1	30	34	48,57%	115	63	54,78%
CAMPUS PESQUEIRA	10	9	90,00%	29	23	79,31%	21	20	95,24%	60	52	86,67%	90	1	11	89	101	112,22%	150	153	102,00%

CAMPUS RECIFE	35	18	51,43%	95	85	89,47%	70	45	64,29%	200	148	74,00%	350	28	25	340	393	112,29%	550	541	98,36%
CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTAO	12	11	91,67%	30	35	116,67%	28	16	57,14%	70	62	88,57%	90	0	5	84	89	98,89%	160	151	94,38%
REITORIA	0	8	#DIV/0!	90	73	81,11%	90	116	128,89%	180	197	109,44%	0	0	0	0	#DIV/0!	180	197	109,44%	
TOTAL GERAL	171	120	70,18%	562	484	86,12%	432	355	82,18%	1165	959	82,32%	1510	53	54	1124	1231	81,52%	2675	2190	81,87%

* Quantitativo dimensionado pela Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021, do MEC.

** Quantitativo de vagas ocupadas por sede de lotação, obtido através do Extrator de Dados/Siapere referente à folha de abril/2021.

*** Percentual de atingimento do quantitativo dimensionado pela Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021, do MEC.

**** Quadro de servidores pertencentes às classes C, D e E e que compõem o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (QRS-TAE) de que trata o Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Não contabiliza os cargos extintos.

Um dos grandes desafios postos neste PDI é a consolidação dos campi da 3ª fase do Plano de Expansão. Tal realização exigirá, enquanto não for autorizada a ampliação dos bancos autorizativos, um redimensionamento conjunto de todo o IFPE de forma a garantir um quadro mínimo para esses campi.

Esse redimensionamento deve perpassar pela distribuição dos cargos técnico-administrativos disponíveis para garantir profissionais especializados e de apoio administrativo a todos os campi e à Reitoria, observada a proporcionalidade.

Não obstante, o redimensionamento deve observar os parâmetros mínimos exigidos pela legislação vigente para determinar a alocação e movimentação de docentes, sendo utilizado como indicador precípuo a carga horária semanal de aulas.

Um fator que deve ser observado é a expectativa de aposentadorias, pois auxiliará nas ações de redimensionamento. A tabela abaixo apresenta a expectativa de aposentadoria para os próximos cinco anos.

Quadro 29 — Quadro demonstrativo de previsão de aposentadorias

Ano	Quantitativo de aposentadorias previstas	Percentual do quadro ativo
2021	305	13,97 %
2022	22	1,00 %
2023	17	0,77 %
2024	19	0,87 %
2025	35	1,60 %
Total	398	18,23 %

Fonte: DW-Siapere, folha de pagamento de abril/2021

A movimentação de pessoas é um tema sempre sensível no IFPE, haja vista a capilaridade dos seus campi no território pernambucano, e encontra-se atrelado a temas como engajamento, satisfação no trabalho e qualidade de vida. A tabela abaixo apresenta os profissionais da educação movimentados nos últimos cinco anos.

Quadro 30 — Quadro demonstrativo de profissionais da educação movimentados

Ano	Quantitativo de movimentações*	Percentual do quadro ativo
2016	109	4,99 %
2017	168	7,69 %
2018	189	8,65 %
2019	141	6,45 %
2020	143	6,55 %

Fonte: DW-Siapere

* O levantamento baseou-se nos servidores que mudaram sua sede de exercício e levou em consideração todas as possibilidades de movimentação.

Desenvolver ações de movimentação, com critérios para mitigar os impactos no desenvolvimento dos trabalhos, proporciona aos impactados melhor qualidade de vida e tende a melhorar a produtividade, pois tal medida permite ao servidor trabalhar em local mais próximo dos seus vínculos familiares e/ou afetivos. O IFPE não dispõe de instrumentos para medir objetivamente os impactos positivos da movimentação, mas é notório como o servidor que trabalha em local mais próximo da sua residência, principalmente quando é contemplado

com uma ação de movimentação, é mais engajado e produtivo, o que qualifica a força de trabalho da instituição.

6.4 Seleção de Pessoas

No que tange à seleção de pessoas, o IFPE deve pautar seus certames pelas seguintes diretrizes:

- consolidação das reservas de vaga para negros e pessoas com deficiência;
- seleção de docentes por área do conhecimento, formação e disciplinas principais, de forma a tornar mais claro e objetivo o enquadramento do profissional à vaga;
- valorização da experiência profissional (mercado de trabalho) e docente e da formação pedagógica na seleção de professores;
- realização de todas as etapas do certame nos municípios onde almeja-se que o profissional trabalhe; e
- perfil profissional comum a ser buscado através dos certames, descrito no Quadro 31.

Quadro 31 — Perfil profissional comum a ser buscado na seleção de pessoas

Profissional	Perfil
Professor	Conhecer os saberes didático-pedagógicos. Capacidade de interpretar texto. Conhecer sobre o IFPE e a educação profissional e tecnológica. Conhecer sobre tecnologias da informação e comunicação. Conhecer sobre noções da Língua Brasileira de Sinais.
Técnico-Administrativo	Capacidade de interpretar texto. Capacidade de aplicar a legislação do serviço público. Capacidade de raciocinar logicamente e quantitativamente. Conhecer sobre o IFPE e a educação profissional e tecnológica. Conhecer sobre tecnologias da informação e comunicação. Conhecer sobre noções da Língua Brasileira de Sinais.

Fonte: DGPE (2021)

6.5 Orientação de Pessoas

Para iniciar a abordagem sobre o processo de orientar pessoas, apresentase um texto de Chiavenato (2014), extraído do seu livro *Gestão de Pessoas*, que ajuda a situar a importância da orientação de pessoas no contexto organizacional:

A orientação das pessoas é o primeiro passo para a adequada aplicação nas diversas atividades da organização. Trata-se de posicionar as pessoas em suas atividades na Organização e esclarecer o seu papel e objetivos. Orientar significa determinar a posição de alguém diante dos pontos cardeais, mas também significa encaminhar, guiar, indicar o rumo a alguém, reconhecer a situação do lugar em que se acha para se guiar pelo caminho. Isso vale tanto para os novos quanto para os antigos funcionários. Quando ingressam na organização ou quando a organização faz mudanças, as pessoas precisam sentir em que situação estão e para onde devem conduzir suas atividades e esforços. Imprimir rumos e direções, definir comportamentos e ações, definir metas e objetivos, estabelecer resultados a cumprir são providências orientadoras que a organização deve oferecer aos seus funcionários.

Todavia, de nada vale tentar orientar as pessoas na organização, se ela própria não sabe para onde pretende ir. É o mesmo que tentar arrumar cuidadosamente as coisas em um barco sem saber para onde ele deverá se dirigir. O importante é saber para onde a organização está indo para tentar fazer com que as pessoas a ajudem na sua trajetória.

Apontar um caminho que o IFPE precisa seguir e estabelecer instrumentos e ferramentas que orientem seus profissionais da educação com vistas a construir processos de trabalho mais eficientes e diretivos às finalidades institucionais é imperioso.

As ações de orientação de pessoas perpassam pelos diversos processos da Gestão de Pessoas, desde a admissão até a aposentadoria, e devem ser proporcionados através do sistema integrado estruturante (gestão do desempenho) e de ações de comunicação interna e de desenvolvimento.

São subprocessos de orientação de pessoas a serem gradativamente adotados pelo IFPE em seu sistema integrado estruturante:

- a) gestão da autonomia do trabalho docente e administrativo como instrumento de empoderamento e orientador do planejamento, da execução e da avaliação do desempenho;
- b) gestão da liderança como instrumento de orientação a equipes e de planejamento, execução e avaliação do desempenho;
- c) programa de integração voltado ao servidor que esteja iniciando seu trabalho em um novo campus ou na Reitoria; e
- d) programa de preparação para a melhor idade voltado ao servidor que esteja próximo de adquirir o direito a se aposentar.

6.6 Desenvolvimento de Pessoas

O desenvolvimento dos profissionais da educação do IFPE é orientado pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, cujo plano de periodicidade anual deve:

- a) alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia do IFPE;
- b) estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;
- c) atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras;
- d) nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência;
- e) preparar os profissionais da educação para as mudanças de cenários internos e externos ao IFPE;
- f) preparar os profissionais da educação para substituições decorrentes de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e da vacância do cargo;
- g) ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos profissionais da

educação;

- h) acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;
- i) gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;
- j) monitorar e avaliar as ações de desenvolvimento para o uso adequado dos recursos públicos; e
- k) analisar o custo-benefício das despesas realizadas no exercício anterior com as ações de desenvolvimento.

O IFPE deve adotar gradativamente, a partir do seu sistema integrado estruturante, o diagnóstico de competência como instrumento para o mapeamento das necessidades de desenvolvimento.

Considerando os desafios postos para os próximos quatro anos, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFPE deve prever ações voltadas:

- a) à formação continuada de docentes e técnico-administrativos, com o objetivo de promover o permanente e constante aperfeiçoamento dos saberes;
- b) à formação trainee em áreas gerenciais, táticas e operacionais essenciais à sustentabilidade do IFPE;
- c) ao fomento à qualificação docente e de técnico-administrativos, na perspectiva de melhorar os indicadores de titulação;
- d) à difusão e ao compartilhamento de boas práticas e à construção de rede de contatos dentro e fora do IFPE com o objetivo de fomentar a troca de experiências e informações e potencializar oportunidades; e
- e) ao fomento à empatia, solidariedade e outras competências socioemocionais como instrumento de gestão de pessoas para a humanização das relações interpessoais, a harmonização do ambiente de trabalho e a construção de laços de confiança.

6.7 Valorização de Pessoas e Promoção da Segurança do Trabalho e da Saúde

Para o quinquênio 2022-2026, o Departamento de Gestão de Experiências (DGEX) da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE) buscará fomentar a

ampliação de ações visando à melhoria da qualidade de vida no trabalho dentro do Instituto, procurando identificar, através dos dados fornecidos pelo sistema Siape Saúde, bem como a partir da comunicação sistemática com os campi e Reitoria, as demandas mais significativas relacionadas a saúde, bem-estar e segurança dos profissionais da educação, buscando, com o uso de tecnologias, atender a todos os campi e à Reitoria de forma igualitária, com o desenvolvimento de ações virtuais.

Com vistas a desenvolver ações institucionais de saúde e segurança do trabalho, individuais e coletivas, e a prestar atendimentos periciais e assistenciais aos profissionais da educação, a equipe multiprofissional do DGEX busca trabalhar de forma integrada nas vertentes de prevenção de doenças e promoção à saúde, assistência ao servidor, perícias médicas e odontológicas e vigilância ambiental. O setor conta atualmente com três médicos, uma enfermeira, duas psicólogas, duas nutricionistas, duas engenheiras de segurança do trabalho e três técnicos em segurança do trabalho.

Considerando o dimensionamento da força de trabalho, para o quinquênio 2022-2026 será importante contar com a colaboração de profissional de Serviço Social, com vistas a implementar ações de apoio psicossocial, que fazem parte da vertente de assistência ao servidor, bem como de Educação Física, na perspectiva de fortalecimento da vertente de promoção à saúde de forma sistêmica no âmbito do IFPE.

Nessa perspectiva de sistematizar ações institucionais que aprimorem progressivamente a qualidade do ambiente organizacional e, por conseguinte, contribuam para a saúde e segurança dos profissionais da educação, o DGEX/DGPE planeja elaborar e implementar, no quinquênio 2022-2026, a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Servidor do IFPE, que deverá ser elaborada com a contribuição de profissionais de várias áreas técnicas, idealmente com representação de profissionais da educação de todos os campi e da Reitoria.

Pretende-se, com esse documento, estruturar as ações de promoção à saúde e à segurança do trabalho em diversas áreas, a partir das competências e formações profissionais da equipe multidisciplinar, bem como subsidiar e orientar os Programas de Qualidade de Vida no Trabalho implantados nos campi e na Reitoria.

6.7.1 Ergonomia, Saúde e Segurança do Trabalho

Dentro das competências da DGPE estão as atribuições do Setor de Ergonomia e Segurança do Trabalho (SEST), que tem como incumbências principais definir diretrizes, requisitos e políticas de Segurança e Saúde do Trabalho (SST), assessorando a Reitoria e as direções-gerais dos campi na implantação de sistemas e procedimentos de SST, com a finalidade de promover a melhoria das condições de trabalho dentro da instituição.

A redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, é um direito do trabalhador fundamentado pelo inciso XXII do art. 7º e reforçado pelo art. 39 da Constituição Federal de 1988. A importância de estruturar as ações relacionadas a Saúde e Segurança do Trabalho é também fortalecida pela criação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho (PASS) e pelos seguintes instrumentos legais: o Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, que institui o Subsistema de Atenção Integrada à Saúde do Servidor Público Federal; a Portaria Normativa nº 03 de 07 de maio de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor; e a Portaria nº 3, de 25 de março de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que institui as diretrizes gerais de promoção da saúde dos servidores públicos federais.

Com o intuito de fortalecer as ações relacionadas a Ergonomia, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, distintas da Política de Qualidade de Vida a ser implementada, o IFPE deverá, no quinquênio 2022-2026, avançar na implantação de seis dos 23 instrumentos prioritários previstos na Política de Saúde e Segurança do Trabalho (PSST), aprovada pela Resolução nº 73 de 18 de outubro de 2019, do Conselho Superior. Essa política define os princípios, os valores, os objetivos, as diretrizes, as responsabilidades e os instrumentos para o planejamento das atividades que são desenvolvidas no IFPE, em conformidade com o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), previsto pela Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), item 1.5.3.1 da Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

Os instrumentos a serem perseguidos dentro do ciclo 2022-2026 do PDI são:

- a) Levantamento de Perigos e Classificação de Riscos: tem a finalidade de realizar uma avaliação diagnóstica dos riscos relacionados aos aspectos de saúde e segurança do trabalho, registrando-os no documento denominado Levantamento de Identificação de Riscos (LIR). Já foram elaborados os documentos para dez campi do IFPE. Para o ciclo 2022-2026 está prevista a elaboração dos sete documentos restantes (campi e Reitoria);
- b) Gestão de Acidentes do Trabalho: tem a finalidade de permitir o registro, investigação e análise de acidentes do trabalho, bem como a divulgação e o acompanhamento da implementação das medidas corretivas. Atualmente são realizados registros e análise dos acidentes de forma pontual. Para o ciclo 2022-2026 está prevista a sistematização da gestão de acidentes com a implantação do padrão SIASS_PA001_Gestão de Acidentes do Trabalho, elaborado pela equipe SEST/SIASS, e o início do desenvolvimento das atividades pelos campi;
- c) Estrutura Organizacional de Combate a Incêndio: tem a finalidade de definir a Estrutura Organizacional de Combate a Incêndio, estabelecendo uma sistemática organizada de como proceder em situações de emergências relacionadas a incêndio nas instalações dos campi e da Reitoria. Para o ciclo 2022-2026 está prevista a elaboração desse documento pela Reitoria e o início do desenvolvimento das atividades pelos campi;
- d) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR): previsto pelas Normas Regulamentadoras (NR) nº 1 e nº 9, do Ministério da Economia, tem a finalidade de estabelecer diretrizes para a gestão de riscos ocupacionais, visando à preservação da saúde e da integridade dos profissionais da educação e demais trabalhadores nos ambientes do IFPE. Já foram elaborados, considerando a legislação anterior — Norma Regulamentadora (NR-9), que o denominava Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) —, os documentos para dez campi do IFPE. Para a gestão 2022-2026 está prevista a elaboração dos sete documentos restantes (campi/Reitoria), adequados às novas orientações da NR-1, denominado PGR;
- e) Programa de Ergonomia: a finalidade deste instrumento é a análise e gestão de aspectos ergonômicos identificados nas situações de trabalho desenvolvidas no IFPE. Atualmente estão sendo realizadas orientações ergonômicas para

o trabalho remoto através do canal de melhorias ergonômicas e encontros virtuais visando à conscientização do servidor acerca dos aspectos ergonômicos. Para a gestão 2022-2026 será elaborado o Programa de Ergonomia-PROERGO e o início do desenvolvimento das atividades pelos campi; e

f) Comissão Interna de Saúde do Serviço Público (CISSP): tem a finalidade de estabelecer diretrizes para a implantação e gestão das comissões internas a serem instituídas em cada campus e na Reitoria com o objetivo de propor ações voltadas à promoção da saúde ocupacional e à segurança do trabalho. Para o ciclo 2022-2026 está prevista a aprovação e implantação do Regulamento da CISSP, elaborado pela equipe SEST/SIASS, e o início do desenvolvimento das atividades pelos campi e pela Reitoria.

6.7.2 Nutrição

As ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho têm por objetivo contribuir para a promoção da saúde dos profissionais da educação, colaborando para a redução dos agravos relacionados às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e dos seus fatores de risco modificáveis, especialmente sobrepeso e obesidade e alimentação inadequada.

Não obstante, deve propiciar a promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho, por meio de ações direcionadas. Essas ações visam garantir educação alimentar e nutricional, incentivar a adoção de práticas alimentares apropriadas, valorizar o consumo de alimentos da região, promover um ambiente favorável para a realização de práticas alimentares adequadas e saudáveis e orientar os profissionais da educação sobre práticas saudáveis que auxiliam na redução dos agravos relacionados às DCNT.

São ações de promoção da saúde da equipe de nutrição a serem implementadas no ciclo 2022-2026:

- a) promover as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde;

- b) prevenir o sobrepeso e a obesidade dos profissionais da educação, com realização de atividades que estimulem o hábito alimentar saudável;
- c) promover uma alimentação saudável baseada no consumo adequado de sódio, açúcares, gordura, vitaminas e minerais;
- d) acompanhar a situação de saúde dos profissionais da educação;
- e) incentivar a proibição da venda direta, promoção, publicidade ou propaganda de alimentos ultraprocessados, com quantidades excessivas de açúcar, gordura e sódio, prontos para o consumo; e
- f) incentivar o estabelecimento de espaços de apoio à amamentação, a fim de promover um ambiente acolhedor e adequado à coleta e armazenamento do leite humano.

6.7.3 Atenção à Saúde do Servidor

É objetivo elaborar perfil epidemiológico da saúde dos profissionais da educação, a partir dos laudos/relatórios emitidos pelos peritos. Os documentos existentes subsidiam e propõem ações de atenção à saúde do servidor, voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho e à prevenção de acidentes, agravos à saúde e doenças relacionadas ao trabalho.

São ações de atenção à saúde do servidor a serem implementadas no ciclo 2022-2026:

- a) incentivar os cuidados com a própria saúde;
- b) consolidar nos sistemas informatizados as ações e programas de saúde; e
- c) realizar os exames periódicos dos profissionais da educação.

6.8 Sustentabilidade em Gestão de Pessoas

O Plano de Sustentabilidade em Gestão de Pessoas é um instrumento de gestão de pessoas do IFPE a ser construído que visa fomentar um ambiente laboral disseminador de cultura, valores e informações para a consecução e êxito das

finalidades institucionais, pautando-se sob as seguintes linhas de atuação:

- a) instituição de valores socioambientais para o trabalho;
- b) implementação de indicadores de gestão de pessoas como instrumentos de medição e apoio à tomada de decisão; e
- c) implementação de canais internos de comunicação como instrumentos para fomentar pertencimento, envolvimento e engajamento do quadro de pessoal.

O IFPE deve promover os valores socioambientais de maneira transversal na prática laboral, por meio de ações de orientação e de desenvolvimento, tais como:

- a) cordialidade e respeito sob todas as formas como características presentes nas relações interpessoais no trabalho;
- b) promoção da diversidade em postos de liderança e representatividade;
- c) prestação de atendimento e de serviços educacionais com atenção e inclusão da pessoa com deficiência;
- d) reduzir, reaproveitar e reciclar, nessa ordem, como práticas a serem exercidas no uso de materiais e equipamentos no ambiente laboral; e
- e) colaboração para a criação, proteção e/ou recuperação de espaços verdes de convivência harmônica nos campi e na Reitoria.

Os Indicadores de Gestão de Pessoas (IGPs), a seguir relacionados, são instrumentos a serem adotados para apuração da performance dos processos de gestão de pessoas do IFPE:

- a) Rotatividade: indicador que aponta o nível de rotatividade (movimentação e vacâncias) de cargos e funções;
- b) Absenteísmo: indicador que, a partir da apuração de atrasos, saídas antecipadas, faltas e afastamentos, aponta o percentual de horas não trabalhadas com base na jornada de trabalho mensal;
- c) Índice de Desenvolvimento: indicador que parametriza a meta anual de carga horária individual a ser destinada ao desenvolvimento de pessoas;

d) Índice do Quadro Dimensionado: percentual de atingimento do modelo de dimensionamento previsto pela legislação vigente; e

e) Índice de Satisfação: indicador que mensura o nível de satisfação dos profissionais da educação em trabalhar no IFPE.

Os IGP's devem ser monitorados nos próximos cinco anos de forma a produzir um mapeamento histórico e subsidiar o estabelecimento de metas futuras.

A comunicação segmentada para os profissionais da educação deve contemplar uma espécie de intranet voltada a informar, promover a interação e instrumentalizar os profissionais no exercício das suas atribuições.

Por fim, a consecução do Plano de Sustentabilidade nos termos descritos neste PDI só será possível com a implementação de sistema informatizado integrado estruturante.

7.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA



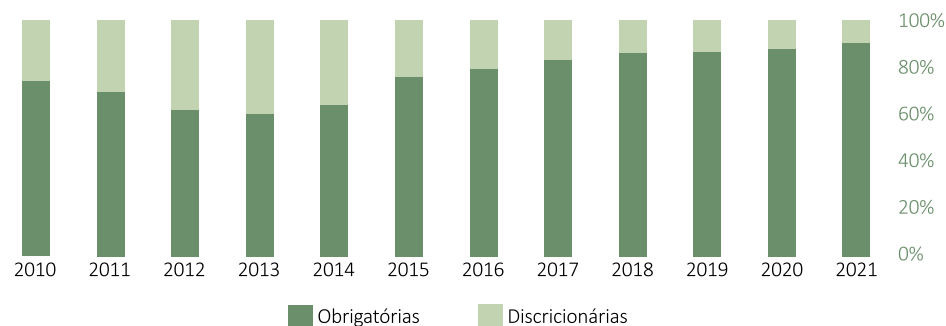
7. Sustentabilidade Financeiro-Orçamentária

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) é uma autarquia federal vinculada à Setec/MEC, financiada majoritariamente com recursos do Tesouro Federal, aportados diretamente na Lei Orçamentária Anual (LOA), que define os limites da gestão orçamentária do Instituto em cada exercício. Esses recursos visam custear o funcionamento da instituição, atendendo às despesas de: custeio, como contratos e serviços continuados, materiais de consumo; investimento, como obras, materiais permanentes, softwares; assistência estudantil; ensino, pesquisa, extensão, inovação; capacitação; expansão e reestruturação; e folha de pagamento de pessoal ativo e inativo e pensionistas.

Os créditos recebidos pelo IFPE dividem-se em despesas obrigatórias e despesas discricionárias. As despesas obrigatórias perfazem as despesas da folha de pessoal, em que não há margem de liberdade para aplicação dos recursos e destinam-se aos gastos com pessoal; já as despesas discricionárias são relativas à manutenção do Instituto e possuem vínculos diretos de sua aplicação.

Em termos de porcentagem, as dotações orçamentárias foram divididas da seguinte forma, nos últimos dez anos, considerando, assim, a existência do IFPE, passando por sua expansão até o exercício de 2021:

Gráfico 3 — Despesas obrigatórias x Despesas discricionárias (em %)



Fonte: Tesouro Gerencial (2021)

Analisando-se o Gráfico 3, percebe-se que o percentual da dotação destinado às despesas obrigatórias tem aumentado ao longo dos anos, o que se deve à redução do orçamento discricionário.

As dotações advindas para gastos discricionários são oriundas da Matriz Orçamentária, uma matriz parametrizada elaborada pelo Fórum de Planejamento e Administração (Forplan) do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) que serve de base para a distribuição do orçamento da Rede Federal. Cumpre ressaltar que a elaboração da Matriz Orçamentária da Rede Federal, que é denominada Matriz CONIF, atende ao disposto no art. 9º da Lei nº 11.892, de 2008, que estabelece: “Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.”

A Matriz Orçamentária possui uma estrutura composta por blocos, sendo estes: Pré-Expansão (campi que possuem mais de cinco anos de funcionamento), Expansão (campi com menos de cinco anos de funcionamento e campi Avançados), Reitoria, Educação a Distância, Assistência Estudantil e Pesquisa, Extensão e Inovação.

A Matriz utiliza diversos parâmetros para distribuição dos recursos entre as 41 instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — 38 Institutos Federais, dois Cefets e o Colégio Pedro II. O principal parâmetro utilizado para mensuração do orçamento são os dados de alunos matriculados, com base nos dados lançados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), utilizando atualmente a base de dados da PNP.

Os principais critérios utilizados para composição dos valores de cada instituição são: alunos matriculados, peso do curso, carga horária, tipo de curso, modalidade, FIC/Proeja/Agropecuário e Ciclo. A equalização de todos os critérios gera dados chamados de Matrículas Totais, os quais parametrizam os dados de toda a Rede Federal.

Após a padronização dos dados, são iniciadas as discussões entre Conif e Setec/MEC para validação dos valores totais que serão destinados à Rede Federal, aplicados os critérios de distribuição padronizados na Matriz Orçamentária.

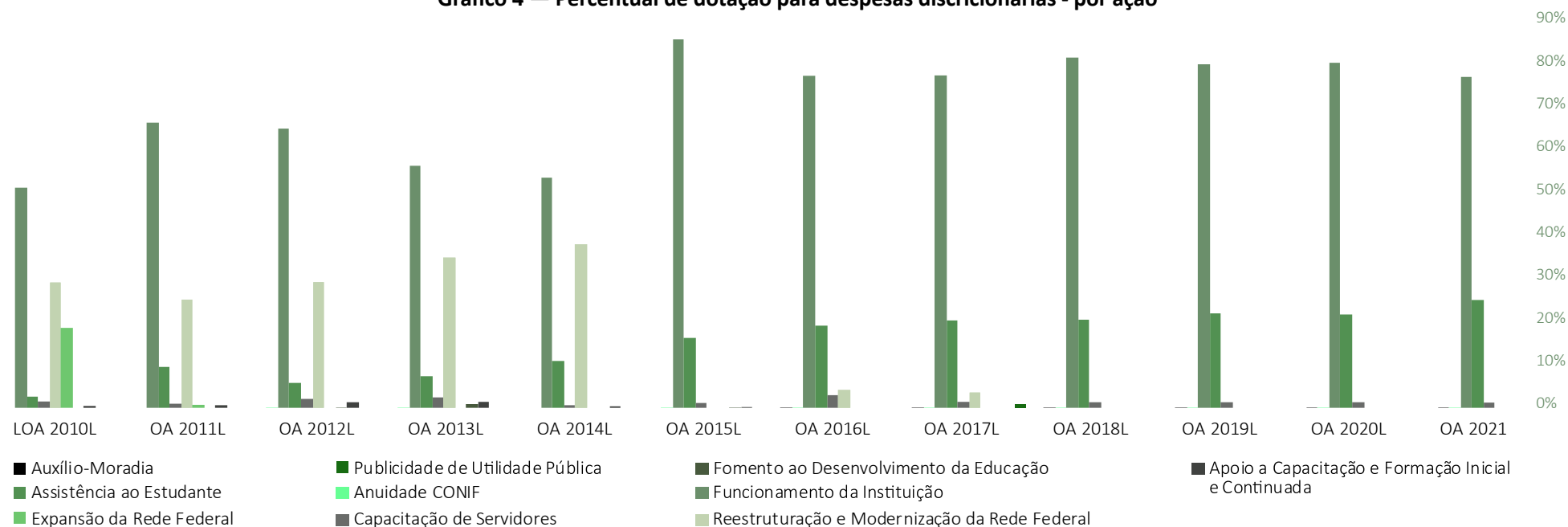
Desses recursos da Matriz Orçamentária são destinados valores para atendimento do Funcionamento (Ação 20RL), da Capacitação (Ação 4572), da Assistência Estudantil (Ação 2994), do Auxílio Moradia (Ação 216H), entre outros.

Considerando as dotações orçamentárias recebidas para suporte das despesas discricionárias, ou seja, aquelas contempladas na Matriz CONIF, tem-se a seguinte distribuição, por ação, de 2010 a 2021:

Anualmente, além dos recursos da Matriz, o IFPE planeja seus recursos orçamentários necessários para o recebimento de fontes de arrecadação própria, como convênios, concursos e processo seletivo, e, em paralelo, são também desenvolvidas políticas de arrecadação de recursos advindas de atividades acadêmicas, entre outras. Esses recursos somente podem ser recebidos pela instituição se comprovada a capacidade orçamentária prevista em LOA. Para isso, são realizadas anteriormente ao projeto da LOA (PLOA) as estimativas de arrecadação da instituição, em que cada unidade planeja seus contratos e convênios a serem firmados no próximo exercício. Esses valores também constam na Lei Orçamentária Anual da instituição.

Além disso, existe a possibilidade de recebimento de recursos extraorçamentários, oriundos da formalização de Termos de Execução Descentralizada (TED), instrumento pactuado entre entes de mesma esfera. Somando-se a isso, existe a possibilidade de captação de recursos pela formalização de acordos de parcerias, convênios, emendas parlamentares, entre outros instrumentos permitidos pela legislação vigente.

Gráfico 4 — Percentual de dotação para despesas discricionárias - por ação



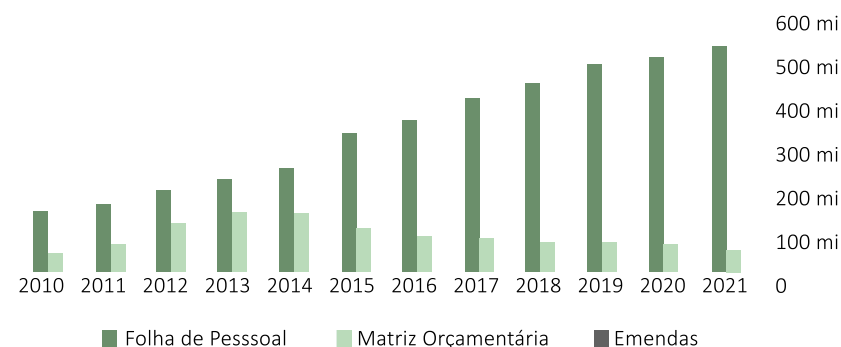
7.1 Capacidade e Sustentabilidade Financeiro-Orçamentária

No Orçamento Público, as receitas são estimadas e as despesas são fixadas, no intuito de evidenciar a política econômica e financeira e o programa do governo, sendo a capacidade financeira e orçamentária do Instituto fundamentada na Lei Orçamentária Anual, por se tratar de instituição dependente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em que as despesas com pessoal, serviços, aquisições e outras despesas discricionárias têm um limite estabelecido, que dependerá, evidentemente, da realização das receitas através da arrecadação dos impostos.

Ao longo do exercício, são publicados relatórios sobre a arrecadação do governo, os quais são observados para se deliberar se o Poder Executivo implementará medidas de contingenciamento orçamentário ou procederá à liberação de cota orçamentária e, conseqüentemente, de recursos financeiros para pagamentos das despesas efetuadas.

O IFPE observa as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal e as orientações exaradas pelos órgãos estruturantes, adequando, assim, as despesas à disponibilidade orçamentária, buscando a otimização dos recursos e a melhoria da qualidade da execução do orçamento. Na tabela a seguir, demonstramos a evolução da Lei Orçamentária Anual do Instituto Federal de Pernambuco, atualizada com as dotações suplementares e canceladas, desde sua criação (orçamento de 2010, pois as atividades iniciaram em 2009) até o exercício de 2021.

Gráfico 5 — Orçamento IFPE - 2010 a 2021



Fonte: Tesouro Gerencial (2021)

A partir do Gráfico 5, constata-se a redução de recursos para atendimento das despesas discricionárias, as quais destinam-se à manutenção da instituição.

Há de se mencionar também que o crédito orçamentário é remetido ao órgão IFPE (Gestão 26418) de forma consolidada, e este, por sua vez, realiza as provisões dos recursos para os campi, respeitando a autonomia de cada Unidade Executora.

Para isso, o IFPE utiliza como mecanismo estudos da distribuição dos recursos aos campi, a fim de equalizar os impactos negativos entre as Unidades e constituir os Fundos de Contingência para garantir a execução orçamentária de forma equilibrada, como também atender a demandas extraordinárias e, assim, elaborar o Plano de Distribuição Orçamentária (PDO).

De forma mais detalhada, os estudos advindos do PDO incluem as reduções de recursos das ações contempladas pela Matriz Orçamentária, que podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Quadro 32 — Evolução orçamentária IFPE - 2010 a 2021

Tipo	Descrição	LOA 2010	LOA 2011	LOA 2012	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016	LOA 2017	LOA 2018	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2021
Folha de Pessoal	Sentenças Judiciais	942.272,00	12.399,00	84.059,00	124.776,00	725.007,00	85.043,00	208.730,00	659.015,00	1.703.609,00	1.342.357,00	805.504,00	18.101.824,00
Folha de Pessoal	Aposentadorias e Pensões	41.022.268,00	44.750.513,00	47.239.234,00	56.987.000,00	58.918.174,00	66.024.975,00	73.333.975,00	87.549.636,00	95.958.719,00	108.078.124,00	112.466.746,00	111.518.185,00
Folha de Pessoal	Contribuição Previdência da União	15.644.622,00	19.188.225,00	21.316.398,00	25.020.595,00	29.236.246,00	40.947.878,00	45.046.293,00	51.123.827,00	56.820.863,00	60.766.589,00	64.527.258,00	68.367.501,00
Folha de Pessoal	Assistência Médica e Odontológica	2.515.702,00	3.029.169,00	3.298.548,00	3.971.000,00	4.007.372,00	4.799.475,00	5.640.000,00	6.000.000,00	5.617.924,00	5.780.947,00	5.709.950,00	5.780.171,00
Folha de Pessoal	Pagamento de Pessoal Ativo	81.943.244,00	92.254.528,00	117.078.511,00	128.682.491,00	150.944.585,00	213.224.488,00	234.856.042,00	264.786.780,00	287.779.208,00	313.820.114,00	320.984.743,00	328.777.960,00
Folha de Pessoal	Benefícios Obrigatórios	6.505.007,00	6.727.507,00	7.268.965,00	9.011.300,00	9.521.426,00	10.703.993,00	14.967.492,00	15.822.853,00	16.008.298,00	16.903.269,00	16.521.113,00	17.370.003,00
Matriz Orçamentária	Auxílio-Moradia	-	-	-	-	-	-	43.740,00	80.339,00	108.000,00	108.000,00	102.570,00	60.844,00
Matriz Orçamentária	Anuidade CONIF	-	-	83.989,00	92.310,00	-	131.112,00	55.679,00	46.489,00	88.432,00	83.854,00	81.049,00	63.408,00
Matriz Orçamentária	Funcionamento da Instituição	26.204.628,00	45.715.657,00	75.021.244,00	79.237.620,00	72.169.997,00	89.008.172,00	68.300.819,00	63.903.022,00	61.043.341,00	58.593.131,00	57.682.791,00	43.916.940,00
Matriz Orçamentária	Assistência ao Estudante	1.339.322,00	6.575.141,00	6.692.103,00	10.420.684,00	14.768.799,00	16.918.151,00	16.910.751,00	16.804.615,00	15.346.422,00	16.142.819,00	15.603.090,00	14.340.672,00
Matriz Orçamentária	Capacitação de Servidores	765.000,00	698.000,00	2.385.210,00	3.428.948,00	900.000,00	1.200.000,00	2.641.000,00	1.162.233,00	1.002.231,00	966.000,00	934.601,00	682.778,00
Matriz Orçamentária	Reestruturação e Modernização da Rede Federal	14.902.385,00	17.369.152,00	33.814.519,00	49.232.248,00	51.361.900,00	-	3.658.537,00	2.926.829,00	-	-	-	-
Matriz Orçamentária	Expansão da Rede Federal	9.508.987,00	519.924,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matriz Orçamentária	Fomento ao Desenvolvimento da Educação	-	-	113.467,00	1.274.557,00	-	65.933,00	-	-	-	-	-	-
Matriz Orçamentária	Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada	256.032,00	449.601,00	1.551.013,00	1.971.763,00	450.000,00	239.634,00	-	-	-	-	-	-
Matriz Orçamentária	Publicidade de Utilidade Pública	-	-	-	-	-	-	-	672.000,00	-	-	-	-
Emendas	Emendas Parlamentares Individuais e Bancada	-	-	-	-	150.000,00	800.000,00	200.000,00	300.000,00	400.000,00	-	-	530.000,00
TOTAL		201.549.469,00	237.289.816,00	315.947.260,00	369.455.292,00	393.153.506,00	444.148.854,00	465.863.058,00	511.837.638,00	541.877.047,00	582.585.204,00	595.419.415,00	609.510.286,00
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Folha de Pessoal		148.573.115,00	165.962.341,00	196.285.715,00	223.797.162,00	253.352.810,00	335.785.852,00	374.052.532,00	425.942.111,00	463.888.621,00	506.691.400,00	521.015.314,00	549.915.644,00
Matriz Orçamentária		52.976.354,00	71.327.475,00	119.661.545,00	145.658.130,00	139.650.696,00	107.563.002,00	91.610.526,00	85.595.527,00	77.588.426,00	75.893.804,00	74.404.101,00	59.064.642,00
Emendas		-	-	-	-	150.000,00	800.000,00	200.000,00	300.000,00	400.000,00	-	-	530.000,00
Total		201.549.469,00	237.289.816,00	315.947.260,00	369.455.292,00	393.153.506,00	444.148.854,00	465.863.058,00	511.837.638,00	541.877.047,00	582.585.204,00	595.419.415,00	609.510.286,00

Apesar de o IFPE, ao longo dos anos, ter ampliado os serviços prestados à sociedade através de, por exemplo, aumento de seu quantitativo de estudantes e de seu número de unidades, é possível constatar que os créditos orçamentários de custeio destinados à instituição vêm sofrendo redução e, hoje, encontram-se num patamar inferior ao do exercício de 2012.

Essa realidade impõe ao Instituto, como um todo, e a cada Unidade Gestora um desafio ainda maior para a manutenção da prestação de serviço público à sociedade nos próximos anos: a parametrização e a racionalização das despesas fixas como garantia da promoção de aquisições estruturantes das atividades finalísticas previstas nas diretrizes para o planejamento, a alocação e a execução do orçamento discricionário do IFPE.

Souza, Cassanego Júnior e Patias (2019), abordando a sustentabilidade financeira no âmbito das universidades, ao discorrer como a sustentabilidade, de forma geral, é retratada nos PDIs, afirmam que a sustentabilidade orçamentária e financeira é vista como a faculdade da instituição se autossustentar economicamente, porém afirmam também que, para manter a instituição e ver o seu desenvolvimento, faz-se necessário verificar o que se pode cumprir, uma vez que há redução orçamentária nas instituições públicas de ensino.

Nesse sentido, no quinquênio 2022-2026, as diretrizes quanto à necessidade de promover a parametrização das despesas fixas de cada Unidade Gestora e realizar a construção da distribuição orçamentária de maneira a promover a sustentabilidade financeira dos campi são relevantes para a manutenção do funcionamento do IFPE e para viabilizar seu desenvolvimento.

Ressalta-se que, num cenário de escassez de recursos, a priorização das demandas essenciais, através do aperfeiçoamento do planejamento institucional e da observância dos pontos de melhoria das avaliações interna e externa, é fundamental para que os recursos sejam direcionados para as aquisições e contratações que instrumentalizam a Missão do Instituto Federal de Pernambuco.

Os esforços já envidados pelas pró-reitorias finalísticas quanto à participação em editais de agências de fomento e empresas para captar recursos no intuito

de fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, bem como equipar laboratórios, também são importantes para a criação de novas fontes de financiamento para as necessidades institucionais.

Além das dificuldades impostas pela redução do orçamento disponível para despesas discricionárias, o cenário para os próximos anos é de ajuste fiscal nas contas públicas, a partir da continuidade do teto de gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016), a qual limita o crescimento dos gastos na educação, impactando, assim, a destinação de um maior volume de recursos para a instituição.

7.2 Projeções do PLOA

Considerando que a vigência deste PDI é de 2022 a 2026 e que o documento foi desenvolvido em 2021, a elaboração da projeção dos recursos orçamentários que poderão ser aportados ao Instituto Federal de Pernambuco no período 2022-2026 — oriundos das Leis Orçamentárias Anuais vindouras, para o funcionamento e a manutenção das atividades acadêmicas e para os investimentos que se façam necessários — utilizou o Relatório de Mercado Focus divulgado em 24 de maio de 2021 pelo Banco Central.

A projeção para o índice em 2022 foi de 3,67%. O Relatório Focus trouxe ainda a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023, que seguiu em 3,25%. No caso de 2024, a expectativa permaneceu em 3,25%. Esses dados podem ser consultados no Sistema de Expectativas de Mercado.

Assim, de acordo com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que limita por vinte anos os gastos públicos, a partir de 2018, os desembolsos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, conforme o IPCA.

Desta feita, com base na LOA 2021, foi projetado aumento de 3,67% para 2022 e 3,25% para 2023 a 2026, de forma acumulada.

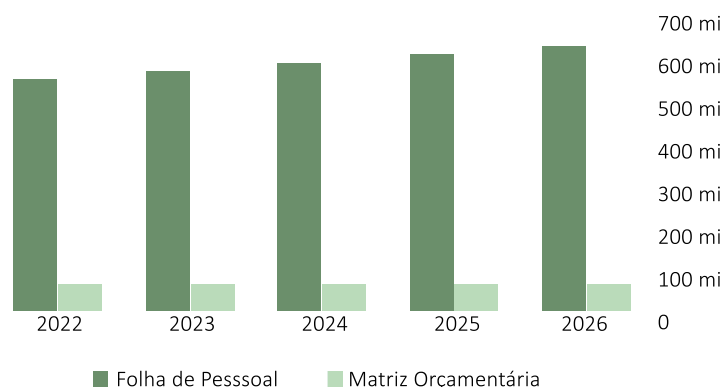
Quadro 33 — Projeção orçamentária IFPE

Projeção Orçamentária IFPE						
Tipo	Descrição	PLOA 2022	PLOA 2023	PLOA 2024	PLOA 2025	PLOA 2026
Folha de Pessoal	Sentenças Judiciais	18.766.160,94	19.376.061,17	20.005.783,16	20.655.971,11	21.327.290,17
Folha de Pessoal	Aposentadorias e Pensões	115.610.902,39	119.368.256,72	123.247.725,06	127.253.276,12	131.389.007,60
Folha de Pessoal	Contribuição Previdência da União	70.876.588,29	73.180.077,41	75.558.429,92	78.014.078,89	80.549.536,46
Folha de Pessoal	Assistência Médica e Odontológica	5.992.303,28	6.187.053,13	6.388.132,36	6.595.746,66	6.810.108,43
Folha de Pessoal	Pagamento de Pessoal Ativo	340.844.111,13	351.921.544,74	363.358.994,95	375.168.162,28	387.361.127,56
Folha de Pessoal	Benefícios Obrigatórios	18.007.482,11	18.592.725,28	19.196.988,85	19.820.890,99	20.465.069,94
Matriz Orçamentária	Auxílio-Moradia	63.076,97	65.126,98	67.243,60	69.429,02	71.685,46
Matriz Orçamentária	Anuidade Conif	65.735,07	67.871,46	70.077,29	72.354,80	74.706,33
Matriz Orçamentária	Funcionamento da Instituição	45.528.691,70	47.008.374,18	48.536.146,34	50.113.571,09	51.742.262,16
Matriz Orçamentária	Assistência ao Estudante	14.866.974,66	15.350.151,34	15.849.031,26	16.364.124,77	16.895.958,83
Matriz Orçamentária	Capacitação de Servidores	707.835,95	730.840,62	754.592,94	779.117,21	804.438,52
TOTAL		631.329.862,50	651.848.083,03	673.033.145,73	694.906.722,96	717.491.191,46

Fonte: Tesouro Gerencial (2021)

Nas projeções não foram considerados ou estimados os recursos orçamentários oriundos de emendas parlamentares de bancada ou individuais, tendo em vista que não é possível prever os valores destinados a cada ano pelos parlamentares que cumprem mandato.

Gráfico 6 — Projeção orçamentária IFPE - 2022 a 2026



7.3 Impactos e Desafios no Âmbito Orçamentário

Tomando-se por base as reduções orçamentárias sofridas e os reflexos da contenção de gastos públicos por vinte anos estabelecida na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, identifica-se que estes impactarão diretamente na Contratação de profissionais da educação (Despesas Obrigatórias – de Pessoal), na Aquisição de Bens Duráveis e não Duráveis e na Capacitação dos profissionais da educação, entre outras despesas de caráter discricionário.

Portanto, à frente tem-se o desafio de atenuar as variações negativas de recursos, a fim de manter a qualidade e efetividade do objeto do IFPE. Para isso, é necessária a realização de composição pormenorizada dos gastos e estudos de viabilidade para a economicidade dos custos públicos e controle destes, a partir da implantação do Módulo de Custos, como também a adesão a sistemas que possibilitarão eficácia no serviço, como o Sistema Integrado de Administração e Serviços (Siads).

7.4 Transparência da Execução Orçamentária

Com o intuito de manter a transparência das informações do orçamento e sua execução, anualmente os dados são apresentados no Relatório de Gestão, como também as Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas são publicizados no site do IFPE, demonstrando a composição do patrimônio e a execução financeira e orçamentária da instituição, com seus respectivos detalhamentos incluídos nas Notas Explicativas e na Declaração do Contador.

8. INFRAESTRUTURA



8. Infraestrutura

8.1 Obras e Serviço de Engenharia e Manutenção

O Departamento de Obras e Projetos (Dope) planeja, estuda e viabiliza todas as etapas que envolvem a execução das obras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), seja de construção, seja de reforma, seja serviços de demolição, desde a elaboração do projeto básico até a elaboração de projetos arquitetônicos e de instalações elétricas.

Para garantir a manutenção da infraestrutura física do IFPE e as condições de expansão das unidades de ensino e de suas instalações, o Dope atua na elaboração de estudos técnicos preliminares e de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos; na elaboração de projetos de arquitetura e complementares de engenharia e respectivas análises críticas; no acompanhamento e na fiscalização dos contratos de execução de obras e serviços de engenharia; na manutenção da infraestrutura física e na avaliação do patrimônio imobiliário dos 16 campi e da Reitoria do IFPE.

Diante de um cenário de limitações de recursos orçamentários para o ciclo 2022-2026 do PDI, tem-se como estratégia alinhar o orçamento ao planejamento, considerando os objetivos estratégicos e as metas para esse período. Dessa forma, apresentamos abaixo um quadro de demandas para expansão mínima da infraestrutura física, conforme as prioridades de cada campus.

Outras questões estruturantes e importantes que tratam de melhorias delineadas para os próximos anos e que gerarão impactos positivos na expansão, manutenção e avaliação da infraestrutura física estão consignadas na seção 2 deste PDI, com as iniciativas estratégicas que contemplam diversos avanços para a infraestrutura do Instituto.

8.2 Planejamento das Demandas para a Expansão de Infraestrutura

Quadro 34 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Abreu e Lima

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Paisagismo	x			x		Orçar e executar
Expansão dos Laboratórios	x			x		Orçar e executar

Quadro 35 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Afogados da Ingazeira

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Acessibilidade		x			x	Projetar, orçar e executar
Bloco de Salas de Aula	x			x		Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Bloco de Laboratórios Engenharia Civil	x				x	Projetar, orçar e executar
Auditório	x			x		Orçar e executar
Almoxarifado	x				x	Projetar, orçar e executar
Guarita ao Final dos Blocos	x				x	Projetar, orçar e executar
Garagem	x				x	Projetar, orçar e executar
Refeitório	x			x		Atualizar orçamentação e executar
Biblioteca	x			x		Atualizar orçamentação e executar
Ampliação de Subestação		x		x		Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI)		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x			x		Ajustar projeto, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar

Quadro 36 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Barreiros

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Acessibilidade – 1ª Etapa		x		x		Em contratação
Acessibilidade – 2ª Etapa		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Área de Convivência	x			x		Atualizar orçamentação e executar
Ampliação de Subestação		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Infraestrutura Elétrica		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI)		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x				x	Projetar, orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Parque Esportivo	x				x	Projetar, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar
Cercamento			x		x	Estudo preliminar

Quadro 37 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Belo Jardim

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Acessibilidade – 2ª Etapa		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Ampliação de Subestação – 1ª Etapa		x		x		Em contratação
Conclusão da Ampliação de Subestação		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Infraestrutura Elétrica		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI)		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x				x	Projetar, orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Bloco de Música	x			x		Atualizar orçamentação e executar
Auditório	x			x		Orçar e executar
Bloco de Agroindústria		x			x	Projetar, orçar e executar

Quadro 38 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Cabo de Santo Agostinho

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Recuperação de Talude			x		x	Orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar

Quadro 39 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Caruaru

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Muro		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Iluminação Externa- 2ª Etapa		x		x		Orçar e executar
Ampliação de Subestação		x		x		Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Auditório	x			x		Orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica- 1ª Etapa		x		x		Atualizar orçamentação e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI)		x		x		Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x			x		Ajustar projeto, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar

Quadro 40 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Garanhuns

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Acessibilidade		x			x	Projetar, orçar e executar
Área de Convivência	x			x		Atualizar orçamentação e executar
Ampliação de Subestação		x		x		Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Auditório	x			x		Orçar e executar

Ampliação da Usina Solar Fotovoltaica	x					Projetar, orçar e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI)	x		x			Atualizar orçamentação e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x		x			Ajustar projeto, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x			x		Ajustar projeto, orçar e executar
Bloco da Graduação	x			x		Projetar, orçar e executar

Quadro 41 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Igarassu

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Conclusão da obra de construção do campus	x			x		5 meses
Paisagismo	x			x		Orçar e executar
Bloco de Laboratórios de 2 pavimentos	x			x		Orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar

Quadro 42 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Ipojuca

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Acessibilidade		x			x	Projetar, orçar e executar
Bloco Industrial	x				x	Projetar, orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Auditório	x			x		Orçar e executar
Ampliação de Subestação		x		x		Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI)		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x			x		Ajustar projeto, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar

Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar	
Platibandas		x			x	Ajustar projeto, orçar e executar	
Instalações Elétricas – Bloco Naval				x		x	Projetar, orçar e executar

Quadro 43 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Jaboatão dos Guararapes

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Conclusão da obra de construção do campus	x			x		6 meses
Paisagismo	x			x		Em andamento
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar

Quadro 44 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Olinda

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Construção do campus	x			x		Atualizar orçamentação e executar
Paisagismo	x			x		Ajustar projeto, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar
Sede provisória (instalações elétricas e de ar condicionado)			x		x	Projetar, orçar e executar

Quadro 45 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Palmares

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Conclusão da obra de construção do campus	x			x		Recebimento provisório
Paisagismo	x			x		Orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar

Quadro 46 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Paulista

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Conclusão da obra de construção do campus	x			x		4 meses
Paisagismo	x			x		Orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Quadra Coberta (FNDE)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar
Quadras de Areia	x				x	Projetar, orçar e executar

Quadro 47 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Pesqueira

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Acessibilidade		x			x	Projetar, orçar e executar
Reservatório Elevado		x			x	Ajustar projeto, orçar e executar
Instalações Hidrossanitárias		x			x	Projetar, orçar e executar
Ampliação da Usina Solar Fotovoltaica		x			x	Projetar, orçar e executar
Ampliação de Subestação		x			x	Ajustar projeto/ orçamentação e executar
Ginásio		x			x	Projetar, orçar e executar

Laboratório de Construção Civil	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar			
Proteção Contra Incêndio (PCI)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar			
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x				x	Ajustar projeto, orçar e executar			
Instalações Elétricas			x			x	Projetar, orçar e executar		
Refeitório	x					x	Atualizar orçamentação e executar		
Bloco Acadêmico	x						x	Projetar, orçar e executar	
Centro de Ciências e Tecnologia	x						x	Projetar, orçar e executar	
Biblioteca	x						x	Atualizar orçamentação e executar	
Minipista de Atletismo	x							x	Projetar, orçar e executar

Quadro 48 - Demandas para a expansão de infraestrutura no Campus Recife

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?					
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status				
Acessibilidade – 2ª Etapa			x			x	Ajustar projeto, orçar e executar			
Infraestrutura Elétrica			x				x	Ajustar projeto, orçar e executar		
Ampliação de Subestação			x				x	Ajustar projeto/ orçamentação e executar		
Proteção Contra Incêndio (PCI)			x				x	Ajustar projeto, orçar e executar		
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	x							x	Ajustar projeto, orçar e executar	
Tratamento de Efluentes			x					x	Orçar e executar	
Iluminação Externa			x					x	Ajustar projeto, orçar e executar	
Ampliação da Usina Solar Fotovoltaica			x						x	Projetar, orçar e executar
Garagem			x						x	Ajustar projeto, orçar e executar

Bloco da Graduação	x		x	Projetar, orçar e executar
Biblioteca	x		x	Ajustar projeto, orçar e executar
Auditório	x		x	Ajustar projeto, orçar e executar

Quadro 49 - Demandas para a expansão de infraestrutura na Reitoria

Objetos	OBRAS		SERVIÇOS		PROJETO?	
	Construção	Reforma	Manutenção	Sim	Não	Status
Sede Própria	x				x	Projetar, orçar e executar
Manutenção Predial – Anexo			x	x		Ajustar projeto, orçar e executar
Acessibilidade – Anexo		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Proteção Contra Incêndio (PCI) – Anexo		x		x		Ajustar projeto, orçar e executar
Usina Solar Fotovoltaica – Anexo		x			x	Projetar, orçar e executar
Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) – Anexo	x				x	Projetar, orçar e executar

Nota: As obras e os serviços de engenharia relacionados nos quadros acima consistem nas principais necessidades apresentadas pelos campi e pela Reitoria do IFPE para execução, conforme a aprovação de recursos ordinários ou extraordinários para essas finalidades, durante o ciclo do PDI. Portanto, o planejamento primário do Dope será direcionado para essas entregas. Novas demandas que eventualmente surjam deverão ser precedidas de reorganização, planejamento e aprovações internas.

8.3 Biblioteca e sua Infraestrutura

O IFPE possui o Sistema de Bibliotecas Integradas (SIBI), que é uma configuração de gestão com o intuito que o acesso à informação seja executado em todos os campi, de maneira semipadronizada, alcançando discentes e profissionais da educação. O SIBI é composto pela Coordenação do Sistema de Bibliotecas, pelo

conjunto de 17 bibliotecas distribuídas nos 16 campi e pela DEaD, todos ligados à Proden. Além do acervo físico, o SIBI disponibiliza acesso à Biblioteca Virtual Pearson, aos Periódicos Capes, ao Repositório Institucional e à ABNT, acessados remotamente por todos os discentes e profissionais da educação. Do mesmo modo, divulga as bibliotecas de acesso livre (Biblioteca de Domínio Público e Biblioteca Digital Mundial), que complementam as pesquisas e estudos.

As bibliotecas dos campi possuem a estrutura detalhada a seguir:

8.3.1 Campi Caruaru, Garanhuns e Ipojuca

Entre 2014 e 2016 foram projetadas de forma padronizada, com a participação de bibliotecárias do IFPE, e logo na sequência foram construídas novas bibliotecas dos campi, com 883,00m² contemplando os ambientes abaixo listados, distribuídos em duas áreas distintas, designadas por Setor Público e Setor Administrativo.

Quadro 50 - Subdivisões do setor público das bibliotecas dos campi Caruaru, Garanhuns e Ipojuca

ITEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
1		Área destinada a abrigar a circulação de público de entrada e saída da biblioteca, com a presença das torres magnéticas de controle do acervo.	8 m ²
2		Espaço para guarda de bolsas, mochilas e materiais diversos. É obrigatório em caso de acervo aberto. Deve conter armários que possam ser fechados a chave, a qual ficará na posse do usuário enquanto este estiver nas dependências da biblioteca.	15 m ²
3		Área dotada de balcão onde ficarão os funcionários responsáveis pela retirada e devolução de livros. Prevê área para formação de fila e balcão com ergonomia e acessibilidade para funcionários e usuários.	20 m ²
4		Espaço destinado à exposição de novas aquisições do acervo, ao lançamento de livros e outros e a exposições literárias e artísticas. Prevê ambiente fechado com fechamento envidraçado.	40 m ²
5		Área destinada às estantes de livros do acervo geral. Deve ser composta por mobiliário ergonômico e acessível, destinado propriamente ao uso em bibliotecas.	200 m ²
6		Espaço com terminais de computadores destinados à busca por materiais do acervo da biblioteca. Prevê lugares com dimensões acessíveis. Podem ser previstos alguns terminais em mobiliário alto, para consulta em pé.	10 m ²

7	Espaço para acomodação do público leitor, com mesas e cadeiras na quantidade mínima de 50 lugares.	50 m ²
8	Ambiente reservado à colocação de cabines de estudo individuais, podendo ser em área contígua ao salão de leitura, sem divisórias. Deve conter superfícies de trabalho individualizadas de 0.80x0.60m, no mínimo, e divisórias entre cabines. Prevê o mínimo de 12 usuários e dimensões acessíveis de uso.	26 m ²
9	Espaço reservado com divisórias, dotado de mesa de reunião, para 8 a 10 pessoas. Prevê divisórias com visor em vidro e o mínimo de 4 ambientes.	12 m ² x 4
10	Área destinada às estantes de livros do acervo específico e/ou coleções especiais. Deve ser composta por mobiliário ergonômico e acessível, destinado propriamente ao uso em bibliotecas.	40 m ²
11	Espaço descontraído, com sofás e/ou poltronas, destinado à leitura de revistas, jornais e outros periódicos.	14 m ²
12	Espaço com terminais de computador destinados à pesquisa geral e confecção de trabalhos. Prevê no mínimo 10 terminais e mesa de trabalho para 1 funcionário.	40 m ²
13	Espaço com terminais de computador destinados à guarda e pesquisa de materiais de mídias digitais variadas. Prevê no mínimo 10 terminais, estantes para guarda de acervo de mídias e mesa de trabalho para 1 funcionário.	40 m ²
14	Espaço para exibição de vídeos, videoconferências, palestras etc. Prevê carteiras escolares para no mínimo 50 usuários, mesa de trabalho para 3 usuários e instalações para equipamentos diversos de exibição.	80 m ²
15	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para o público. Proporção de conjuntos sanitários (bacia e lavatório para feminino; bacia, lavatório e mictório para masculino) conforme os instrumentos legais do município. Cabines acessíveis, masculinas e femininas, com dimensões mínimas e acessórios conforme a NBR 9050/2015.	20 m ² x 2

Quadro 51 — Subdivisões do setor administrativo bibliotecas dos campi Caruaru, Garanhuns e Ipojuca

ITEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
16	Recepção	Área destinada a receber usuários para atendimento pelo bibliotecário ou outros funcionários do setor.	15 m ²
17	Diretoria e Reunião	Espaço dotado de uma estação de trabalho e uma mesa de reunião para 8 pessoas.	30 m ²
18	Sala do Bibliotecário e Substituto	Espaço dotado de duas estações de trabalho e armários de escritório.	15 m ²
19	Sala de Processamentos Técnicos e Aquisição de Material	Espaço destinado à recepção e catalogação de novos materiais. Prevê estações de trabalho e estantes.	40 m ²

20	Sala de Higienização e Reparos	Espaço destinado aos processos de recuperação de materiais do acervo. Deve ser contígua à sala de processamentos técnicos. Prevê bancada lavável com pias e prevê superfícies de trabalho e estantes.	15 m ²
21	Depósito	Área para estoque de materiais diversos do setor.	20 m ²
22	Arquivo	Área para arquivamento de materiais do setor	15 m ²
23	Sanitários de Funcionários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para os funcionários do setor. Proporção de conjuntos sanitários (bacia e lavatório para feminino; bacia, lavatório e mictório para masculino) conforme os instrumentos legais do município. Cabines acessíveis, masculinas e femininas, com dimensões mínimas e acessórios conforme a NBR 9050/2015.	30 m ²
24	Copa para funcionários	Espaço para realização de refeições, dotado de mesa, bancada com pia, forno de micro-ondas, bebedouro, frigobar e armários.	12 m ²

8.3.2 Campus Cabo de Santo Agostinho

Os projetos do campus foram doados, por isso são exclusivos. O da biblioteca, com 613,00m², compõe-se dos seguintes ambientes:

Quadro 52 - Subdivisões do setor público da biblioteca do Campus Cabo de Santo Agostinho

ITEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
25	Hall de entrada	Área destinada a abrigar a circulação de público de entrada e saída da biblioteca, com a presença das torres magnéticas de controle do acervo.	20 m ²
26	Guarda-volumes	Espaço para guarda de bolsas, mochilas e materiais diversos. É obrigatório em caso de acervo aberto. Deve conter armários que possam ser fechados a chave, a qual ficará na posse do usuário enquanto este estiver nas dependências da biblioteca.	20 m ²
27	Atendimento	Área dotada de balcão onde ficarão os funcionários responsáveis pela retirada e devolução de livros. Prevê área para formação de fila e balcão com ergonomia e acessibilidade para funcionários e usuários.	23 m ²
28	Acervo Geral	Área destinada às estantes de livros do acervo geral. Deve ser composta por mobiliário ergonômico e acessível destinado propriamente ao uso em bibliotecas.	114 m ²
29	Salão de Leitura	Espaço para acomodação do público leitor, com mesas e cadeiras na quantidade mínima de 120 lugares.	125 m ²

30	Cabines de Estudos Individuais	Ambiente reservado à colocação de cabines de estudo individuais, podendo ser em área contígua ao salão de leitura, com divisórias. Contém superfícies de trabalho individualizadas de 0.80x0.60m, no mínimo, e divisórias entre cabines. Prevê o mínimo de 12 usuários e dimensões acessíveis de uso.	50 m ²
31	Acervo de Periódicos e Produção Científica	Área destinada às estantes de livros do acervo específico e/ou coleções especiais. Deve ser composta por mobiliário ergonômico e acessível, destinado propriamente ao uso em bibliotecas.	38 m ²
32	Sala de Áudio e Vídeo	Espaço para exibição de vídeos, videoconferências, palestras etc. Prevê carteiras escolares para no mínimo 50 usuários, mesa de trabalho para 3 usuários e instalações para equipamentos diversos de exibição.	53 m ²
33	Sanitários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para o público. Proporção de conjuntos sanitários (bacia e lavatório para feminino; bacia, lavatório e mictório para masculino) conforme os instrumentos legais do município. Cabines acessíveis, masculinas e femininas, com dimensões mínimas e acessórios conforme a NBR 9050/2015.	10 m ² x 2

Quadro 53 — Subdivisões do setor administrativo da biblioteca do Campus Cabo de Santo Agostinho

ITEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
34	Recepção	Área destinada a receber usuários para atendimento pelo bibliotecário ou outros funcionários do setor.	10 m ²
35	Coordenador e Reunião	Espaço dotado de uma estação de trabalho e uma mesa de reunião para 8 pessoas.	35 m ²
36	Sala do Bibliotecário e Substituto	Espaço dotado de duas estações de trabalho e armários de escritório.	15 m ²
37	Sala de Processamentos Técnicos e Aquisição de Material	Espaço destinado à recepção e catalogação de novos materiais. Prevê estações de trabalho e estantes.	40 m ²
38	Sala de Higienização e Reparos	Espaço destinado aos processos de recuperação de materiais do acervo. Deve ser contíguo à sala de processamentos técnicos. Prevê bancada lavável com pias e prevê superfícies de trabalho e estantes.	20 m ²
39	Depósito	Área para estoque de materiais diversos do setor.	7 m ²
40	Arquivo	Área para arquivamento de materiais do setor	15 m ²

41	Sanitários de Funcionários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para os funcionários do setor. Proporção de conjuntos sanitários (bacia e lavatório para feminino; bacia, lavatório e mictório para masculino) conforme os instrumentos legais do município. Na ausência de instrumento municipal, utilizar parâmetros da <u>Lei de Edificações do Recife</u> . Cabines acessíveis, masculinas e femininas, com dimensões mínimas e acessórios conforme a NBR 9050/2015.	30 m ²
42	Copa para funcionários	Espaço para realização de refeições, dotado de mesa, bancada com pia, forno de micro-ondas, bebedouro, frigobar e armários.	12 m ²

8.3.3 Campi Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares

Estão enquadrados na 3ª fase do Plano de Expansão, e seus projetos também são padronizados. Esses campi ainda estão em construção, com exceção de Olinda. As obras estão em fase de conclusão, e suas bibliotecas, que já estão construídas, abriga, em seus 540,00m², os seguintes ambientes:

Quadro 54 — Subdivisões do setor público das bibliotecas dos campi Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares

ITEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
43	Hall de entrada	Área destinada a abrigar a circulação de público de entrada e saída da biblioteca, com a presença das torres magnéticas de controle do acervo.	15 m ²
44	Atendimento	Área dotada de balcão onde ficarão os funcionários responsáveis pela retirada e devolução de livros. Prevê área para formação de fila e balcão com ergonomia e acessibilidade para funcionários e usuários.	17 m ²
45	Acervo Geral	Área destinada às estantes de livros do acervo geral. Deve ser composta por mobiliário ergonômico e acessível, destinado propriamente ao uso em bibliotecas.	120 m ²
46	Salão de Leitura	Espaço para acomodação do público leitor, com mesas e cadeiras na quantidade mínima de 120 lugares.	90 m ²
47	Cabines de Estudos Individuais	Ambiente reservado à colocação de cabines de estudo individuais, podendo ser em área contígua ao salão de leitura, com divisórias. Contém superfícies de trabalho individualizadas de 0.80x0.60m, no mínimo, e divisórias entre cabines. Prevê o mínimo de 12 usuários e prevê dimensões acessíveis de uso.	30 m ²

48	Sala de Estudos em Grupo	Espaço reservado com divisórias, dotado de mesa de reunião, para 8 a 10 pessoas, com divisórias munidas com visor em vidro; ao todo são 3 ambientes.	17 m ² x 3
49	Sala de Áudio e Vídeo	Espaço para exibição de vídeos, videoconferências, palestras etc. Prevê carteiras escolares para no mínimo 50 usuários, mesa de trabalho para 3 usuários e instalações para equipamentos diversos de exibição.	50 m ²
50	Sanitários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para o público. Proporção de conjuntos sanitários (bacia e lavatório para feminino; bacia, lavatório e mictório para masculino) conforme os instrumentos legais do município. Cabines acessíveis, masculinas e femininas, com dimensões mínimas e acessórios conforme a NBR 9050/2015.	12 m ²

Quadro 55 — Subdivisões do setor administrativo das bibliotecas dos campi Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Palmares

ITEM	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA ESTIMATIVA DE REFERÊNCIA
51	Recepção	Área destinada a receber usuários para atendimento pelo bibliotecário ou outros funcionários do setor.	10 m ²
52	Coordenador e Reunião	Espaço dotado de uma estação de trabalho e uma mesa de reunião para 8 pessoas.	21 m ²
53	Sala do Bibliotecário e Substituto	Espaço dotado de duas estações de trabalho e armários de escritório.	15 m ²
54	Sala de Processamentos Técnicos e Aquisição de Material	Espaço destinado à recepção e catalogação de novos materiais. Prevê estações de trabalho e estantes.	14 m ²
55	Sala de Higienização e Reparos	Espaço destinado aos processos de recuperação de materiais do acervo. Deve ser contíguo à sala de processamentos técnicos. Prevê bancada lavável com pias e prevê superfícies de trabalho e estantes.	18 m ²
56	Depósito	Área para estoque de materiais diversos do setor.	7 m ²
57	Arquivo	Área para arquivamento de materiais do setor	15 m ²
58	Sanitários de Funcionários	Sanitários feminino, masculino e acessíveis para os funcionários do setor.	17 m ²

8.3.4 Parâmetros gerais de projeto

De uma maneira geral, as bibliotecas foram projetadas de modo a permitir o melhor aproveitamento da iluminação e da ventilação naturais (ainda que haja climatização em certos ambientes), levando-se em consideração a orientação solar e a predominância dos ventos no terreno, de acordo com as características bioclimáticas do município onde se inserem.

O projetista considerou a obtenção das melhores condições de conforto ambiental para os usuários e a redução da carga térmica da edificação.

Recomendações atendidas no projeto, visando a uma empatia maior com o meio ambiente, à acessibilidade e à segurança:

- utilização de cobertura termoacústica;
- piso de alta resistência e adequado ao fluxo contínuo de usuários;
- materiais de revestimento de paredes e forros com características de isolamento acústico adequadas, conforme as normas cabíveis (ex.: NBR 10152/2017 – Níveis de Ruído para Conforto Acústico);
- superfícies niveladas, rotas acessíveis, rampas, guarda-corpos e corrimãos, guias rebaixadas, pisos táteis e sinalização, conforme normas de acessibilidade (NBR 9050/2004), e segurança no que tange aos elementos de projetos de proteção contra incêndio (PCI) e proteção contra os efeitos de descargas atmosféricas (SPDA);
- iluminação artificial utilizando lâmpadas de LED, que geram 80% mais energia do que as incandescentes, duram mais de 50.000 horas e não possuem metais pesados em sua composição, em observância à sustentabilidade;
- iluminação e ventilação naturais em todos os ambientes, atendendo às exigências dos órgãos controladores e da legislação municipal quanto à dimensão mínima das aberturas e ao uso dos espaços; e
- utilização de medidas de redução do consumo de água e energia, como bacias com duplo fluxo, torneiras de fechamento automático, sensores de presença em ambientes, entre outros dispositivos que se mostraram viáveis e foram aprovados pelo Dope/IFPE, além de linhas de segurança e antivandalismo.

8.3.5 Acessibilidade

A heterogeneidade do usuário, associada às mudanças trazidas pelos usos das novas tecnologias, evidencia os desafios que as bibliotecas do SIBI têm ao prestar atendimento dentro do princípio de acessibilidade, quer eliminando barreiras físicas, ao tentar oferecer ambientes acessíveis, quer eliminando barreiras atitudinais e informacionais, quando facilita o acesso à informação a toda a comunidade estudantil.

Nesse sentido, faz-se necessário que as capacitações e adaptações acompanhem o planejamento institucional, objetivando o acesso à informação de maneira igualitária. O Quadro 56 apresenta o atual cenário das bibliotecas que compõem o SIBI com relação à acessibilidade arquitetônica:

Quadro 56 — Acessibilidade arquitetônica das bibliotecas que compõem o SIBI

Campus	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA OU FÍSICA											
	Sinalização tátil	Acessibilidade arquitetônica (entrada/saída com vão livre acessível para a circulação de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e deficiência visual)	Ambientes acessíveis para amovimentação/deslocamento/circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Rampa de acesso com corrimão	Banheiros e lavabos acessíveis	Bebedouros acessíveis	Sinalização visual	Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros)	Espaço para atendimento acessível	Mobiliário acessível	Sinalização sonora	Saída de emergência
Abreu e Lima	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Afogados da Ingazeira	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Barreiros	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Belo Jardim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Cabo de Santo Agostinho	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Caruaru	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
EaD	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Garanhuns	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Igarassu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Ipojuca	Não	Sim	Sim	--	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Jaboatão dos Guararapes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Olinda	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Palmares	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	sim	Sim	Não	Não
Paulista	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Pesqueira	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Recife	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	sim	Sim	Não	Não
Recife Mestrado	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Vitória de Santo Antão	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

8.3.6 Recursos Humanos

O quadro do SIBI é composto por um total de 52 profissionais da educação, sendo 25 bibliotecários, 8 auxiliares de bibliotecas e 19 assistentes administrativos, identificados por campus, conforme a tabela abaixo. A gestão de cada biblioteca é de responsabilidade de um profissional da informação com formação superior em bacharelado em Biblioteconomia. Os profissionais da educação lotados nas bibliotecas são responsáveis pelo atendimento ao público, pela organização do uso das salas de estudo em grupo e individual, pelo gerenciamento do sistema de acervos e pelo serviço de referência, que inclui acesso às bases de dados, estudo de usuário, orientação à normalização, entre outros.

Aos bibliotecários-documentalistas, além desses serviços — quando não compartilham com os demais profissionais da educação —, acabam por aglutinar tais funções operacionais com as funções administrativas, de gerenciamento e de planejamento, como obrigações oriundas da chefia de um setor, além de participar do processo de compras de livros e da catalogação das novas obras.

Quadro 57 — Profissionais da educação lotados nas bibliotecas do IFPE

Campus	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO LOTADOS NAS BIBLIOTECAS DO IFPE				
	Bibliotecário-Documentalista	Auxiliares de Biblioteca	Qtd. de profissionais treinados em programas de capacitação	Técnico-Administrativos	Total
Abreu e Lima	1		1	1	3
Afogados da Ingazeira	1			2	3
Barreiros	1			3	4
Belo Jardim	1			2	3
Cabo de Santo Agostinho	2			1	3
Caruaru	2	3	1		6
EaD	1	1			2
Garanhuns	2			3	5
Igarassu	1	1			2

Ipojuca	2			1	3
Biblioteca Ariano Suassuna - Jaboatão dos Guararapes	1		1		
Olinda	1	1			2
Palmares	1		1		2
Paulista	1				1
Pesqueira	2	1	5	2	10
Recife	3	2	8	4	17
Recife Mestrado	1		1		2
Vitória de Santo Antão	2			4	6
TOTAL	26	9	18	23	76

8.3.7 Plano de Atualização do Acervo

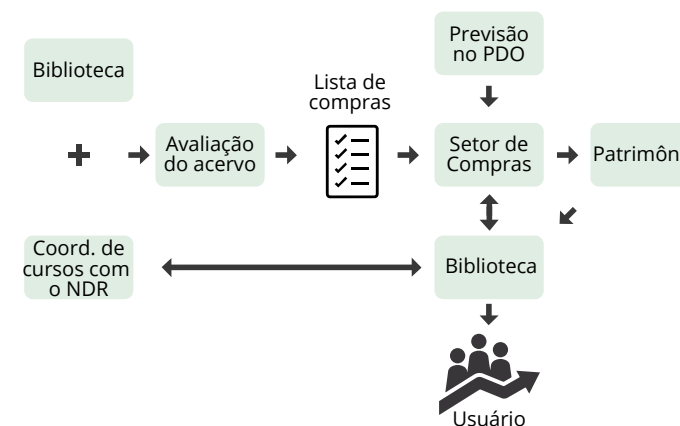
O Plano de Atualização e Expansão do Acervo SIBI/IFPE tem como objetivo a apresentação dos critérios adotados pelos setores envolvidos nas diversas atividades que resultam na otimização do acervo existente no Sistema de Bibliotecas do IFPE, considerando a logística necessária para o desenvolvimento prático desse plano e a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela instituição. Para esse processo, é realizada uma avaliação e seleção de documentos, comumente junto ao corpo docente dos campi da instituição, em que se elegem os títulos necessários e pertinentes aos PPCs, com posterior formalização, pelo bibliotecário, do processo de seleção para a compra.

A atualização dos acervos é feita com a aquisição de materiais de informação, seja por compra, seja por doação, seja por permuta, podendo ser revisitada de acordo com as necessidades institucionais. O acervo deverá servir de subsídio às áreas dos cursos oferecidos na instituição, como suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos campi, e sua expansão deverá ser constituída considerando os recursos orçamentários designados e disponíveis no planejamento econômico e financeiro da instituição.

O Acervo Geral é composto por livros, folhetos, periódicos e multimeios que

deverão ser avaliados periodicamente, de acordo com intervalos definidos pelo setor de biblioteca, e atualizados pelo menos uma vez por ano, em razão de novas edições, como também publicações destinadas a subsidiar projetos de iniciação científica e extensão, em consonância com a política proposta pelo IFPE. Tais atualizações terão como base as indicações dos PPCs e/ou sugestões dos professores/coordenações, referendadas pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos, da equipe da biblioteca e de estudantes, além de seguir as normas editadas pelo MEC para avaliação de cursos, e seguirá o fluxograma conforme a Figura 31:

Figura 31 — Fluxograma do plano de atualização e expansão do acervo SIBI/IFPE



Fonte: Extraído do Plano de Atualização e Expansão do Acervo do SIBI/IFPE (2020, p. 8).

A periodicidade de revisão do Plano de Atualização e Expansão do Acervo SIBI/IFPE será de quatro anos, podendo o documento ser revisitado anteriormente a esse período, conforme necessidades institucionais.

8.3.8 Perspectiva de Expansão de Acervo

Atualmente, as bibliotecas do IFPE dispõem de 32.075 livros impressos e 120.779 exemplares, além de 844 outros materiais multimídia.

Quadro 58 — Crescimento do acervo do SIBI-IFPE (2022-2025)

Biblioteca	2022	2023	2024	2025	Crescimento Total (%)	Número de Exemplares total em 2025
Abreu e Lima	625	627	627	635	184 %	3.878
Afogados da Ingazeira						
Barreiros	90	361	441	531	19,6%	9.907
Belo Jardim	966	1.101	950	739	27,18%	18.906
Cabo de Santo Agostinho	1.475	1.475	1.475	1.475	148%	9.863
Caruaru	433	433	433	433	35,95 %	6.550
EaD						
Garanhuns	1.588	1.588	1.588	1.588	115,2%	11.859
Igarassu	1.192	1.192	1.192	1.192	161,12%	8.177
Ipojuca	1.100	1.100	1.100	1.100	57,53%	12.048
Jaboatão dos Guararapes	1.150	900	650	600	330,61%	4.298
Olinda	1.470	1.470	1.470	1.470	298%	7.848
Palmares	1.232	1.232	1.232	1.232	637,72%	5.596
Paulista	4.262	3.848	1.540	1.540	432 %	13.776
Pesqueira	813	723	723	723	34,92%	11.521
Recife	8.500	5.750	4.600	3.450	86%	48.116
Recife Mestrado	115	115	115	99	49%	1.355
Vitória de Santo Antão						

9. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



9. Tecnologia da Informação

9.1 Introdução

A tecnologia da informação (TI) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) tem como objetivo atender às necessidades institucionais alinhadas aos objetivos estratégicos, visando agregar valor ao negócio e auxiliando a priorização e a otimização da aplicação dos recursos.

Para essa área, o PDI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos que visa atender às necessidades tecnológicas do Instituto para um determinado período, possibilitando alinhar os recursos aplicados, eliminar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos no que é mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado à comunidade. É uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisões institucional, habilitando-a a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades.

A construção foi feita de forma colaborativa, através do Fórum de Tecnologia da Informação Comunicação do Instituto, composto de servidores que atuam nessa área nos campi e Reitoria.

9.2 Metodologia Aplicada para Elaboração

A metodologia utilizada para a elaboração deste documento baseou-se no Guia de PDTIC do SISP, acrescido de uma metodologia de Arquitetura Corporativa para ajudar a integrar melhor as áreas de negócios com a TI.

As iniciativas estratégicas foram definidas a partir de documentos norteadores institucionais e a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública (EGD). A partir destes foram acrescentadas necessidades específicas de TI, compondo, assim, o inventário de necessidades. Essas iniciativas e necessidades foram, então, desdobradas em metas necessárias para o seu atendimento,

sendo organizadas em planos de ação, de acordo com cada meta e alinhados aos objetivos estratégicos da área de tecnologia da informação.

Foram encaminhados às áreas formulários para levantamento das necessidades de tecnologia da informação e recursos humanos, havendo, ao final, a consolidação de todos esses formulários.

9.3 Organização da TI

A Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias (DADT) do IFPE é responsável pela TI como suporte às atividades acadêmicas e administrativas. O objetivo principal da TI é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais. Além disso, a DADT apoia os diversos departamentos da instituição, visando melhorar a eficiência, agilidade e flexibilidade e suportando a inovação.

No contexto acadêmico, servem como instrumentos para suportar as tecnologias educacionais buscando ferramentas que auxiliam o ensino, a pesquisa e a extensão.

No contexto administrativo, construindo ferramentas e serviços para melhorar a gestão de recursos (planejamento, acompanhamento, avaliação e controle) e maior qualidade na prestação de serviços ao cidadão.

Esta seção descreve a atual estrutura organizacional de TI do IFPE, na qual está inserida a DADT, atualmente subordinada diretamente ao Gabinete da Reitoria. A estrutura organizacional da tecnologia da informação, ilustrada abaixo, é composta por (SIORG):

- a) Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias (DADT): formada pelo diretor, tem como objetivo principal planejar, dirigir, avaliar e executar as políticas de TI em todo o Instituto;
- b) Coordenação de Avaliação e Desenvolvimento de Infraestrutura (CADIE): composta por um coordenador e demais colaboradores, tem como objetivo principal prestar suporte aos usuários quanto à utilização de serviços de TI;

c) Coordenação de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (CADT): composta pelo coordenador e demais colaboradores, tem como objetivo principal definir, analisar, programar, implantar, manter e documentar os sistemas de informação; e

d) Coordenações de Tecnologia da Informação e Comunicação dos campi (CTICs): composta por um coordenador/diretor e demais colaboradores, tem como objetivo principal auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campi, bem como suportar as atividades administrativas e dar suporte aos discentes.

9.4 Referencial Estratégico da TI

A Estratégia de Governo Digital determina, por meio do art. 3º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que deverão ser elaborados pelos órgãos e entidades os seguintes instrumentos de planejamento:

I- Plano de Transformação Digital, que conterà, no mínimo, as ações de:

- transformação digital de serviços;
- unificação de canais digitais;
- interoperabilidade de sistemas; e
- segurança e privacidade;

II- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; e

III- Plano de Dados Abertos, nos termos do disposto no [Decreto nº 8.777, de 2016](#).

[...]

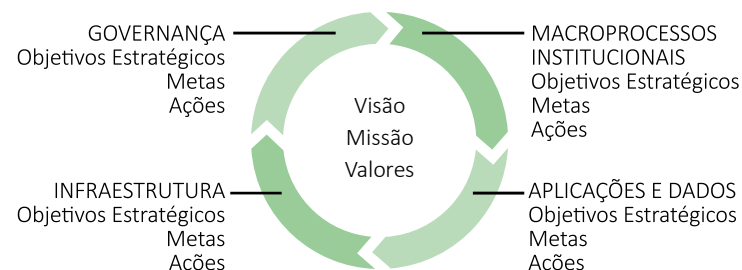
O planejamento da tecnologia da informação deverá conter ações que nortearão a transformação no Instituto por meio do uso de tecnologias digitais, com a promoção da efetividade das políticas e da qualidade dos serviços públicos oferecidos, bem como centrada no cidadão, buscando oferecer uma jornada mais agradável e respondendo às suas expectativas por meio de serviços de alta qualidade.

O referencial estratégico de tecnologia da informação no IFPE é composto pelos pilares da Arquitetura Corporativa TOGAF ADM orientados

pela Missão e pelos Valores para alcançar uma visão institucional no direcionamento das ações da área de tecnologia da informação.

A Figura 32 abaixo, apresenta o Mapa Estratégico da tecnologia da informação dividido em domínios estratégicos.

Figura 32 — Domínios estratégicos da TI



O Quadro 59, abaixo, detalha os domínios estratégicos da TI apresentados na Figura 31.

Quadro 59 — Detalhamento dos domínios estratégicos

Governança	Aperfeiçoar os requisitos de governança de TI Atender à legislação vigente nos processos de TI Fortalecer as boas práticas de TI Proporcionar a segurança da informação e comunicação Fortalecer a capacitação dos profissionais que atuam na área de TI
Macroprocessos institucionais	Fortalecer a integração entre os macroprocessos gerenciais, finalísticos e de apoio através da TI Proporcionar melhorias nos processos internos através da tecnologia da informação Melhorar a prestação de serviços de TI
Aplicações e Dados	Construir soluções reutilizáveis e eficientes Estimular a adoção de padrões e dados abertos Adotar soluções interoperáveis Fortalecer sistemas de informação móveis Construir soluções acessíveis
Infraestrutura	Melhorar e aperfeiçoar a infraestrutura de TI Melhorar a disponibilidade dos links de dados Adotar soluções sustentáveis e alinhadas com a TI verde

Fonte: DADT (2022)

9.5 Domínios Estratégicos da TI

Os domínios estratégicos visam melhorar o alinhamento das necessidades dos macroprocessos institucionais com a área de tecnologia da informação, de forma dinâmica.

Figura 33 — Alinhamento do negócio à TI



Ou seja, os domínios permitem a ligação das necessidades de negócios com a área de tecnologia da informação através dos processos e sistemas de informação.

Para melhorar essa relação, foi utilizado um modelo de arquitetura corporativa. Para a ISO/IEC 42010:2007, a arquitetura é a “organização fundamental de um sistema, incorporado em seus componentes, suas relações entre si e o ambiente e os princípios que orientam a sua concepção e evolução”.

O modelo de arquitetura adotado para a construção foi o TOGAF. Esse framework de Arquitetura Corporativa é utilizado pelo governo federal no contexto da interoperabilidade.

Para o nosso contexto, o TOGAF foi escolhido por possuir duas características principais:

a) o framework consegue descrever formalmente um sistema ou um planejamento detalhado do sistema no nível de componente para orientar a sua construção e implementação; e

b) busca melhorar a estrutura de componentes de soluções de tecnologia da informação, seus inter-relacionamentos, os princípios e orientações que regem sua concepção e evolução ao longo do tempo.

Assim, a dinâmica para a construção dos instrumentos de planejamento da área de tecnologia da informação terá os domínios estratégicos e o TOGAF como mecanismos que ajudarão a melhorar o alinhamento de planejamento organizacional.

9.6 Relacionamento Estratégico

Considerando os documentos estratégicos institucionais, a relação entre estes se dará, no contexto da TI, da seguinte forma:

Figura 34 — Relação dos planejamentos



a) o documento estratégico norteador é este PDI, cujo escopo considera todos os campi e a Reitoria, na visão estratégica;

b) o documento tático norteador será o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), cujo escopo considera todos os campi e a Reitoria, na visão tática;

c) os documentos operacionais norteadores serão os planos de ação, elaborados por cada campus e pela Reitoria, com prazo de execução de um ano, alinhados às necessidades e metas do PDTI, que, conseqüentemente, estão alinhadas aos objetivos estratégicos e seus respectivos domínios.

10. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



10. Avaliação Institucional

10.1 Autoavaliação Institucional: Âmbitos Conceituais e Mudanças no Marco Regulatório

Nesta seção, tratar-se-á das interfaces entre a avaliação e regulação da educação, para compreender como o desenvolvimento das políticas de avaliação e suas influências alteram o desenho da modalidade de avaliação institucional, doravante autoavaliação institucional.

O desenvolvimento das políticas de avaliação, sobretudo na experiência brasileira, insere gradualmente a avaliação como uma estratégia estatal. Esse aspecto revela que, no campo da avaliação, existem duas questões importantes a serem ponderadas: a relação entre a avaliação e a política de Estado; e a valorização dos recentes esforços para promover as políticas de avaliação.

Não basta considerar a avaliação como um elemento da política estatal. As políticas, os modelos e as práticas avaliativas são produzidos no âmbito de determinados tipos de relações estruturadas e estruturantes (BOURDIEU, 2004), uma vez que, quando o Estado é um dos atores principais, o problema da avaliação se constrói em campos sociais e relações de poder concretamente interessados e interligados.

Por essa razão, as estratégias de avaliação materializam disputas políticas e ideológicas, interesses culturais e sociais que não são manifestos em seus embasamentos formais e em seus fins públicos. A preocupação com o rendimento, a participação, a comunidade, a profissionalização e a prestação de contas, por exemplo, contém aspectos que, objetivamente, reintroduz práticas burocráticas, indesejáveis, mas inescapáveis no campo da educação.

O conceito da regulação vem sendo empregado nos estudos das políticas

públicas educacionais, principalmente quando aborda as políticas de avaliação educacional. Nesse contexto, diversas ações de regulação são compreendidas, em parte, equivocadamente, como avaliação, orientando-a, por um lado, pela perspectiva instrumental e utilitarista, como mecanismo de controle; e, por outro, pela perspectiva da emancipação (DIAS SOBRINHO, 2003).

A visibilidade da regulação no contexto das políticas públicas educacionais, em especial nas políticas de avaliação da educação, desvela a necessidade inadiável de revisitar as principais perspectivas teóricas que subjazem a esse conceito, uma vez que este sofre, no cotidiano, de uma espécie de sequestro semântico, em face das disputas e apropriações que o cercam nas práticas e omissões do Estado em ação (AZEVEDO, 2004), assim como no campo acadêmico.

No campo educativo, origina-se do fato de que há inúmeros universos entrecruzados. Nesse caso, a regulação é, primeiramente, política, depois institucional (MAROY, 2004). Para Lipietz (1987), não existe precisamente uma teoria da regulação. É preferível denominá-la como uma abordagem que trata de modelos de desenvolvimento em termos de acumulação e regulação.

Para Barroso (2005), a regulação é associada à flexibilidade, que se volta para a definição de processos e a avaliação da eficiência e eficácia dos resultados. Para elucidar e caracterizar as abordagens da regulação, Dupriez e Maroy (2000) buscam enquadrá-las em três perspectivas: a abordagem funcionalista — teoria de sistema; a abordagem institucional; e a abordagem de organização ou sistemas de ações organizadas.

No tocante à abordagem funcionalista, a regulação caracteriza-se pelo conjugado de mecanismos de retroação de determinado sistema e tem recebido severas críticas no campo da educação. No caso da abordagem institucional, a regulação associa-se ao controle de ações por uma autoridade reconhecida. Esse tipo de abordagem apresenta a regulação numa perspectiva de verticalização, capaz de constituir regras e direções a serem seguidas pelos membros daquela organização. Em relação à abordagem das organizações e dos sistemas de ações organizadas, a regulação assume uma perspectiva baseada na horizontalidade e variadas

tipologias de controle, desvelando sua dimensão política, reconhecendo distintos interesses almejados por indivíduos ou grupos.

Dessa forma, essa leitura sugere que em uma instituição, simultaneamente, acontecem dois processos regulatórios: um de âmbito institucional e outro oriundo das ações dos atores envolvidos no processo. Nesse ponto, a regulação assemelha-se à avaliação em sua quarta geração, caracterizada predominantemente pela negociação, desvelando sua dimensão política e reconhecendo a cultura institucional (GUBA; LINCOLN, 2011).

Por essa razão, aparentemente a regulação institucional associa-se, pois, aos modos de coordenação e de domínio dos atores, que são objetivados e institucionalizados em mecanismos materiais, legais e técnicos que procedem de uma ação pública e de Estado. Os modos de regulação institucionais movimentados pelas autoridades adquirem maior complexidade, tanto mais quanto a ação pública se posiciona num contexto de “governabilidade”.

Entretanto, no último cenário de abordagem descrito, o conceito de regulação adquire conotações distintas do conceito de regulamentação, pois no contexto social a regulação eficaz é estabelecida e reforçada pelo aspecto da informalidade. As regras são estabelecidas em circunstâncias específicas pelos atores para elucidar os problemas de direcionamento nos sistemas de ação instituídos. Estas procedem, portanto, de regulações autônomas, que interagem com a regulação de controle (institucional) agenciada pelos domínios políticos ou organizacionais.

A visão desses autores atenta para a questão do papel que a avaliação pode assumir em relação à regulação, ou seja, a relação avaliação-regulação. No caso, as políticas e práticas (enfoques) de avaliação podem constituir-se na base da ação regulatória, pois podem propiciar informações relevantes para a tomada de decisão no sistema educacional ou da gestão institucional.

Nessa perspectiva, a avaliação no projeto de autoavaliação institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) constitui-se, em suas distintas práticas — avaliação institucional interna e de curso, avaliação do ensino, entre outras —, como a base da ação regulatória, que é o resultado do processo de tomada de decisão em suas múltiplas ins-

tâncias formais e não formais no âmbito institucional. Tanto a ação regulatória quanto a avaliativa repousam no processo democrático em que a avaliação e a regulação assumem a perspectiva da horizontalidade e variadas tipologias de controle — a dimensão política do processo de gestão.

Logo, para que o ciclo e a vitalidade do projeto de autoavaliação da instituição possam ocorrer e se consolidar, faz-se necessário que simultaneamente aconteça o processo de regulação no âmbito institucional e que as ações dos atores envolvidos no processo — abordagem situacional — emergem da indução dos indivíduos a pensar a instituição a partir da dimensão política, ou seja, a avaliação desvela-se como processo de negociação e referência das tomadas de decisão.

O que isso significa? Significa que, além do projeto de autoavaliação institucional, a instituição necessita deixar claro no âmbito da formalidade o que se deseja fazer e alcançar com os diagnósticos das avaliações internas — oriundas da ação e reflexão dos atores — e de suas interfaces com os diagnósticos das avaliações externas. Esse movimento dinâmico impacta decisivamente no desenho do modelo/projeto de autoavaliação institucional.

Nesse caso, para além dos objetivos e finalidades postos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que se concentra na regulação da oferta, é preciso esclarecer, a partir dessa interface entre avaliação e regulação, quais aspectos da eficácia acadêmica e social se almeja destacar no processo de regulação, fundamentado nos diagnósticos das práticas avaliativas.

Pode-se ilustrar, por exemplo, entre esses aspectos: a mobilidade acadêmica; a melhoria dos aspectos pedagógicos (ensino) no âmbito dos cursos; o reconhecimento de elementos estruturantes da política institucional de ensino, pesquisa e inovação e extensão; a política institucional de acesso, permanência e êxito, de gestão de pessoas, de infraestrutura e de sustentabilidade financeira; a promoção de mudanças nas práticas de gestão. Em outros termos, essas dimensões precisam estar articuladas e ser subsidiadas pelos diagnósticos das avaliações.

10.1.1 A Autoavaliação Institucional no Âmbito do IFPE

A autoavaliação institucional no âmbito do IFPE é definida em, no mínimo, duas dimensões:

a) avaliação externa:

- institucional (Inep/MEC);
- de curso (Inep/MEC);
- Enade (Inep/MEC); e
- TCU; e

b) avaliação interna:

- institucional (CPA);
- de curso (Proden);
- Prodin;
- Auditoria Interna; e
- Controladoria.

Essas duas dimensões se entrecruzam e dialogam, buscando atender aos objetivos do Sinaes, estabelecido pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), aos objetivos institucionais estabelecidos no PDI do IFPE, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao TCU.

Considera-se que a dimensão externa da avaliação institucional é composta pelo Enade, pela avaliação de cursos e pela avaliação institucional, de competência do Inep/MEC, e pela avaliação institucional externa realizada pelo TCU.

Quanto à dimensão interna da autoavaliação institucional no âmbito da governança do IFPE, há duas abordagens.

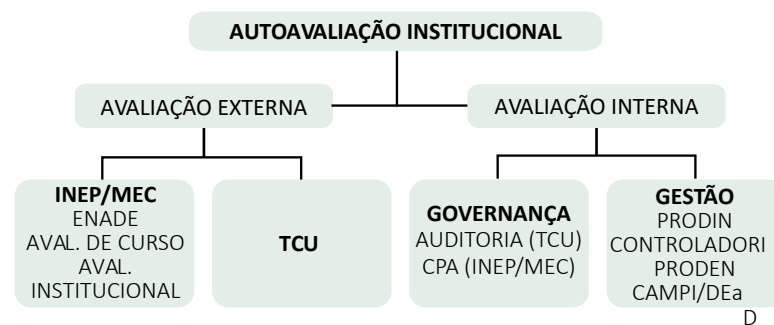
A primeira corresponde à avaliação institucional interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPE, restrita ao ensino superior, que se realiza numa perspectiva democrática e participativa pela comunidade acadêmica, não

se constituindo, portanto, em avaliação no âmbito da gestão, mas no âmbito do controle social das políticas institucionais e/ou da governança, orientada a produzir resultados que direcionem a gestão do IFPE na tomada de decisão, a fim de promover melhorias para o ensino superior na instituição. Além disso, o IFPE conta com a Unidade da Auditoria Interna para avaliar a eficácia da governança e contribuir para o aprimoramento da gestão, sob orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU).

A segunda refere-se às instâncias de gestão do IFPE, especificamente a Prodin, a Controladoria e a Proden. Esta última, por meio da Coordenação de Avaliação de Cursos e da Coordenação de Ensino Superior, realiza o assessoramento, o acompanhamento, a regulação e a supervisão dos cursos superiores com vistas à eficiência acadêmica, preparando-os para a avaliação externa (institucional e de curso) do Inep/MEC e gerando informações com vistas ao planejamento estratégico institucional relativo às atividades finalísticas, particularmente o ensino. Além dessas instâncias, é possível haver outros mecanismos de avaliação interna realizados nos campi e na DEaD, assim como no âmbito da pós-graduação.

Nas seções a seguir situaremos o papel da avaliação externa (institucional e de curso) para a gestão do IFPE e, posteriormente, conceituaremos e caracterizaremos a avaliação institucional interna, no âmbito da governança do IFPE, realizada pela Auditoria e pela CPA, assim como no âmbito da gestão, pelas instâncias mencionadas anteriormente.

Figura 35 — Síntese da autoavaliação institucional no IFPE



Fonte: CPA (2021)

10.1.2 Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão

O processo de autoavaliação institucional objetiva primordialmente demonstrar a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional.

Desse modo, os relatórios parciais e final de avaliação institucional interna buscam demonstrar essa dinâmica, a partir das análises realizadas com base nos dados obtidos no processo de avaliação institucional interna, buscando, ao final, apresentar uma síntese descritiva do histórico do IFPE, o conceito das avaliações externas (institucionais e de curso)- (Inep/MEC), o desenvolvimento e divulgação dos processos de avaliação institucional interna (CPA) e o plano de melhorias e processos de gestão a partir das avaliações externas (institucionais e de curso) e internas (institucional e de curso), demonstrando a implementação de ações efetivas na gestão da IES e evidenciando a evolução institucional que deverá ser apropriada pelos gestores, docentes/colaboradores e discentes.

Destaca-se a necessidade de progressivamente ir desenvolvendo, consolidando e aprimorando o processo de regulação da avaliação institucional interna, a partir de instrumentos e procedimentos de acompanhamento e monitoramento que possam evidenciar a evolução institucional, de modo que seja possível, durante o processo de avaliação institucional interna, obter evidências de que os processos de avaliação institucional interna e externa, assim como das avaliações externas de curso, têm sido utilizados como ferramenta de gestão e promovido melhorias no âmbito dos cursos superiores do IFPE.

Nesse sentido, a Prodin vem desde 2020 implementando ações que aliam os resultados da avaliação institucional interna e das avaliações externas (Inep/MEC e TCU) ao processo de planejamento institucional. Nesse conjunto de medidas, inclui-se uma estratégia de avaliação interna de cursos realizada pelos próprios coordenadores de cursos superiores com o objetivo de manter atualizada a percepção da situação atual da instituição frente aos critérios de avaliação e buscar o processo de melhoria, inserindo as necessidades no planejamento estratégico anual de cada campus/DEaD.

10.1.3 A Avaliação Institucional Interna no Âmbito da Governança – A Auditoria

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Pernambuco é responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. É vinculada ao Conselho Superior da instituição e realiza atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, buscando auxiliar a gestão no alcance de seus objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Além disso, presta apoio, dentro de suas especificidades, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, no exercício de sua Missão institucional, respeitada a legislação pertinente.

Na perspectiva de fomentar o processo de avaliação institucional interna, a Unidade de Auditoria Interna considera os macroprocessos e processos de trabalho do IFPE no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), documento no qual são registradas as atividades ou ações que a Unidade de Auditoria Interna pretende desenvolver em um determinado período de tempo, normalmente um ano. O PAINT é elaborado em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa nº 9, de 9 de outubro de 2018 (BRASIL, 2018), da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, considerando os planos, as metas, os objetivos e a avaliação dos riscos do Instituto Federal de Pernambuco, bem como os demais dispositivos normativos obrigatórios. O PAINT deve ser aprovado pelo Conselho Superior do IFPE e submetido à Controladoria-Geral da União para exercício da supervisão técnica, conforme dispõem os arts. 8º e 10 da instrução normativa mencionada.

Para que a comunicação dos resultados dos trabalhos de avaliação e consultoria atinja satisfatoriamente a sua finalidade, faz-se necessário que a Unidade de Auditoria Interna promova um fluxo de informações livre e aberto, respeitando os requisitos de confidencialidade, e conduzam discussões em um ambiente de mútuo respeito e compreensão do papel e das responsabilidades das partes envolvidas.

Nesse contexto, em cumprimento ao que dispõe a Instrução Normativa nº 9, de 2018 (BRASIL, 2018), a Unidade de Auditoria Interna apresenta, após o final de cada exercício, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), que reúne o relato sobre as atividades da Auditoria Interna, em função das ações planejadas constantes do PAINT, bem como das ações críticas não previamente planejadas, mas que exigiram atuação da auditoria.

10.1.4 A Avaliação Institucional Interna no Âmbito da Governança – A CPA

10.1.4.1 Comissão Própria de Avaliação

A CPA (Comissão Própria de Avaliação) do IFPE teve sua institucionalização em 2009, por meio da Portaria nº 896/2008, do Gabinete da Reitoria do IFPE, em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004), com o propósito de atuar nos processos de avaliação institucional interna concernente aos cursos superiores no IFPE. Em seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 42 de 29 de dezembro de 2017, do Conselho Superior (IFPE, 2017), fica responsável por realizar o assessoramento e acompanhamento da Política de Avaliação Institucional da Educação Superior.

Dessa forma, ancorada na legislação pertinente, a CPA conduz e sistematiza um dos processos de avaliação institucional interna, baseada nos cinco eixos e nas dez dimensões propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com vistas a verificar a efetividade acadêmica e social da instituição e, com isso, prestar também informações ao Inep, quando solicitadas.

No âmbito da Lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004) e da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 (BRASIL, 2014), os eixos e as dimensões constantes do Quadro 60 orientam a avaliação institucional interna realizada pela comissão.

Vale destacar também que, no âmbito do IFPE, a Resolução nº 19, de 2019, do Comitê de Governança, Riscos e Controles (IFPE, 2019), prevê, entre seus

macroprocessos, a avaliação, o monitoramento, o controle e a integridade, como parte da política permanente de integridade do IFPE, estabelecendo relação entre a política de autoavaliação institucional e a governança institucional e entre o Sinaes, as demais Políticas Institucionais, a gestão e a CPA.

Quadro 60 — Relação entre os eixos/dimensões do Sinaes, os macroprocessos e as políticas institucionais

Eixos / Dimensões	Catalogação e Indexação dos Macroprocessos com as Políticas Institucionais Permanentes e Temáticas do IFPE			
	Macroprocesso	Política Institucional Permanente	Políticas Temáticas Vinculadas	Fundamento (rol exemplificativo das citações)
Eixo 4: Políticas de Gestão Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	Gestão Executiva, Política, Organizacional e Estratégica	Política de Governança, Organização e Gestão	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regimento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso VI (Sinaes)
Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Internacionalização	Política de Cooperação Nacional e Internacionalização	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regimento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	Planejamento, Integração e Desenvolvimento Institucional	Política de Integração e Desenvolvimento Institucional	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regimento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, incisos I e VIII (Sinaes)
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	Avaliação, Monitoramento, Controle e Integridade	Política de Integridade	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Decreto nº 9.203/2017</u> , art. 19.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Ensino	Política de Ensino	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso II (Sinaes)	Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	Comunicação, Editorial, Imagem Institucional e Eventos	Política de Comunicação e Editorial	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso IV (Sinaes)
Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Pesquisa e Inovação	Política de Pesquisa e Inovação	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso II (Sinaes)	Eixo 4: Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal	Pessoas	Política de Pessoal	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso V (Sinaes)
Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Extensão	Política de Extensão e Responsabilidade Social	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Regimento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, incisos II e III (Sinaes)	Eixo 5: Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física	Tecnologia da Informação e Comunicação	Política de Tecnologia da Informação	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso VII (Sinaes)
Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	Assistência Estudantil	Política de Assistência Estudantil	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso IX (Sinaes)	Fonte: Lei 10.861, de 2004; Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014; Resolução nº 19, de 2019, do Comitê de Governança, Riscos e Controles				
Eixo 4: Políticas de Gestão Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	Orçamento, Finanças, Patrimônio, Produção e Suprimento de Bens e Serviços	Política de Administração e Sustentabilidade Financeira	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso X (Sinaes)	Com atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados no IFPE, a CPA defende os princípios democráticos como eixos estruturantes dos processos avaliativos, imergindo nos dados institucionais para o diagnóstico e o levantamento de pontos fortes e frágeis e a realização de análises estratégicas acerca da gestão acadêmica e administrativa. Tem-se como propósito que esses resultados possam fomentar tomadas de decisão no âmbito institucional, favorecendo o desenvolvimento de políticas e ações que visem a melhorias do ensino superior. Sendo assim, caracterizada por sua dinamicidade e ações contínuas, a avaliação institucional interna está situada num campo que contribui para o desenvolvimento de mecanismos de informação, avaliação e tomada de decisão.				
Eixo 5: Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física	Infraestrutura, Obras e Projetos de Engenharia e Arquitetura	Política de Infraestrutura e Desenvolvimento Físico	Políticas Temáticas relacionadas por catalogação e indexação com o macroprocesso da respectiva Política Institucional Permanente	<u>Estatuto e Regulamento Geral</u> ao descrever as políticas por áreas temáticas <u>Lei 10.861/2004</u> , art. 3º, inciso VII (Sinaes)					

De modo geral, de acordo com o seu regimento interno, é atribuição da CPA realizar avaliação institucional interna com o objetivo de identificar o perfil do Instituto e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando, no mínimo, as dez dimensões do Sinaes. Em virtude disso, é papel da CPA planejar, coordenar e conduzir a execução do processo de avaliação institucional interna da educação superior no IFPE no âmbito da governança, no sentido de direcionar o ciclo de gestão da instituição.

Nesse contexto, pode-se destacar como papel fundamental da CPA conduzir os processos de avaliação institucional interna e, com isso, possibilitar a revisão de práticas, projetos acadêmicos e formas de gestão a partir da coleta de informações, da observação, da sistematização e da análise de dados. Além disso, ainda proporciona o diálogo com e entre a gestão, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, com destaque para a participação ampla e democrática da comunidade, repercutindo no aprimoramento da oferta da educação superior e fortalecendo a efetividade e eficácia acadêmica e social. Nesse sentido, a CPA do IFPE buscou, ao longo dos anos, desenvolver estratégias metodológicas que garantam a participação ampla da comunidade no processo de avaliação institucional interna.

10.1.4.2 Caracterização da CPA do IFPE

Com atuação democrática, a CPA é composta pela representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, conforme o seu Regimento Interno, a saber:

- a) um representante técnico-administrativo por campus e Diretoria de Educação a Distância e seu suplente;
- b) um representante docente por campus e Diretoria de Educação a Distância e seu suplente;
- c) um representante discente por campus e Diretoria de Educação a Distância e seu suplente;
- d) um representante de uma das pró-reitorias e seu suplente; e

e) um representante da sociedade civil e seu suplente.

Os membros docentes, discentes e técnico-administrativos são eleitos entre seus pares, e, no caso de não haver candidatos eleitos de qualquer um desses segmentos, a Direção-Geral do campus ou da DEaD, conforme o caso, é responsável por indicar os representantes. Os membros das pró-reitorias e da sociedade civil são indicados pelo reitor. A presidência e a vice-presidência, assim como a composição da 1ª, 2ª e 3ª secretarias, são exercidas por docentes ou técnico-administrativos escolhidos pelos membros da CPA.

Todos os campi/DEaD que ofertam cursos de graduação possuem representantes dos docentes, dos técnico-administrativos e dos discentes de algum de seus cursos superiores. Cada integrante é considerado representante do campus de origem/DEaD perante a CPA, e compõe as representações setoriais responsáveis por executar as atividades direcionadas pelo núcleo gestor, para o processo de avaliação institucional interna. O núcleo gestor, por sua vez, é composto por presidente, vice-presidente e secretários, com a função de gestão da CPA, ou seja, acompanhamento da execução das políticas institucionais, observada a legislação pertinente, e condução e sistematização do processo de avaliação institucional interna.

A CPA do IFPE possui uma secretaria, na qual está lotada uma servidora ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais que exerce a função gratificada de secretária. A comissão está sediada no Campus Vitória de Santo Antão.

10.2 O Processo de Avaliação Institucional Interna Realizado pela CPA

Em seu planejamento, a CPA define os eixos e as respectivas dimensões a serem avaliadas a cada ano do ciclo avaliativo, em atendimento ao disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004) e na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014 (BRASIL, 2014). Por meio de grupos de trabalho (GTs) — nas áreas de planejamento estratégico; tecnologia da informação (TI); formação continuada; planejamento da coleta e revisão dos instrumentos de

coleta de dados e elaboração do relatório da CPA; comunicação e divulgação dos resultados da avaliação institucional interna —, a comissão desenvolve as atividades planejadas buscando o aperfeiçoamento dos processos de avaliação institucional interna.

As decisões da CPA são discutidas e deliberadas nas reuniões ordinárias bimestrais, nas quais são definidos, por exemplo, o calendário anual de coleta de dados e as estratégias de divulgação que devem ser realizadas pelas representações setoriais em cada campus e na DEaD.

O processo de avaliação institucional interna realizado pela comissão consiste em etapas distintas, a saber: planejamento da coleta, revisão dos instrumentos/procedimentos de coleta de dados, coleta dos dados, tratamento e análise dos dados, elaboração do relatório anual e sua postagem até o dia 31/3 do ano subsequente no sistema e-Mec, divulgação dos resultados por diversos canais e modalidades, regulação das medidas de correção.

Cabe ressaltar que a participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional interna é voluntária, por isso demanda um trabalho permanente de divulgação das ações da CPA e dos resultados das avaliações, no sentido de promover maior participação da comunidade acadêmica nas avaliações.

Para a coleta de dados, a CPA desenvolveu uma metodologia que consiste na coleta de dados sistêmica (de gestão), questionário e rodas de conversa (comunidade acadêmica), além da avaliação in loco (realizada por curso). Todos os dados levantados a partir desses procedimentos e instrumentos de coleta são analisados em seu conjunto, visando triangular todas as informações e obter o melhor registro da realidade que se possa alcançar.

O sucesso do processo de avaliação institucional interna depende em grande parte do processo de sensibilização, tanto dos membros da CPA quanto da comunidade acadêmica. Contribui também nesse sentido o processo de divulgação dos resultados, etapa em que se pretende, além de apresentar os resultados alcançados, discuti-los, a fim de induzir a incorporação de ações ao planejamento estratégico nos níveis estratégico, tático e operacional.

10.3 Participação da Comunidade Acadêmica

Considerando o indicador 1.3 do instrumento de avaliação institucional interna, de acordo com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004) e o inciso VII do art. 21 do Decreto nº 9.235, de 2017 (BRASIL, 2017), a participação no processo de avaliação interna (institucional) ocorre com a participação equânime de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnicos-administrativos e discentes). A participação da sociedade civil se dá com a participação de seus representantes no âmbito da CPA.

A forma de participação da comunidade acadêmica se dá em grande parte pela sua participação no “dia da avaliação”, momento em que toda a comunidade é convidada a responder ao questionário de avaliação institucional interna, cuja participação pode ser observada no Quadro 61.

A comunidade também é convidada a participar por meio do instrumento “rodas de conversa”, além da participação de sua representação na CPA na coleta de dados por meio do instrumento “Avaliação in loco”, em que membros dos campi e da DEaD também acompanham o processo a fim de fornecer informações e acesso a documentos e espaços institucionais.

Quadro 61 — Evolução da participação da comunidade acadêmica na avaliação institucional interna (autoavaliação) no período 2018-2020

Segmento	Quantitativos de avaliadores			Instrumento de avaliação	Campi/Polo(nº)		
	2018	2019	2020		2018	2019	2020
Discente (presencial)	1114	1085	1247	Formulário de avaliação	9 campi	11 campi	13 campi
Discente (EaD)	317	143	179		8 polos	5 polos	8 polos
Total Discentes	1431	1228	1426				
Docente (presencial)	177	277	372	Formulário de avaliação	9 campi	11 campi	13 campi
Docente (EaD)	53	10	43		8 polos + sede EaD	5 polos + sede EaD	8 polos + sede EaD
Total Docente	230	287	415				

Técnico-administrativo (presencial)	106	128	234	Formulário de avaliação	9 campi + Reitoria	11 campi + Reitoria	13 campi + Reitoria
Técnico-administrativo (EaD)	69	10	34		8 polos + sede EaD	5 polos + sede EaD	8 polos + sede EaD
Total TAE	175	138	268				
Total	1836	1653	2109				

Fonte: CPA, 2020.

O Quadro 61 permite observar a evolução da participação da comunidade acadêmica no questionário de avaliação institucional interna em 2018, 2019 e 2020. Desse modo, pode-se observar um aumento na participação em todos os segmentos (presencial e EaD), particularmente no ano de 2020, apesar da pandemia de Covid-19.

10.4 Análise e Divulgação dos Resultados da Avaliação Institucional Interna (Cpa) e da Avaliação Externa (Inep/Mec)

10.4.1 Avaliação institucional Interna (CPA)

Anualmente a CPA produz os relatórios de avaliação institucional interna com as análises realizadas e com os resultados obtidos após a avaliação dos indicadores relativos aos eixos e dimensões avaliadas, de acordo com a Lei 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004), expressos no instrumento de avaliação institucional externa, presencial e EaD, para credenciamento e transformação de organização acadêmica do Inep/MEC, em vigor desde outubro de 2017.

No último triênio, ciclo avaliativo 2018-2020, os relatórios anuais parciais relativos aos anos de 2018 e 2019 foram postados no sistema e-Mec até 31 de março de 2019 e 2020, respectivamente, e o relatório final de 2020, até 31 de março de 2021. Posteriormente, os relatórios foram disponibilizados no site institucional do IFPE.

Particularmente neste ciclo, a CPA buscou apreender a dinâmica da evolução institucional por meio da articulação entre os relatórios, buscando apresentar os dados institucionais por meio de séries históricas no contexto geral e dos campi/DEaD.

Quanto à divulgação dos resultados, desde 2018 a CPA vem intensificando essa atividade junto à comunidade acadêmica, tendo divulgado os resultados de 2018 em 2019, detalhados por campus e curso, a cada um dos segmentos (docentes, técnico-administrativos e discentes) e aos diversos níveis da gestão dos campi e da DEaD.

Em 2020, o mesmo processo foi realizado, dessa vez por meio de boletins informativos com os resultados detalhados por campus e curso, que, além de serem apresentados nos campi/DEaD a cada um dos cursos, foram também publicados na página da CPA, no site do IFPE. Para a divulgação dos resultados da avaliação institucional interna de 2020, previu-se a mesma dinâmica da divulgação realizada no ano anterior.

10.4.2 Avaliação Externa (Inep/MEC)

Anualmente, a CPA apresenta em todos os seus relatórios os indicadores relativos aos conceitos das avaliações externas (institucionais de curso), alcançados nos últimos anos, para elaborar um panorama da educação superior na instituição. Primeiramente, esse panorama foca os cursos de graduação, e, posteriormente, a instituição, como pode-se observar no Quadro 62.

As análises desses resultados das avaliações externas, seja institucional, seja de cursos, também fazem parte dos relatórios de avaliação institucional interna, tanto parciais quanto final, e a sua divulgação é realizada conforme descrito na seção 10.4.1.

Entretanto, as avaliações externas de curso são especialmente objeto da Coordenação de Avaliação de Cursos e da Coordenação de Educação Superior da Proden. A Prodin, nesse processo, atua de forma articulada e em colaboração com a Proden e a CPA, para analisar e divulgar os resultados das avaliações externas junto às direções-gerais dos campi e da DEaD. A atuação da Prodin objetiva receber os resultados como marcos de entrada no planejamento institucional.

Quadro 62 — Conceitos relativos aos indicadores de qualidade dos cursos superiores do IFPE no período 2009-2019

CAMPUS	CURSOS	ENADE	CPC	CC	IDD
Afogados da Ingazeira	Bac. Engenharia Civil	SC	SC	SC	SC
	Lic. Computação e Informática	SC	SC	SC	SC
Barreiros	Tec. Agroecologia	SC	SC	4	SC
	Lic. Química	2	3	3	3
Belo Jardim	Lic. Música	2017	2017	2014	2017
	Bac. Engenharia de Software	SC	SC	SC	SC
	Bac. Administração	SC	SC	SC	SC
Cabo de Santo Agostinho	Tec. Hotelaria	SC	SC	SC	SC
	Tec. Gastronomia	SC	SC	SC	SC
	Bac. Engenharia Ambiental e Sanitária	SC	SC	SC	SC
Caruaru	Bac. Engenharia Mecânica	3	3	3	3
	Lic. Geografia	2019	2019	2016	2019
EaD	Lic. Geografia	2	3	4	3
	Tec. Gestão Ambiental	2017	2017	2014	2017
	Lic. Matemática	2	3	4	3
Garanhuns	Tec. Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2019	2019	2012	2019
	Bac. Engenharia Elétrica	2017	2017	2014	2017
Igarassu	Tec. Gestão de Qualidade	2	3	4	3
	Tec. Sistemas para Internet	2017	2017	2014	2017
Ipojuca	Bac. Administração	3	3	4	3
	Lic. Química	2017	2017	2014	2017
Jaboatão dos Guararapes	Bac. Engenharia Mecânica	SC	SC	SC	SC
	Tec. Análise e Desenvolvimento de Sistemas	SC	SC	SC	SC
Paulista	Tec. Análise e Desenvolvimento de Sistemas	SC	SC	SC	SC
	Tec. Processos Gerenciais	SC	SC	SC	SC
Pesqueira	Bac. Enfermagem	4	3	4	3
	Bac. Engenharia Elétrica	2019	2019	2020	2019
	Lic. Em Física	SC	SC	SC	SC
	Lic. Em Matemática	2	3	4	3
		2017	2017	2014	2017
		2	3	3	3
		2017	2017	2014	2017
		2	3	3	3
		2017	2014	2011	2017

Recife	Tec. Análise e Desenvolvimento de Sistemas	4	3	3	3
		2017	2017	2007	2017
	Tec. Design Gráfico	4	4	4	3
		2018	2018	2016	2018
	Bac. Engenharia Civil	3	3	4	4
		2019	2019	2017	2019
	Bac. Engenharia Mecânica	SC	SC	SC	SC
	Lic. Geografia	3	3	4	2
		2017	2017	2015	2017
	Tec. Gestão Ambiental	5	4	4	4
	2019	2019	2017	2019	
Tec. Gestão de Turismo	5	4	4	SC	
	2009	2009	2019	-	
Tec. Radiologia	4	4	4	3	
	2019	2019	2011	2019	
Vitória de Santo Antão	Bac. Agronomia	4	4	4	4
		2019	2019	2016	2019
	Lic. Química	4	3	4	3
		2017	2017	2014	2017

Fonte: Inep/MEC – IFPE (2022).
Legenda: SC – Sem conceito

O Quadro 62 apresenta os mais recentes indicadores de qualidade dos cursos superiores de graduação estabelecidos pelo Inep/MEC, concernentes ao Enade, ao Conceito Preliminar de Cursos (CPC), ao Conceito de Curso (CC) e ao Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

No âmbito geral, os cursos superiores de graduação apresentam um conceito de curso entre 3 e 4 e estão circunscritos ao âmbito aceitável de qualidade na educação superior num sistema de avaliação como o Sinaes. Esse reconhecimento na avaliação institucional externa ressalta as potencialidades da instituição na educação superior.

Alguns cursos não apresentam conceitos em alguns dos indicadores apresentados em razão de serem recentes e ainda não terem sido avaliados, com exceção do curso de tecnologia em Agroecologia do Campus Barreiros, que ainda não foi avaliado em razão de sua classificação em âmbito nacional pelo Inep/MEC.

A seguir, no Quadro 63 apresentam-se os conceitos dos indicadores de qualidade institucional para o IFPE.

Quadro 63 — Conceitos dos indicadores de qualidade da IES no período 2013-2019

CONCEITO INSTITUCIONAL (CI)	ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)	ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC) CONTÍNUO	ANO
4 2016 (EaD)	3	2,6010	2013
	3	2,5014	2014
	3	2,5311	2015
	3	2,6559	2016
4 2017 (Presencial)	3	2,5629	2017
	3	2,59288	2018
	3	2,6618	2019

Fonte: Inep/MEC – IFPE (2022)

O Conceito Institucional (CI) é um indicador de qualidade do ensino superior obtido por meio da avaliação institucional externa realizada pelo Inep/MEC. Inicialmente essa avaliação era realizada a cada cinco anos para autorização de funcionamento da IES, seja na modalidade presencial, seja a distância.

Atualmente o prazo é definido em razão dos indicadores de qualidade dos cursos superiores da instituição, a exemplo do Índice Geral de Cursos (IGC), devendo ser definido por meio da portaria anual que renova a autorização da oferta e informa o conceito obtido na avaliação institucional externa.

O IFPE obteve CI 4, em 2016, para educação a distância e CI 4, em 2017, para a modalidade presencial. As próximas avaliações estão previstas para 2023.

O IGC é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos:

- média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;
- média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela Capes na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; e

c) distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações da alínea “b” para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.

No âmbito do IFPE, o Índice Geral de Cursos (IGC), obtido de acordo com a Nota Técnica nº 59/2020, aponta para um desempenho que vem se mantendo estável, tomando-se como base o ano de referência de 2013.

10.4.3 Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A CPA do IFPE possui atualmente sua sede provisória localizada no Campus Vitória de Santo Antão, situado na Propriedade Terra Preta, s/n, Zona Rural, Vitória de Santo Antão/PE.

A infraestrutura física atual é composta por uma sala, localizada no prédio principal da administração do referido campus.

A sala possui módulo de trabalho composto de mesa e cadeira; mesa redonda para reunião com quatro cadeiras; um armário de duas portas para arquivamento de documentos; ar-condicionado; computador com acesso à internet e ramal telefônico.

É possível, ainda, contar com a infraestrutura dos campi para a realização de reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, formações e outras atividades, em particular o espaço do miniauditório e auditório do prédio dos cursos superiores do Campus Vitória de Santo Antão.

Quanto aos recursos de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados e os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida, a CPA conta com o apoio institucional do Gabinete da Reitoria, da Proden, da Prodin, da Proad e da DGPE para desenvolver e implementar projeto de solução TI para otimização do processo de coleta e análise dos dados. Para o desenvolvimento dessa iniciativa, a CPA conta com um estagiário do curso de tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que atuará no período de setembro/2021 a dezembro/2022.

Com relação à divulgação dos resultados das avaliações institucionais internas anuais, a CPA tem contado com o apoio institucional, por meio do Gabinete da Reitoria, do DCOM e da DGPE, para implementação do portal da CPA

no site do IFPE e para o desenvolvimento de campanha publicitária para divulgação da CPA e dos resultados da avaliação institucional interna, para o que a comissão conta atualmente com uma estagiária do curso de tecnólogo em Design Gráfico, que atuará no período de setembro/2021 a dezembro/2022.

Ressaltamos que essas iniciativas e soluções são imprescindíveis para garantir o bom desempenho do processo de avaliação institucional interna.

10.5 A Avaliação Interna (Institucional e de Cursos) no Âmbito da Gestão

10.5.1 Proden

Responsável pelo planejamento, organização e execução do processo de avaliação interna (de curso), no âmbito da gestão, assim como pela retroalimentação da peça de planejamento institucional no que concerne à melhoria contínua da atividade finalística de Ensino. Além disso, realiza o assessoramento, acompanhamento, regulação e supervisão dos cursos superiores, com vistas à eficiência acadêmica e à preparação para a avaliação externa (de curso) pelo Inep/MEC.

10.5.2 Prodin

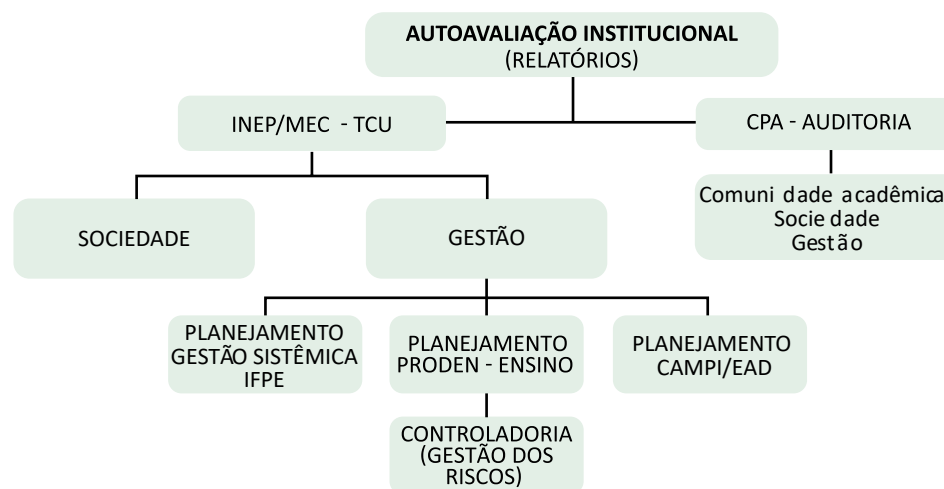
Responsável por acompanhar a avaliação interna (institucional e de curso) por meio da peça de planejamento da Proden — responsável pela avaliação interna (de curso) no âmbito da gestão —, dos relatórios anuais da CPA junto aos campi e à DEaD — no âmbito da governança — e dos relatórios de avaliação externa do Inep/MEC (institucional e de curso) e do TCU — também por meio das peças de planejamento das instâncias de gestão sistêmica e dos campi/DEaD.

10.5.3 Controladoria

Responsável por monitorar a avaliação interna (institucional e de cursos), no âmbito da governança e da gestão, por meio da identificação dos riscos relacionados à peça de planejamento da Proden — responsável pela execução da avaliação interna (de curso) no âmbito da gestão —, assim como por meio da identificação dos riscos relacionados à peça de planejamento das unidades sistêmicas da gestão do IFPE, dos campi e da EaD, auxiliando o processo de acompanhamento exercido pela Prodin. A Controladoria também monitora os riscos decorrentes da avaliação externa (institucional e de curso) do Inep/MEC e do TCU, na medida em que eles se tornam parte integrante das peças de planejamento estratégico institucional e passam a ser assumidos como responsabilidade institucional pelos gestores.

A Figura 36 sintetiza o fluxo do processo de autoavaliação institucional do IFPE.

Figura 36 - Fluxo da autoavaliação institucional no IFPE



Fonte: CPA (2021)

Em meados de 2020 foi criada uma comissão para planejamento estratégico da CPA. Por meio de ferramentas de gestão, foi possível

fazer uma análise dos ambientes interno e externo da CPA, definir seus objetivos, integrados aos objetivos da Prodin, priorizar os efeitos desejados/indesejados a partir da análise dos ambientes e traçar seu plano de ação. O plano de ação da CPA- ano 2020-2022 pode ser acessado clicando aqui.

Abaixo apresentamos de forma sintética os principais desafios da CPA.

10.6 Desafios da CPA para o Ciclo PDI (2022-2026)

Apresentamos os desafios para cada uma das dimensões estabelecidas no âmbito do planejamento estratégico da CPA a partir da avaliação institucional interna e da análise SWOT.

10.6.1 Dimensão 1: Avaliação

São desafios no âmbito da participação da comunidade e da operacionalização e divulgação do processo de avaliação institucional interna:

- a) adotar ações de aproximação, no período de avaliação institucional interna, para estimular uma maior participação dos segmentos;
- b) realizar o planejamento das ações de incentivo à comunidade acadêmica nas avaliações;
- c) apresentar/compor a comissão setorial e apresentar o processo de avaliação institucional interna realizado pela CPA;
- d) definir quadro fixo para estudar e operacionalizar as metodologias em uso (ex.: questionário, roda de conversa e avaliação in loco); e
- e) elaborar planejamento para coleta de dados e dos procedimentos de análise.

10.6.2 Dimensão 2: Comunicação interna e externa

São desafios no âmbito da comunicação entre os membros da CPA e com a gestão dos campi e da DEaD:

- a) criar rotinas comunicacionais para aproximação e sensibilização de membros da CPA; e
- b) apresentar o planejamento ao reitor e, posteriormente, ao Colégio de Dirigentes (Codir) e ao Colégio de Dirigentes de Ensino (Coden).

10.6.3 Dimensão 3: Engajamento

São desafios nos âmbitos do envolvimento, da dedicação de carga horária, da compatibilidade de horários, da assiduidade e do compromisso dos membros e grupos de trabalho:

- a) excluir do regimento interno o papel de suplente, de modo a garantir a participação de todos os membros nas reuniões, garantindo, assim, a efetiva continuidade dos trabalhos, mesmo nos casos de ausência de membros;
- b) solicitar às direções-gerais dos campi que estimulem a participação de servidores na CPA, de modo que a atuação na comissão não seja uma atividade compulsória;
- c) discutir mudanças e sua incorporação no Regimento da CIS/PCCTAE, com entrada imediata em vigor;
- d) discutir mudanças e sua incorporação no Regimento da CPPD, com entrada imediata em vigor;
- e) promover ações que propiciem o engajamento dos membros da CPA nas reuniões da comissão; e
- f) retomar a organização dos grupos de trabalho.

10.6.4 Dimensão 4: Patrocínio

São desafios no âmbito do apoio institucional e da infraestrutura para a realização das atividades da CPA:

- a) finalizar um instrumento de planejamento que permita intensificar o apoio institucional baseado em demandas e resultados; e
- b) buscar estratégias e soluções junto à Reitoria para implementar a infraestrutura física, de pessoal e tecnológica da CPA.

10.6.5 Dimensão 5: Publicidade

São desafios no âmbito da divulgação e publicização das atividades e avaliações da CPA:

- a) desenvolver material de divulgação sobre o papel da CPA em diferentes formatos (digital e impresso); e
- b) fortalecer as formas de divulgação das atividades desenvolvidas pela CPA, especialmente no formato digital.

10.6.6 Dimensão 6: Rotina e Processo

São desafios no âmbito das atividades de planejamento e de regulação, da atuação junto à comunidade acadêmica e da capacidade dos trabalhos da CPA:

- a) consolidar o planejamento estratégico da CPA;
- b) atualizar o Regimento Interno da CPA;
- c) melhorar a atuação da CPA em relação aos processos de avaliação junto às coordenações de curso e direções-gerais dos campi;
- d) planejar a adequação estrutural a partir da abertura de novos cursos superiores;
- e) tornar mais claras as atribuições e rotinas dos membros da CPA; e
- f) adotar e disseminar ferramentas de apoio ao gerenciamento das rotinas diárias dos membros da CPA.

10.6.7 Outros Desafios

São desafios identificados a partir dos diagnósticos do planejamento estratégico e das avaliações da CPA:

- a) construir marcos regulatórios para induzir uma cultura de avaliação interna em nível sistêmico, por campus e por curso;
- b) criar espaços de convergência de todas as informações de monitoramento, acompanhamento e avaliação;
- c) criar espaço de interlocução entre todos os atores envolvidos com a autoavaliação institucional para alinhar a identidade avaliadora institucional no IFPE;
- d) criar uma comissão intersetorial, coordenada pelo planejamento institucional, para monitoramento das ações com base no diagnóstico;
- e) associar os indicadores do Sinaes às recomendações com base no diagnóstico oriundos do relatório da CPA;
- f) estabelecer articulação, colaboração e socialização dos resultados entre os processos de avaliação institucional interna (CPA) e a avaliação no âmbito dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

Referências

- AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: Relatório de Mercado. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/cronologicos>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BARBOSA, Roseane de Almeida. A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- BARROSO, J. A regulação da educação. In: BARROSO, J. Políticas educativas e organização escolar. Lisboa: Universidade aberta, 2005.
- BASE DE DADOS DO ESTADO. Relação dos municípios, por Região de Desenvolvimento. BDE, 2000. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=695&CodInformacao=798&Cod=1. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BASE DE DADOS DO ESTADO. Indicadores demográficos. BDE, 2010a. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=588&CodInformacao=863&Cod=3. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BASE DE DADOS DO ESTADO. Participação do Produto Interno Bruto: PIB dos municípios no PIB do Estado. BDE, [2019]. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=1257&CodInformacao=1131&Cod=3. Acesso em: 11 mar. 2022.
- BASE DE DADOS DO ESTADO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. BDE, 2010b. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=410&CodInformacao=785&Cod=3. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri: Manole, 2014.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. Avaliação, Campinas, v. 8, n. 2, p.31-64, jun. 2003.
- DUPRIEZ, V; MAROY, C. La régulation dans les systems scolaires. Revue Française de Pédagogie, v. 130, n. 1, p. 73-87, janvier-février-mars. 2000.
- GHELMAN, S.; COSTA, S. R. R. Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. Bauru: XIII SIMPEP, 2006. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/137.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.
- GUBA, E. G; LINCOLN, Y. S. Avaliação de quarta geração. Tradução: Beth Honorato. Campinas, SP: Editoria da Unicamp, 2011.
- IBGE. DTB- Divisão Territorial Brasileira: Tabelas da Divisão Territorial Brasileira 2021: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- KAPLAN, R.; NORTON, D.P. The balanced scorecard-measures that drive performance, Harvard Business Review, jan./fev., p. 71-9, 1992.
- KNIGHT, J. Internationalization, remodeled: definition, approaches and rationales. Journal of Studies in International Education, v. 8, n. 1, 2004.
- LIPIETZ, Alain. Rebel sons: the regulation school: entrevista com Jane Jenson. French Politics and Society, v. 5, n. 4, 1987.
- MAROY, C. Sociologie des regulations de l'enseignement: une comparaison européenne, Recherches Sociologiques, v. 35, n. 2, 2004.
- SANT'ANA TOMAZ, / Tomás Dias Sant'Ana... [et al]. – Alfenas: FORPDI, 2017. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- SILVA JÚNIOR, Josué Francisco et al. NAF Mata Sul. Ageitec. [2007]. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_mata_sul_pernambucana/arvore/CONT000gmez1xj02wx5ok0m0nqyug8fduqg.html. Acesso em: 4 maio 2021.
- SOUZA, Jaqueline Souza de; CASANEGO JÚNIOR, Paulo Vanderlei; PATIAS, Tiago Zardin. A sustentabilidade nos planos de desenvolvimento institucional de instituições de ensino superior: teoria e prática em um estudo de caso. 2019. XIX Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201846/101_00281.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 jun. 2021.
- UNESCO. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. UNESCO, 2002. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.
- VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. Ensino em Re-Vista, Uberlândia, v.17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

Anexo 1 - Indicadores do PDI 2022 a 2026

https://www.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/pdi/Indicadores%20PDI_2022_2026/view

Plano de
Desenvolvimento
Institucional

